



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDICIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**DOUTORAS NEGRAS NAS CIÊNCIAS DA NATUREZA
BRASILEIRAS E COLOMBIANAS: VOZES, TEMPOS E
TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS**

REJANE MARIA DA SILVA FARIAS

Sob orientação da Professora Doutora

Joselina da Silva

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F224d Farias, Rejane Maria da Silva , 1981-
Doutoras Negras nas Ciências da Natureza
Brasileiras e Colombianas: vozes, tempos e trajetórias
acadêmicas / Rejane Maria da Silva Farias. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2024.
317 f.: il.

Orientadora: Joselina da Silva.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2024.

1. Doutoras Negras Brasileiras. 2. Doutoras Negras
Colombianas. 3. Racismo. 4. Raça. 5.
Representatividade. I. Silva, Joselina da , 1955-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



TERMO Nº 9 / 2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.000920/2025-17

Seropédica-RJ, 08 de janeiro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

REJANE MARIA DA SILVA FARIAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 27/12/2024

Membros da banca:

JOSELINA DA SILVA. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

AMAURI MENDES PEREIRA. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

ALESSANDRA PIO SILVA. Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

ANNY OCORO LOANGO. Dra. (Examinadora Externa à Instituição).

MARIA APARECIDA MATOS. Dra. UFT (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 08/01/2025 13:07)
ALESSANDRA PIO SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1460741

(Assinado digitalmente em 08/01/2025 16:19)
AMAURI MENDES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 2131782

(Assinado digitalmente em 09/01/2025 11:18)

JOSELINA DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.00.22)
Matricula: 1525135

(Assinado digitalmente em 09/01/2025 11:06)

ANNY OCORO LOANGO
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: 19023924

(Assinado digitalmente em 08/01/2025 18:21)

MARIA APARECIDA DE MATOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 284.415.831-53

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **9**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **08/01/2025** e o código
de verificação: **ac97a01509**

À Deus, em primeiro lugar, por nos sustentar sempre, mesmo quando as forças parecem falhar.

À minha amada mãe, Maria da Paz, que tem sido o suporte e a força necessária em todas as situações da vida.

Ao meu filho Heitor Gabriel, por ser a minha luz, o meu brilho e a minha resistência a cada dia da sua existência.

Ao meu companheiro Sidielson, pelo apoio incondicional e pela determinação que nos move a cada dia.

A meus irmãos Rogério, Ruy, Roniel, Rosivânia, José Amaro e Sandro, este título é nosso.

A minhas cunhadas, Isis e Mônica, pela força e alegria de sempre.

E, enfim, a todos que estiveram comigo nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese representa um marco de extrema importância, não apenas em minha trajetória acadêmica, mas também em minha vida pessoal. Olhando para trás, é impossível não reconhecer que este momento não teria sido possível sem a colaboração e o apoio inestimável de diversas pessoas que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada desafiadora e gratificante.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha sincera e profunda gratidão à minha orientadora, Joselina da Silva. Sua orientação, paciência e encorajamento foram pilares fundamentais no desenvolvimento deste trabalho. Com sua vasta expertise e dedicação incansável, ela me proporcionou um ambiente seguro para explorar novas ideias, questionar e enfrentar os desafios que surgiram ao longo do caminho. Sua capacidade de guiar com sabedoria e empatia fez toda a diferença na minha formação como pesquisadora.

Quero também agradecer de coração aos membros da banca examinadora: Dr.^a Anny Ocoró Loango, Dr. Amauri Mendes Pereira, Dr.^a Alessandra Pio e Dr.^a Maria Aparecida Mattos. Suas valiosas contribuições e sugestões não apenas enriqueceram minha pesquisa, mas também elevaram a qualidade deste trabalho a patamares que eu não poderia ter alcançado sozinha. O olhar crítico e a expertise de cada um de vocês foram essenciais para o meu crescimento acadêmico.

Aos meus colegas e amigos que conheci durante o doutorado, e os que estiveram comigo no dia a dia, estendo minha mais sincera gratidão. Nossas discussões vibrantes, a colaboração mútua e o suporte emocional nos momentos mais difíceis tornaram esta jornada muito mais agradável e significativa. Vocês foram essenciais para que eu não apenas superasse os obstáculos, mas também desfrutasse do processo de aprendizado e descoberta.

Não poderia deixar de mencionar minha família, que sempre me apoiou incondicionalmente. A vocês, Mamãe Dapaz, Sidielson, Heitor, Rogério, Roniel, Rosivânia, José Amaro e Sandro, minha eterna gratidão. Vocês acreditaram em mim mesmo quando eu duvidei de mim mesma e me incentivaram a seguir meus sonhos, sem nunca hesitar em oferecer amor e apoio. Sem vocês, este sonho não teria se concretizado. Este título é tão de vocês quanto meu; juntos, somos doutores.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as instituições (em especial ao meu programa de pesquisa e ao CNPq) e pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa. Cada um de vocês deixou uma marca indelével em minha trajetória e sou profundamente grata por isso. Este trabalho é dedicado a todos que acreditam na força do conhecimento e da pesquisa, pois é através delas que transformamos realidades e abrimos novos horizontes.

RESUMO

FARIAS, Rejane Maria da Silva. **Doutoras Negras nas Ciências da Natureza brasileiras e colombianas: vozes, tempos e trajetórias acadêmicas**. 2024. 317 p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

A necessidade de uma discussão centrada em doutoras negras nas Ciências da Natureza brasileiras e colombianas, categorizando suas vozes, tempos e trajetórias acadêmicas, evidenciando as interconexões entre raça e racismo, tanto no Brasil quanto na Colômbia, é uma questão emergente. Ambos os países possuem sociedades multirraciais, onde a questão racial desempenha um papel significativo em diversos aspectos da vida social, econômica e política (Lerma, 2019; Wade, 2018; Gonzalez, 2020; Davis, 1944). As negras tem sido consideradas só corpo, sem mente, mais que qualquer grupo de mulheres, em contrapartida, são descartadas da condição de produtoras de conhecimento e detentoras de poder (Carneiro, 2023). A tese apresenta uma abordagem de pesquisa que investiga a visibilidade e as contribuições de doutoras negras na área das Ciências da Natureza no Brasil e na Colômbia. A partir das narrativas de cinco professoras negras, três doutoras brasileiras e duas colombianas, apresentando suas trajetórias e as nuances relativas às compreensões em torno das diversas manifestações do racismo institucional, estrutural, recreativo e de gênero que interferem em suas vivências profissionais. Assim como, os desafios encontrados para se legitimarem no espaço acadêmico científico. A exploração é motivada pela ausência de representatividade feminina negra na área, refletindo sobre a marginalização das vozes dessas cientistas em um campo predominantemente masculino e branco. O objetivo é analisar as trajetórias profissionais dessas mulheres, reconhecendo desafios e conquistas, e evidenciando suas experiências com possibilidades de inspirar futuras gerações. Os principais eixos do estudo incluem a análise do contexto histórico de raça e racismo, as barreiras enfrentadas, a influência da identidade racial e de gênero na experiência acadêmica, e as estratégias de resistência contra a discriminação. O trabalho propõe uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, focando em cientistas atuais. Ressaltando a importância de tornar visíveis as contribuições de mulheres negras na Ciência, que frequentemente são ignoradas, e a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre as disparidades enfrentadas por diferentes grupos na academia. A pesquisa é organizada em cinco capítulos que abordam as ideologias de raça e racismo, o panorama das cientistas negras, as perspectivas das entrevistadas, e suas narrativas de vida, formando um diálogo entre as experiências brasileiras e colombianas. A investigação se propõe a contribuir com uma forma de empoderamento, além de apontar que a disparidade no acesso à educação superior e a programas de pós-graduação para negras é um fator que limita a presença de doutoras negras nas ciências da natureza. Portanto, este trabalho se converte em um ponto de partida sobre as vivências dessas mulheres. Facilitando a identificação das experiências de doutoras nessa categoria, possibilitando a descoberta de estratégias que possam ser adotadas para promover uma maior igualdade e inclusão nesse setor.

Palavras-chave: Doutoras Negras Brasileiras; Doutoras Negras Colombianas; Racismo; Raça; Representatividade

RESUMEN

FARIAS, Rejane Maria da Silva. **Doctoras negras en las Ciencias de la Naturaleza brasileñas y colombianas: voces, tiempos y trayectorias académicas**. 2024. 317 p. Tesis (Doctorado en Educación, Contextos Contemporáneos y Demandas Populares) – Instituto de Educación/Instituto Multidisciplinar, Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

La necesidad de una discusión centrada en doctoras negras en las Ciencias de la Naturaleza brasileñas y colombianas, categorizando sus voces, tiempos y trayectorias académicas, evidenciando las interconexiones entre raza y racismo, tanto en Brasil como en Colombia, es una cuestión emergente. Ambos países poseen sociedades multirraciales, donde la cuestión racial desempeña un papel significativo en diversos aspectos de la vida social, económica y política (Lerma, 2019; Wade, 2018; Gonzalez, 2020; Davis, 1944). Las mujeres negras han sido consideradas solo cuerpo, sin mente, más que cualquier otro grupo de mujeres; en contrapartida, son descartadas de la condición de productoras de conocimiento y detentoras de poder (Carneiro, 2023). La tesis presenta un enfoque de investigación que investiga la visibilidad y las contribuciones de doctoras negras en el área de las Ciencias de la Naturaleza en Brasil y en Colombia. A partir de las narrativas de cinco profesoras negras, tres doctoras brasileñas y dos colombianas, se presentan sus trayectorias y las matices relativas a las comprensiones en torno a las diversas manifestaciones del racismo institucional, estructural, recreativo y de género que interfieren en sus vivencias profesionales, así como los desafíos encontrados para legitimarse en el espacio académico científico. La exploración está motivada por la ausencia de representatividad femenina negra en el área, reflexionando sobre la marginalización de las voces de estas científicas en un campo predominantemente masculino y blanco. El objetivo es analizar las trayectorias profesionales de estas mujeres, reconociendo desafíos y conquistas y evidenciando sus experiencias con posibilidades de inspirar a futuras generaciones. Los principales ejes del estudio incluyen el análisis del contexto histórico de raza y racismo, las barreras enfrentadas, la influencia de la identidad racial y de género en la experiencia académica, y las estrategias de resistencia contra la discriminación. El trabajo propone una investigación cualitativa, con entrevistas semiestructuradas, enfocándose en científicas actuales. Se resalta la importancia de hacer visibles las contribuciones de las mujeres negras en la Ciencia, que a menudo son ignoradas, y la necesidad de una reflexión más amplia sobre las disparidades enfrentadas por diferentes grupos en la academia. La investigación está organizada en cinco capítulos que abordan las ideologías de raza y racismo, el panorama de las científicas negras, las perspectivas de las entrevistadas y sus narrativas de vida, formando un diálogo entre las experiencias brasileñas y colombianas. La investigación se propone contribuir a una forma de empoderamiento, además de señalar que la disparidad en el acceso a la educación superior y a programas de posgrado para mujeres negras es un factor que limita la presencia de doctoras negras en las ciencias de la naturaleza. Por lo tanto, este trabajo se convierte en un punto de partida sobre las vivencias de estas mujeres, facilitando la identificación de las experiencias de doctoras en esta categoría y posibilitando el descubrimiento de estrategias que puedan ser adoptadas para promover una mayor igualdad e inclusión en este sector.

Palabras clave: Doctoras Negras Brasileiras; Doctoras Negras Colombianas; Racismo; Raza; Representatividad.

ABSTRACT

FARIAS, Rejane Maria da Silva. **Black Women in Brazilian and Colombian Natural Sciences: Voices, Times, and Academic Trajectories**. 2024. 317 p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands) – Institute of Education/Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

The need for a discussion centered on Black women in Brazilian and Colombian Natural Sciences, categorizing their voices, times, and academic trajectories while highlighting the interconnections between race and racism in both Brazil and Colombia, is an emerging issue. Both countries have multiracial societies where racial issues play a significant role in various aspects of social, economic, and political life (Lerma, 2019; Wade, 2018; Gonzalez, 2020; Davis, 1944). Black women have often been regarded as mere bodies, lacking intellect, more than any other group of women; conversely, they are excluded from being seen as producers of knowledge and holders of power (Carneiro, 2023). This thesis presents a research approach that investigates the visibility and contributions of Black women doctors in the field of Natural Sciences in Brazil and Colombia. It is based on the narratives of five Black professors—three Brazilian doctors and two Colombian doctors—showing their trajectories and the nuances related to the understandings surrounding various manifestations of institutional, structural, recreational, and gender-based racism that affect their professional experiences. It also addresses the challenges they face in legitimizing their presence in the academic scientific space. The exploration is motivated by the absence of Black female representation in the field, reflecting on the marginalization of these scientists' voices in a predominantly male and white domain. The objective is to analyze these women's professional journeys, recognizing their challenges and achievements, while highlighting their experiences with the potential to inspire future generations. The main axes of the study include the analysis of the historical context of race and racism, the barriers faced, the influence of racial and gender identity on academic experience, and strategies of resistance against discrimination. The work proposes a qualitative research design, employing semi-structured interviews, focusing on current scientists. It emphasizes the importance of making visible the contributions of Black women in science, which are often overlooked, and the need for broader reflection on the disparities faced by different groups in academia. The research is organized into five chapters that address the ideologies of race and racism, the landscape of Black women scientists, the perspectives of the interviewees, and their life narratives, creating a dialogue between Brazilian and Colombian experiences. The investigation aims to contribute to a form of empowerment, while also pointing out that the disparity in access to higher education and graduate programs for Black women is a factor that limits the presence of Black women doctors in the Natural Sciences. Therefore, this work serves as a starting point for exploring the experiences of these women, facilitating the identification of experiences among doctors in this category and enabling the discovery of strategies that could be adopted to promote greater equality and inclusion in this sector.

Keywords: Brazilian Black Doctors; Colombian Black Doctors; Racism; Race; Representation

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Educação e Racismo	140
Tabela 2:	Doutoras Negras Docentes na Pós-graduação Brasileira 2016	148
Tabela 3:	Gênero e Raça na Ciência Brasileira	150
Tabela 4:	Porcentagem de Indivíduos na Amostra por Gênero e Subárea	170
Tabela 5:	Nomeação das entrevistadas	184
Tabela 6:	Formação Acadêmica de Cientistas Brasileiras e Colombianas	193
Tabela 7:	Linhas de Pesquisa e Projetos de Atuação das Doutoradas Brasileiras e Colombianas	198
Tabela 8:	Prêmios e Títulos das Doutoradas Entrevistadas	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Quantitativo Populacional Brasileiro de Acordo com cor e raça	76
Gráfico 2:	População Colombiana no Senso de 2005	88
Gráfico 3:	Proporção da População Brasileira por Cor ou Raça	112
Gráfico 4:	População Brasileira nas Grandes Regiões por Cor e Raça	115
Gráfico 5:	Contingente Populacional Colombiano	125
Gráfico 6:	Representatividade Feminina Ministerial nos Últimos Três Periodos Presidenciais	128
Gráfico 7:	Percentual de Alunos Ingressantes na Graduação Segundo Cor e Raça	143
Gráfico 8:	Número de Docentes em Cursos de Graduação na Categoria Privada – Brasil 2022	145
Gráfico 9:	Número de Docentes em Cursos de Graduação na Categoria Pública – Brasil 2022	145
Gráfico 10:	Percentual de Docentes em Exercício Segundo Cor/raça – Brasil 2022	146

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Médica Egípcia Merit Ptah	185
Figura 2:	Médica Brasileira Maria Odília Teixeira	186
Figura 3:	Enedina Alves Marques	187
Figura 4:	Colombiana Idelisa Bonnelly	188
Figura 5:	Colombiana Ângela Restrepo Moreno	189

LISTA DE MAPAS

Mapa 1:	Cor ou Raça Predominante no Terrotório Brasileiro de Acordo com o Senso de 2022	79
Mapa 2:	Terrotório Colombiano	90

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1:	Níveis Educacionais Colombianos	156
Esquema 2:	Desenvolvimento da Pesquisa	191

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ONGs - Organizações Não Governamentais

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFBA – Universidade Federal da Bahia

COVID 19 - SARS-CoV-2 (severe acute respiratory syndrome coronavirus 2)

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

UESO -

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	18
1.1. Sobre Mim.....	18
1.2. Me Colocando no Escopo da Pesquisa	24
1.3 Sobre Esta Pesquisa.....	34
CAPITULO II	42
2. RAÇA E RACISMO: OLHARES SOBRE O BRASIL E A COLÔMBIA	42
2.1. A Raça e o Racismo Como Construções Sociais	44
2.2. Relações Raciais no Brasil: Alguns Recortes	71
2.3. Relações Raciais na Colômbia: Alguns Aspectos	82
CAPITULO III.....	98
3. CIENTISTAS NEGRAS BRASILEIRAS E COLOMBIANAS NAS CIÊNCIAS DA NATUREZA: DESAFIOS E CONQUISTAS	98
3.1. Raça, Gênero e Resistência: Perspectivas Interseccionais na Colômbia e no Brasil	102
3.2. Mulheres Negras na Educação: Entre Barreiras e Conquistas	131
3.3. Quebrando Barreiras: Mulheres Negras e Ciência	160
3.4. Mulheres Negras e Ciências da Natureza: Inovação, Resistência e possível inspiração para futuras gerações	167
CAPITULO IV	176
4.1. PERSPECTIVAS DE DOUTORAS NEGRAS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	176
4.1.1. Tipo de Pesquisa: Qualitativa	177
4.1.2. Instrumento de Coleta de Dados: Entrevistas Semiestruturadas	180
4.1.3. Entrevistadas: Doutoradas Negras Atuantes nas Ciências da Natureza Brasileiras e Colombianas.....	183
4.1.4. Análise de Dados: Análise de Conteúdo	190
4.1.5. Dados das Entrevistadas, Perfil Acadêmico e Profissional	191
CAPITULO V.....	202
5. DOUTORAS NEGRAS BRASILEIRAS E COLOMBIANAS: NARRATIVAS, TRAJETÓRIAS E ENFRENTAMENTO.....	202
5.1. Exercício profissional e experiência em cargos de direção e chefia	203
5.2. Ciências da Natureza: Racismo, Gênero e Desafios Sociais	220
5.2.1. Racismo e Ciências da Natureza.....	221
5.2.2. Gênero nas Ciências da Natureza	235

5.2.3. Desafios Enfrentados.....	242
5.3. Trajetória Acadêmica, Trabalho e vida familiar de mulheres negras	244
5.3.1. Trajetória Acadêmica. Acesso à Educação.....	245
5.3.2. Desempenho acadêmico e barreiras educacionais.....	250
5.3.3. Dinâmicas Familiares	255
5.3.4. Ascensão Pessoal, e profissional.....	261
5.4. Ciência Feminina Negra: “Jeitinho” de Fazer Ciência	266
5.5. Visibilidade Feminina Negra nas Ciências da Natureza	271
5.6. Interação com os (as) colegas: “brincadeiras” racistas.....	278
VI. Pensares Conclusivos	285
REFERÊNCIAS	296
ANEXOS.....	307
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	308
Roteiro de Perguntas para as Entrevistas.....	309
ENTREVISTADAS	311

1. CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1. Sobre Mim

“Fomos socializadas para respeitar mais ao medo que às nossas próprias necessidades de linguagem e definição, e enquanto a gente espera em silêncio por aquele luxo final do destemor, o peso do silêncio vai terminar nos engasgando.”

LORDE, Audre. 2020.

A concepção inicial desta tese proposta através dos ensaios de Audre Lorde reflete uma profunda crítica sobre as expectativas sociais impostas às mulheres em relação à forma como devem se comportar e se expressar. A ideia de que fomos "socializadas para respeitar mais ao medo" espelha muito da minha integralidade humana. O temor, o medo do julgamento alheio, a angústia pela reação das pessoas, ou as possíveis consequências negativas, na minha trajetória, muitas vezes foi priorizada em detrimento das minhas próprias necessidades de expressão e identidade. O "silêncio" ao qual fui acostumada, se tornando um símbolo das vozes abafadas, das emoções não ditas e das verdades nunca compartilhadas. Esse peso do mutismo é extremamente opressivo, levando a uma sensação de sufocamento e de desamparo, além de perpetuar um ciclo de conformidade e insegurança.

Audre Lorde provoca-nos inicialmente sobre o papel do medo e do silêncio na vida das mulheres e das comunidades marginalizadas. Essa taciturnidade imposta como uma forma de auto opressão deve converter-se em capacidade de nos expressarmos em busca do empoderamento. Enquanto as pessoas se sentem paralisadas pelo medo e optam por não se comunicar, isso pode levar a um agravar das suas lutas internas e coletivas. Iniciamos essa tese enfatizando a necessidade de encontrar coragem para falar e afirmar nossas próprias experiências, necessidades e identidades. Qualquer discussão sobre esse trabalho pode ser uma oportunidade para refletir sobre como cada um de nós se relaciona com nossas vozes e as dos outros em nossas vidas e comunidades.

A busca pelo "luxo final do destemor", proposto por Lorde, revela em mim, um anseio por libertação, autenticidade e coragem. Um desejo de me libertar das amarras que nos impõem o silêncio e a submissão. O meu chamado à ação se segue através desta proposta, o empoderamento pessoal e a afirmação da minha própria voz, são passos

cruciais para superar esse contexto de medo e silenciamento. Essa é uma reflexão poderosa, e por isso, desejei iniciar essa tese com um pouco dessa provocação. Acredito ser fundamental que conheçam um pouco quem sou, e de que maneira estou conectada a esse tema de pesquisa. Assim, compartilho um pouco da minha trajetória, incluindo desafios e conquistas que moldaram minha identidade pessoal e profissional, sem esquecer de reconhecer a contribuição das pessoas que foram essenciais para o desenvolvimento das ideias que construí ao longo do tempo.

Outra forma de representar o início desse trabalho poderia ser através da voz de Conceição Evaristo por meio de *poemas da recordação e outros movimentos* (2017), com sua escrita de si, seus romances e suas provocações que revelam cheiros, sabores, emoções, prazeres de um jeito único, nos remetendo ao processo de reflexão sobre vivências e como essas situações nos tocam e nos emocionam. Por entre o poema, “vozes mulheres”, em especial a estrofe: “...a voz da minha mãe ecoou baixinho, revolta no fundo das cozinhas alheias, debaixo das trouxas roupa suja de brancos...” (Evaristo, 2017), traduz claramente uma parcela da minha infância marcada por diversas experiências excludentes, racistas e infames. Isso nos ajuda a entender o quanto somos moldados ao refletir sobre as razões por trás de certas situações e o quanto somos direcionados à resistência.

Um processo de perseverança que encontrou abrigo temporário na casa da minha bisavó. Uma mulher forte e resoluta, embora marcada pelas diversas manifestações do racismo. Descendente de escravizados, seu olhar refletia o peso e as consequências desse período histórico, envolto em força e determinismo. Ainda consigo sentir o sabor da comida na cozinha da minha amada bisavó, o cheiro que exala daquela casa tão grande e o conhecimento que trazia em cada porção que fazia. Consigo lembrar com detalhes das mãos calejadas pelo trabalho na roça, mas o abraço pronto para acolher minha mãe sempre que necessário.

Aninhar-se na casa da bisavó simbolizava proteção e cuidado. Aquela mulher negra, sábia e forte, mostrava dia após dia como superar as dificuldades de uma terra árida, sem chuva, uma sociedade que desprezava o conhecimento feminino e uma região marcada por servidão e subserviência. Sou bisneta de Maria Silvestre, uma fortaleza em forma de mulher que se orgulhava de sua identidade, repleta de sabedoria, mas também marcada pelas experiências duras que a vida impôs. Cresci observando o amor incondicional entre minha mãe e essa avó. As histórias de sua infância e as duras memórias de uma juventude difícil, permanecerão em meu coração.

O acolhimento oferecido na casa da minha bisá foi crucial para a sobrevivência da minha querida mãe, uma vez que sua mãe biológica não esteve presente em sua vida. Em busca de novas oportunidades no Sudeste do Brasil, ela partiu, e nunca mais voltou, deixando minha mãe sem a figura materna, sem laços afetivos, e sem a proteção dela. Foi na cozinha da bisá que tivemos as primeiras conversas sobre a vida e a importância da educação em nossas trajetórias. Enquanto o aroma da comida simples, mas repleta de sabor, se misturava às nossas palavras, despertávamos o desejo por uma vida mais leve, com trabalhos menos árduos e prejudiciais. As palavras da minha mãe sempre foram determinadas e objetivas, ela transmitia certeza em cada pronunciamento que fazia.

Lembro-me das vezes em que estávamos juntas preparando o milho para fazer o pão do café da manhã. Ela, com sua delicadeza e a força perfeitamente equilibrada, passava horas contando as histórias de sua infância, as fábulas que conhecia e os sonhos que nutria para cada um dos filhos. Eu confesso que não gostava muito de realizar os trabalhos pesados; para uma menina de sete ou oito anos, era complicado girar as pás do moinho. No entanto, nada se comparava à satisfação de escutar suas histórias, especialmente quando ela começava com “naquele tempo”. Essa era a deixa, e nenhuma criança queria se afastar dela. A oralidade da minha querida mãezinha sempre foi impecável; ela foi minha primeira professora e responsável pelas primeiras lições que tive na vida. Não é de se surpreender que hoje eu seja apaixonada por ler e escrever.

Me emociono todas as vezes que escrevo sobre essa mãe. Os olhos se enchem de lágrimas e o coração aperta. Como pode uma pessoa ter um coração tão generoso? Mesmo antes de ser mãe, todos os sobrinhos e amigos a viam como uma verdadeira madrinha. Lembro-me de como sua casa estava sempre cheia; alguém sempre aparecia para almoçar, pedir conselhos ou simplesmente buscar o aconchego dos braços da madrinha. Essa qualidade dela sempre foi incrível; nunca ouvi uma palavra negativa, nem de lamentação, suas falas foram sempre repletas de incentivo. Eram momentos de apoio e de belas histórias, contadas com carinho, lembrando os ensinamentos da bisá. Histórias encantadoras, fábulas com significados profundos, tudo transmitido com sabedoria e amor.

Meu irmão mais velho, Rogério, sempre diz que ela nos criou com fé. Diante de situações difíceis, ela chegava e provava que mudanças eram possíveis. Em dias em que não havia quase nada para comer em casa, ela mantinha a certeza de que podia transformar essa realidade. E quando conseguia, ainda ajudava aqueles que estavam em necessidade. Lembro-me de pessoas que vinham até nossa casa pedindo que ela colocasse alguns de

seus filhos para adoção, alegando que seria impossível criá-los todos, mas ela sempre respondia: "nenhum deles sai de perto de mim". E realmente, ela nunca deixou nenhum deles partir. Ela se dedicou ao máximo e criou todos os seus sete filhos, como meu irmão sempre destaca, com fé.

Quero também fazer uma menção especial ao ajudante dessa mãe guerreira: um menino de apenas nove anos, na época. Ele trabalhava incansavelmente, sem deixar que o cansaço o desanimasse. Carregava consigo o mesmo otimismo da mãe e se dedicava aos irmãos menores com uma entrega tão inspiradora que todos nós deveríamos seguir seu exemplo. Meu irmão Rogério, desde pequeno, se destacou como um homem exemplar, sempre nos ajudando a superar situações quase impossíveis. Inúmeras vezes, ele me incentivou a estudar e a resolver as lições enquanto, ele estava com nossa mãe em uma roça que parecia não ter fim, se dedicando ao trabalho.

Vou retomar a história da minha bisavó para melhor contextualizar essa família de guerreiros. Meu contato com ela foi breve, e a sua partida ocorreu quando eu ainda era muito jovem. Entretanto, algumas memórias perduram. Recordo com clareza suas crenças e tradições, como as rezas e os grupos de oração que ela organizava. Ela sempre enfatizava a importância de não xingar, de não reclamar da vida, e da obrigação de agradecer a Deus. Suas habilidades de preparar porções, banhos e remédios caseiros para curar todos os males, eram únicas. Essas lembranças são fragmentadas, mas evocam a imagem de uma mulher forte, marcada pelas dificuldades da vida e pelas imposições que lhe eram inerentes, uma mulher negra que se dedicava ao trabalho na roça. Fragilidade nunca foi uma característica que poderia ser atribuída a ela; pelo contrário, sua bravura, força e dinamismo eram evidentes na busca por melhores condições de vida.

Essa bisavó foi fundamental na vida da minha mãe, não somente de forma biológica, mas socialmente. Ela acolheu, protegeu e transmitiu ensinamentos essenciais para o seu crescimento. Quando a comunidade falhava em apoiar, ela orientava minha mãe sobre o caminho a seguir. Suas rezas e simpatias eram um manto sagrado que nos ensinava a ser gratos por tudo, ao mesmo tempo em que nos incentivava a buscar sempre melhores condições de vida. A meta era não reclamar da vida, mas seguir buscando dias melhores.

Infelizmente, não consigo falar sobre meu pai com a mesma profundidade. Acredito que anos de terapia não seriam suficientes para isso. É difícil compreender como um ser humano pode ser, em partes, tão cruel e impiedoso. Não tenho certeza se essas são as palavras apropriadas, talvez não haja palavras certas para descrever. Porém, sei que

nunca testemunhei um amor tão intenso, puro e verdadeiro quanto o que minha mãe sentia por ele. Ela aceitou se casar com um viúvo que tinha seis filhos pequenos, um amor tão grande, que lembro de seus olhos brilhando ao mencionar o nome dele, mesmo após ele a ter deixado para viver com outra mulher, abandonando-a com os filhos ainda pequenos. Hoje, muitos anos depois, ainda percebo esse amor presente em cada palavra que ela usa para se referir a ele.

Quando éramos muito pequenos, eu tinha oito anos, meu pai tomou a mesma decisão que muitos homens naquela região¹: deixou minha mãe sozinha com os filhos e se mudou para outra cidade no sudeste do país, onde passou a viver com outra mulher. Depois de muitos anos, cerca de vinte, já doente, com câncer, ele retornou, pedindo para voltar para casa e para a família que havia deixado sob a responsabilidade de uma mulher que sofreu imensamente, para lidar com essa situação. Minha mãe, como já mencionei, sempre demonstrou um amor por ele, que nunca vi igual. Ela o acolheu novamente, reorganizando toda a sua rotina para cuidar dele em sua enfermidade. Assim, ele passou mais alguns anos conosco, até falecer. Foi então que percebi o quanto minha querida mãe ficou abalada, quase sem reação à perda daquele amor, que ela tanto adorava. Relato essa parte da nossa história sem idealizações, pois é doloroso perceber como se naturaliza o fato de mulheres serem abandonadas e terem que criarem seus filhos sozinhas.

Essa mãe construiu sua família com amor e fé. Com os ensinamentos da avó, ela seguiu firme e determinada, trabalhando incansavelmente a cada dia para garantir o sustento dela e de seus filhos pequenos. Infelizmente, meu pai não compreendeu que o abandono da família traria sérias consequências para todos. Ele seguiu sua vida no sudeste do país e, em nenhum momento, sentiu que deveria participar da criação e educação dos filhos. É doloroso, mas é a realidade. Meu pai partiu como se nada tivesse a perder.

O amor, a proteção e o cuidado que geralmente podemos associar à figura paterna, pouco estiveram presentes em nossas vidas, na infância. Reconhecendo essa ausência, minha mãe se esforçou ao máximo para que nunca nos sentíssemos isolados ou negligenciados. Após o abandono do pai, a perda de nossa bisavó e a indiferença da família, ela compreendia que éramos tudo um para o outro. Assim, quando ela adoeceu gravemente, com pneumonia severa, o desespero nos dominou. Mesmo assim, ela seguiu firme com o tratamento e conseguiu se recuperar.

Revivo cada fato aqui relatado como um marco diferencial nas nossas existências

¹ Me refiro a região nordeste. Muitas famílias nessa região enviam seus maridos, filhos, filhas em busca de melhores condições de trabalho, principalmente para a região sudeste do Brasil.

desde a infância. Revejo a questão de pesquisa desta tese permeada por essas situações, por aspectos da história da minha bisavó, negra, forte, determinada, que não teve a oportunidade de estudar. Lembro também de cada momento da vida da minha querida mãe, que sacrificava sua ida à escola para trabalhar na roça e ajudar a sustentar a família. Considero que, por não ser sua filha biológica, já que era criada pela avó, o esforço dela era ainda maior, primeiro como a menina negra que auxiliava nas tarefas domésticas, abrindo mão das brincadeiras, próprias da infância, para assumir responsabilidades de adulta, e, posteriormente, como uma mulher que laborava incansavelmente para sustentar seus próprios filhos.

"Trabalhar como um homem" era uma frase que ecoava pelos corredores da casa da minha bisavó, exaltando a força e a determinação com que minha mãe realizava tarefas pesadas e exigentes, que deixavam suas mãos calejadas. Nunca enxerguei essa ideia de que a mulher deve ser protegida, frágil, subserviente ou dócil. Em meu entendimento, assim como minha mãe, as mulheres trabalham arduamente e de forma incansável na roça. Lembro-me claramente dos anos em que o inverno se fazia presente — algo não tão comum por essas bandas. A quantidade de plantações de milho e feijão que minha mãe cultivava era impressionante, e o filho mais velho a ajudava nesses momentos, um menino de não mais que dez anos. Os outros irmãos contribuíam da maneira que podiam. Cada um tinha uma missão, não importava a idade, mas estudar era sempre a principal tarefa.

Assim, me tornei a responsável pelos menores. Cuidava da casa, zelava dos animais, poderia facilmente ser outra história repetitiva de menina que trabalha duro e que não consegue estudar por que no momento a prioridade é sobreviver. Contudo, o diferencial sempre foi essa mãe, ela sentia as dores, mas investia em cada um dos filhos. Estudar era uma das únicas coisas obrigatórias na nossa casa, nenhum dos filhos podia perder um único dia de aula. Mesmo quando não tinha material escolar, deveria ir à escola, mesmo que fosse escrever nas capas dos cadernos, ou apagar cadernos antigos, por que não se tinha dinheiro para comprar material escolar, sobreviver era o objetivo no momento. Estudar era a regra, trabalhar sempre foi complementar.

Procurando entender agora por que nunca parei de estudar. Mesmo depois de concursada e efetivada, ainda assim, estudar sempre foi prioridade. Entendo que esse é o lugar que essa mãe merecia, ela que sempre admirou o estudo e a satisfação de ser reconhecida como inteligente. Cada formatura, cada conquista, cada vitória, os olhos dela brilham, como se fosse a primeira vez. Esse lugar é todo dela, cada conquista é inteiramente dessa mãe. Uma mulher sábia que, ao seu modo, buscou demonstrar o quanto

de sabedoria e inteligência acumula.

Observa-se que, ao falar sobre mim, acabei abordando mais o meu contexto do que minhas próprias aspirações. Esse caminho inicial foi essencial para compreendermos que, atualmente, Rejane representa superação, conquista, motivação e todas as qualidades que podemos associar a ela. Isso não diz respeito à perfeição; estamos discutindo como a realidade, ao nosso redor, influencia nossas construções sobre quem somos e como nos transformamos a cada fase da vida.

Para além disso, nota-se nas doutoras que integram este estudo, força, determinação e perseverança em suas conquistas e atribuições, proporcionando visibilidade e promovendo mudanças na área das Ciências da Natureza.

As pesquisadoras que participaram dessa tese vivenciaram eventos históricos e sociais que impactaram suas trajetórias profissionais, refletindo suas experiências como um diferencial em meio a realidades que se repetem ao longo do tempo. Historicamente, as mulheres negras foram caracterizadas predominantemente como cuidadoras, empregadas domésticas e serventes, em vez de serem reconhecidas como indivíduos capazes de gerar conhecimento e saberes (Gonzalez, 2020; Werneck, 2010). Essa tese nos convida a refletir sobre a influência da sociedade em nossas vozes, e na nossa capacidade de afirmação. Como sugerido inicialmente por Audre Lorde, é fundamental buscarmos a liberdade para nos expressar plenamente, e essa busca por coragem é essencial para evitar o peso do silêncio, que pode nos sufocar.

O convite está lançado para servir como um lembrete sobre a necessidade de quebrar os silêncios impostos e abraçar nossas vozes individuais. Ressoando especialmente em contextos de luta por direitos e igualdade, onde a expressão e a definição de identidades se tornam fundamentais.

1.2. Me Colocando no Escopo da Pesquisa

O interesse por esse tema específico me toca de forma profunda. Minha mãe sempre foi uma verdadeira expert nas Ciências da Natureza. A maneira como descrevia os movimentos de rotação e translação, os nomes populares e as posições dos astros do sistema solar, além das explicações sobre a presença ou ausência de inverno em determinadas épocas do ano no Sertão de Pernambuco, era fascinante. Ela também compartilhava informações sobre o que existia no universo, além do que podíamos ver, curiosidades sobre espelhos que nos faziam parecer mais magros, ou mais gordos, e os

cuidados que devíamos ter com a eletricidade, e os aparelhos elétricos, pois, eu costumava ficar com os mais novos em casa e, segundo ela, era essencial que eu soubesse sobre esses assuntos. Todo esse conhecimento acumulado aguçava minha curiosidade e eu sempre me perguntava como ela sabia tanto.

As Ciências da Natureza sempre foram minha grande paixão. Desde cedo, meu entusiasmo era por desvendar as maravilhas que elas revelavam. Hoje, percebo que minha mãe teria sido uma excelente pesquisadora nesse campo; sua paixão pelo conhecimento científico e pelas descobertas teria a motivado a contribuir de forma significativa para a Ciência. Ao longo de sua vida, as descobertas e o aprendizado sempre foram motores em sua trajetória. Como minha primeira professora, e maior fonte de inspiração, ela despertou em mim a curiosidade e o desejo de aprender sempre mais. Sendo assim, a escolha não poderia deixar de ser pela Física. Sou verdadeiramente apaixonada por essa área do conhecimento. Me fascina descobrir coisas novas, me motiva ensinar cada conhecimento adquirido.

Relembrando a família, é evidente como nossa união constituiu, e continua a ser um marco, que nos motiva e nos impede de desistir diante das dificuldades. Todos os sete filhos de Maria Da Paz têm nomes que começam com a letra R, o que parece indicar seu desejo de que nos uníssemos e sentíssemos a responsabilidade uns pelos outros. Assim, recebemos os nomes: Rogério, Rejane, Ruy, Roniel e Rosivânia, nesta ordem cronológica. Mais tarde, chegaram outros dois filhos, mas, para esses, ela não seguiu a mesma tradição; foram chamados de José Amaro e Sandro. Talvez isso tenha ocorrido porque, sendo filhos de outro pai, ela não sentisse a mesma necessidade de uní-los como uma só pessoa. Com isso, formou-se uma família magnífica que aprendeu desde cedo a conquistar seu espaço na sociedade e a lutar com determinação por seus objetivos, sempre ao lado de uma mãe exemplar, que assumiu sozinha a responsabilidade de criar seus filhos pequenos. Percebe-se que aqui se constituiu uma família engajada, disposta a apoiar-se mutuamente sempre que necessário.

Nossa família é uma conquista inestimável para cada um de nós. Sempre que alguém enfrenta dificuldades, todos se mobilizam para encontrar soluções. Celebramos cada data especial com grande entusiasmo, e somos eternamente gratos, por todos os momentos compartilhados. Primeiro, por estarmos vivos, apesar de todas as adversidades, e depois, por permanecermos unidos como um único ser. Cada um de nós trilha seu próprio caminho: temos os dois melhores barbeiros da cidade, o melhor agricultor, a melhor professora, entre outros. Fazemos o nosso melhor a cada dia. Os filhos de Maria

da Paz se tornaram profissionais, mesmo quando muitos duvidaram que isso fosse possível. Essa tese é por todos nós. A filha de Maria da Paz vai ser doutora, a primeira professora em exercício doutora da cidade de Tuparetama, pernambuco.

Ao revisitar meu passado, percebo como esta pesquisa e toda a minha trajetória estão profundamente entrelaçadas com os interesses pessoais de minha família, seremos doutores. Nasci em 8 de dezembro de 1981, na cidade de Monteiro, na Paraíba, e desde então fui abençoada com uma mãe que sempre esteve disposta a apoiar meus sonhos e objetivos, tanto pessoais quanto profissionais. Hoje, compreendo plenamente o amor incondicional que ela dedicou a cada um de nós, uma mulher analfabeta, negra, da zona rural e humilde do interior de Pernambuco. Essa força amorosa me inspira e revela a nobreza de sua alma a cada dia. Agora sou mãe de Heitor Gabriel, que atualmente tem doze anos, e ele é a minha maior realização. Meu desejo é que a educação seja uma escolha consciente em sua vida, e que eu possa lhe transmitir um pouco do amor que minha mãe me deu. Tê-lo ao meu lado fortalece minha determinação e me traz a segurança de que sempre terei um porto seguro em quem confiar.

Ao me tornar mãe, e vivenciar os desejos, anseios e medos do meu filho, consigo perceber o quanto a trajetória da minha mãe não foi romântica, nem fácil. Penso em todo o sofrimento que ela deve ter enfrentado, e na ajuda, proteção e cuidados que também precisou. Quando ela nos dizia para comer por que estava sem fome, agora entendo que na verdade não havia comida suficiente para todos. Ela preferia nos ver razoavelmente bem alimentados, mesmo que, após um dia exaustivo de trabalho, estivesse ainda mais faminta do que cada um de nós.

Essa jornada não é romântica, e não é surpreendente que ela tenha se tornado uma pessoa forte; essa era sua única alternativa. Ter me tornado mãe me abriu os olhos para compreender diariamente a importância de entendermos os trajetos sociais como marcos fundamentais de nossa identidade. O racismo, o sexismo e as intolerâncias são condições que impõem aos indivíduos uma luta que não é justa. Hoje, percebo que a realidade social se altera e nos transforma a cada experiência vivida. E principalmente, essas realidades injustas nos deixam marcas profundas em nossas vidas.

Essas dificuldades talvez estejam mais longe da minha realidade hoje, por que ela afastou-nos deste espaço. Ela impulsionou cada um, como se estivéssemos presos em um buraco enorme e ela servisse de escada para cada um sair deste lugar. Atualmente exerço a função de professora de Física da Educação Básica do Estado da Paraíba (*gozando licença para aperfeiçoamento/formação*). Fui também professora substituta no curso de

licenciatura em Física da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e professora da Educação Básica – anos iniciais da cidade de Tuparetama – PE. Encontro-me também fazendo parte do programa de pós-graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ, um sonho desejado e planejado durante muito tempo. Posso afirmar sem medo, estar neste programa de pesquisa e ter a colaboração de uma pessoa, como a minha orientadora doutora Joselina da Silva, será fundamental para a minha formação humana. Além de ter sido aprovada recentemente no concurso docente para professor Adjunto A – dedicação Exclusiva - da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Sendo assim, sou a segunda filha de uma família humilde do interior de Pernambuco, cuja mãe foi uma grande fonte de inspiração em termos de superação e libertação de estereótipos², há muito enraizados na cidade de Tuparetama – PE. Oriundos da zona rural de Santa Rita, onde crescemos. Meus pais, analfabetos, negros e de condições financeiras limitadas, sempre acreditaram que a educação poderia transformar nossas vidas, e se dedicaram intensamente a proporcionar instrução acadêmica para os sete filhos. Como agricultores e lavradores, trabalhavam arduamente para sustentar a família e garantir que todos tivessem acesso à escolarização. Muito embora essa realidade não englobe o meu pai diretamente, já que ele preferiu refazer sua vida, com outra família no sudeste do país.

Inspirada pelo sentimento da minha mãe em relação à educação, desenvolvi uma crescente paixão pelo aprendizado. Nunca me sinto plenamente satisfeita com o que já conquistei, e não há justificativa para a falta de iniciativa em buscar novos desafios. Estou convicta de que, ao testarmos nossos limites, as barreiras sociais se tornam obstáculos a serem superados, transformando muitas realidades. Acredito que esse seja o processo natural que pode promover melhorias em nossa forma de pensar, agir, criar e, acima de tudo, viver.

Completei o ensino fundamental na Escola Municipal Anchieta Torres, uma instituição rural situada no distrito de Santa Rita, em Tuparetama - PE. Posteriormente, tive a oportunidade de atuar como gestora adjunta e coordenadora pedagógica dessa mesma escola. Ali, iniciei minha jornada de alfabetização e desenvolvimento nas letras.

² Estereotipo neste sentido segue a definição do dicionário da Língua Portuguesa, como o “padrão estabelecido pelo senso comum e baseado na ausência de conhecimento sobre o assunto em questão”. Assim como segue as premissas defendidas por Godoy (2009), Heilman, Eagly (2004, 2008, 2010).

Nunca fui reprovada em nenhum ano da Educação Básica e sempre me destaquei como uma das alunas com as melhores notas, demonstrando um desempenho satisfatório em leitura e participação nas atividades. Com frequência, deixava minha mãe e meu irmão mais velho trabalhando na roça para ir à escola, e nunca senti que tinha o direito de faltar a uma aula, ou de não a aproveitar plenamente.

Devido à seca, minha família precisou deixar o campo e se mudar para a cidade de Tuparetama - PE. Foi lá que cursei o Ensino Fundamental II na escola Municipal Francisco Zeferino Pessoa e o Ensino Médio na escola estadual Ernesto de Souza Leite. Com a insatisfação em relação ao Ensino Médio, e sem condições financeiras para arcar com uma faculdade privada — além do fato de que as universidades públicas estavam localizadas em capitais, distantes da minha realidade — optei por cursar o Normal Médio na Escola Cônego Olímpio Torres, onde comecei minha jornada na docência. Com o passar dos anos, mesmo enquanto cursava e realizava estágios, lecionei em diversas escolas estaduais e municipais da cidade, por meio de contratos temporários, licenças ou substituições sempre que o professor titular não podia comparecer. Eu estava sempre pronta para lecionar em qualquer disciplina e pelo tempo que fosse necessário. O orgulho que minha mãe sentia era contagiante; ela frequentemente expressava sua alegria em ver a filha se tornando professora.

A partir destas substituições, e algumas condições financeiras que possibilitaram a cobertura do Ensino Superior, ou a estadia em uma cidade com universidade. A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi implantada no interior, em consonância com a política de interiorização proposta pelo governo do presidente Lula em 28 de agosto de 2006. Um campus foi estabelecido na cidade de Patos - PB, que fica a 80 km da minha cidade natal. Prestei vestibular e fui aprovada entre os primeiros colocados, iniciando, assim, o curso de Ciências Exatas – Física. Concluí a graduação em 2010, com um desempenho acadêmico excelente, sem reprovações, trancamentos ou desistências. Muito embora, esse percurso não tenha sido nada simples, por ser um curso muito difícil, não é à toa que pesquisas recentes, a exemplo da proposta de Siebel e Mendes (2021), dentre outros pesquisadores reconhecem este ramo como Ciências duras³.

Devido a uma formação inicial deficiente, muitos professores da Educação Básica sem formação adequada para o ensino. Muitos colegas, incluindo eu, enfrentaram grandes

³ “Ciências Duras” neste sentido empregado, utiliza-se da definição da tradução do inglês da expressão, *Hard Sciences*, que é o agrupamento das ciências que se utilizam da observação sistemática, experimentos e às vezes da matemática pura como obtenção de conhecimento.

desafios no início do curso, especialmente por conta da falta de embasamento teórico e científico em Física. Essas dificuldades se tornaram uma constante ao longo dos anos letivos. Para ilustrar, em uma turma de 45 alunos, apenas 5 conseguiram se formar, no ano em que me graduei. Isso evidencia que a Física não é uma área que se destaca pela alta taxa de formação de profissionais. Além disso, as dificuldades financeiras que vivenciei me obrigavam a trabalhar todos os dias, o que me deixava sem condições sequer de comprar uma água, já que priorizava pagar o transporte até a faculdade. Era uma rotina de estudos incessantes para garantir que não fosse reprovada.

Eram longos dias dedicados a um trabalho cansativo, aliado a revisão de conteúdos, a resolução de listas de exercícios exaustivas e a rotina de ir à universidade diariamente. O trajeto era repleto de desafios, e as aulas, frequentemente ministradas por professores que se viam como os únicos "donos" da Física, eram marcadas por comentários que insinuavam que uma mulher não conseguiria lidar com um curso tão exigente com facilidade. Essas palavras, embora desmotivadoras, instigavam-me de uma forma que eles mal podiam imaginar, servindo ainda mais como combustível para a minha determinação em concluir o curso.

Em 2006, a prefeitura de Tuparetama, PE, abriu um concurso público para vagas de ensino fundamental. Como ainda não havia finalizado a faculdade, mas tinha cursado o Normal Médio (um requisito para o cargo), decidi participar e, para minha alegria, fiquei entre os cinco primeiros colocados em uma lista de vinte aprovados. Assim, iniciei minha trajetória como professora efetiva do Ensino Fundamental na cidade, atuando em turmas do Ensino Fundamental I. Nesse momento, percebi o valor de todo o meu esforço e dedicação; desejava sentir que o trabalho seria menos árduo para mim do que fora para minha mãe. Queria ter a oportunidade de contar a ela que, a partir daquele instante, eu poderia contribuir e ajudá-la nas suas necessidades, especialmente agora que ela estava envelhecendo, enfrentando doenças e fragilidades, sem ninguém para cuidá-la e preocupar-se com seu bem-estar. Ao ser aprovada, corri para compartilhar essa conquista com ela, e a alegria daquele instante permanece viva em minha memória, assim como a maneira como ela falava sobre isso e o quanto confiava que eu alcançaria esse objetivo, mesmo antes de mim mesma acreditar.

No entanto, meu desejo ainda não estava completamente satisfeito; sentia que faltava algo. Minha aspiração sempre foi atuar na área das Ciências da Natureza e ser professora de Física, que era a minha formação. Assim, após concluir a faculdade, o estado da Paraíba lançou um concurso público com uma vaga para professor de Física do

Ensino Médio. Fiz a prova, fui aprovada em primeiro lugar e assumi a vaga no dia 24 de janeiro de 2013. Com isso, começava minha jornada dupla como professora municipal na cidade de Tuparetama e professora estadual em Monteiro – PB, posteriormente solicitando remoção para Ouro Velho – PB. Trabalhar em ambas as redes de ensino foi desafiador, mas meu amor pelo aprendizado nunca diminuiu; sempre tive uma grande paixão por conquistas.

Na sequência, concluí também o curso de pós-graduação em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba na cidade de Monteiro – PB. Iniciando a partir desse ponto o interesse por compreender por que as mulheres não estão presentes em números de igualdade com homens em alguns cursos e algumas profissões, a exemplo da minha graduação, onde apenas uma (1) mulher concluiu, numa turma de cinco (5) estudantes. Neste curso conheci um professor magnífico, Dr. Vitor Macedo que através de suas belas aulas, sempre contextualizadas me questionava essas diferenças em números.

O tema de Gênero e Ciência despertou em mim uma série de reflexões, especialmente sobre a disparidade na representação de homens e mulheres em diversas áreas do conhecimento. Para explorar essa questão, realizei uma pesquisa com estudantes do Ensino Médio, buscando entender suas escolhas de cursos superiores, suas expectativas em relação a esses cursos e as razões pelas quais algumas disciplinas, ao longo do tempo, se tornaram predominantemente masculinas⁴. Esse processo despertou meu interesse em investigar os fatores que contribuem para a invisibilização das mulheres em determinados campos da Ciência, além de levar a refletir sobre a evolução do significado desse termo ao longo dos anos.

No ano de 2016 elaborei um projeto sobre a participação feminina nas Ciências e concorri à vaga de seleção no mestrado de Ensino de Ciências e Educação Matemática – Ensino de Física da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, sendo aprovada e iniciando assim o sonho de concluir este almejado estudo. Cursei as disciplinas obrigatórias, de linha de pesquisa e optativas, todas em um ano. Solicitei licença remunerada dos vínculos, municipal e estadual, e assim concluí minha defesa de

⁴ Neste curso pesquisei e desenvolvi um trabalho de conclusão sobre o tema Ciências Exatas e da Natureza – Coisa de Mulher? Uma reflexão sobre Gênero, Ciências Exatas e Docência, na Escola Municipal Anchieta Torres – Tuparetama – PE. Trabalho disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9857/1/PDF%20-%20REJANE%20MARIA%20DA%20SILVA%20FARIAS.pdf>

dissertação no ano de 2018, fato muito comemorado por mim e por todos amigos e familiares. Fui a primeira professora mestre em atividade da minha cidade. No retorno às atividades profissionais senti muito mais segurança e desenvoltura no decorrer das minhas aulas, e senti que poderia contribuir com muito mais efetividade para a educação.

No mestrado, o desejo de entender historicamente como as mulheres atuaram em períodos anteriores na Física me levou ao tema do legado Científico de Marie Curie⁵, Cientista, Física, mulher e que foi condecorada com dois (2) prêmios Nobel em áreas distintas ao longo de sua vida, mas que enfrentou muitas barreiras para fazer parte do mundo científico. Realizar o levantamento historiográfico do seu legado, nos remete a entender quais as dificuldades e perspectivas da mulher atuando na Ciência do século XIX.

Através do mestrado, e a partir dele, minha querida mãe já não entendia mais o que eram outras formações *stricto sensu*. Mas, incentivava a cada dia como se fosse a primeira formação, dizia sempre do orgulho e da realização que sentia a cada formatura. E assim foi sempre, com diploma em mãos os olhos negros dela brilham com uma força que nunca senti em nenhum outro lugar. O orgulho em dizer que sua filha foi a primeira professora do município que fez um mestrado e estar atuando na rede de ensino, e que apesar das perseguições pessoais, discriminações, preconceitos, consegue se sobressair neste mundo.

Ao mencionar as discriminações e perseguições enfrentadas durante a vida escolar, refiro-me especialmente à maneira como uma menina da zona rural é recebida em ambientes urbanos. O ambiente escolar pode ser extremamente cruel para algumas pessoas; sentir-se invisível nesses espaços é comum e, muitas vezes, preferível a enfrentar o desprezo ou a discriminações disfarçados de brincadeiras. Não se sentir parte do grupo e sentir-se menos capaz, tornam-se a norma. As piadas e os apelidos, os olhares e comentários sobre seu cabelo, as observações a respeito de suas roupas, as referências ao abandono por parte do pai, e os julgamentos sobre sua capacidade de aprender, por conta da falta de escolarização da mãe são experiências recorrentes.

Por mais que isso seja muito cruel, nem mesmo nos professores da época eu sentia que havia diferença de tratamento. Recordo com clareza de um dia não poder receber os

⁵ No mestrado, a dissertação procurou responder a pergunta de pesquisa: quais os desafios e perspectivas para uma mulher (Marie Curie) fazer parte da produção do conhecimento científico da Física no final do século XIX e início do século XX. O trabalho completo está disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3119>

livros didáticos, esperados com tanta ansiedade, por não ter uma mochila que pudesse proteger esses livros. Tudo que eu mais desejava naquele momento era poder folhear e ler cada um daqueles livros, poder descobrir tanta coisa bonita, ali naquelas folhas, e somente vi todas as crianças da escola fazerem isso e eu observando como elas estavam contentes. A justificativa da professora na época é que todos os livros deveriam ser protegidos na mochila para que pudessem ser devolvidos no ano seguinte. Sistematizando: como eu teria uma mochila, se não tinha um caderno e um lápis para escrever?

Ao conhecer o livro “*Negras Inconfidências: Bullying Não, Isto É Racismo*”, de Benilda Brito e Valdecir Nascimento (2012.), lembrei-me de como as atividades escolares pareciam simples e normais para mim, e para todos ao meu redor. No entanto, na verdade, eram uma das mais evidentes manifestações de racismo. As apresentações culturais eram dominadas por meninas que se enquadravam no padrão estético preferido: brancas, loiras, muitas vezes filhas de políticos, ou comerciantes locais. Enquanto isso, nossa participação se limitava a momentos de silenciamento. Essas meninas representavam “a cara da escola”: sempre bem vestidas e arrumadas, eram as escolhidas para serem as porta-bandeiras nos jogos escolares, as noivas nas quadrilhas e as protagonistas nas apresentações culturais.

Essa situação me levou a me tornar cada vez mais introspectiva, mais silenciosa a cada dia. O silenciamento se tornou algo inevitável, fazendo com que eu mergulhasse nos livros e me dedicasse ao máximo a todas as atividades propostas. Os meninos da escola também contribuía para isso; na hora de formar os pares para a dança da quadrilha, a mais importante da região, eram rápidos em expressar suas preferências: “Com ela, não vou dançar; quero dançar com aquela que é mais bonita.” A princípio, isso me incomodava, mas depois comecei a refletir: quem disse a eles que eu queria dançar com um deles?

Entendi então que esse era o espaço dessas meninas loiras, eu deveria buscar o meu espaço. Evitava conflito, nunca impunha a minha vontade sobre as delas. Fazia o caminho de cada uma ficar no seu lugar. Mas adorava quando a professora, em alguns momentos usava meu nome como um exemplo de aprendizagem, quando era convidada a explicar alguma coisa que elas não entendiam, isso me enchia de motivação. Em histórias de exclusão tenho um arsenal para utilizar.

Foi apenas no curso de Normal Médio que consegui incorporar as atividades teatrais como uma forma de expressar minhas capacidades intelectuais. Recordo-me de apresentações como “*Morte e Vida Severina*” e “*Romeu e Julieta*”, nas quais tive a

oportunidade de interpretar papéis principais. Lembro claramente da imensa realização pessoal que senti ao estar no centro da cena, em vez de assumir apenas papéis secundários, ou de narrador. Em uma dessas montagens, fui convidada pela companhia de teatro da cidade, *Teophilos*, para integrar o elenco. Naquele momento, a sensação foi como se tivesse sido chamada para atuar no teatro mais prestigiado do mundo. Fizemos importantes adaptações e participamos de diversos festivais teatrais. Essa fase foi grandiosa e me proporcionou uma verdadeira sensação de realização.

Perseguições estudantis e profissionais se tornaram ao longo dos anos um combustível potente para impulsionar meus objetivos. O fato de não receber os livros naquele momento me deu força para desejar ter meus próprios livros. Contudo, é importante mencionar que esses percursos deixam marcas em nossas vidas, gatilhos que são disparados em momentos específicos que acabam atrapalhando nossa formação humana. Pensar em como mudar essa realidade é uma missão de cada pessoa, cada ser humano que dignamente entenda que os direitos são iguais sem distinção. A proteção de crianças contra situações tidas como neutras, mas que de fato carregam marcas profundas, é necessária.

Continuando o trajeto de vida, a atuação no Ensino Superior sempre foi algo que me fascinou, poder contribuir diretamente com a formação de outras pessoas, de outras meninas nessa área tão difícil de permanecer, como a Física. A ideia de fixação de uma faculdade privada numa cidade vizinha, que antes era sonho, agora estava se concretizando. Enviei o currículo para a instituição (Faculdade Vale do Pajeú - FVP) e fui convidada a ser professora regular dos cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis. Da qual tive que me afastar posteriormente por interesses pessoais, mas estive na edificação da faculdade, avaliação dos cursos pelo MEC, validação e estruturação dos cursos, atuei pelo período de três semestres na instituição e carreguei comigo experiências proveitosas para minha formação acadêmica e pessoal.

O tão sonhado, desejado e planejado doutorado aconteceu no ano de 2021. A partir do momento que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) lança o edital para seleção das turmas 2021, o coração aponta que esse é o programa que eu esperava. Entender as demandas populares e contribuições sociais, filosóficas e estruturais da sociedade irá contribuir significativamente com a minha comunidade e minha atuação enquanto profissional da educação. Ao passo que as seleções para o doutorado aconteciam, me submeti também a um processo seletivo para professor substituto na universidade que conclui a graduação e no curso de minha formação, Universidade

Estadual da Paraíba – UEPB, curso de Licenciatura em Física, meu sonho diário. Aprovada e atuando na área me sinto cada vez mais encantada pelo Ensino Superior e o quanto quero atuar nesse espaço para que possa contribuir com as licenciaturas e que tenhamos mais professores capacitados na educação básica. Atualmente selecionada também como professora adjunta, com dedicação exclusiva da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

1.3 Sobre Esta Pesquisa

As demandas populares e o desejo por libertação coletiva sempre foram fundamentais na minha formação pessoal e profissional. Por isso, considero justo investigar uma questão que destaque a visibilidade das mulheres negras na Física, uma área que sempre fui apaixonada. É intrigante que, até agora, não havia conhecido uma cientista negra. Além disso, nos propomos a estudar a visibilidade de diversas mulheres que, apesar de atuarem no campo da pesquisa, permaneceram na invisibilidade por muitos anos. Faremos um paralelo entre as situações do Brasil e da Colômbia.

Com essa perspectiva, o objetivo deste estudo é investigar e analisar as narrativas e as trajetórias profissionais de doutoras negras nas Ciências da Natureza no Brasil e na Colômbia. A pesquisa pretende examinar os desafios e conquistas que essas mulheres enfrentaram em sua inserção acadêmica e profissional, buscando promover o reconhecimento de suas contribuições e valorizar suas experiências como pesquisadoras nesse campo. Além disso, a análise se propõe a compreender as possíveis estratégias de resistência que elas desenvolveram diante das discriminações de raça e gênero. Assim, buscamos dar voz às doutoras negras pesquisadoras das Ciências da Natureza no Brasil e na Colômbia, trazendo à tona suas histórias e reconhecendo suas significativas contribuições para o avanço do conhecimento.

Dessa forma, buscamos realizar uma análise do contexto histórico das diferentes manifestações de raça e racismo na vivência cotidiana de mulheres negras nas Ciências da Natureza no Brasil e na Colômbia. Além disso, pretendemos investigar os desafios e conquistas enfrentados por cientistas negras. Também é nossa intenção compreender as entrevistadas, o contexto em que estão inseridas e as contribuições dessas cientistas. Por fim, pretendemos analisar as narrativas de vida, as trajetórias acadêmicas e as possíveis estratégias de enfrentamento do racismo que essas cientistas vivenciam nas Ciências da Natureza.

Como nota-se, a problemática de pesquisa tem espaço para abordar o tema sob vários vieses. Contudo, o estudo ficará restrito às seguintes dimensões: Quais são os desafios enfrentados por doutoras negras brasileiras e colombianas nas Ciências da Natureza em suas trajetórias acadêmicas, incluindo a influência de suas experiências de educação e formação, o impacto de sua identidade racial e de gênero na experiência acadêmica e profissional e de que maneira se manifestam algumas estratégias de resistência adotadas para lidar com a discriminação e o racismo institucional. Assim como, o gênero podendo incidir sobre a participação dessas doutoras em cargos de chefia? Poderia haver algum fator inferindo diretamente sobre a invisibilidade feminina negra visível nessa área da ciência?

Como possíveis hipóteses a esta problemática, notadamente as interconexões entre raça, gênero e educação extrapolam a sociedade como um todo e manifestam-se fortemente na Ciência, dificultando o acesso de mulheres negras ao ambiente científico na área das Ciências da Natureza em instituições brasileiras e colombianas. Provocando uma disparidade no acesso à educação superior e a programas de pós-graduação, limitando a presença delas nesta área. A presença de discriminação e racismo institucional é um impedimento significativo para a permanência e sucesso de doutoras negras nas ciências da natureza. O aumento da visibilidade e de sua representação pode inspirar novas gerações e incentivar a sua permanência nesse campo. Mulheres negras vivenciam barreiras únicas que afetam sua trajetória acadêmica e profissional, que não são enfrentadas por homens negros ou mulheres brancas. A perpetuação de estereótipos negativos afeta a avaliação e as suas relações no ambiente acadêmico.

Dessa forma, ao considerar a Ciência como uma construção social que transporta diversos estereótipos que merecem ser analisados, é fundamental refletir sobre o poder atribuído ao termo Ciência ao longo da história. Isso nos leva a investigar os fatores que resultam na exclusão ou marginalização de determinados grupos, especialmente mulheres negras com doutorado. Segundo Collins (2016), por muitos anos, as mulheres negras têm sido colocadas em posições periféricas nos ambientes acadêmicos, resultando em diferentes abordagens em relação aos paradigmas sociológicos vigentes.

Esse tema sempre despertou meu interesse e me inquietou diariamente: a invisibilidade feminina em certas áreas. No meu caso, desde a graduação em Física, onde a sala de aula era inicialmente formada por cerca de 40 homens e apenas 5 mulheres, até a conclusão do curso, quando restaram apenas 4 homens e 1 mulher. É evidente que algumas áreas atraem mais certos gêneros e raças, e compreender como esse fenômeno

ocorre é crucial para romper esses paradigmas. A problemática da pesquisa é atual e cada vez mais pertinente. Este trabalho visa diretamente fazer com que outras meninas se sintam representadas, reconhecendo que a Física é um espaço que também lhes pertence, e que permanecer nele é uma conquista que pode transformar realidades. Além disso, é importante ressaltar que também trará à tona as contribuições de mulheres negras, que foram invisibilizadas e marginalizadas ao longo dos anos e raramente aparecem no cenário científico.

O período de análise desta pesquisa é contemporâneo, focando em doutoras que trabalham atualmente em universidades brasileiras e colombianas e que realizam pesquisas nas áreas de Ciências da Natureza. Os critérios de inclusão consideram características fenotípicas relacionadas à raça e gênero, além de aspectos acadêmicos. Apesar de atual alguns recortes temporais anteriores se fazem necessários, pois são fundamentais para a compreensão da formação e atuação dessas mulheres nos dias de hoje.

Para seleção destas mulheres, buscou-se uma amostragem de cinco (5) cientistas (3 brasileiras e 2 colombianas) que serão evidenciadas através das produções científicas declaradas nos seus currículos e suas relevâncias de publicações⁶. Assim, têm-se uma amostragem aleatória de várias regiões do Brasil em conversação direta com a realidade da Colômbia atualmente.

A inclusão de cientistas colombianas trará uma perspectiva ampla sobre as duas realidades, evidenciando as semelhanças e diferenças enfrentadas por mulheres negras em ambos os países. Essa análise pode contribuir para abordar a ausência de representatividade feminina negra nas Ciências da Natureza. O intuito deste estudo não é fazer uma comparação, mas sim apresentar uma caracterização que forneça informações significativas para a compreensão das questões discutidas.

Para atingir os objetivos estabelecidos e responder à questão de pesquisa, foram utilizadas alguns acercamentos metodológicos. Optou-se por uma pesquisa qualitativa, uma vez que essa abordagem oferece respostas mais precisas ao problema proposto e confere maior credibilidade aos dados coletados. Realizou-se uma análise das produções científicas presentes nos currículos acadêmicos das cientistas, com o intuito de destacar

⁶ Essa relevância de publicações citadas, refere-se a temas que englobem a Ciência, Tecnologia e Sociedade dentro das Ciências da Natureza. Não se pretende aqui analisar somente as classificações da CAPES, mas o quanto essas pesquisas influem socialmente. Será uma análise preliminar para identificação dessas cientistas e não visa categorizar ou avaliar suas produções científicas.

publicações relevantes em termos de tipo e meio de divulgação, além de suas participações em bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso e da valorização profissional.

A escolha pelo método qualitativo fundamenta-se na necessidade de aprofundar as informações coletadas de maneira objetiva, proporcionando uma qualificação desses dados. Esse aprofundamento foi realizado não apenas para confirmar, mas, principalmente, para explorar as informações obtidas. Assim, os resultados desse processo contribuíram com dados robustos para a reflexão sobre o problema de pesquisa e sobre as formas de atuação social efetiva.

Foi realizada uma busca qualitativa por meio de um levantamento de publicações científicas de pesquisadoras doutoras negras brasileiras e colombianas, conforme declarado em seus Currículos acadêmicos, seguido pela seleção das entrevistadas. Adicionalmente, foram coletados dados atuais sobre a participação de gênero e raça nas Ciências da Natureza em ambos os países. Em seguida, optou-se pela coleta de dados, que consiste na realização de entrevistas semiestruturadas com as pesquisadoras doutoras selecionadas. Embora os dois métodos estejam integrados e se complementem, eles foram executados separadamente e posteriormente articulados na fase de interpretação do estudo. O objetivo dessa estratégia é utilizar resultados qualitativos para explicar e interpretar fenômenos sociais, contribuindo para a construção de realidades mais precisas. (Creswell, 2007).

Para a coleta de dados qualitativos, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, realizadas remotamente através da ferramenta *Google Meet*. Com a devida autorização das participantes foi gravada e transcrita. A escolha pela plataforma de encontros virtuais foi feita com a convicção de que a ausência de interação física não comprometeria a pesquisa. Todos os encontros foram agendados com antecedência, e as entrevistas foram conduzidas em um ambiente que promovia uma conversa livre, sem redirecionamentos em relação aos tópicos a serem abordados. Sendo, com isso, fundamental para garantir a participação ativa, empoderada e livre das doutoras negras envolvidas na pesquisa, respeitando suas falas e experiências, promovendo um espaço seguro e acolhedor para compartilharem suas histórias.

A opção pela utilização da entrevista semiestruturada se deu por se caracterizar pela relação de interação entre entrevistador e entrevistado, o que pode auxiliar na compreensão de fenômenos ligados ao tema. E, também, por permitir o encontro com os elementos sociais que possam estar em consonância com o problema de pesquisa,

contribuindo de forma imediata e coerente com as narrativas decorrentes das experiências vividas pelas cientistas negras brasileiras e colombianas, no decorrer dos processos científicos pelos quais passaram, e de suas práticas científicas como produtoras de Ciência nos países (Nascimento, 2020).

No entanto, ao utilizar-se tais ferramentas metodológicas como recurso para obtenção de dados, questões referentes as análises se apresentam. Para isso, optou-se pela análise de conteúdo na perspectiva de Bardin⁷, como uma forma válida de organização qualitativa. Essa abordagem foi uma técnica qualitativa usada para interpretar e extrair significativos dados textuais na área analisada. Para isso, foi fundamental entender o que pretendíamos com a análise. Incluímos questões específicas que almejávamos por respostas, assim como hipóteses que pretendíamos testar.

Além da compreensão geral dos temas abordados, optamos por atribuir códigos (palavras ou frases curtas) as partes do conteúdo geral. Os códigos ajudaram a organizar e categorizar as informações. Agrupamos os códigos em categorias mais amplas que representaram temas ou padrões. Ajudando-nos a sintetizar os dados. Assim, examinamos as categorias identificadas e buscamos por significados e relações entre elas. Buscando compreender o que os resultados nos mostravam em relação ao objetivo inicial. Para etapa de validação e conclusões nos apoiamos em evidências do material analisado. Retornando ao texto original para garantir que as interpretações sejam precisas e fieis.

Dessa maneira, concentramos nossa pesquisa na interpretação do significado de cada texto transcrito das entrevistas, analisando os sentimentos, as percepções e os contextos em que foram elaborados. Essa abordagem nos permitiu compreender melhor os conteúdos discutidos, assim como as formas e frequências com que se manifestam. O objetivo não foi descrever além do que foi apresentado, nem obter significados impostos, mas sim compreender o verdadeiro sentido dos discursos das cientistas.

De modo que presemos pelo anonimato destas cientistas que participaram da pesquisa e que evidenciemos suas lutas e conquistas de modo individual e sem identificações, buscamos nomeá-las como personalidades negras femininas que contribuíram significativamente com a área das Ciências da Natureza e que se destacaram. Teremos nesta tese as falas das doutoras brasileiras: Merit Ptah, mulher negra que foi a

⁷ É uma Análise de Conteúdo perpassando a discussão entre a teoria e a prática nas pesquisas aplicadas com as entrevistadas. [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

primeira médica no Antigo Egito; Enedina Alves, professora pioneira em Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná; Odilia Teixeira Lavigne, primeira médica negra brasileira. Complementando com as colocações das doutoras colombianas: Idelisa Bonnelly, bióloga marinha; e Ángela Restrepo Moreno. A opção por essa seleção de nomes foi justamente destacar o pioneirismo no trabalho científico feminino negro nessa área. Em capítulos posteriores retomaremos este tema e traremos maiores contribuições destas personalidades.

A presença dessas entrevistadas e de outras mulheres cientistas negras nas Ciências da Natureza tanto no Brasil quanto na Colômbia nos remete a importância de visibilizar esses nomes e descrever suas trajetórias como forma equitativa de demonstrar que os espaços não devem ser negados. Assim como cita Joselina da Silva (2009), “resgatar a memória desta luta evidencia a vida de algumas mulheres que se destacaram na ação contra a discriminação, em que a raça é deflagradora, mas que passa a ser acirrada por outros demarcadores”.

Por fim, para abordar as questões levantadas e atingir os objetivos propostos, esta tese foi organizada em quatro capítulos. Cada um deles é subdividido por temas que nos levam a reflexões relevantes sobre o assunto. Essa estrutura busca contribuir para a amplificação das vozes historicamente silenciadas, originárias de suas realidades acadêmicas, e para o fortalecimento do diálogo epistêmico entre mulheres negras do Brasil e da Colômbia. O intuito é compreender a diversidade de vozes e permitir uma teorização sobre suas experiências e contribuições científicas.

No primeiro capítulo, apresentamos um panorama atual das reflexões sobre a formação das ideologias de raça e do racismo no Brasil e na Colômbia. O objetivo é compreender de que maneira as discussões sobre esses assuntos impactam as relações entre os dois países e com outras nações. Também vamos analisar as diferentes manifestações do racismo em ambas as realidades. É importante destacar que não faremos uma comparação direta entre os dois contextos; no entanto, as abordagens de ambos os países serão extremamente úteis para nossa análise.

No segundo capítulo, será apresentado um panorama das cientistas negras, com uma análise dos desafios e conquistas nas Ciências da Natureza no Brasil e na Colômbia. O foco será explorar a contribuição e a representatividade dessas mulheres, destacando algumas trajetórias acadêmicas. A proposta é investigar a interseção entre raça e gênero, abordando como esses fatores moldam a experiência das mulheres negras no campo científico. A análise incluirá uma revisão da literatura sobre a representação de minorias

nas Ciências, apresentando perfis de algumas mulheres que se destacaram em diversas áreas, como biologia, química, física, engenharia e ecologia.

No terceiro capítulo, serão exploradas as perspectivas de doutoras em Ciências da Natureza, incluindo notas sobre a pesquisa, perfis das entrevistadas, o contexto em que estão inseridas e suas contribuições científicas. Este tópico terá uma abordagem mais prática e metodológica; no entanto, é fundamental ressaltar as dificuldades inerentes à pesquisa, as conquistas das doutoras negras e outros fatores determinantes para este estudo. As vozes negras têm se destacado e se afirmado, desafiando estereótipos e preconceitos, além de promoverem a diversidade e a inclusão na comunidade científica, o que é uma busca necessária. Essas cientistas negras vêm realizando descobertas significativas e avanços em suas áreas de atuação, contribuindo para a ampliação do conhecimento e o desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios globais. Embora suas presenças ainda sejam consideradas marginalizadas em muitos países, como o Brasil e a Colômbia.

Por fim, no último capítulo, serão analisadas as falas e narrativas destas cientistas, obtidas através das entrevistas, por meio de divisões em blocos de conteúdo. Examinaremos suas narrativas de vida, suas trajetórias acadêmicas e o enfrentamento do racismo nas Ciências da Natureza. Será o momento de evidenciar as vozes, e trajetórias femininas negras na área de Ciências da natureza tanto no Brasil quanto na Colômbia. Serão descrições sistemáticas e fieis ao que foi mencionado de acordo com as subdivisões em blocos: identidade e história de vida, relacionamento social, vida acadêmica e profissional, e reconhecimento nas Ciências da Natureza.

Contudo, é importante mencionar que um dos aspectos essenciais que emergiu deste estudo foi a interconexão, sem comparações diretas, entre as vozes de doutoras brasileiras e colombianas. Refletimos sobre como articular os discursos dessas mulheres para que nos levasse a compreensão de suas falas, suas trajetórias e seus caminhos acadêmicos em um grupo predominantemente masculino, como as Ciências da Natureza. As vozes negras na Ciência da Natureza, presentes nesta pesquisa, assim como outras mulheres que não foram incluídas neste levantamento, têm sido frequentemente subestimadas e marginalizadas. Apesar de suas contribuições significativas para o avanço do conhecimento em diversas áreas, isso será explorado ao longo deste capítulo. Analisamos aspectos já discutidos em capítulos anteriores, assim como ao longo de toda a investigação.

Esta tese é uma resposta direcionada a todas nós que começamos nossos cursos

sem compreender a presença das mulheres negras nesses ambientes. Para todas aquelas que, assim como eu, são as únicas em suas famílias a alcançar um doutorado, em meio às formas insidiosas como o racismo se manifesta. Para nós que almejamos um mundo mais justo, inclusivo e humano para todas as pessoas. Em suma, esta pesquisa representa uma conquista não apenas minha, mas de todas que buscam compreender essas diversidades e as maneiras cruéis pelas quais elas se manifestam.

CAPÍTULO II

2. RAÇA E RACISMO: OLHARES SOBRE O BRASIL E A COLÔMBIA

Neste capítulo, serão examinadas algumas questões relacionadas a raça e racismo no Brasil e na Colômbia, de forma separada, focando nas abordagens que envolvem a população negra em ambos os países. Interpelaremos determinadas histórias de formação populacional das duas nações, os efeitos do racismo em suas sociedades, algumas das lutas e movimentos de resistência negra, assim como as políticas públicas que visam promover a igualdade racial. Apresentaremos diferentes perspectivas sobre essas questões complexas e urgentes, com o objetivo de contribuir para a reflexão e o debate sobre como enfrentar o racismo e promover a inclusão e a justiça social em nossas sociedades.

A urgência de uma discussão focada em raça e racismo é uma questão cada vez mais relevante tanto no Brasil quanto na Colômbia. Ambos possuem sociedades multirraciais, onde a questão racial desempenha um papel significativo em diversos aspectos da vida social, econômica e política. A injustiça social expressa na pobreza, na ignorância, na discriminação racial, étnica, etária e sexual, na corrupção e no clientelismo. (Lerma, 2019; Wade, 2018; Gonzalez, 2020; Davis, 1944). Se constituindo em espaços de disputas de saber e poder para brancos e entre brancos, o que, em contrapartida descarta o negro da condição de produtor de conhecimentos e detentor de poder. (Carneiro, 2023).

No Brasil, a questão racial está relacionada principalmente à discriminação e desigualdade social enfrentada pela população negra e afrodescendente. A escravidão e o racismo estrutural deixaram, e ainda persistem, marcas profundas na sociedade brasileira, resultando em uma grande disparidade de oportunidades e acesso a direitos entre brancos e negros. (Moreira, 2019; Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2018). Apesar dos avanços na luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial, ainda há muito a ser feito para garantir a efetiva inclusão e participação da população negra na sociedade. Gonzalez (2022), nos diz que o ‘lugar’ em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno, aqui cito a raça e o racismo. A essa perspectiva, alinha-se a ideia de lugar emancipatório que a mulher negra ocupa, trazendo, a marca da libertação de todas e de todos.

Na Colômbia, a questão racial também é um tema sensível, especialmente em relação à população afro colombiana e indígena. A discriminação racial e a exclusão social são realidades vivenciadas por esses grupos étnicos, que muitas vezes são marginalizados e enfrentam dificuldades para acessar serviços e oportunidades básicas.

A luta pela igualdade racial e pelo reconhecimento dos direitos das comunidades afro colombianas e indígenas tem sido uma pauta importante na agenda política do país (Wade, 2018; Arboleda, 2019; Vigoya, 2007).

Assim sendo, o Brasil tem uma rica trajetória envolta em diferentes culturas, e a sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como também por diversidades multiculturais (Brasil, 1997). Porém, essa realidade ainda é pauta de discussão em muitos ambientes. A escravização africana e a colonização deixaram marcas profundas na sociedade brasileira. Apesar da declaração de Igualdade Racial na Constituição de 1988, as disparidades sociais, econômicas e educativas permanecem significativas, especialmente entre as populações negras. Atualmente, segundo Lélia Gonzalez (2022), ainda se assevera, que existe um ‘lugar do negro’⁸ na nossa sociedade. Essa ideia de lugar como resultante de práticas discriminatórias impostas à população negra que atuam com o intuito de regular suas aspirações através da construção dos ‘lugares apropriados’.

Em consoante, a Colômbia também possui uma herança de escravização, com uma população afrodescendente significativa, especialmente nas regiões da Costa Pacífica. Segundo Arboleda (2018), as populações negras do país estão assentadas nas regiões que antes eram garimpos e fazendas. A costa do Pacífico, a costa do Caribe, os vales inter-indianos de Magdalena, Cauca e Patía. Oficialmente a Colômbia tem uma diversidade étnica muito expressiva, mas ainda enfrenta desafios em termos de inclusão e reconhecimento dos direitos das populações afro colombianas. De uma população de aproximadamente 44 milhões de habitantes, os afros colombianos representam aproximadamente 25%, portanto, não é uma população minoritária, mas uma minoria no imaginário histórico nacional. (Arboleda, 2018).

Em ambos os países, a discussão sobre raça e racismo envolve a necessidade de reconhecer e enfrentar as diferentes formas de discriminação e exclusão racial que persistem em suas sociedades. Um olhar crítico e reflexivo sobre as estruturas e práticas racistas é fundamental para promover a justiça racial e a equidade social, construindo, assim, uma sociedade mais inclusiva, diversa e igualitária.

Se fará aqui, uma reflexão sistematizada acerca dos temas raça e racismo ao longo

⁸ No livro *Lugar de negro*, Lélia Gonzalez (2022), sintetiza questões muito centrais sobre o debate racial brasileiro. Lélia relembra uma frase de Millor Fernandes sobre a peculiaridade do racismo brasileiro ao dizer que “no Brasil não existe racismo por que o negro conhece o seu lugar”. Saber o seu lugar, segundo Lélia, é uma expressão de naturalização das posições sociais, uma hierarquia presumida que aloca indivíduos segundo os marcadores sociais de raça, classe, gênero e território.

dos anos e as principais contribuições para esta problemática baseada em pesquisadores como: Peter Wade (2018), Andrews (1998), Santiago Arboleda (2019; 2018), Silvio Almeida (2018), Clovis Moura (1988), Joel Rufino (1984), Kabenguele Munanga (1986; 2013), Adilson Moreira (2019), Betty Ruth Lozano (2013; 2019); Lélia Gonzalez (2020; 2022); Sueli Carneiro (2011); Joselina da Silva (2009; 2018), Djamila Ribeiro (2018); dentre outros. Entendendo-se que as construções sociais são cruciais para a análise da perspectiva geral, assim como para a realização de um exame sistemático da discussão que permeia as definições deste tema. Com isso, será possível analisar de maneira contextualizada as relações raciais e os estudos sobre e para a população negra.

Sendo assim, para efeitos de melhor compreensão da abordagem e assim, contribuição para melhor assimilação das construções sugeridas, subdividiremos o tema em três sub tópicos:

2.1. A Raça e o Racismo como Construções Sociais

2.2. Relações Raciais no Brasil

2.3. Relações Raciais na Colômbia

Espera-se com isso, que possamos analisar as construções sociais e a atuação dos determinantes de raça e racismo nos espaços sociais e o modo como essas determinações são fundamentais para que se mantenha os padrões de dominação e poder, assim como as definições de lugares predeterminados de atuação de cada indivíduo.

2.1. A Raça e o Racismo Como Construções Sociais

Compreender inicialmente como atuam os espaços de dominação perpassa pela lógica de compreensão sobre os termos aqui apresentados. Analisar as construções sociais em torno das definições de raça e racismo se torna fundamental para que se possa assimilar como essas variantes interferem diretamente nos lugares de permanência de cada indivíduo na sociedade, o ‘lugar do negro’ como cita Gonzalez (2022). Construir a lógica atravessada das intencionalidades na elaboração e uso de cada definição nos trará uma abordagem concreta em torno do quanto se faz necessário que este tema esteja em debate sistematicamente e cotidianamente. Silenciar a problemática não trará avanços, muito pelo contrário.

A discussão sobre raça e racismo é fundamental para compreendermos as

dinâmicas sociais, políticas e econômicas em diversas sociedades ao longo da história. Esse estudo se propõe a analisar a raça e o racismo como construções sociais, enfatizando como essas categorias são moldadas, reproduzidas e contestadas nas interações humanas, com foco nas realidades brasileiras e colombianas.

Como diz Clóvis Moura (1988), os estudos sobre o negro brasileiro, tem sido comprometido com uma pretensa imparcialidade científica, por uma ideologia racista racionalizada, que não deixam de remeter a uma cultura escravista. Assim como, a um desejo de continuidade dessa dinâmica ideológica da sociedade, em que predomina o desejo do dominador, neste caso o branco, sobre o dominado, o negro. Observe-se que este pensamento fora desenvolvido há três décadas e meia e ainda assim, continuamos no mesmo limiar ideológico, com poucas mudanças sociais. Remetendo-nos a importância de análises atuais.

Para alcançarmos o objetivo desta análise, iremos distinguir entre raça e racismo separadamente, a fim de proporcionar uma abordagem conceitual mais clara.

2.1.1. A Raça Como Construção Social

Assim como outros conceitos, a raça é uma variável fundamental na influência de diversos fatores sociais. Não corresponde a nenhuma realidade natural, trata-se de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada unicamente em atitudes negativas frente a certos grupos (Guimarães, 1999). Como atributo social é historicamente elaborado, e continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social (Hasenbalg, 2022).

Inicialmente, ela se relaciona a categorias biológicas e socioculturais que são atribuídas a grupos de pessoas com base em fenótipos, como características físicas, cor da pele, textura do cabelo e formato dos olhos (Guimarães, 1999). Contudo, é crucial destacar que, dentro dessa perspectiva, o termo "raça" será utilizado neste trabalho, como teorizou Guimarães (1999), não se tratando de um dado biológico, mas de construtos sociais, formas de identidade que foram utilizados para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Além disso, esse assunto continua a ser objeto de amplos debates entre estudiosos. Faremos neste item, análises a partir dessas discussões.

As discussões, os ensaios e as teorias sobre a diversidade humana, incluindo a noção de raça emergiram como resultado das grandes viagens e descobertas do século XV, através de raízes históricas que remontam a classificações científicas e sociais que

emergiram a partir do encontro entre as civilizações (Todorov, 1993). Ao longo dos séculos, as características físicas, como a cor da pele e traços faciais, foram utilizadas para justificar desigualdades, discriminações e violências (Munanga, 2004). Contudo, estudos antropológicos e sociológicos demonstram que a raça não possui uma base biológica objetiva; em vez disso, ela é um inventário social, uma forma de categorizar e hierarquizar os indivíduos conforme normas culturais e políticas (Munanga, 2003). Mas, a raça, como categoria sociológica, pode ser útil para a compreensão das relações sociais cotidianas, não só com relação à prática local, mas, também nacional, global. Essa categoria estará presente em diferentes experiências da vida social: nas distribuições de recursos e poder, nas capacidades subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação. (Schucman, 2020).

Todorov (1993), cita que a ideia inicial de utilizar a classificação por raça surge nos encontros entre a civilização europeia e os indígenas americanos, os negros africanos e os asiáticos. A partir de então surge a necessidade de classificar e definir o que, e quem era a humanidade, quem comanda, quem obedece, quem ganha, e quem precisa ceder. Notemos, que essa classificação é baseada apenas em características físicas. Utilizada historicamente para justificar a discriminação e opressão de determinados grupos étnicos, como no caso da escravidão e do colonialismo. No entanto, a biologia moderna demonstra que não existem diferenças genéticas significativas que justifiquem a classificação de raças humanas hierarquizadas.

Entre os séculos XV e XVIII, um dos principais marcos da humanidade foi a classificação de diferentes grupos humanos, que estava intrinsecamente ligada à hierarquia social e aos fundamentos teológicos (Munanga, 2004). Durante esse período, embora a visão monogenista defendesse que todos os seres humanos descendiam de uma única espécie, resultando em uma única humanidade, a categorização racial servia como uma estratégia para perpetuar o poder e o controle de certos grupos sobre outros. As variações humanas eram interpretadas como diferentes graus de perfeição em relação ao Éden (Schwarcz, 1993). Tanto nesse período quanto em épocas anteriores, acreditava-se na existência de raças distintas, cada uma com suas características físicas e intelectuais peculiares. A noção de superioridade racial era amplamente aceita, justificando a exploração e a dominação sobre grupos considerados inferiores. (Munanga, 2004).

Fato notório que se entendia o negro neste período como biologicamente inferior, responsável por todas as causas de atraso social que os acometesse, e principalmente devendo ser resiliente para que sua situação fosse mudada futuramente. A justificativa

religiosa se enquadrava bem nesses pré-requisitos sociais. A classificação baseada na hierarquização traria atributos necessários a escravização regulamentada e justificada para a humanidade. Várias serão as explicações trazidas para esse fator. Contudo, algumas se sobressaem.

Através da argumentação religiosa, os negros seriam descendentes de Cam (ancestral de raça negra), filho de Noé, e sendo assim, seriam responsabilizados pela sorte atribuída a seu ancestral. Segundo a interpretação bíblica de Gênesis tudo estava consoante com essa realidade (Munanga, 2003). Afirmava-se que em determinada parte do texto bíblico, Noé plantou uma vinha que deu delicioso vinho, com o qual ele bebeu bastante até se embriagar. Conta o texto que Noé ficou nu na sua tenda e Cam, um de seus filhos, viu sua nudez e correu para contar aos seus irmãos. Enquanto os demais irmãos, Sem (ancestral de raça amarela) e Jafé (ancestral de raça branca) não avistaram a nudez do pai, em respeito. Noé então, ficou furioso e lançou uma maldição em seu filho Cam, dizendo que este seria amaldiçoado e com isso ele e seus descendentes se tornariam os menores dos servos pelo mundo (Gênesis, 9:22; Munanga, 2003; Schwarcz, 1993).

Com a visão monoteísta da humanidade que perdura até meados do século XIX, afirmando, assim como a determinação bíblica, que o homem teria uma única origem, mas as diferenças persistiam baseados na perfeição do Éden. Pensava-se na humanidade como o mais perfeito, mais próximo do paraíso, ao menos imperfeito, mais degenerado, capaz de coisas atrozes (Schwarcz, 1993).

Assim como Can, filho de Noé, como afirma Schwarcz (1993), o negro seria o único responsável por mediar esta situação e se libertar desta condição de servo. Para isso, deveria se submeter aos métodos escravistas e com isso ascender de situação na forma espiritual. Tanto religiosamente, quanto cientificamente estaria justificado o fato da inferioridade do negro perante o branco e assim igualmente justificados os métodos e modos de escravização que foram amplamente praticados durante esta época. Principalmente em relação aos africanos, que eram trazidos para as Américas, para trabalhar nas plantações e minas. A justificação para essa prática era baseada na ideia de que os africanos eram torpes, indignos e destinados a servir como mão-de-obra escrava, esse seria o destino de todos que fossem considerados inferiores. (Schwarcz, 1993; Todorov, 1983).

As razões para a utilização do termo raça serão amplamente debatidas ao longo de muitos séculos por diversos pesquisadores, como Schwarcz (1996), Todorov (1983), Munanga (2003; 2004), Guimarães (1999), entre outros. Serão destacadas várias

dimensões históricas, sociais, científicas e culturais para justificar esses conceitos. No entanto, é importante ressaltar que a noção de raça tem raízes históricas que remontam à colonização e à escravidão. A maneira como os grupos humanos foram classificados e estereotipados gerou consequências profundas e duradouras. Não se trata de uma questão biológica, mas de construções sociais, que estabelecem formas de identidade fundamentadas em uma ideia biológica equivocada, mas que se mostram socialmente eficazes para constituir, manter e reproduzir diferenças e privilégios (Guimarães, 1999).

A análise da raça, conforme indicado por Almeida (2019), pode se converter em uma ferramenta crucial para entender as interações complexas entre história e sociedade. Ao longo do tempo, a raça tem sido utilizada não apenas como uma forma de categorizar indivíduos, mas também como um mecanismo para estabelecer hierarquias sociais que perpetuam desigualdades. Essas dinâmicas históricas têm implicações diretas nas realidades contemporâneas, onde questões de discriminação, privilégio e acesso a oportunidades continuam a ser discutidas e abordadas em diversos âmbitos. A compreensão das origens e das transformações dessas classificações raciais é fundamental para dismantelar preconceitos enraizados e promover a equidade.

Há grande controvérsia sobre a etimologia do termo raça. O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. (Almeida, 2019).

De acordo com Almeida (2019), a etimologia do termo raça destaca aspectos importantes da sua evolução conceitual e histórica. É verdade que o uso do termo passou de classificações biológicas, como no caso de plantas e animais, para a categorização de seres humanos de maneira mais complexa e problemática. Essa transição para uma compreensão de raça associada a características humanas, especialmente físicas e culturais, é um fenômeno que se consolidou durante a modernidade, particularmente com o advento de sistemas de classificação que buscavam hierarquizar diferentes grupos humanos.

A partir do século XVI, com a expansão europeia e a colonização, surgiram ideias que buscavam justificar a desigualdade entre esses grupos, associando características raciais a supostas superioridades ou inferioridades. Essa construção social da identidade

racial teve profundas consequências ao longo da história, influenciando desde políticas coloniais até sistemas de opressão, como a escravidão e o apartheid. Essa expansão teve como resultado o contato entre europeus brancos e populações não brancas das áreas que iam sendo incorporadas ao mercado internacional. Resultando em incorporações de povos inteiros aos domínios coloniais metropolitanos, migrações forçadas entre continentes e regiões e a sujeição forçada da população de cor a sistemas repressivos de trabalho. (Hasenbalg, 2022).

No início destes períodos de colonização, com a chegada de colonizadores aos continentes, ao se depararem com pessoas com características diversas e diferentes entre si, a inquietude era para encontrar uma maneira de classificar essas pessoas. Mais especificamente uma tentativa de encontrar meios para demonstrar que eram seres humanos, buscando uma forma de mostrar inferioridade destes. O domínio de algumas técnicas de batalhas e explorações levou os povos nativos a serem considerados menos capazes que os colonizadores. Diversos países passaram por esse método de povoamento. A inquietude com relação ao diferente sempre abalou a humanidade. (Munanga, 2003).

A visão predominante no momento é a monoteísta, que pregava a ideia do evolucionismo, considerando esses novos homens, inferiores em cultura, em moral, em inteligência, em beleza, enfim, através dos padrões de inferioridade seria possível os fazer compreender seus complexos de designação servil. Com isso, não significa dizer que todos foram passivos e compreenderam essa ideia determinada. As lutas e momentos de rebelião fizeram da nossa cultura um padrão de diversidade e qualidade. (Schucman, 2020).

Segundo esse pensamento definido por Schucman (2020), seria uma perspectiva de superioridade cultural e moral que foi comum em algumas correntes de pensamento, especialmente durante os períodos do colonialismo e da expansão imperialista. Essa perspectiva frequentemente associava a ideia de monoteísmo a um tipo de verdade universal, onde sociedades que não seguiam esse padrão eram vistas como inferiores, inferindo-se que essas culturas possuíam um desenvolvimento evolutivo atrasado em comparação com a cultura ocidental predominante.

O evolucionismo, nesse contexto, foi uma teoria que tentou aplicar uma lógica darwinista às culturas humanas, argumentando que sociedades mais complexas e tecnológicas eram, de alguma forma, superiores a sociedades consideradas mais simples ou primitivas. Essa concepção tem sido amplamente criticada e refutada por antropólogos e historiadores, que argumentam que todas as culturas produzem formas ricas e

complexas de organização social, pensamento e expressão. (Schucman, 2020).

Essa visão monoteísta e evolucionista pode levar a um etnocentrismo, onde as tradições e valores de uma cultura são vistos como o padrão a ser seguido, levando à desvalorização de outras crenças e modos de vida. Este tipo de discurso ignora a diversidade e a variedade de experiências humanas, além dos contextos históricos e sociais em que cada cultura se desenvolve. Esses pressupostos podem surgir quando se adota essas visões da cultura. Esse tipo de perspectiva pode, de fato, favorecer uma forma de etnocentrismo, onde se privilegiam determinados valores e tradições em detrimento de outros, criando uma hierarquia de credibilidades que, muitas vezes, marginaliza culturas não ocidentais ou não monoteístas. Podendo acarretar à desvalorização de práticas e crenças que, embora diferentes, têm seu próprio valor e significado dentro de contextos históricos e sociais distintos.

O apagamento proposital da história, religião, cultura, ciência, e demais áreas de alguns povos, são uns dos preceitos que nos leva a crer que o mais imponente poder de dominação na época era a inferiorização, isso era possível através das classificações de raças superiores e inferiores (Munanga, 2003; Pinheiro, 2020). Se considerarmos que a humanidade surgiu na África e, com ela, as primeiras civilizações, é conformemente plausível se pensar que foram esses seres humanos aqueles que desenvolveram formas preliminarmente eficazes de subsistência, saúde, moradia, ciência, conhecimento, enfim, não cabendo com isso, argumentos de inferiorização racial. (Pinheiro, 2020).

Através desses padrões de superioridade branca, as civilizações passam a dominar e serem dominadas. A sociedade colonizada abrange os autóctones, habitualmente chamados indígenas ou nativos, na linguagem do administrador colonial. Embora considerada numericamente superior, a sociedade colonizada era considerada minoria sociológica. Antes instrumento criador de riquezas, seus territórios foram arbitrariamente divididos sem outros critérios senão os interesses das potências coloniais (Munanga, 1986).

Quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana em meados do século XV, a organização política dos Estados Africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular no qual as diferentes camadas sociais eram representadas. Em contrapartida, o desenvolvimento técnico, incluída a tecnológica de guerra, era menos acentuada. Isto pode ser explicado pelas condições ecológicas, socioeconômicas e históricas da África daquela época, e não biologicamente, como queriam alguns falsos cientistas (Munanga, 1986).

De acordo com esse período histórico delimitado por Munanga (1986), os dados oriundos dos povos originários se referem a saberes médicos, químicos, farmacológicos, arquitetônicos, artísticos, culinários, sanitários, astronômicos, matemáticos, eram, em graus diferenciados, parte dos saberes dos povos do continente africano. Contudo, a dominação cultural é um caminho necessário para que a subalternização pudesse ser exercida com eficácia. Munanga (1986), nos demonstra o quanto os saberes oriundos destes povos eram, em graus distintos muito avançados e popularmente difundidos perante a sociedade, até mesmo quando escravizados e apagados das suas tradições seus saberes foram fundamentais para garantia de sua resistência e sobrevivência. (Munanga, 1986).

O pensamento racializado tenta, desde seus primórdios, se firmar como naturalmente aplicável. Enquanto, tenta apagar civilizações, traduzir seus saberes em graus de importância e desvalorizar seus conhecimentos como uma maneira eficaz de determinar a hierarquização sugerida através da raça. Foi uma das maneiras encontradas pelos seres humanos, assim como afirma Munanga (1986), de classificar. No século XVIII, a cor da pele foi considerada um dos critérios no processo de classificação racial. A humanidade ficou assim subdividida em: branca, amarela e negra. No século XIX, foram acrescentados outros parâmetros como nariz, queixo, ângulo facial, etc. (Munanga, 2004).

Através da exploração do continente africano, especialmente por meio da escravidão, o Ocidente vivenciou uma diversidade étnica e cultural ainda mais ampla do que a inicialmente percebida (Almeida, 2019). Os povos africanos foram dispersos por diversos continentes e em diferentes proporções. De maneira geral, os sudaneses (iorubanas) foram principalmente levados para a Bahia, enquanto os Bantos foram trazidos para o Rio de Janeiro e Minas Gerais (Funari, 2016). Esses grupos passaram a fazer parte das populações locais, tanto nativas quanto colonizadoras, com a intenção maior de justificar a superioridade de um grupo sobre o outro. As primeiras classificações eram fundamentadas apenas no poder e na dominação, onde o dominador se opunha ao dominado, e essa hierarquia era influenciada pela questão racial.

Essa contextualização remete-nos a compreensão de que ao dar visibilidade ao encontro dos africanos com o território, tanto do Brasil quanto da Colômbia e demais países, de modo racializado, vamos nos deparar com uma dimensão fundamental da necessidade de categorizar raças. Com ações antigas e atuais, encobertas pelo racismo, nas suas mais variadas formas, pelas tentativas de branqueamento das populações e pelos discursos preconceituosos que perpassam essas populações.

Com a expansão dos engenhos e fontes de trabalho escravo em alta, a solução seria trazer cada vez mais pessoas que pudessem suprir a necessidade de mão de obra, tudo isso devidamente justificado pela igreja e pelos discursos proferidos formalmente. Segundo Funari (2016), em 1570, já haviam mais de cinquenta engenhos na colônia e, em 1584, quinze mil escravos africanos foram espalhados pelo mundo. Os índios também eram escravizados, alguns autores consideram que introduziram cerca de 350 mil escravos, nos séculos XVI e XVII, e cerca de um terço atuaram diretamente na economia brasileira.

Ressaltando que existem períodos da história que, não se tem ainda, registros formais sobre as entradas e saídas de pessoas escravizadas, dada a falta de documentação, após a proibição de movimento de escravos pelo mundo. Isso não significa que não tivesse continuado a mesma prática, agora de maneira informal, mas que se manteve o mesmo exercício de dizimar e espalhar populações em forma de escravos pelo mundo. Mas, a documentação era adulterada, ou simplesmente não existia. (Agostini, 2007).

Após o fim da escravidão no Brasil em 1888, vários pesquisadores têm tentado entender melhor os fluxos migratórios e os movimentos populacionais, e isso inclui tanto a análise de documentos que envolvem o tráfico de escravos quanto estudos sobre a imigração após a abolição. Jefferson de Oliveira, pesquisador que tem trabalhado na reconstrução de dados sobre o tráfico de escravos, estudando fontes documentais; Ronaldo dos Santos, se concentra nas quantidades e nas rotas de tráfico de escravos para o Brasil; Laura de Mello e Souza, historiadora que estudou muitos aspectos da sociedade brasileira, incluindo a escravidão e suas consequências. Além do IBGE, que embora não focado exclusivamente no tráfico de escravos, fornece dados e estudos que podem ajudar a entender a demografia pós-abolição.

Com o método de exploração em alta e a necessidade de cada vez mais mão de obra, os africanos passaram a ser distribuídos pelo mundo em uma proporção grandiosa (Nascimento, 1996). Negro torna-se então, sinônimo de primitivo, sem dotação para a inteligência, menos capazes, sem sentimentos (Pinheiro, 2018). Contudo, como mencionado anteriormente, tudo isso se justificava na busca pela ascensão, tudo era devidamente qualificado e permitido. Foram negados seus legados artísticos, científicos, tecnológicos e demais contribuições. O continente africano, ainda na atualidade, é resumido em um local de exploração e escravização. Ainda atualmente têm-se dificuldade de notar as potencialidades atreladas ao continente. A visão errônea que se tem é de pobreza, inferioridade e permissividade atrelados a África. (Munanga, 1986; Nascimento,

1996; Pinheiro, 2020; Cunha Júnior, 2010).

Através destes e outros métodos de exploração humana, as populações colonizadas passaram a ser diversas e distintas entre si. Essas diversidades levavam a uma busca pela justificativa dos métodos de separação. Classificar os seres humanos em categorias fundamentava o fato de haver uma superioridade branca sobre os demais. Então a explicação biológica seria de fato bem aceita. Procurou-se, com o passar dos tempos, diversas explicações para o fato de que os negros seriam inferiores aos brancos e assim deveriam ceder e servir, como vemos nesta análise. (Pinheiro, 2020).

Segundo Munanga (2013), na sociedade existem diferenças e semelhanças entre as pessoas com relação à cor da pele. O conceito de raça teria fundamento exatamente nestas diferenças, primeiramente mediante marcadores genéticos, que serviam para classificar estas diferenças, para nomear o que apareciam como características diferentes umas das outras. Apenas classificar não seria o problema, de acordo com Munanga (2013), o caso é que além desta classificação foi proposto uma hierarquização de uma raça sobre a outra (raças superiores e raças inferiores). Com o passar dos anos os conceitos se aprimoram e raça deixa de ser uma questão biológica e passa a ser uma questão ideológica e política, ainda utilizada no sentido de hierarquizar, de dominar.

Ianne (1996), propõe o conceito de raça como categorias históricas, que se constituem socialmente a partir das relações sociais. Com convicção essas categorizações são padronizadas considerando os traços fenotípicos e de cor. Muito embora após a concretização das diferenças, as relações sociais determinarão as constituintes de cada raça. Essa visão desafia a ideia de que a raça tem uma base biológica ou genética fixa, sublinhando que as categorizações raciais são, na verdade, construções sociais que surgem e se transformam ao longo do tempo, em resposta a dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Essas categorizações são padronizadas e frequentemente se baseiam em traços fenotípicos, como a cor da pele, textura do cabelo e outros aspectos visíveis.

As situações sociais que circulam os conceitos de raça irão nortear diversas constituições ao longo dos anos e se firmar como categorias atuais. Estarão sempre norteadas por ser cada vez mais gradativo, poder cada vez mais absoluto, e saber cada vez mais. Quem domina a tríade ser, poder e saber estará no topo das condições que confirmam essa hierarquização de raças e consequentemente de poderes. (Ianne, 1996).

Fanon (2008), cita que o negro é uma construção do branco. A branquitude europeia, empenhou-se em determinar as raças e hierarquizar, inclusive criando graus hierárquicos. As construções sociais em torno do negro serão comumente derivadas de

atrasados, sem características humanas, sexualizada e animalizada. Deixando evidente que esses povos deveriam ser reduzidos a estas características. Enquanto para o branco seriam consideradas construções sociais válidas atreladas ao poder, saber, superioridade, inteligência.

Fanon (2008), afirma que a civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial. Situação essa, que modifica o pensar humano e se confirma como verdade com o passar dos tempos. Salientando, com isso, que muitos negros terão que se encaixar no padrão branco para se sentirem pertencentes a este meio. Quanto mais branqueado ele parecer, maiores serão as chances de ser aceito, perpassando pela comunicação, pela aparência, pela conduta social. Muitos negros se sentirão mais acolhidos socialmente se afastarem das características de atraso e desprezo. “O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. Tão mais branco será, quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva.”(Fanon, 2008).

Guimarães (1999), menciona a raça como uma forma de classificação social, baseada em atitudes negativas frente a certos grupos sociais e na atribuição da desigualdade social e características pessoais. Complementando esse pensamento Almeida (2018), infere que o sentido do uso deste termo está inevitavelmente atrelado as circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás de raça sempre há conflito, contingência, poder e decisão, sendo assim, são inerentemente atrelados ao sentido de conquistas, histórias, política, interesses das sociedades.

Para Lélia Gonzalez (2020), na sociedade brasileira, raça, racismo, sexismo são formas de opressão produtoras de desigualdades que tem propósito firmado em acumulação capitalista, buscando explorar a força, o trabalho, a produção. Situação altamente benéfica para classes dominantes, neste caso, uma parcela da população, em sua maioria branca. A afirmação de que essas formas de opressão estão profundamente ligadas à acumulação capitalista evidencia uma crítica ao sistema econômico que, muitas vezes, se sustenta na exploração das classes mais vulneráveis, que, no caso brasileiro e colombiano, são majoritariamente negras e indígenas. Essa dinâmica não só perpetua desigualdades econômicas, mas também sociais e culturais, onde a história e a identidade de grupos marginalizados são frequentemente invisibilizadas. Ademais, a ideia de que essa situação beneficia uma parcela da população, predominantemente branca, provoca uma reflexão necessária sobre as estruturas de poder e privilégio que existem na sociedade. Isso implica entender que a luta contra o racismo e o sexismo deve ser também

uma luta contra o sistema econômico que os sustenta.

Segundo Almeida (2019), a noção de raça enfrenta o mesmo problema. Embora muitos ainda tendam a defini-la como uma realidade biológica, outros afirmem que ela não pode ser critério válido de classificação dos seres humanos por que não possui validade científica. Há também os que a descrevem como uma construção social cuja significação muda com o tempo, permitindo a criação de identidades raciais. Alguns autores, segundo Almeida, argumentam que essa categoria é necessária para a classificação dos indivíduos em certos contextos. Contudo, o caráter mutante dos conceitos de raça nos coloca diante de muitas questões, motivo que fez com que alguns autores, em tempos atuais, preferissem abandonar teorias genéricas sobre esses temas para se concentrarem em mecanismos de dominação racial.

Assim, como a maioria dos conceitos, raça passou por vários momentos históricos para sua categorização. Desde a observação da formação etimológica da palavra, do italiano *razza*, que se deriva do *latim ratio*, que significa sorte, até o século XVI – XVII, que passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais. Até o século XVIII, batizado de século das luzes, da racionalidade, onde os filósofos iluministas contestam o monopólio do conhecimento e da explicação concentrado nas mãos da igreja e os poderes dos príncipes, e o conceito de raça busca uma explicação baseado na razão, não mais somente na fé (Arendt, 1989). No século XIX acrescentou-se, além dos critérios baseados na cor da pele, a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, do ângulo facial para classificar, brancos, negros e amarelos. Os marcadores genéticos ainda são critérios para essa classificação em alguns países, como é o caso dos Estados Unidos por exemplo (Munanga, 2003).

Desse modo, conclusivamente a raça seria um importante mecanismo de conquista que pode ser configurado em duas definições que se cruzam e se complementam, de acordo com Almeida (2018), como característica biológica, utilizando os traços de cor de pele, de tipo de cabelo, de análise fenotípica e como característica étnico- cultural, em que sua identidade estará atrelada aos costumes e culturas de cada região. Contudo, não podemos esquecer que independente do que se pregue, raça é um elemento essencialmente político, como define Gonzalez (2020), sem qualquer sentido se não o que se utiliza para este fim.

Com esses ideais relacionados à raça, utilizados como um método de classificação para determinar quem é superior e quem é inferior, o racismo encontra formas de se perpetuar socialmente, tentando justificar a crença na superioridade e inferioridade a

partir de características biológicas. Além disso, ao longo dos anos, essa crença se alimenta de processos sociais que acabam sendo naturalizados. A raça é uma categoria intimamente ligada ao poder e à hierarquia, e a classificação de cada indivíduo pode, de fato, variar de acordo com a história e os significados atribuídos em diferentes regiões do mundo. (Schucman, 2020).

Classificar raças de acordo com Munanga (2013) não seria o cerne da problemática social decorrente dessa questão. No entanto, é lamentável que, desde tempos remotos, a humanidade se tenha atribuído o direito de hierarquizar, ou seja, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. Outro aspecto a ser considerado é a evolução do significado da palavra "raça" ao longo do tempo e nas diversas nações. O conceito que prevalece no Brasil, por exemplo, é distinto do que se aplica nos Estados Unidos, assim como difere do entendimento no Oriente Médio, e assim por diante. Cada sociedade utiliza seus conhecimentos para formular suas classificações, moldando-as de acordo com suas particularidades.

Além disso, a conversa atual sobre raça transcende apenas definição e classificação, levando a discussões sobre identidade, injustiça social e as implicações do racismo. Portanto, compreender a etimologia do termo raça e sua evolução é essencial para refletir sobre as questões contemporâneas relacionadas à diversidade humana e ao combate à discriminação racial. É um convite à construção de um entendimento mais abrangente e crítico, que considere tanto a história quanto a luta por equidade e justiça social. Assim como defende Gonzalez (2022), em meio a raça há política e interesses sociais que não devem ser relegados apenas a questões gerais.

A forma como a raça é percebida e classificada varia significativamente entre diferentes culturas e períodos históricos, refletindo as relações de poder e dominação. No contexto contemporâneo, é crucial reconhecer o impacto dessas categorizações na vida das pessoas, levando em conta questões como discriminação, desigualdade e o acesso a oportunidades. Discutir a raça como uma construção social abre espaço para um entendimento mais crítico e nuançado das relações sociais, além de promover a reflexão sobre como podemos trabalhar para desconstruir preconceitos e construir sociedades mais justas e equitativas.

Raça, classe e gênero ainda constituem formas de opressão que se interseccionam, mas as maneiras pelas quais elas se organizam hoje para produzir injustiças sociais difere daquelas de épocas anteriores (Collins, 2019).

2.1.2. O Racismo Como Produto Social

O racismo, como produto social, se classifica desta maneira, por se configurar em manifestações sociais de raça, refletindo ideologias que promovem a discriminação e a exclusão, é produzido pela, e produtor da, categoria raça. (Schucamn, 2020). Ele pode se apresentar em diversas formas, entre elas podemos citar: institucional, estrutural, interpessoal e internalizado, como veremos a partir deste tópico. É importante destacar que ele não se limita apenas a ações individuais, mas também está profundamente enraizado em instituições e práticas sociais que perpetuam desigualdades raciais. Além disso, novas formas de racismo, como o ambiental e o digital, emergem em contextos contemporâneos. Compreender suas nuances poderá contribuir para intensificação dos trabalhos em torno do combate e prevenção a atitudes racistas, de modo que seja intensificado o fortalecimento destas iniciativas preventivas.

Segundo Almeida (2019), o termo racismo tem uma pluralidade de significados, nos ajudando a compreender suas várias dimensões. Certas teorias sobre o assunto enfatizam seu caráter interpessoal, algumas o seu aspecto cultural e outras, sua dimensão institucional. Contudo, todas elas têm relevância para analisarmos as formas como ele se manifesta, assim como, os modos como afetam as populações e interferem em suas situações. Principalmente no modo como as civilizações são hierarquizadas e invisibilizadas em decorrência dessa abordagem.

O racismo, originado de questões raciais, resulta dos processos de hierarquização entre os indivíduos. Ele sustenta a ideia de que um grupo é racialmente superior a outro, promovendo a exclusão dos considerados inferiores em favor dos superiores. As diversas manifestações desse racismo refletem as diferentes formas de preconceito, discriminação e rejeição, que são percebidas como situações distintas. Em suma, fronteiras raciais simbólicas são erigidas para organizar e hierarquizar a sociedade, mas também usadas pelos dominados para resistir a opressão, ou seja, para lhes garantir igualdade de oportunidades (Guimarães, 2021).

O racismo, legitimado pela ideologia cientificista do século XIX, encontrou respaldo em diversas teorias que buscavam fundamentar a desigualdade racial em bases científicas. Essa época viu o surgimento de estudos que classificavam os seres humanos em raças distintas, frequentemente associando características físicas a traços morais e intelectuais. Cientistas, antropólogos e até mesmo médicos da época promoviam ideias que tentavam justificar a superioridade de certos grupos étnicos sobre outros, geralmente

os brancos em relação a povos africanos e indígenas. Um dos pilares desse racismo pseudocientífico foi a eugenia, que defendia a purificação da raça humana através da seleção de características consideradas desejáveis e a remoção das indesejáveis. Essa ideologia teve repercussões devastadoras, culminando em políticas de discriminação, segregação e até genocídios em várias partes do mundo. (Schucman, 2020; Hasenbalg, 2022; Munanga, 1986, 2013; Almeida, 2019; Wernek, 2003).

Além disso, segundo esses autores, o uso de argumentos científicos para sustentar a inferioridade de certos grupos criou uma legitimidade social e política para a opressão e a exclusão, impactando a educação, a legislação e a cultura. O racismo cientificista não apenas moldou a forma como as sociedades olhavam para a diversidade humana, mas também contribuiu para a perpetuação de estigmas e preconceitos que ainda são enfrentados na atualidade. Com o avanço da ciência, especialmente em campos como a genética e a biologia evolutiva, a noção de que existem raças humanas bem definidas, com hierarquias próprias, foi amplamente desmentida. A diversidade genética entre indivíduos de uma mesma raça é muito maior do que a diversidade entre raças diferentes, reforçando que as categorias raciais são, em grande parte, construções sociais e não determinações biológicas. Lewontin (1972), não exitou em dar o contexto social e político so seu achado, defendido em seu artigo:

Fica agora claro que nossa percepção de grandes diferenças entre raças humanas e subgrupos, em comparação como a variação dentro desses grupos, é de fato uma percepção enviesada (...). A classificação racial humana não possui valor social e é positivamente destrutiva para relações sociais e humanas. Uma vez que agora vemos que essa classificação racial é também desprovida de significado genético ou taxonômico, não há justificativa para sua continuidade”. (Lewontin, 1972)

Ao nomear estas definições, procura-se entender as opressões de raça, classe e gênero, assim como o racismo, baseados unicamente nas diferenças. Adilson Moreira (2019) afirma, que a linguagem é um dos mecanismos de manutenção do poder e que singularmente o racismo assume diversas formas em diferentes lugares e em diferentes momentos históricos. Corroborando com o pensamento de Munanga (2013; 1986) que cita o racismo presente no lugar e no momento que se sente. Para o judeu ele assume uma configuração, para o brasileiro, uma definição própria, dependendo do povo e do lugar que se apresenta, este assume características únicas.

Fanon (2008), também aponta a linguagem como grande mecanismo de poder e

dominação. “Nada mais sensacional que um negro se expressando de maneira correta, pois, efetivamente, ele assume o mundo branco”. Para um negro recém-chegado na França, não se comunicar eloquentemente será determinante de inferiorização. Assim, um paralelo pode ser feito com relação ao período de colonização europeu. Dominar a linguagem e os modos de comunicação foram um diferencial para dominação.

Jurema Werneck (2003), cita que mais que o feminismo, o racismo, tem sido determinante na definição de limites ou de possibilidades de vivência livre dos chamados direitos pela maioria das mulheres do mundo. Desde o início do século XX, no Brasil, negros e negras eram vistos como elementos indesejáveis, corruptores das imagens e da honra nacionais, fatores impeditivos do desejo de modernização da sociedade, ameaças a branquitude nacional.

Adilson Moreira (2019), afirma que ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões, de não criar em mulheres negras a construção de uma nova utopia, primazia da opressão de um em relação ao outro. Mas, de divulgar a produção intelectual desses sujeitos, colocando-os na condição de seres ativos que, historicamente, vem fazendo resistência e re existência. (Lerma, 2019). Através dessa hierarquização o racismo assume suas características. Expressando diversas formas em diferentes lugares e em diferentes momentos históricos. Contudo, seu objetivo é definido: preservar e legitimar um sistema de privilégios raciais, o que depende da circulação contínua de estereótipos que representam minorias raciais como pessoas incapazes de atuar de forma competente na esfera pública. (Gonzalez, 2020).

Os movimentos de resistência negra têm uma longa e rica história de luta contra o racismo e pela promoção da igualdade racial (Gonzalez, 2020). Essas ações, que se manifestam em diversas formas, refletem a busca por dignidade, direitos e reconhecimento. Historicamente, figuras importantes, como Zumbi dos Palmares e Martin Luther King Jr., entre muitos outros, ilustram essa resistência e a determinação de comunidades negras em se opor à opressão e à discriminação. No Brasil, por exemplo, a luta contra a escravidão, seguida pela luta por civilidade e direitos civis, é um testemunho da resiliência e da forte mobilização que existe. Esses movimentos não apenas visam combater o racismo, mas também promover a valorização da identidade negra, a cultura afro-brasileira e a justiça social. A resistência negra é, portanto, uma resposta histórica e contínua a um sistema de opressão, sublinhando a necessidade de mudanças estruturais na sociedade.

A negritude assim como define Munanga (1986), interpretada sob diversas

definições nas áreas culturais, biológicas, psicológicas, políticas e em outros espaços se configura em um espaço de luta. Essa multiplicidade de interpretações está relacionada a evolução e a dinâmica da realidade colonial e do mundo negro no tempo e no espaço. Buscando combater a ideologia que sustenta a ideia de que raças humanas podem ser hierarquizadas em termos de superioridade e inferioridade. Essa crença tem raízes históricas profundas e tem sido utilizada para justificar a opressão, a discriminação e a exploração de grupos raciais, frequentemente os povos africanos e afrodescendentes, ao longo da história.

Parte da luta e da resistência para combate ao racismo e suas consequências esteve, desde sempre, ligada ao fato de compreender o contexto do processo de colonização dos países. Reivindicando a dignidade e o valor da cultura africana, numa tentativa de combater a discriminação racial e promover o orgulho entre os negros. Assim, o movimento pode ser visto como uma forma de resistência ao racismo, buscando criar um espaço para a expressão da identidade negra em um mundo que frequentemente a marginalizava.

O modo de colonização sul Americana e a forma que ele influi diretamente sobre a manutenção de alguns pensamentos, atua na manutenção do racismo nas suas variadas formas entre as populações ao longo dos anos. Dos 10,7 milhões de africanos escravizados que chegaram ao Novo Mundo entre 1500 e 1870, quase dois terços aportaram em colônias controladas pela Espanha e Portugal (Borucki, Eltis e Wheat, 2015). Sendo assim, o processo de escravização era o marco das colônias dominadas por esses países. Seria de fato o suporte justificativo do pensamento de superioridade de uma raça sobre a outra, internalizado nas populações da época, e se estendendo por períodos seguintes.

O processo de colonização traria para as populações a justificativa necessária para a perpetuação da ideia de superioridade branca, os colonizadores, sobre a inferioridade negra, os colonizados. Esse fato, dentre outras abordagens, corroborava também para a subalternidade, a submissão que o negro deveria aceitar sem hesitar. Essas desvantagens perpassam por todas as nuances sociais: empregos, moradias, saúde, educação, intelectualidade, beleza, moralidade. (Gonzalez, 2020; Munanga, 2013).

Os movimentos de resistência negra, que remonta ao período colonial e se estende até os dias atuais, surgem exatamente como uma resposta a essas situações, reprovando a desvalorização da cultura negra. Reivindicam, dentre outras coisas, a dignidade e o valor da cultura africana, numa tentativa de combater a discriminação racial e promover o

orgulho entre os negros. Assim, o movimento pode ser visto como uma forma de resistência ao racismo, buscando criar um espaço para a expressão da identidade negra em um mundo que frequentemente a marginalizava. O Brasil foi muito expressivo com relação aos movimentos negros que se firmavam. Eles se manifestaram de diversas formas, buscando a afirmação da identidade negra, a luta contra a opressão e a conquista de direitos.

Investigar esses fenômenos, assim como outras iniciativas, proporcionará a oportunidade de analisar a diversidade das populações, suas diferenças e as formas de contribuição para que as discriminações sejam reduzidas ao longo do tempo. As pesquisas iniciais sobre o assunto estavam voltadas principalmente para a escravidão, sem considerar as culturas, tradições e conhecimentos tanto dos povos escravizados quanto dos escravizadores.

Torna-se importante compreender que as formas de manifestações racistas atuais, se delineiam permeando os processos históricos e o modo como as populações apreendem as informações. Sendo assim, historicamente as civilizações têm buscado maneiras de justificar o racismo e suas consequências, de modo que as manutenções de privilégios sejam mantidas. Assumiu-se o fato do branco como condição humana normativa e o negro necessitava de uma explicação científica. (Munanga, 1986).

Historicamente as populações buscam maneiras de justificar esse fato. Moura (1988), afirma que a partir das décadas de 1910 e 1920, os movimentos operários e reformistas da classe média passaram a exigir maiores participações na política nacional e nas formas de estruturação da sociedade. A partir de então nomes como Freyre (1933, 1936), que se antecipava na elaboração de uma interpretação social do negro através de categorias nos moldes de Casa Grande e Senzala, escravos submissos e senhores bondosos. Arthur Ramos (1936, 1937), que recorre a psicanálise e ao método histórico-cultural americano, para penetrar no que ele chamou de mundo negro brasileiro, e Edison Carneiro (1936, 1937), mencionando apenas alguns nomes desta história, lideraram uma onda de pesquisas sobre a história e cultura afro-brasileiras. (Moura, 1988).

Com perdigão Malheiros e Nina Rodrigues teremos uma história do negro reduzido ao momento de escravidão. O primeiro buscava encontrar uma solução para o problema que por hora se apresentava, enquanto que o segundo via o negro como biologicamente inferior, transferindo para ele todas as causas desta inferioridade e atraso social. Nina Rodrigues seguia o limiar de se compreender a subserviência do colonizado aos padrões ditos científicos das metrópoles dominadoras. (Moura, 1988).

Trabalhos como estes procuravam mostrar um perfil negro não como seres socialmente constituídos, como pessoas que foram forçadas a escravização e a negação de suas culturas e tradições. Mas, como simples componentes de uma cultura diferente, que carregavam consigo todas as condições de serem iguais aos brancos, mas suas inferioridades os colocavam no lugar de subserviência. Sendo assim, a responsabilidade por suas condições sociais, econômicas, financeiras, educacionais, etc. seriam responsabilidade deles mesmo.

O racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros não brancos, consistiu na justificativa para exercer domínio sobre os povos de cor. O conteúdo dessa justificativa variou ao longo do tempo, tendo começado com noções imbuídas de uma visão religiosa do mundo que permitiram estabelecer a distinção entre cristãos e pagãos. Mais tarde, e de uma maneira paradoxal, o ideário de igualdade e liberdade surgido no final do século XVIII acentuou a exclusão dos não brancos do universo burguês e levou a necessidade de reforçar a distinção entre homens (brancos) e sub-homens (de cor). Já no século XIX, o darwinismo social, o evolucionismo, as doutrinas do “racismo científico” e a ideia da “missão civilizatória do homem branco” aparecem intimamente relacionadas à expansão imperialista dos países europeus. (HASENBALG, 2022).

Assim como justifica Hasenbalg (2022), a interseção entre racismo e história é uma abordagem necessária para a compreensão do tema. A forma como o racismo se manifestou e se justificou ao longo das eras, desde a perspectiva religiosa até as teorias pseudo-científicas, ilustra não apenas uma construção social, mas também as consequências devastadoras do preconceito racial. A reflexão sobre a transição da visão religiosa para ideologias baseadas em ciência e civilização revela uma contraditória tentativa de conciliar a noção de igualdade e liberdade com práticas excludentes. Essa contradição é um ponto importante de discussão, pois reflete como as ideias de progresso e avanço pelo indivíduo branco se contrapunham à desumanização de populações não brancas. Além disso, ao mencionar o darwinismo social e o racismo científico, Hasenbalg toca em como conceitos científicos mal interpretados ou manipulados foram utilizados para justificar a opressão e a colonização, perpetuando hierarquias raciais que ainda reverberam na sociedade contemporânea. (Hasenbalg, 2022)

Também se torna importante mencionar os contextos de pesquisas envolvendo o negro, como citado. Unificando esses estudos, até certo período, aos processos de

escravização, servidão. Desconhecendo suas culturas, suas produções científicas e demais contribuições. Essa abordagem favorece a invisibilização e a manutenção de sistemas de privilégios brancos. Contudo, nos últimos tempos os temas de pesquisa das questões de raça e racismo foram de maneira parcial se desvinculando unicamente das situações de escravidão. Aparecendo outros nomes na pesquisa que nos remetesse a entender a real e atual situação do negro nos espaços sociais, que vão além dos métodos de escravização (Wade, 2018).

Alguns estudos, também contribuíram efetivamente para a perpetuação dos ideários de racismo nas civilizações. A exemplo do Brasil, têm-se o mito da democracia racial sugerido principalmente por Freyre, em *Casa Grande e Senzala*. E o fato de ignorar a existência de discriminação e racismo, tanto pelo Estado, quanto pelas civilizações, contribui direta e indiretamente para perpetuar as práticas de discriminação, de intolerância, de xenofobia, entre outras. O racismo não deixa de ser uma conquista destas formas de colonização, de servidão e exploração que os povos foram submetidos ao longo dos anos.

Gilberto Freyre em suas obras apresenta um negro passivo, submisso, subserviente atrelado a bondade do senhor, a caridade. Essa é a crença de que existe igualdade e harmonia racial em uma sociedade democrática, negando a existência de racismo estrutural e desigualdades raciais. Esse mito sugere que em uma sociedade democrática todos têm as mesmas oportunidades e direitos, independentemente da sua raça ou etnia, ignorando a realidade de que diferentes grupos raciais enfrentam desafios sociais e econômicos desiguais (Carneiro, 2022). Esse mito é frequentemente utilizado para justificar a negação de políticas afirmativas e o silenciamento de questões relacionadas à racialidade.

Essa ideia de que o Brasil seria uma sociedade onde não existem conflitos raciais e onde as relações entre diferentes grupos étnicos e raciais são harmoniosas e iguais. Sugerindo que o país, devido à sua história de miscigenação e diversidade, teria superado as tensões raciais de maneira mais eficiente do que outras nações ainda aponta controvérsias na atualidade. Essa concepção é amplamente criticada por diversos estudiosos e ativistas, que apontam que, apesar da convivência entre diferentes etnias, as desigualdades sociais, econômicas e políticas persistem, afetando de maneira desproporcional a população negra e indígena (Pinheiro, 2020). Assim, o mito da democracia racial pode ser visto como uma forma de negar ou minimizar as questões raciais, ocultando os efeitos do racismo estrutural que ainda permeia a sociedade

brasileira. O debate sobre esse mito tem profundas implicações para as políticas públicas, a educação, a cultura e o movimento negro no Brasil, evidenciando a necessidade de reconhecer e enfrentar as desigualdades raciais para promover uma verdadeira democratização da sociedade.

Embora se compreenda aqui que, as definições do termo raça, no sentido biológico da palavra, já não tenham mais espaço. Se compreende também que suas marcas e processos de dominação permanecem ativos e atuantes em todos os setores, que demarcam com muita propriedade os lugares sociais dos indivíduos e inevitavelmente delegam importâncias as suas conquistas. O fato é que existem lugares sociais que naturalmente acabam sendo predeterminados a alguns grupos, em detrimento de outros, e essa situação se naturalizou com o passar dos anos.

Uma das maneiras de iniciar essa classificação seria através da colonização. Segundo Munanga (1986), o modo de ocupação colonial iniciou por desmantelar o que se conhecia da cultura negra e assim provocar o sentimento de inferioridade de acordo com seus traços genéticos.

A ocupação colonial efetiva da África pelo Ocidente, no século XIX, tentou desmantelar as suas antigas instituições políticas. Alguns resistiram e subsistem até hoje, embora num contexto totalmente diferente. Convencidos de sua superioridade, os europeus tinham a priori desprezo pelo mundo negro, apesar das riquezas que dele tiraram. A ignorância em relação a história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas de exploração predispuseram o espírito do europeu a desfigurar completamente a personalidade do negro e suas aptidões intelectuais (MUNANGA, 1986).

Após desmantelar a sua cultura, menosprezar seus saberes e classificá-los como menos capazes, seria improvável que não pudessem atuar diretamente com o modelo de ocupação efetiva e exploração pretendida. Então, utilizar essa classificação, inicialmente pela cor da pele, seria uma peça fundamental para demonstrar que a inferioridade e desejo de servidão deveriam ser as peças fundamentais de atuação da população negra. Atrelando o significado de que os negros teriam menos condições intelectuais, menos cultura, menos saberes, seria o marco inicial para desqualificar os povos negro e com isso dominar fazendo-os servir.

Assim, para discorrermos sobre o racismo e seus modos de atuação nos espaços

sociais é fundamental que possamos diferenciar de que tipo de racismo se fala. Bem como, para reforçar a ideia de que modo as construções sociais se erguem em torno das diferenças. Pois muitas das formas de atuação do racismo se sustenta no modo como a população identifica os semelhantes e como classificam os mais capazes e menos capazes, assim como a forma como excluem de alguns espaços algumas pessoas utilizando como critério essas diferenças. Muito embora, essa ação nem sempre seja evidente e clara propositalmente.

Silvio Almeida (2018), utiliza uma classificação para o racismo como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo exclusivamente no grupo social a que pertençam. Ou seja, a depender do grupo ao qual sejam identificados haverá vantagens ou desvantagens para essa classificação. Notando que haverá lugares que serão negados e privilégios concedidos através destas demarcações.

Para Guimarães (2008), o racismo é uma forma bastante específica de naturalizar a vida social, como forma de explicar as diferenças individuais, sociais, coletivas, culturais a partir da tomada de naturalidade destas diferenças. Uma atitude de naturalizar essas diferenças como algo que está sempre presente no mundo cotidiano e que uma vez que sempre se criou essas categorizações se torna natural o fato de que seja o argumento ideal para classificar, diferenciar, e tentar modificar o outro, na medida em que isso possa ser possível.

O racismo, então, se configura historicamente como uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raça. Constatados, mediante características físicas hereditárias comuns, sendo que estas sustentadas por características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e a situam numa mesma escala de valores desiguais.

Percebe-se neste ponto que embora a diferenciação seja o marco divisório entre os patamares de poder e ascensão social tendo a raça como suporte. Existem diversos modos dessas diferenças se mostrarem. Podem ser de ordem pessoal, institucional, estrutural, através das características físicas, psicológicas, culturais. Enfim, nota-se que não há como sistematizar o racismo como sendo uma prática unificada e de simples definição. Silvio almeida (2018) classificará o racismo em três concepções, como sendo individualista, institucional e estrutural.

Podemos também evidenciar que há distintas definições quando nos referimos a

racismo, preconceito, discriminação, dentre outras. Racismo é a crença de que uma raça é superior a outra, bem como a discriminação e preconceito com base na raça. Preconceito é a formação de opinião pré-concebida sobre algo ou alguém, geralmente negativamente, sem conhecimento ou experiência prévia. E discriminação é o ato de tratar alguém de forma desigual, injusta ou preconceituosa com base em características como raça, gênero, religião, orientação sexual, entre outros. É a ação resultante do preconceito e do racismo. (Almeida, 2018; Werneck, 2006).

Sendo assim, mais do que classificar se tende aqui a compreensão de que o racismo de modo geral é um processo em que condições de subalternidade e de privilégios são perpetuados entre os grupos como forma de manter o padrão de submissão e dominação. Que vem se firmando desde o início dos tempos, seja na política, na educação, na vida social, na economia. Enfim, se perpetua a ideia de que dominar é natural em detrimento de ser dominado por razões específicas.

Neste ponto se faz importante que se abra um espaço de consideração para que a questão do poder aquisitivo também seja considerada, assim como defende Ângela Davis. O racismo ganha ainda mais espaço quando atrelado ao financeiro. Quando o negro é reconhecido com poder aquisitivo alto, este em algumas situações pode apresentar características que o leve a passar por menos situações racistas. Do mesmo modo que o branco que não possui um bom poder aquisitivo e financeiro pode passar por situações de preconceito. E assim, percebe-se que quanto mais adentramos no assunto, mais complexas são as relações e contextualizações que podem surgir. As interseccionalidades de raça, classe e gênero são uma importante análise a se fazer sobre a temática.

Em conformidade com essa afirmação, Davis (2018) acrescenta, que o desenvolvimento de novas formas de pensar sobre o racismo exige que tenhamos não só uma compreensão das estruturas econômicas, sociais e ideológicas, mas também das estruturas psíquicas coletivas.

Essa afirmação toca em um aspecto crucial da análise do racismo, que transcende as meras políticas e práticas sociais para adentrar nas dimensões psicológicas e culturais que moldam nossas percepções e comportamentos. O racismo não é apenas um fenômeno individual, mas um sistema que está profundamente enraizado em nossas estruturas sociais e psíquicas. A compreensão das estruturas econômicas nos ajuda a entender como o racismo se manifesta nas desigualdades de acesso a recursos, oportunidades de trabalho e educação. As estruturas sociais, por sua vez, revelam como normas e padrões culturais perpetuam estereótipos e preconceitos. No entanto, é a análise das estruturas psíquicas

coletivas que promove uma reflexão mais profunda sobre como preconceitos enraizados podem influenciar a maneira como percebemos e interagimos com os outros.

Essas estruturas psíquicas incluem crenças, emoções e representações que são socialmente construídas e transmitidas ao longo do tempo. Muitas vezes, esses elementos se manifestam de forma inconsciente, moldando atitudes e comportamentos de maneira que dificulta a identificação e a desconstrução de preconceitos raciais. Para promover um desenvolvimento efetivo de novas formas de pensar sobre o racismo, é necessário não apenas abordar as questões estruturais e institucionais, mas também criar espaços de reflexão pessoal e coletiva. Isso envolve o reconhecimento de nossas próprias crenças e comportamentos, a promoção de diálogos intersubjetivos e a educação crítica que desafia as narrativas dominantes.

Além disso, a transformação exige a inclusão de vozes diversas nas discussões sobre racismo, especialmente aquelas que são frequentemente silenciadas. Ao construir uma compreensão mais abrangente que incorpore as dimensões econômicas, sociais e psíquicas, podemos avançar em direção a uma sociedade mais equitativa e inclusiva. É um processo que demanda coragem, empatia e compromisso contínuo.

Enquanto ato político não poderíamos deixar de mencionar o racismo como um modo de produzir discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. Dessa maneira estaria a população negra completamente veiculada as normas e prescrições passadas pela população branca, que funcionam diretamente como forma de manter as máquinas de agenciamento de identidades e subjetividades. Assim, se configura o que é padrão de beleza, o que pode ser considerado Ciência, o que é moralmente aceito e assim por diante. (Munanga, 2013).

Neste ponto também se naturaliza o fato de não haver representatividade negra em algumas áreas do conhecimento, a exemplo das Ciências da Natureza. Os efeitos do racismo, seja ele de qual modo for, serão sentidos e refletidos pelos espaços sociais e serão confirmados com muita veemência por quem têm o interesse de manter esse padrão social atuante e vigente. É uma ideologia e uma prática que está em constante transformação, razão pela qual ele pode assumir diferentes formas, em diferentes momentos históricos. (Moreira, 2018).

O racismo como fonte social é uma ideologia⁹ (Almeida, 2018), desde que se

⁹ O termo "ideologia" foi usado marcadamente pelo filósofo Antoine Destutt de Tracy. O conceito foi muito trabalhado pelo filósofo alemão Karl Marx, que ligava a ideologia aos sistemas teóricos (políticos, morais

considere que toda ideologia só poderá ser mantida se ancorada em práticas sociais concretas. Sendo assim, a sociedade fornece âncora para a manutenção das atividades racistas. As mulheres negras são consideradas menos capazes por que existe um sistema econômico, político, jurídico que perpetua essa convicção, mantendo-as com baixos salários, com péssimas condições de trabalho, fora dos espaços de domínio e tomada de decisões, e sujeitas naturalmente a todos os tipos de violência.

Outra maneira de perpetuar as convicções é através das mídias de reprodução em massa, naturalizando os fatos. Naturalizou-se a conjuntura da mulher negra ser a doméstica, a criada, a amante, essa é a regra. Por vezes apresenta-se um padrão que fuja desta normativa. Mas, é mantido como algo extra oficial, não se perpetua naturalizar mulheres negras em momentos de dominação com tanta facilidade. É muito mais natural deixar seguir o rumo que se dispunha historicamente (Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2018).

É necessário que se compreenda o racismo e a raça como construtos sociais e, sendo assim, com interesses individuais que atuam intrinsecamente como meios de manter os padrões sociais vigentes desde a antiguidade. Fora deste contexto político de interesses, as definições perdem o sentido e não se sustentam como algo necessário para as civilizações. É notório considerar que as classificações raciais anteriores são primordiais para hierarquizar os indivíduos na atualidade. Fora da lógica de poder e dominação, não há empregabilidade na evidência das diferenças e no modo como elas interferem na sociedade.

O racismo atua de maneiras diversas, trazendo marcas dolorosas para quem as sente. Bell hooks (2015), cita em seu livro *olhares negros: raça e representação* que em determinado dia faz uma visita a conhecidos de longa data, os quais tem uma filha pré-adolescente, naquela fase de preocupação com a aparência e os padrões de beleza. A menina está trancada no quarto, triste e raivosa, inquieta e insatisfeita com sua aparência. A pele escura, cabelo alisado com química. Ela está completamente convencida que o cabelo alisado é mais bonito que o natural, que o crespo, ou cacheado, está convencida de que a pele clara é mais bonita que a negra. Embora os pais tenham se esforçado para dar o sentido positivo relativo à raça. As construções sociais e as formas como os corpos¹⁰

e sociais) criados pela classe social dominante. De acordo com Marx, a ideologia da classe dominante tinha como objetivo manter os mais ricos no controle da sociedade.

¹⁰ “corpos negros importam”. A formação da imagem de superioridade branca como o belo, o sagrado, sobre o negro faz com que os estereótipos e o preconceito levem o próprio negro a acreditar que de fato a beleza está no branco, no cabelo liso (cabelo bom). Que sua cor de pele não é tão bonita, que seus traços genéticos não são tão belos. A própria população negra foi acostumada a ter seus corpos tidos como

e padrões são forjados nos deixa incapazes de compreender que a menina negra, neste caso, gostaria muito de falar: “eu estou triste e raivosa por que a minha vida inteira, desde que era bebê, achei que era uma menina maravilhosa, bonita, talentosa, e descobri que o mundo não me vê desse jeito”.

A dor de aprender que não se pode controlar as imagens e o modo como o racismo se manifesta sobre elas inevitavelmente vai criando marcas e dores em quem os sente. Perceber que os lugares lhes são negados unicamente pela cor de pele, pelo estilo de cabelo, pelo formato dos olhos e boca, isso gera situações em que se confirmam cada vez mais que não se pode mais ter espaço para o racismo na sociedade de modo geral. O modo como não se sente representado nas mídias, nas televisões, no futebol, nas apresentações culturais, todas essas abordagens vão tecendo marcas nas pessoas negras, de modo que suas concepções acerca do universo são moldadas a partir dessas ideologias.

Essa narrativa da Bell Hooks também nos faz repensar o papel da escola e da educação na produção e reprodução destes lugares de dominação. Quantos relatos não poderiam ser aqui descritos como momentos em que a criança não se sente acolhida, ou não se sente pertencente a este lugar. Assim, nos remonta a compreender também o papel social da educação na perpetuação das concepções de raça e racismo.

Segundo Sueli Carneiro (2023), uma das características do racismo é a maneira como aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto os privilegiados estão centrados nas características de privilégio e representantes em sua diversidade. A mídia usa essa característica de modo muito corriqueiro, para eles, basta colocar o negro no meio da multidão de brancos em uma novela, um comercial, uma música para assegurar suposto respeito a diversidade étnica e racial e com isso não ser qualificado em exclusão.

Lelia Gonzalez nos mostra que o racismo passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida que beneficiou determinados interesses em detrimentos de outros. Se o racismo se torna parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma discussão racial do trabalho pode ser explorada.

Tanto na proposição de Carneiro, quanto de Gonzalez compreende-se o racismo como atributo social, que é reforçado através de seus mecanismos sociais, as mídias, os

inferiores e menos belo. Para as crianças, em especial, essa formação de imagens é muito triste. Recordo que em determinado dia ao propor uma atividade de pintura, um aluno negro de 7 anos de idade sugerir que sua cor era azul e quando questionado o motivo ele dizer que não gosta do preto por que considera feio.

espaços sociais, a educação, a economia. A manutenção do racismo como domínio social é benéfico para uma camada da população, os brancos, que se mantém no poder desde sempre, excluindo grande parcela dos seres humanos que não se enquadram no perfil de normatividade definido através do racismo.

É importante mencionar que alguns autores refutam a ideia do racismo enquanto construção ideológica que se configura em torno de raça. Esses acreditam que o racismo é advindo das culturas e tradições primitivas e de outras sociedades além da africana. Carlos Moore (2007) no *livro racismo e sociedade*, argumenta que o racismo tem origem na gênese histórica do mundo antigo. Que seria mais justificado pelas ações atribuídas ao negro do que meramente a traços de fenótipos.

Não pretendemos aqui discordar nem argumentar em torno de como e onde surge o racismo para as civilizações. O que nos interessa refletir é sobre as marcas deixadas por atitudes e ações de cunho racistas e o modo como essas interpelam as escolhas de grupos racializados e inferiorizados mediante essas classificações.

Dito isto, se faz importante ressaltar que atualmente, muitos pesquisadores defendem que as diferenças raciais são construções sociais baseadas em preconceitos e estereótipos, e devem ser compreendidas em um contexto histórico e cultural. O entendimento da diversidade humana deve considerar as múltiplas identidades e experiências das pessoas, em vez de simplificá-las em categorias raciais.

Michel Foucault (1992), descreve o racismo que se firmou com base na ideia científica da luta entre as raças, completamente justificado pela teoria do evolucionismo e da luta pela vida. Com base nisso, surge um racismo biológico – social centrado principalmente na ideia de uma raça superior, a raça branca – europeia, detentora da superioridade física, moral, intelectual e estética. Essa seria a raça constituinte dos melhores patrimônios biológicos.

“O racismo é perigoso”, Davis (2019), não é fácil acabar com esse mal, tão profundamente arraigado nas estruturas de nossa sociedade. E por isso é importante produzir uma análise que vá além da compreensão dos atos individuais de racismo. Por isso precisamos de mobilizações que ultrapassem os moldes convencionais de tratar atos racistas.

Expandir os debates sobre esses temas trará meios de fazer com que a pessoa negra se sinta pertencente aos espaços, além de dar condições para que se pense em ações e atitudes que levem a mudanças significativas nos espaços sociais. Não se permitir mais as classificações com hierarquização, nem tão pouco a justificativa de superioridade de

um detrimento de outro.

2.2. Relações Raciais no Brasil: Alguns Recortes

“Quando me questionam sobre o meu contato com o racismo eu cito que desde bem pequena, na escola, eu sofria racismo, até da coleguinha do lado, por que racismo não está só em locais de alto poder aquisitivo, muito pelo contrário.” (Dra. Enedina Alves, brasileira; 2022¹¹).

Uma das questões que emergem deste relato de nossa entrevistada brasileira é o racismo ser mais presente no nosso cotidiano do que se imagina. Ninguém está imune a ele, nem a suas ações. As crianças, são de certo modo vulneráveis a ataques racistas, por vezes até mascarados de brincadeiras, ou com argumentações de que eram apenas comentários. “Sempre fomos tratadas como *infans*, aquelas por quem se fala, que não falam por si só”, descreve Lélia Gonzalez no artigo, “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*.”

A fala da doutora Enedina Alves, brasileira, 45 anos, no dia da entrevista, evidencia o quanto a sociedade é permeada pelo racismo estrutural, integrando a organização econômica e política de forma inescapável. Se traduzindo em manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa alguma anormalidade (Ribeiro, 2012). Como naturalmente se traduz os comentários e estereótipos a respeito das pessoas negras é uma manifestação dessa representação. A doutora neste momento da pesquisa se sentia aparentemente segura, provavelmente empoderada para responder à indagação proferida pelos colegas a respeito do formato, do tamanho, da qualidade do seu cabelo. Mas, as marcas traduzidas em forma de racismo são cruéis e demarcam espaços de poder.

Essa interação com outras formas de opressão é bem analisada nas obras de Ângela Davis, que constrói uma narrativa que desloca as mulheres negras para o centro da análise. Contrapondo a provocação inicial de Lélia Gonzalez, de que elas sempre foram de quem se fala. Discutindo questões sobre a posição marginal que ocupam nas relações sobre racismo, sexismo e exploração de classe. As experiências, as narrativas de mulheres negras e suas vidas auxiliam na construção de uma visão mais ampla sobre o modo como

¹¹ Nome fictício atribuído a uma das entrevistadas brasileira. Entrevista realizada em 2022.

essas opressões operam na sociedade brasileira.

Essas atitudes racistas podem ter impactos negativos profundos no desenvolvimento dos estudantes, tanto emocionalmente quanto academicamente, podendo afetar sua autoestima, desempenho escolar e até mesmo sua permanência na instituição de ensino. Além disso, o racismo no ambiente escolar contribui para a reprodução de desigualdades sociais, impedindo que os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e desenvolvam todo o seu potencial. (Davis, 2016; Ribeiro, 2018; Carneiro, 2023; Gonzalez, 2020).

Adentremos agora nas reflexões em torno das relações raciais presentes nas sociedades brasileiras e como elas estão conectadas com outras esferas sociais demarcando espaços e aquisição de poderes. Por relações raciais entendem-se os processos referidos às interações e dinâmicas entre diferentes grupos étnicos e raciais em uma sociedade. Isso inclui como as pessoas são tratadas com base em sua raça, os estereótipos e preconceitos associados a cada grupo racial e as disparidades sociais e econômicas que podem surgir devido a essas diferenças raciais. (Glick, 2003; Andrade, 2002). A análise das relações raciais é importante para entendermos e abordarmos questões de injustiça e desigualdade racial.

As questões raciais no Brasil são um tema muito importante e complexo, que envolve diversas questões sociais, políticas e culturais. A desigualdade racial é um problema histórico no país, com raízes que remontam à época da escravidão. No Brasil, a população negra e indígena enfrenta discriminação e exclusão em diversos aspectos da sociedade, como no mercado de trabalho, acesso à educação, saúde e segurança. A falta de representatividade desses grupos em cargos de poder e influência também é uma questão relevante. O racismo estrutural também é uma realidade no país, manifestando-se de diversas formas, desde piadas e comentários preconceituosos até violência física e institucional. A violência policial contra jovens negros, por exemplo, é um problema grave e recorrente no Brasil (Gonzalez, 2020; Werneck, 2012; Munanga, 2013).

No Brasil, o racismo e as relações raciais funcionam, além de outros enquadramentos, como um mecanismo de manutenção de poder e de aceitação de sortes individuais. Enquanto não existirem problemas de cunho social, enquanto o negro se mantiver no seu papel submisso e passivo, o ‘lugar do negro’, tende a ser melhor absorvido pelas camadas sociais. Infelizmente a visão dada pela igualdade, pela democracia racial, traz consigo toda a carga de problemas historicamente produzidos em torno da negritude.

Nas sociedades de classes, a ideologia é uma representação do real, mas necessariamente falseada, porque é necessariamente orientada e tendenciosa – e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o conhecimento objetivo do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, oferecer-lhes uma representação mistificada desse sistema social, para mantê-lo em seu “lugar” no sistema de exploração de classe (Gonzalez, 2020).

Nossa realidade é permeada por diversos entraves sociais e objetivamente as ações são intencionais. Assim como sugere Gonzalez (2020), não há neutralidade quando se pensa em direcionamentos sociais com relação a gênero, classe, raça, dentre outros. As ações são intuitivamente direcionadas para manutenção de privilégios de uma determinada proporção populacional. Lélia aborda a ideia de que a ideologia nas sociedades de classes serve como uma construção que distorce a realidade social. Essa distorção cumpre o papel de legitimar e preservar as desigualdades e relações de poder que sustentam o sistema de exploração. A ideologia, nessa perspectiva, não é neutra ou objetiva; pelo contrário, ela é moldada de maneira a favorecer aqueles que detêm o poder e a manter os subordinados em sua posição.

A noção de que a ideologia oferece uma "representação mistificada", proposto por Lélia Gonzalez (2020), sugere que ela cria uma imagem do mundo que impede as pessoas de perceberem a verdadeira estrutura de poder e suas próprias condições de vida. Isso resulta em uma aceitação passiva das injustiças existentes, dificultando não apenas a consciência crítica, mas também a mobilização para a mudança. Esse argumento ressoa com a crítica marxista à ideologia, que vê as ideias dominantes como ferramentas de dominação e controle social. Em suma, a ideologia atua como um mecanismo que oculta as contradições do sistema, reforçando a hierarquia social e perpetuando a exploração, em vez de proporcionar uma compreensão clara e objetiva das relações sociais.

Além de raça, classe e gênero, como propõe Davis (2019), as ideologias atreladas ao neoliberalismo fazem da luta antirracista um aparato que não pode se privar unicamente no individualismo. As lutas progressistas – centradas no racismo, na repressão, na pobreza ou em outras questões – estão fadadas ao fracasso se não tentarem desenvolver uma consciência sobre a importância da coletividade. Essas não são questões individualizadas, são de fato movimentos que modulam toda a sociedade.

Outro fator veemente regulador proposto ainda por Davis (2019) é que nossa história não deve ser pautada em buscar indivíduos heroicos, gênios individuais.

Tendemos naturalmente a apontar, em lutas coletivas, um indivíduo, que seja tido como o herói, o mais gênio para o momento, ou para toda a luta. Contudo, essa é uma percepção que deve ser repensada, como a luta antirracista é coletiva, não se faz necessário que precise de heróis para a sua edificação. “É fundamental resistir à representação da história como trabalho de indivíduos heróicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje seu potencial agência como parte de uma comunidade de luta sempre em expansão” (Davis, 2019).

Percebe-se que a característica do racismo da população brasileira é a ideologia do branqueamento marcado por questões da sociedade hierárquica de desigualdades sociais e racistas. Se manter no lugar de branco trará privilégios que com certeza atuarão na forma como o indivíduo possa ser socialmente aceito e mantido na categorização de privilegiado. Caso contrário, se entender negro, no Brasil, é ter convicção de que será necessária muita força pessoal e coletiva para que consiga permear os espaços sociais com segurança e conquistar lugares.

Segundo Jurema Werneck (2008), a população negra brasileira, desde o início de sua exploração, vivia em situações de misérias. Os sintomas de marginalidade criminosa dos inferiores, começa a se firmar perante o imaginário popular com absurda convicção, os brancos e ricos passam a se sentir ameaçados por estes. É nesta perspectiva que abrirá espaço para teorias e pensamentos que possibilitem a organização da situação social e projetar a nova nação, de modo a garantir a eliminação dos indesejáveis, neste caso os negros, da sociedade brasileira, como fato primordial para o país atingir a modernização.

De acordo com Jurema Werneck (2008), a Europa, fonte principal de modelos ideológicos e políticos desde o princípio da história do Brasil, assim como de modelos humanos, fornecerá as bases para o pensamento que possibilitará a implementação de um projeto de modernidade brasileira. Todos os setores sociais serão modificados, a arte, arquitetura, urbanismo e medicina sanitária, apontarão novos sinais de modificações. As transformações urbanas serão outra abordagem desse período. O Rio de Janeiro, nesta época, (1903 – 1906), visando a transformação de uma Paris tropical, sobre os escombros de uma cidade pobre e negra, levou à demolição de centenas de habitações. O objetivo era expulsar os contingentes indesejáveis e incompatíveis, segundo o pensamento hegemônico da época, assim como propunha a modernização e civilização. Para os inadequados, restaram os deslocamentos para fora dos limites da nova cidade. (Werneck, 2008).

A eugenia já configurava a Europa desde o século XIX. No Brasil, em 1918 será

fundada a primeira sociedade eugenista do país. O pensamento desta abordagem terá o poder de produzir novas definições e ações políticas e, deste ponto de vista, com a mesma estrutura que o movimento na Europa e nos Estados Unidos. Um fato que chama a atenção, segundo Jurema Wernek (2008), é a velocidade com que a eugenia se instala entre nós. No incipiente século e seus limitados meios de comunicação, uma vez que essa sociedade foi formada em apenas seis anos após a fundação na França, e dez anos após a inglesa.

Além das estratégias de branqueamento da população brasileira, outras serão requisitadas para se garantir um perfil de estabilidade das transformações propostas por padrões eugênicos. Novas abordagens para as interpretações sociais vão oferecer o arcabouço teórico para uma nova nacionalidade brasileira. Contudo, embora o branco tenha sido tomado como padrão de normalidade, a sociedade será levada a reconhecer as diferentes contribuições dos povos presentes na formação do Brasil. Não obstante, a revelar a posição dominante, de liderança e referência do homem branco europeu. Sendo assim, a sociedade patriarcal e racista lança novas bases para a sua expansão entre nós, de forma condizente com as mudanças vividas tanto na política, quanto na economia, tudo atrelado a esse pensamento eugenista. (Wernek, 2008).

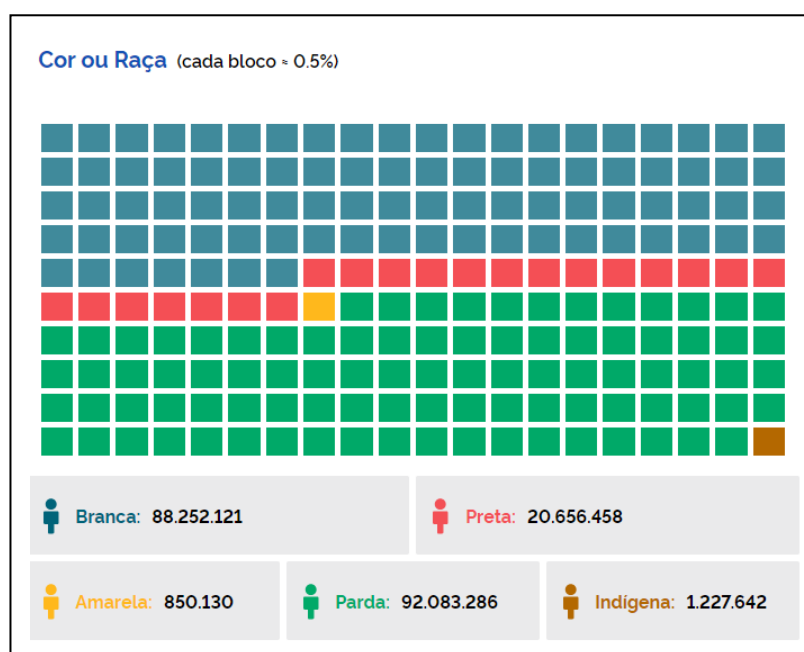
Segundo Lélia Gonzalez (2020), diferentes posicionamentos tentam explicar a situação da população de cor (negros e mulatos) em nosso país. Buscavam compreender e intervir na participação mínima nos processos políticos, econômicos e culturais da nação. Apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguiram escapar as astúcias da razão ocidental. Em diversas passagens é possível perceber, em seus discursos, os efeitos do neocolonialismo cultural. O fato é que a população brasileira não pode negar sua ascendência negra/indígena, isto é, a condição de povo de cor, por mais que tenha se tentado durante muitos anos.

Atualmente poderíamos classificar a população brasileira como diversa em termos étnicos e raciais, refletindo a mistura de diferentes grupos ao longo da história do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados mais recentes, de 2022, indicam que a distribuição racial é diferenciada. Esses dados mostram que a maioria da população se identifica como parda ou branca, enquanto uma parte significativa se identifica como preta. Essa diversidade racial é um importante aspecto da identidade nacional brasileira.

Nossa compreensão das relações raciais deve ir além dos números, a frente das concepções quantitativas. Contudo, de modo a ilustrar a visão e compreendermos as

diversidades existentes no nosso país lembremos que consoante com o censo demográfico brasileiro realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2022), a maioria populacional brasileira se declara pardos, cerca de 47%, equivalendo a cerca de 92.083.286 indivíduos. Enquanto 20.656.458 pessoas se consideram pretas, cerca de 9,1%. 88.252.121 se consideram brancos. Cerca de 43%, 850.130 indivíduos se consideram amarelos e 1.227.642 indivíduos se consideram indígenas, como pode ser analisado no gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1: quantitativo populacional brasileiro de acordo com cor e raça.



Fonte: IBGE, 2022. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=downloads>

Como pode ser observado, o quantitativo populacional brasileiro varia consideravelmente em torno de cor e raça, ilustrando a multietnicidade do país. Tornando-se importante ressaltar que a classificação racial no Brasil é complexa e muitas vezes há autodeclaração dos indivíduos, o que pode afetar os resultados. Contudo, o fato é que podemos analisar que se trata de uma população extremamente diversa, o que dificulta uma categorização precisa de acordo com marcadores de raça e cor.

Importante destacar também os quantitativos populacionais referentes a pretos e pardos, por serem muito expressivos. Através desta análise, subentende-se que a população brasileira possui um número significativo de pessoas que deveriam aparecer também em outras áreas das esferas sociais, ascendendo em postos de comando, na

ciência, na política, nas profissões de prestígio social. Mas, a realidade é que boa parte desses indivíduos enfrentam questões relativas ao desemprego e ao subemprego, que incide diretamente sobre essa população. O gênero e a etnicidade foram manipulados de tal forma que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força do trabalho, “coincidentemente”, permanecem exatamente as mulheres e a população negra. (Gonzalez, 2020).

Em relação ao racismo, o Brasil enfrenta desafios significativos. Apesar da diversidade étnica, as populações negras e pardas muitas vezes enfrentam discriminação e desigualdade em várias áreas, como educação, emprego, saúde e segurança. Movimentos sociais e organizações têm lutado ativamente contra o racismo estrutural, promovendo políticas de inclusão e igualdade. Além disso, o Brasil tem um histórico de racismo institucional que se manifesta em estigmas sociais e na perpetuação de desigualdades. O reconhecimento do racismo e a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade racial são questões centrais no debate social e político contemporâneo.

É importante ressaltar que, apesar de avanços em termos de direitos civis e políticas afirmativas, como as cotas raciais em universidades e concursos públicos, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir igualdade plena e garantir que todos os grupos étnicos e raciais sejam respeitados e valorizados na sociedade.

Quando analisamos o perfil de raça e cor nas regiões, brasileiras denotaremos outra perspectiva de distribuição racial pelo Brasil. Gonzalez (2020), expõe que um dos legados da escravidão foi a distribuição geográfica da população brasileira, ou seja, depois de libertos, as pessoas até então escravizadas ficaram sem opções de como seguiriam suas vidas a partir daquele momento. Foi assim que a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido, onde predominam as formas de pré-capitalismo de produção manufatureira, em grande proporção das regiões.

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas ... Na medida em que a população escrava sofreu deslocamentos geográficos que obedeciam às exigências da produção econômica (ciclos do açúcar, da mineração, etc.), a população de cor livre permaneceu nas regiões de origem e reverteu para as atividades de subsistência ou mesmo

de desvinculação econômica e social (Gonzalez, 2020).

Como vemos através da fala de Gonzalez (2020), existe uma complexidade do racismo enquanto um fenômeno social e econômico, destacando a sua articulação ideológica e a forma como se manifesta nas estruturas sociais contemporâneas. Essa ideia de que o racismo não é apenas uma série de atitudes individuais, mas sim uma prática enraizada nas estruturas socioeconômicas, provoca uma reflexão profunda sobre como as desigualdades raciais são mantidas e reproduzidas. A menção à divisão racial do trabalho é especialmente relevante, pois indica que as relações de poder e as hierarquias sociais estão intimamente ligadas a questões raciais. O fato de que essa divisão é "compartilhada por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais" ressalta a ideia de que o racismo transcende fronteiras geográficas e históricas, constituindo um fenômeno global que se manifesta de diferentes formas, mas com efeitos similares de marginalização e exploração.

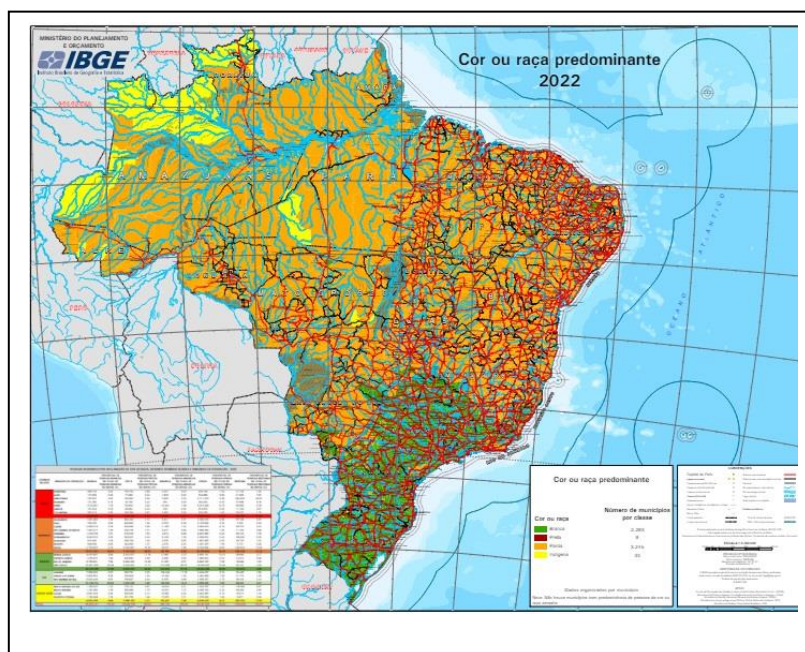
Além disso, o deslocamento da população escrava em função das necessidades econômicas e a permanência da população de cor livre nas regiões de origem evidencia as consequências duradouras do colonialismo e da escravidão nas estruturas sociais. Isso ilustra como as heranças históricas moldam as realidades contemporâneas, onde as oportunidades de desenvolvimento e ascensão social são frequentemente condicionadas por fatores raciais. A ideia de "atividades de subsistência" e "desvinculação econômica e social", sugeridas por Gonzalez (2020), também sugere que, mesmo após a abolição da escravidão, muitas comunidades continuaram a enfrentar barreiras que limitavam suas opções econômicas. Isso nos convida a analisar as intersecções entre raça, classe e a estrutura econômica, reconhecendo que as desigualdades persistentes não são acidentais, mas sim fruto de uma longa história de opressão e exclusão.

Portanto, essa análise nos leva a compreender a importância de abordar o racismo de uma forma estrutural, promovendo políticas e práticas que reconheçam e combatam essas injustiças históricas, buscando por cidades e sociedades mais equitativas e inclusivas.

Notemos que as divisões regionais brasileiras não são diversificadas naturalmente, foram montados padrões de desmontes sociais, nos quais as pessoas negras ficaram sem opções de locais que poderiam contribuir para suas adequações sociais. Na maioria das vezes os espaços geográficos ocupados por essas populações se restringem a locais de difícil acesso, com pouca qualidade de matéria prima, com espaços inadequados de

habitação e assim por diante. O censo demográfico do IBGE de 2022 continua trazendo esse retrato do país, baseado na divisão racial e territorial como uma questão de conquistas como vemos no mapa 1.

Mapa 1: cor ou raça predominante no território brasileiro de acordo com o censo demográfico do IBGE de 2022.



Fonte:

https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Populacao_por_cor_ou_raca_Resultados_do_universo/Mapas/Brasil_CorRacaPredominante_CD2022.pdf

Observemos no mapa 1 que as áreas amarelas se referem a territórios indígenas, localizadas em grande expressividade na região norte do país. As áreas laranjas e vermelhas se referem aos territórios brasileiros com maioria populacional preta e parda, essas regiões mais centrais do Brasil. Já as áreas verdes se referem as regiões com maioria populacional branca, nesse caso, a região sul do país. Como afirmado anteriormente, temos um país diverso em quantitativo populacional e que intencionalmente localizou geograficamente sua população conforme os interesses da branquitude na época, e esses interesses tem se mantido estáveis com o passar dos anos.

Assim sendo, a localização geográfica da população brasileira está intimamente relacionada com a diversidade racial e de cor no país. O Brasil é um país continental, com uma imensa variedade de ecossistemas e climas, o que influencia a migração e a distribuição demográfica. Como vemos no mapa 1, as grandes regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) apresentam características diferentes em termos de composição étnica. O Nordeste, por exemplo, tem uma forte presença de população

parda e negra, resultado da história colonial e da escravidão. Já o Sul é predominantemente de brancos, muitos dos quais descendentes de imigrantes europeus. O Sudeste, sendo a região mais urbanizada e industrializada, reúne uma diversidade maior de etnias devido à imigração interna e externa.

Outra problemática advinda da localização geográfica das populações negras é a urbanização. Esse crescente modelo de cidades tem promovido uma constante mobilidade da população, com muitos buscando melhores oportunidades em grandes cidades. Essa dinâmica leva a uma mistura ainda maior de raças e etnias, mas também revela as desigualdades raciais, especialmente em questões de acesso a serviços, empregos e moradia, como citado por Gonzalez (2020).

De acordo com os dados aqui apresentados, compreendemos que a população negra do Brasil compõe uma parcela significativa do país, mas se encontra frequentemente em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Deste modo, a localização geográfica da população brasileira está interligada a questões de raça e cor, com implicações culturais, sociais e econômicas. A estrutura demográfica do país é resultado de um legado complexo que continua a influenciar a sociedade contemporânea.

Outra forma de visualizar e compreender a localização geográfica da população negra brasileira é resgatar o modo de vida dos quilombos. A resistência do negro à escravidão foi característica marcante da história dos africanos nas colônias americanas, e os escravos responderam à exploração com a má vontade, a sabotagem ao trabalho, a revolta ou a fuga para quilombos (Funari, 2016). Esses processos de fugas levavam a localizações distintas pelo Brasil.

A permissividade, passividade, mansidão, ingenuidade atrelada ao negro por alguns pesquisadores, principalmente no período do desejo do branqueamento populacional, não condiz com toda a verdade. (Gonzalez, 2020; Wernek, 2008; Ribeiro, 2028). A resistência foi marca registrada para a permanência das tradições, religiões, saberes, conhecimentos desses povos.

As informações sobre os quilombos brasileiros foram revisitadas algumas vezes, reunindo fontes impressas. Vários estudiosos se esforçaram para combater a percepção de que tivemos no Brasil relações escravistas em geral harmoniosas, a velha ideia sistematizada por Gilberto Freyre no início da década de 1930. Mas, se nas análises iniciais, através da chamada “escola paulista”, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octaviano Ianni, colocavam a resistência escrava em segundo plano com o intuito de enfatizar a coisificação do escravo. Clóvis Moura, e posteriormente Luís Luna,

José Alípio Goulard e Décio Freitas, entre outros, irão privilegiar essa resistência, essa luta que resultou na sobrevivência negra. (Gomes, 2016).

Os quilombos não deixam de ser um marco representativo desta resistência. O modo de vida, de luta, de produção, de sobrevivência mesmo. Embora muitos estudos tentem reverter os quilombos apenas as guerrilhas, podemos notar que os saberes, conhecimentos advindos destes espaços são numerosos e de toda forma contribuem para a formação do povo brasileiro e para conhecimento da cultura dos povos africanos.

Quanto a localização geográfica dos quilombos, é importante salientar que como seria de se esperar eram estabelecidos em locais remotos e de difícil acesso, por motivos óbvios de proteção e subsistência. No Brasil, existem quilombos em diversas regiões do país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Alguns dos estados brasileiros com maior número de quilombos são Bahia, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Alguns dos quilombos mais conhecidos incluem Palmares, em Alagoas, e o Ivaporunduva, em São Paulo (Gomes, 2016).

O estudo sobre os quilombos merecem uma unidade unicamente sua, para trabalhos posteriores. Contudo, atualmente nos remete a entender que a população negra advém desses espaços em sua maioria.

Como vemos, a sociedade brasileira tem uma longa história de discriminação e exclusão dos negros. A escravidão, que durou mais de 300 anos no país, deixou marcas profundas na cultura e nas relações sociais, tornando o racismo uma realidade presente na vida dos negros até os dias atuais. Mesmo após a abolição da escravidão em 1888, a população negra continuou a sofrer com a marginalização e a falta de oportunidades. A desigualdade socioeconômica é uma realidade para muitos negros no Brasil, que enfrentam dificuldades no acesso à educação, ao mercado de trabalho e aos serviços públicos. Além disso, a representatividade negra na mídia, na política e em outros espaços de poder é muito limitada, contribuindo para a perpetuação do racismo estrutural na sociedade brasileira. A luta por igualdade de direitos e oportunidades para a população negra é uma questão urgente e necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É preciso combater o racismo em todas as suas formas e garantir que todos os cidadãos tenham seus direitos respeitados, independentemente de raça e cor.

O debate sobre diversidade racial no Brasil tem ganhado cada vez mais espaço na agenda política e social do país, embora ainda de modo tímido, com movimentos e organizações lutando por políticas públicas que promovam a igualdade racial e combatam o racismo estrutural. A promoção da diversidade e da equidade racial é fundamental para

construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os cidadãos brasileiros tenham seus direitos e dignidade garantidos.

Com isso, torna-se fundamental que o país promova políticas públicas que visem combater o racismo e a desigualdade racial, garantindo equidade de direitos e oportunidades para todas as pessoas. Além disso, é importante que a sociedade na totalidade se conscientize sobre a importância de combater atitudes racistas e preconceituosas, promovendo a diversidade e o respeito à pluralidade racial do país. O enfrentamento do racismo é uma luta de todos e deve ser prioridade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os brasileiros. A diversidade é um dos maiores valores do Brasil, e é fundamental que ela seja respeitada e valorizada em todas as suas formas.

2.3. Relações Raciais na Colômbia: Alguns Aspectos

“Hoje a realidade sobre raça na Colômbia ainda é o que vemos na televisão. Os pretos são esquecidos, deixados de fora dos programas do governo. A pobreza se manifesta fortemente neste meio, é a realidade e sempre fiz oposição a isso. Os negros colombianos estão em locais difíceis, em termos de território, as margens dos rios, nas costas da Colômbia, e essas áreas são áreas muito empobrecidas em todos os sentidos, em todas as partes, o que me faz me impulsionar a fazer uma boa carreira na ciência, nas ciências naturais, foi assim, poder saber, digamos, poder entender e eles entenderem que tem que temer-nos”. (Dra. Ângela Restrepo Moreno, colombiana, 2022 ¹²).

Através da fala da doutora Ângela Restrepo Moreno, colombiana, 57 anos, é possível sentirmos o mesmo perfil na realidade brasileira. As relações raciais na Colômbia são complexas e multifacetadas, refletindo a diversidade étnica do país, que inclui populações indígenas, afro-colombianas e mestiças. A história da Colômbia, marcada por colonização espanhola, tráfico de escravos e conflitos internos, influenciou profundamente as dinâmicas raciais e sociais. A chegada dos colonizadores espanhóis no século XVI resultou na exploração e subjugação das populações indígenas. Ao longo dos séculos, muitos africanos foram trazidos forçosamente para a Colômbia como escravizados, contribuindo para a formação de comunidades afro-colombianas, especialmente nas regiões costeiras e nas áreas remotas do país. (Arboleda, 2018; Wade,

¹² Nome fictício atribuído a uma das doutoras entrevistadas, colombiana. Entrevista realizada em 2022.

2008; Wreia, 2004).

A Colômbia é um país caracterizado pelo sincretismo cultural, onde relações entre diferentes grupos étnicos resultaram em uma população predominantemente mestiça. Esse processo de mestiçagem, no entanto, também trouxe consigo tensões e discriminações raciais que persistem até a atualidade. Apesar da diversidade, a população afro-colombiana frequentemente enfrenta discriminação e marginalização. Essa discriminação se manifesta em diversas áreas, incluindo acesso à educação, saúde, emprego e participação política. Segundo Arboleda (2018), em uma perspectiva decolonial, há a implantação de quadros sutis, mas rígidos, impedindo-os de conhecer e dar conta de suas realidades. Além de os colocar em uma situação de impossibilidade de construir conhecimentos contextualizados.

Nas últimas décadas, houve um aumento na mobilização da comunidade afro-colombiana em busca de reconhecimento e direitos. Organizações e líderes destas áreas têm lutado por justiça social, preservação cultural e reparação histórica. Esse fato é necessário, levando em consideração que a Colômbia enfrentou períodos republicanos de dupla contradição de não-humanidade/humanidade para pessoas negras (implícitas nas práticas de invisibilidade), com projeções claras e definidas. No país, entre os séculos XIX e XX, a expressão pública da não-humanidade ganha roupagem da dissimulação e aos poucos se refugia no repertório da intimidade racista das elites. (Arboleda, 2008).

Conforme defende Arboleda (2008), surge neste momento espaços específicos e táticas de racismo concreto, mas mantendo a estrutura instrucional excludente. Esses modos ou práticas aparecem inconscientes e se desenrolam na invisibilidade de tal situação, ao mesmo tempo em que são evidentemente visíveis a partir das posições socioinstitucionais dos sujeitos afro-colombianos, concretizando o território epistemológico.

Santiago Arboleda nos aponta a emergência de espaços e táticas de racismo específico destacando-os como uma questão crítica e complexa. É notório que, em sociedades que passaram por processos civilizatórios semelhantes, o racismo ainda se manifesta, perpetuando uma estrutura que privilegia alguns em detrimento de outros. Esse racismo não se limita apenas a ações explícitas de discriminação, mas se infiltra nas práticas cotidianas e nos sistemas institucionais, tornando-se parte do tecido social. A invisibilidade dessas práticas é particularmente insidiosa, pois torna difícil para muitos reconhecerem e confrontarem as desigualdades raciais. Ao mesmo tempo, as experiências vividas pelos sujeitos afro-colombianos e suas posições dentro das estruturas sociais e

institucionais revelam a realidade do racismo e a necessidade de um exame crítico contínuo dessas dinâmicas.

O conceito de território epistemológico determina que há um espaço de conhecimento e entendimento que deve ser reivindicado e valorizado, especialmente por aqueles que historicamente foram marginalizados. A reflexão sobre esses temas é essencial para fomentar a solidariedade e buscar soluções que confrontem o racismo de maneira efetiva e transformadora. A conscientização coletiva e a valorização das vozes historicamente silenciadas são passos fundamentais nesse processo.

No que se refere as mulheres negras na Colômbia, suas participações são diversas e enfrentam muitos entraves por racismo e sexismo (Lerma, 2019). Os meios para combater a discriminação, o racismo, a exclusão das mulheres negras são entendidos por elas como um recado que precisa ser traduzido para a sociedade. Elas enfrentam muitas barreiras para se fazerem presentes nas Ciências, desde tempos anteriores até a atualidade, como observamos no relato proferido pela doutora no início dessa sessão. Mas, quando se mostram, entendem que esse não é apenas o seu lugar, é a sua representatividade que leva a mensagem as demais meninas negras que podem e devem almejar espaços de poder, de tomadas de decisões e mudanças sociais. Somente assim, as sociedades brasileiras e colombianas enfrentarão esse permear de delimitações em torno de raça.

Conforme defende Lerma, (2019), a partir de suas subjetividades marginalizadas, excluídas e subordinadas, as mulheres negras da Colômbia implantaram historicamente uma ontologia que reivindica a vida. Elas têm sido, sujeitos ativos, e não entidades passivas das lutas raciais. Foram construtoras de mundos por meio de diversas práticas culturais (oralidade e poesia) e sociais (família, sociedade, política) com significados pedagógicos e espirituais que hoje constituem alternativas ao desenvolvimento hegemônico predatório e contribuição para o bem viver.

Contudo, reconhece-se que para combater a discriminação e o racismo, presente ativamente nesta sociedade, são necessárias políticas públicas eficazes que promovam a igualdade de oportunidades, o respeito pela diversidade e a inclusão social de todos os cidadãos. É crucial a conscientização e educação da sociedade sobre a importância de respeitar as diferenças e valorizar a diversidade como um recurso fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, é fundamental que as instituições governamentais e a sociedade civil trabalhem juntas para garantir o cumprimento dos direitos humanos e combater a discriminação e o racismo em todas as suas formas. É preciso também promover a

participação ativa dos grupos minoritários e étnicos na tomada de decisões políticas e na definição de políticas que os afetam diretamente. Com esforços coletivos e ações afirmativas é possível superar a discriminação e o racismo na Colômbia e no Brasil e construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária para todos os seus cidadãos.

A sociedade negra afro colombiana é uma realidade a parte, construída e fundada em torno de uma necessidade dos sequestrados da África e seus descendentes, com o objetivo de reconstruir os mundos de que foram arrebatados. Sem certezas na América, mediante muitas práticas de resistências e insurgências, estabeleceram novas relações com a natureza e com as outras pessoas que tiveram a mesma sorte escravista para darem sentido a suas existências. (Lerma, 2019).

Para Lorde (1978), “nunca estávamos destinados a sobreviver”, essa é a realidade. Evidenciando uma perspectiva, muitas vezes dolorosa e confrontadora sobre a vida e a luta por reconhecimento e igualdade, especialmente no contexto das experiências de pessoas marginalizadas. Não estávamos destinados a sobreviver por que as estruturas sociais e culturais, muitas vezes, parecem dispostas a silenciar ou desvalorizar certas vozes, especialmente as de mulheres, pessoas negras, dentre outras. Essa perspectiva pode levar à reflexão sobre as desigualdades sistêmicas que existem na sociedade e como elas impactam a vida das pessoas. Também serve como um chamado à resistência e à luta, sugerindo que, apesar das adversidades e das chances desiguais, a sobrevivência e a luta pela justiça são atos de rebeldia e afirmação de vida.

A sociedade colombiana enfrenta a crença de que existe igualdade e harmonia racial em uma sociedade democrática, negando a existência de racismo estrutural e desigualdades raciais. Enquanto, os afrodescendentes são utilizados como categoria política de articulação global que emergiu dos embates sociais e econômicos do país. Através de um conjunto de convenções múltiplas, ambíguas e, em muitos casos, contraditórias, que ilustram um jogo de claro/escuro; inclusão/exclusão; aceitação/negação; corroborando para que a população negra lute pela afirmação de suas identidades e expulsão de parte delas ao mesmo tempo. (Arboleda, 2016).

Segundo Viveros (2007), a palavra discriminação, em sua conceituação mais ampla, significa dar a uma pessoa um tratamento desigual, baseado em motivações raciais, políticas, religiosas, entre outras. Na Colômbia, as reflexões sobre as discriminações estão estritamente associadas ao tema de direitos e igualdade, tendo sido reconhecidos na constituição de 1991, não só como um direito, mas também como um valor, um princípio: “todas as pessoas nascem livres e iguais perante a lei, recebem a

mesma proteção e o tratamento das autoridades e gozam dos mesmo direitos, liberdade e oportunidades sem nenhuma discriminação por razões de sexo, raça, origem nacional ou familiar, língua, religião, opinião política ou filosófica.”

A Colômbia é um país com uma grande diversidade étnica e racial, sendo composta por uma mistura de diferentes grupos étnicos, incluindo indígenas, afro-colombianos e mestiços (descendentes de europeus e indígenas). No entanto, apesar dessa diversidade, as relações raciais na Colômbia são muitas vezes marcadas por desigualdades e discriminação, embora haja a previsão legal, assim como o Brasil, ainda acontecem problemas sociais que extrapolam a lei e aparecem na sociedade na forma mais expressiva. (Wade, 2004).

Os afro-colombianos, em particular, enfrentam discriminação e marginalização em vários aspectos da sociedade colombiana. Eles frequentemente enfrentam dificuldades no acesso à educação, emprego e serviços de saúde, e muitas vezes vivem em condições de pobreza e violência. Além disso, os povos indígenas na Colômbia também enfrentam desafios semelhantes, incluindo a falta de acesso a terras e recursos naturais, bem como a discriminação social e cultural. Contudo, em seu processo de extinção e posterior confinamento, conseguiram preservar alguns de seus traços culturais. O destino do africano e seus descendentes no país havia sido a perda total de toda a herança cultural, de modo que, em uma situação de orfandade histórica e tradição, eles foram forçados a sobreviver, a uma rápida e voraz assimilação da cultura europeia, especialmente hispânica e indígena. (Arboleda, 20018). Sendo assim, com a situação de perda cultural expressiva, o que restou as pessoas negras foi preencher-se de significados da vida e lutar por suas convicções.

A escravização de pessoas na Colômbia foi um período que se estendeu do século XVI até 1851, envolvendo os primeiros colonos europeus da Espanha. E iniciou-se basicamente por que exatamente o número de indígenas no país estava diminuindo drasticamente. Assim, entendemos o que o Wade fala quando se refere a interconexão entre os estudos sobre raça e indígenas no país. O quantitativo de indígenas caiu, seja devido às guerras, fome, ou qualquer outro fator e assim rapidamente o número de escravizados aumenta no país. Pessoas submetidas à escravidão eram 40% da população do fim do século XVIII na província de Chocó, na Colômbia (Wade, 2018).

Na Colômbia, os negros não foram vistos como uma categoria que necessitava de apoio ou programas especiais para igualitarismos sociais, sempre foram analisados como os “outros”. Após a Revolução Francesa de 1789, a ideia de liberdade dos oprimidos, com

a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, desencadeou uma série de lutas sociais pelo mundo. E assim os povos escravizados lutaram por liberdade. (Wade, 2018). Em 1810, com a criação do estado de Cartagena, foi oficialmente declarado a abolição da escravidão no país. Mas, assim como no Brasil, isso não significou grandes mudanças para as populações antes escravizadas, foram lançadas a própria sorte, sem condições de manutenção e se submetendo as mesmas condições de escravização vividas anteriormente. (Wade, 2018).

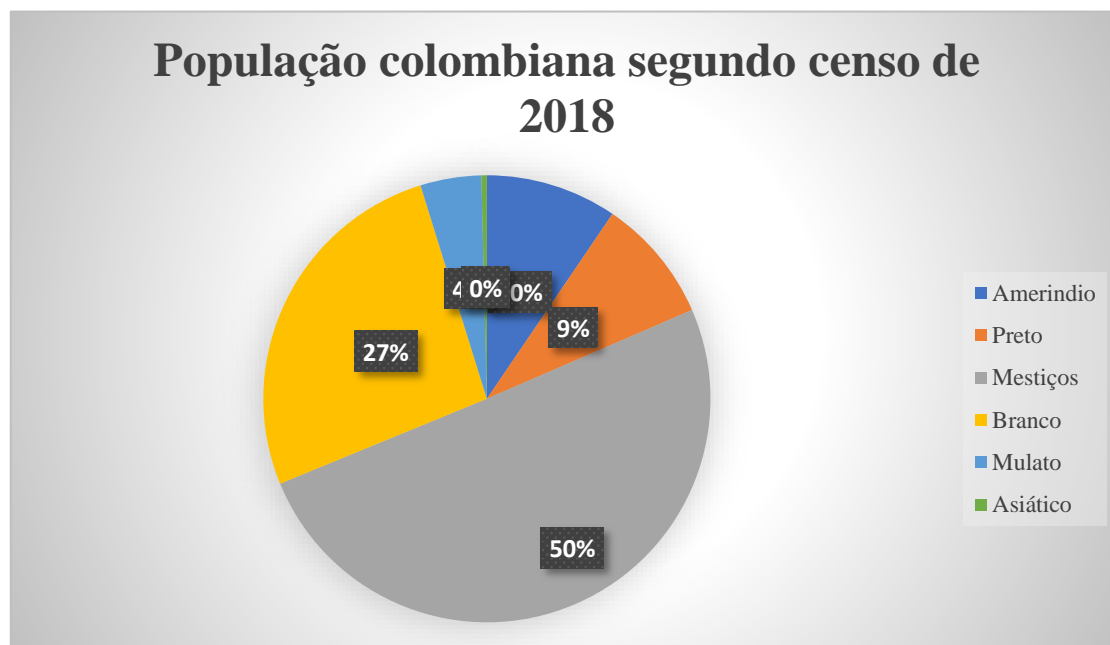
De modo geral, poder-se-ia analisar que na Colômbia, a miscigenação colonial resultou na predominância de uma população rural, heterogênea e mestiça. Através dos ideais de liberdade muitos negros migravam para as regiões que teriam menos problemas para o trabalho e até quem sabe a apropriação de terras. Concentraram-se em torno das florestas e costa, se concentraram nas comunidades rurais e assim atuavam diretamente na agricultura e trabalhos “menos elaborados” intelectualmente. Os afro-colombianos também tiveram um método de organização semelhantes aos do Brasil. Ambos buscaram na agricultura os meios necessários a subsistência. Tentaram manter suas famílias atrelados a sua cultura e história vivos através de união e fé.

De acordo com o gráfico 2, pode-se observar que o quantitativo populacional da Colômbia se concentra numa maioria que se identifica como mestiços, cerca de 50,3% da população, e para isso se faz necessário uma reflexão em torno das questões da mestiçagem e como esses estereótipos interferem no momento de afirmar a que grupo racial há identificação. Os que se identificam como pretos, ficam em torno de 9%, sendo também um ponto de reflexão no sentido de análise.

Contudo, somando-se os quantitativos de mestiços e pretos têm-se uma população de quase 60% auto declarados nesta categoria. Se agregarmos os indígenas, assim como sugere Wade, de fato temos contingente populacional de mais de 70% e sendo assim, a maioria dessas pessoas que enfrentam as questões de raça e racismo e se são atravessados pelas questões sociais aqui apresentadas.

Logo, também se percebe através destes dados que as políticas de enfrentamento do racismo devem ser equivalentes ao contingente populacional. Uma vez que, como a diversidade é bem mais significativa do que em outras nações as questões de enfrentamento também devem ser crescentes. Fato que não se nota. Assim como no Brasil, a Colômbia ainda segue tímida nas questões sociais que visem romper esses paradigmas e promover a igualdade de direitos para todos.

Gráfico 2: População colombiana no censo de 2018.



Fonte: Grupos étnicos da Colômbia segundo o Latinobarómetro 2023. "Raza/Etnia a la que pertenece". Latinobarómetro 2023 Colômbia.

Na Colômbia a população negra foi massivamente confinada nas regiões do Pacífico e do Caribe, localidades montanhosas, de difícil acesso e que potencialmente seriam esquecidas pelo poder governamental. O quantitativo de negros em regiões mais centrais é mínimo quando se compara com regiões mais afastadas. Contribuindo assim, para representar o imaginário social de invisibilidade negra. Propondo, de maneira visivelmente cautelar que a população é majoritariamente branca. (Arboleda, 2018; Lerma, 2019).

Nas ideologias nacionais colombianas sobre negritude, ainda na atualidade, apresentam mais importância que o México e menos importância que o Brasil. Possuem ainda uma população indígena evidente, embora tenha diminuído significativamente no decorrer dos anos, mas ainda apresenta muita grandiosidade na formação de sua história, de seus movimentos sociais. Um poderoso elemento em imagens da nação colombiana é a ideia interna das diferenças, muitas vezes sendo citado pelas entrevistadas como um país de regiões, cada uma com identidades particulares, por vezes, racializada.

A branquidão está frequentemente associada às grandes cidades e aos centros, a negritude associada às regiões costeiras, de difícil acesso (Pensamento desenvolvido através da entrevista de dra. Idelisa Bonnelly da Colômbia). Contudo, um fato que chama atenção é o caso do pardo que pode frequentemente ser associado tanto aos brancos, quanto aos negros, a depender da situação.

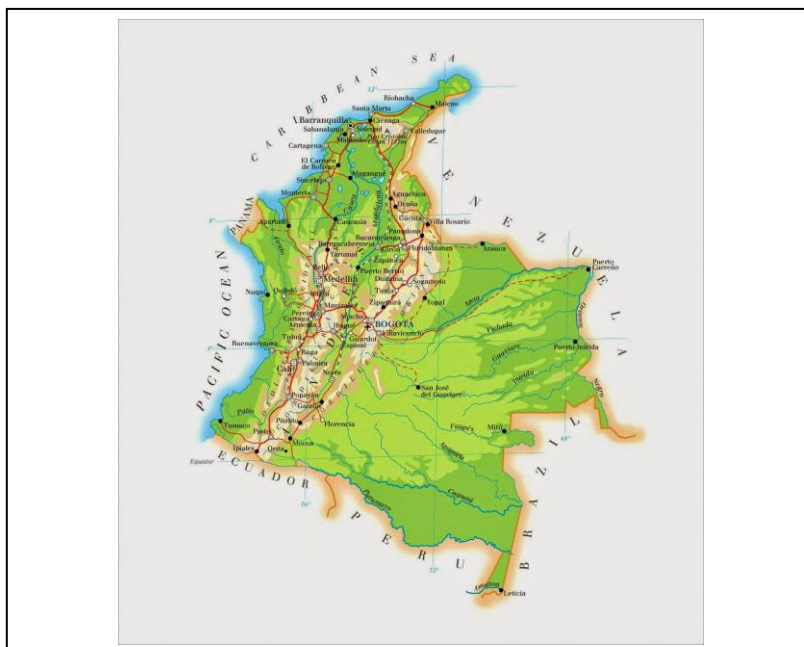
Em termos de representação política, os afro-colombianos e indígenas muitas vezes são sub-representações no governo e nas instituições do país, dificultando a defesa de seus direitos e interesses. Viveros (2007), mostra que numerosos estudos apontam que o projeto de construção da nação colombiana, que aconteceu principalmente depois da independência, levando a entender a real necessidade das pessoas negras e indígenas nesse país.

Nomes como Aquiles Escalante (1964) e Manuel Zapata Olivella (1967), sugerem que as discussões ultrapassem os ideais da escravização e que possam agregar valores e mudanças nas perspectivas de raça e consequentemente haja contribuições nas condições de vivência do racismo.

Apesar dessas desigualdades, há um movimento crescente na Colômbia que visa promover a igualdade racial e combater a discriminação. Organizações e ativistas estão trabalhando para conscientizar a população sobre essas questões e pressionar o governo a adotar políticas que promovam a inclusão e a igualdade racial no país. Para avançar na garantia de direitos humanos e diminuir as desigualdades e injustiças, têm-se que reconhecer as diferenças das gerações, étnicas, culturais, de gênero, de oportunidades e de capacidades (Viveros, 2007).

As pessoas negras na Colômbia estão distribuídas por todo o país, no entanto, a maioria reside em regiões como o litoral Pacífico e o departamento de Chocó. Além disso, também existem comunidades afro-colombianas em cidades como Cali, Buenaventura e Cartagena. Estima-se que cerca de 10% da população colombiana seja de ascendência afrodescendente. Como podemos evidenciar através do mapa 2, que apresenta o território colombiano e suas delimitações territoriais.

Mapa 2: Território colombiano.



Fonte: <https://br.images.search.yahoo.com/search/images;>

Apesar da presença da população afrodescendente em diversas regiões do país, a população negra na Colômbia ainda enfrenta desafios sociais e econômicos, incluindo a discriminação, a marginalização e a falta de acesso a oportunidades educacionais e de trabalho. Medidas têm sido tomadas pelo governo para promover a inclusão e a igualdade para a população afro colombiana, mas ainda há muito a ser feito para garantir seus direitos e melhorar suas condições de vida.

Segundo Betty Ruth Lozano Lerma (2020), as sociedades negras afro colombianas são outros mundos, construídos, fundados, na necessidade dos sequestrados da África e seus descendentes de construir e reconstruir os mundos do qual foram arrebatados. Chegados na América, seguidos por muitas práticas de resistência e insurgência, estabeleceram novas relações com a natureza e com os outros que compartilharam a mesma sorte escravista para buscarem uma maneira de darem sentido a suas existências. Os africanos e africanas e seus descendentes encontraram uma forma, em meio as mais diversas circunstancias inimagináveis, de progredir neste novo mundo e fazer sentido as suas vidas, criando e recriando a si.

O solo, o ambiente, o espaço colombiano foram moldados de forma que fizesse sentido para as pessoas negras construírem seus lugares de saberes e sobrevivências. Apesar de terem que se localizar em regiões de difícil habitação, conseguiram reproduzir o que necessitavam no momento para se sentirem em casa. Hoje, a Colômbia vive esse imaginário de pessoas que se edificaram em seus espaços sociais e se mantiveram por lá

para garantir suas sobrevivências.

Existem várias leis colombianas voltadas às questões étnico-raciais, que visam promover a igualdade racial e combater a discriminação. Algumas delas incluem: a Lei 1.482 de 2011, esta lei estabelece sanções penais para a discriminação racial e étnica na Colômbia. Ela proíbe e pune atos de racismo e discriminação étnica em todas as suas formas, promovendo a inclusão e a igualdade racial. O Decreto 1.290 de 2010, que estabelece medidas para promover a igualdade racial e a inclusão étnica na Colômbia. Ele estabelece ações afirmativas para garantir a participação igualitária das comunidades afro-colombianas, indígenas e outras minorias étnicas em todos os aspectos da sociedade.

A Lei 70 de 1993, que reconhece os direitos territoriais das comunidades afro-colombianas e estabelece medidas para proteger e promover seus direitos culturais, sociais e econômicos. Ela também reconhece a contribuição histórica e cultural dessas comunidades para a sociedade colombiana. Além dessas leis específicas, a Constituição colombiana de 1991 também garante a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de raça, etnia ou origem social. Essas leis e regulamentações visam promover a inclusão e a igualdade racial na Colômbia, garantindo que todas as comunidades sejam tratadas de forma justa e igualitária (Wade, 2008; Arboleda, 2018; Vigoya, 2007; Lerma; 2020).

Notadamente, se observa que a Colômbia é um país díspar etnicamente, com uma população composta por diversos grupos étnicos, incluindo os indígenas, afro-colombianos, mestiços e brancos. Infelizmente, as relações raciais têm sido marcadas por desigualdades e discriminação ao longo da história. Os afro-colombianos, por exemplo, têm enfrentado discriminação e exclusão social, sofrendo com altos índices de pobreza, falta de acesso a oportunidades educacionais e empregos dignos, e discriminação racial. A população indígena também enfrenta desafios semelhantes, com a perda de terras ancestrais, discriminação e falta de acesso a serviços básicos (Wade, 2008).

Observamos também que a mídia de divulgação em massa também oferece entraves com a representatividade negra nas telenovelas, comerciais, músicas, enfim, em todos os espaços de divulgação. O negro é sempre atrelado ao estereótipo de menos capaz, menos adequado, menos belo e isso gera conflitos que leva as manifestações racistas ao topo.

Apesar de avanços legais e constitucionais que visam proteger os direitos dos grupos étnicos na Colômbia, a discriminação racial ainda persiste em diversas esferas da sociedade. O país tem sido palco de conflitos étnicos e violência, com organizações

armadas e grupos paramilitares muitas vezes exacerbando as tensões raciais.

No entanto, há um movimento crescente de resistência e luta por parte dos grupos étnicos na Colômbia, que buscam promover seus direitos e combater a discriminação racial. Através de organizações e movimentos sociais, esses grupos têm trabalhado para promover a igualdade racial e o respeito pela diversidade étnica no país. As relações raciais na Colômbia são uma interseção de desafios e resiliência, onde a luta por reconhecimento e igualdade continua. A promoção do respeito à diversidade, além de um compromisso com a justiça social, é fundamental para a construção de um futuro mais inclusivo.

2.3.1. Entre Histórias e Identidades: A Formação Racial do Negro Colombiano

A formação racial do negro colombiano apresenta semelhanças com a mesma nuance brasileira. Entre os séculos XIX e XX as elites políticas e intelectuais procuraram investir numa perspectiva de branqueamento da população. Condenavam veemente a abordagem da negritude e confirmavam o ideário racial branco europeu como moderno e ideal. Perante isso, investiu muito em exportação de mão de obra branca de outros países, visando branquear a população colombiana, para assim se firmar como cultura evoluída. Segundo Andrews (2004), os nacionalistas latino-americanos, ao longo da história, realmente construíram suas ideologias considerando questões de raça, etnicidade e território. A formação das identidades nacionais na América Latina foi influenciada por uma série de fatores históricos, sociais e culturais, e a relação entre esses elementos se torna evidente em vários contextos.

O conceito de mestiçagem, por exemplo, foi central na construção das identidades nacionais em muitos países latino-americanos. A ideia de que a mistura de povos indígenas, africanos e europeus gerou uma nova identidade nacional que foi utilizada por nacionalistas para promover uma coesão social, embora muitas vezes tenha ignorado ou marginalizado as populações indígenas e afrodescendentes. Em alguns casos, a raça tornou-se um marcador social que dividiu as populações, influenciando políticas e práticas sociais. (Andrews, 2004).

A formação nacional da Colômbia, como em muitos países da América Latina, foi influenciada por uma série de processos históricos que incluíram práticas sociais, higienistas e eugênicas. (Omi; Winant, 1994). Passando por diversas transformações

sociais, políticas e econômicas desde a sua independência no início do século XIX. O país enfrentou conflitos internos, como guerras civis, que moldaram sua identidade nacional. As práticas sociais estiveram intimamente ligadas à construção da identidade nacional. Movimentos literários, educacionais e culturais buscaram promover um ideal de cidadania e um sentido de pertencimento.

No final do século XIX e início do século XX, muitos países latino-americanos, incluindo a Colômbia, adotaram políticas higienistas. Essas políticas visavam melhorar as condições de saúde pública, combater doenças e promover a "civilização". A urbanização e a modernização das cidades foram acompanhadas de esforços para limpar os espaços urbanos e controlar a população, associando a higiene à ideia de progresso. (Omi; Winant, 1994). A partir desta abordagem, a população negra e mestiça adquire a responsabilidade por esses problemas de ordem social. Para os intelectuais da época, estariam atribuídas às populações negras os problemas de ordem social, entre eles as questões de higiene, saúde e intelectualidade.

Intelectuais e políticos, a exemplo de Miguel Jimenez López, Jorge Bearano, Luiz Lopes de Mesa, defendem em seus estudos que a população do país não poderia se tornar desenvolvida se continuasse atrelada às questões dos negros. A população colombiana carecia de modernidades, de evolução, e para isso deveria se desvincular do ideário dos povos negros. (Velez, 2005). Essa questão revela uma visão profundamente problemática e exclusivista em relação ao desenvolvimento social e econômico. A ideia de que a população de um país não poderia se tornar desenvolvida enquanto estivesse "atrelada às questões dos negros" reflete a mentalidade racista e colonialista presente, no período em análise, que ignora as contribuições significativas das comunidades afrodescendentes para a cultura, economia e identidade do país. Além disso, essa argumentação está alinhada com um padrão histórico de exclusão e marginalização dos negros, perpetuando desigualdades sociais. A equação entre desenvolvimento e a dissociação das questões raciais sugere que a modernidade é algo que deve ser alcançado à custa da diversidade e da rica herança cultural que os povos negros representam.

Com isso, a população negra foi transformada em mecanismo de controle e eliminação de culturas, saberes, diversidades. Quanto menos presença africana no país, mais desenvolvido ele poderia se tornar. A exemplo da eugenia, ciência que buscava melhorar a herança genética da população, ganhou força na América Latina no início do século XX. No contexto colombiano, isso se manifestou em políticas que promoviam a "raça superior" e tentavam eliminar grupos considerados indesejáveis. Tais práticas

estavam entrelaçadas com ideais de progresso social e nacionalismo, gerando tensões étnicas e sociais.

Peter Wade elenca alguns processos sobre esse embranquecimento proposto na Colômbia: 1) a ideologia de que somos todos mestiços, logo não haveria necessidade de enumerar e procurar soluções para problemas individuais, os problemas, nesta lógica, seriam coletivos de toda a nação. Essa fórmula serviu também de base para propostas nos demais países, como o Brasil. 2) quanto mais escuro mais próximo do negro o indivíduo se centra, quanto mais claro, mais próximo do branco e dos privilégios da branquitude. Sendo assim, o desejo de branqueamento do negro era iminente, buscar características que o aproximasse cada vez mais do branco e de suas virtudes. (Wade, 1993).

Peter Wade aborda questões profundas e complexas relacionadas ao embranquecimento na Colômbia, que, de certa forma, ressoam em contextos latino-americanos mais amplos, incluindo o Brasil. A afirmação de que "somos todos mestiços" nega as particularidades e as desigualdades enfrentadas por grupos étnicos específicos. Essa perspectiva sugere uma homogeneização que apaga as diferenças culturais e sociais, resultando em uma falta de reconhecimento das injustiças históricas e contemporâneas enfrentadas por populações afrodescendentes e indígenas. Ao adotar essa postura, a sociedade desvia a atenção das questões sistêmicas que perpetuam a desigualdade, levando a uma abordagem superficial de soluções que se aplicam a uma nação unida, mas que na realidade ignora a diversidade e as necessidades específicas de diferentes grupos. Essa narrativa de mestiçagem ainda é muitas vezes utilizada politicamente para justificar a inação em relação a políticas públicas que poderiam abordar as desigualdades raciais.

O segundo ponto destaca um fenômeno muito real e trágico apontado por Wade é a valorização da branquitude em relação à negritude. A ideia de que "quanto mais claro, mais próximo do branco" reflete uma internalização de valores racistas que permeiam as sociedades latino-americanas, onde características associadas a uma estética branca são vistas como superiores e desejáveis. Essa busca por características que se assemelham ao ideal europeu não apenas compromete a autoimagem de indivíduos negros, mas também perpetua o racismo estrutural. O desejo de branqueamento, portanto, é um sintoma das desigualdades raciais e da pressão social por conformidade ao padrão ocidental de beleza e sucesso, resultando em uma negação da riqueza cultural e da beleza que reside na diversidade.

Uma abordagem necessária quando se trata da formação do ideário negro na Colômbia se atribui ao fato de que as questões de saúde, moradia, educação, poluição,

contaminação, foram durante muito tempo atribuídos a população negra como condições inerentes a estes. Primeiro como responsabilidade de suas vivências, depois como justificativas para suas ausências. Segundo pesquisadores da época, os traços de natureza psíquica e física presentes na população do país atentavam o adiantado processo de degeneração racial. (Restrepo, 2007).

No que se refere a educação, Arboleda afirma que a concepção educacional na Colômbia permaneceu prisioneira de uma visão hipnotizante, monocultural, católica e eurocêntrica desde a constituição de 1886 até a última década do século XX, quando a Lei Geral de Educação (LEI 115 de 1994) foi concretizada. Em 1978, como resultado da pressão indígena pelo direito a uma educação diferenciada, baseada em sua língua, suas tradições e sua concepção de território. O Conselho Regional de Cauca (CRIC) conseguiu introduzir a noção de educação indígena na legislação educacional colombiana, o que iniciou o caminho do reconhecimento e, ao mesmo tempo, abriu a lacuna de diferença no paradigma sob o qual todos os colombianos deveriam ser educados. (Arboleda, 2018).

Assim, com o precedente aberto, as populações negras reivindicam que também suas culturas e tradições sejam valorizadas. Muitos esforços foram dispostos para reivindicar o acesso à educação, ao mesmo tempo que presavam por um processo educativo que considerassem seus traços culturais e valorizasse suas contribuições para a construção do país. As comunidades negras, por sua vez, no mesmo período, fizeram enormes esforços para reivindicar o acesso à educação, ao mesmo tempo, em que uma educação que considerasse seus traços culturais e valorizasse suas contribuições para a construção do país. Forma de superar o racismo profundo do aparato educacional e da sociedade na totalidade. Movimentos especialmente urbanos, liderados por intelectuais; Diego Luis Córdoba, Rogerio Velásquez, Manuel Zapata Olivella, sua irmã Délia Zapata Olivella, Natanael Díaz e Amir Smith Córdoba, entre outros, inspirados pelas mobilizações pelos direitos civis afro-americanos e pelas lutas anticoloniais pela libertação africana, foram sistematicamente ignorados e invisibilizados; confirmando, assim, a clandestinidade pública desse pensamento (Arboleda, 2016).

A regionalização colombiana também é fato que contribui para a compreensão da formação racial do país. Reflete a sua diversidade cultural e étnica, especialmente em relação às populações afro-colombianas. Historicamente, essas comunidades se estabeleceram em áreas que, durante a época colonial, eram centradas na mineração e na agricultura, como garimpos e fazendas. As regiões mais afetadas incluem a costa do Pacífico, a costa do Caribe, bem como os vales inter-andinos dos rios Magdalena, Cauca

e Patía. (Arboleda, 2018).

Ao longo dos anos, diversos fatores têm contribuído para a migração de afro-colombianos em direção a centros urbanos. A pobreza extrema, os desastres naturais, e a violência sistemática, exacerbada pelo conflito armado que durou décadas, levaram muitas pessoas a buscar melhores condições de vida nas principais cidades do país, como Bogotá, Medellín, Cali, Popayán e Pasto. Este deslocamento demográfico não é apenas uma questão de mobilidade, mas também reflete as dificuldades enfrentadas por essas comunidades nos contextos em que historicamente se estabeleceram. (Lerma, 2018).

Com uma população total aproximada de 44 milhões, os afro-colombianos representam cerca de 25% da população, o que os torna um grupo significativo em termos numéricos. No entanto, é importante notar que, apesar de sua população substancial, os afro-colombianos muitas vezes são tratados como uma minoria no contexto histórico e sociocultural do país. Isso se deve em grande parte a preconceitos e estereótipos que persistem na sociedade colombiana, além das desigualdades socioeconômicas que ainda enfrentam.

Portanto, a regionalização e a situação das populações afro-colombianas revelam não apenas sua rica herança cultural, mas também os desafios contínuos que enfrentam em busca de reconhecimento, equidade e justiça social na Colômbia contemporânea. Essa situação marca o colonialismo interno, origina uma divisão do país, confere a essas regiões e seus grupos humanos, o lugar naturalizado da subalternidade e da subordinação. Partindo do pressuposto de que não possuem e não podem produzir conhecimento, consequentemente não podem tomar decisões sobre o presente e o futuro de suas vidas, uma vez que carregam o fardo histórico da escravidão e o atraso de sua raça. (Mignolo, 2002).

Posto isto, assim como Wade, compreendemos a necessidade de enfrentar essas narrativas e construir uma compreensão mais justa e equitativa das identidades e das dinâmicas raciais na Colômbia e em outros contextos latino-americanos. É um chamado para reconhecer a diversidade, valorizar a ancestralidade e trabalhar em direção a soluções que não apenas unifiquem, mas que também respeitem e celebrem as singularidades de cada grupo.

É fundamental reconhecer que o verdadeiro desenvolvimento de uma nação envolve a inclusão e a valorização de todos os seus cidadãos, independentemente de sua origem étnica. O progresso social deve estar atrelado à justiça social, à igualdade de oportunidades e ao reconhecimento da pluralidade cultural, aspectos essenciais para uma

sociedade verdadeiramente avançada e coesa. Assim, a proposta de desvinculação é não só insustentável, mas também eticamente condenável.

CAPITULO III

3. CIENTISTAS NEGRAS BRASILEIRAS E COLOMBIANAS NAS CIÊNCIAS DA NATUREZA: DESAFIOS E CONQUISTAS

Este capítulo têm o propósito de explorar a contribuição e a representação de mulheres negras brasileiras e colombianas nas Ciências da Natureza, destacando algumas trajetórias acadêmicas, desafios enfrentados e conquistas ao longo do tempo. A abordagem aspira analisar a confluência entre raça e gênero, examinando como esses fatores influenciam a experiência das mulheres negras no campo científico. A análise inclui uma revisão da literatura sobre as representações femininas nas Ciências da Natureza, com perfis de algumas mulheres que se destacaram em diversas áreas da ciência, como biologia, química, física, engenharias e ecologia, espaço reconhecidamente masculinizado.

As Ciências da Natureza são fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, além de contribuir diretamente com a formação humana (Benite, c. R. M.; Benite, a. M. C.; Echeverría, A. R; 2023). No entanto, a diversidade de vozes e experiências nesse campo ainda é limitada. O sistema patriarcal tem contribuído privando as mulheres de acesso ao universo científico e acadêmico, especialmente as mulheres negras. As sociedades multirraciais resultantes da colonização engendraram o dispositivo de racialidade como instrumento disciplinar e normalizador das relações raciais. Isso reflete diretamente o mercado de trabalho, onde para alcançar os mesmos salários das mulheres brancas, uma mulher negra precise ter de quatro a sete anos a mais de estudo (Carneiro, 2011; 2023). Essa realidade se repete nos espaços acadêmicos, refletindo um número expressivamente menos de pesquisadoras doutoras negras em universidades brasileiras e colombianas, e consequentemente, nas pesquisas sobre elas.

Ribeiro (2018) nos aconselha, ao falar de mulher, devemos sempre nos perguntar de que mulheres estamos falando. Elas não são um bloco único, possuem pontos de partida distintos. Não podemos universalizar essa categoria, sob risco de manter na invisibilidade aquelas que combinam ou entrecruzam opressões. Aqui apontaremos as doutoras negras e o caminho científico inerente as suas aspirações. Sabidamente, as mulheres negras, em particular, enfrentam barreiras significativas que impactam sua participação e reconhecimento nas ciências. Este estudo cogita iluminar essas questões, oferecendo uma visão mais ampla sobre o papel das mulheres negras nas Ciências da

Natureza.

Com relação à invisibilidade feminina na história da humanidade, essa circunstância nos denota questionamentos que nos remete as intencionalidades das ações em cada momento histórico. No decorrer dos tempos a mulher passa de deusa provedora da fertilidade, deusa mãe em seu culto, para um receptáculo passivo do ventre que deveria receber a semente da procriação (Lerner, 2019). A religião, dentre outros meios, contribui muito para essa percepção passiva da mulher (Lerner, 2019). De modo geral, para ela existem determinadas posições sociais que sempre foram questionáveis. Elas foram vistas como incapazes, fragilizadas, infantilizadas e submissas aos homens. Sendo assim, deveriam viver à margem de pais, maridos, irmãos, e na ausência destes deveria haver um homem que a “amparasse”.

Esse pesado legado histórico continua a exercer influência sobre o ingresso e permanência de mulheres nas mais diversas áreas das Ciências. Como nas Ciências da Natureza, em que notadamente representam uma minoria de mulheres (Barbosa, Carvalho, Fernandes, 2013). Essa invisibilidade feminina reflete a construção social de um sistema patriarcal que perpetua o domínio masculino e a subordinação das mulheres em diversos aspectos da vida social, política e econômica. Mulheres foram historicamente excluídas de certas áreas, como a ciência, a política, a arte e a filosofia, sendo marginalizadas e silenciadas em suas vozes e contribuições. Elas vêm sendo historicamente pensadas em categorias de mulheres de formas não universal e critica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades de suas condutas (Ribeiro, 2018).

Segundo Lerner (2019), o sistema patriarcal é uma estrutura de poder que dá aos homens o controle e privilégio nas sociedades, enquanto subordina e oprime as mulheres. Nesse sistema, as mulheres são frequentemente excluídas e desvalorizadas, sendo limitadas em suas oportunidades e direitos. Essa exclusão pode se manifestar de várias formas, como a restrição das mulheres a papéis tradicionalmente femininos, como cuidadoras e donas de casa, a discriminação no mercado de trabalho, a sub-representação política e a violência de gênero. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos da mesma origem social. (Hasenbalg, 2022).

Os estereótipos de gênero que se perpetuam ao longo dos anos também influenciam gradativamente as escolhas educacionais, profissionais de atuação de

mulheres. Quando não trabalham como domésticas, vamos encontrá-las também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (refúgios), nos supermercados, nas escolas, nos hospitais, sob a denominação de serventes (Gonzalez, 2020). A ideia de que elas são naturalmente menos habilidosas em áreas de ciências e tecnologia, levam à autopercepção de menor aptidão e interesse por esses espaços. Ferreira (2018), aponta que menos de 3% da pós-graduação no Brasil são pesquisadoras negras. Essa realidade destaca a necessidade de uma melhor discussão e compreensão desse fenômeno e de suas causas, visto que a população brasileira e colombiana é composta de um percentual significativo de mulheres negras.

A crença de que mulheres são mais adequadas para carreiras que envolvem cuidado e emoções, como a área de saúde e educação, em detrimento de campos mais técnicos e analíticos, são oriundos de processos culturais e históricos. Mecanismos reconhecidos como racismo institucional irão obstruir, por meio de processos, atitudes e comportamentos que decorrem do próprio modo de funcionamento, a progressão profissional de indivíduos em razão de sua raça nas instituições públicas e privadas, dificultando assim o acesso a posições de prestígio e poder. (Carneiro, 2011; Almeida, 2019). Criando espaços onde a presença feminina negra é quase nula, contribuindo para a perpetuação do grupo hegemônico, masculino e branco, assegurando-os o controle das instituições por meio da construção de consensos sobre a sua dominação e predisposição natural.

A pressão social para que as mulheres negras priorizem a família e a maternidade em detrimento de suas carreiras é também um fator relevante de ausências femininas em alguns lugares, o que pode desencorajar a busca por profissões que demandam maior dedicação e tempo. Bento (2002), vai nomear de consensos de pactos narcísicos da branquitude, pois se configuram como alianças entre grupos que deslegitimam e abafam o racismo, ao mesmo tempo em que excluem as pessoas negras dos espaços de poder, perpetuando um sistema já excludente fundamentado no racismo estrutural. Dessa forma, esses consensos e acordos também contribuem para a naturalização da escassa representação de mulheres negras nos ambientes relacionados à produção de conhecimento acadêmico e literário.

A falta de representatividade de mulheres em posições de liderança em áreas científicas e tecnológicas, reforçam a ideia de que essas carreiras são predominantemente masculinas. Deslegitimando suas conquistas e aspirações por meio de interconexões entre opressão econômica, racial e sexual. Colocando as experiências e vivências não apenas

como opressão de gênero, mas também pelas desigualdades raciais. (Davis, 2017).

A percepção de que mulheres não são tão competitivas ou assertivas quanto os homens, pode afetar a busca por oportunidades de crescimento e reconhecimento profissional nessas áreas. Contribuição direta da discriminação racial e de gênero que, como vimos, operam em conjunto, limitando as chances de sucesso de mulheres negras. (Crenshaw, 2004).

Além disso, a interseccionalidade entre raça e gênero também se reflete em estereótipos e preconceitos que podem influenciar a percepção e o tratamento de mulheres negras em diversas situações, resultando em microagressões e um ambiente que perpetua a discriminação. Portanto, é essencial que políticas e iniciativas de igualdade avancem não apenas falando sobre gênero ou raça de maneira isolada, mas abordando a intersecção desses fatores para promover uma verdadeira inclusão e igualdade de oportunidades para todas as mulheres, especialmente aquelas que estão nas margens, como as mulheres negras.

Esses estereótipos contribuem para a sub-representação das mulheres em carreiras científicas e tecnológicas, dificultando o acesso a oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional nesses campos. É importante combater essas ideias preconcebidas, promovendo uma maior diversidade e inclusão de gênero nas áreas STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e incentivando as mulheres a seguirem seus interesses e talentos, independentemente das expectativas sociais (Morales, 2021).

Sendo assim, como enunciado anteriormente, neste capítulo, exploraremos a presença e a atuação das mulheres negras nas ciências da natureza, destacando suas conquistas, desafios e impacto no campo. Analisaremos como a interseccionalidade de gênero e raça influencia a participação e o reconhecimento dessas mulheres na ciência, e como podemos criar espaços mais inclusivos e equitativos para promover a diversidade e a excelência científica. Buscaremos de modo sistemático, juntamente com os posicionamentos de estudiosos da temática, elencar dados e argumentos que nos remeta a análise de como acontece essa participação, quais entraves e potencialidades podem ser sugeridos.

Para tanto, julga-se necessário subdividir o tema em alguns subtemas, para que possamos abordar a problemática de modo mais abrangente, que não nos pareça superficial:

3.1. Raça, Gênero e Resistência: Perspectivas Interseccionais na Colômbia e no Brasil

3.2. Mulheres Negras na Educação: Entre Barreiras e Conquistas

3.3. Quebrando Barreiras: Mulheres Negras e Ciência

3.4. Mulheres e Ciências da Natureza: Inovação, Resistência e inspiração para futuras gerações

3.1. Raça, Gênero e Resistência: Perspectivas Interseccionais na Colômbia e no Brasil

Tal como analisado até o momento, é impossível discutir a presença e a ausência de mulheres negras em diversas instâncias da sociedade, sem analisarmos o racismo e o sexismo presente nestes ambientes, em destaque aqui, na área acadêmica (Carneiro, 2019). Esse fato ressalta a relação intrínseca entre racismo e sexismo quando se trata da presença de mulheres negras em diferentes esferas sociais, especialmente no ambiente acadêmico. Essa análise é crucial, pois a interseccionalidade — conceito que destaca como diferentes formas de discriminação se sobrepõem — ilustra que as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas apenas sob a ótica do racismo ou do sexismo isoladamente. Crenshaw (2004) argumenta que a discriminação racial e de gênero operam em conjunto, limitando a chance de sucesso de mulheres negras.

Opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade não poderiam continuar a existir sem justificativas ideológicas poderosas. Como defende Cheryl Gilkes, a assertividade das mulheres negras, bem como o uso que fazem das opressões de racismo para combater a desigualdade no todo, tem desafiado o status de maneira consciente e multifacetada. Como punição, as mulheres negras tem sido atacadas com uma série de imagens negativas. Retrata-las com estereótipos de mammy, de matriarca, da mãe dependente do estado e da gostosa ajuda a justificar sua opressão. Desafiar essas imagens de controle é um dos temas principais do pensamento femi]nista negro. (Collins, 2019).

Na academia, por exemplo, essas mulheres frequentemente enfrentam barreiras duplas: são sub-representadas não apenas pelo preconceito racial, mas também pela misoginia. Isso pode resultar em oportunidades limitadas para avanço profissional, acesso a recursos e visibilidade, o que perpetua a marginalização de suas vozes e contribuições. O uso de estereótipos, assim como apontado por Collins (2019), acaba limitando o espaço de atuação dessas mulheres, e essas opressões tem desafiado suas atuações desde os tempos mais remotos.

A análise interseccional Raça, Gênero e Resistência permite entender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam a vida das mulheres e de comunidades historicamente marginalizadas. O conceito aqui empregado será imbricado nos pensamentos de Collins (2020), investigando como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, assim como as experiências individuais na vida cotidiana. Será uma ferramenta analítica, considerando que as inter-relações se moldam mutuamente. Concernirá em uma forma de entender e explicar a complexidade desses marcadores e das experiências humanas que os cercam.

A literatura inglesa e, mais recentemente, francesa, destaca que o termo interseccionalidade, foi utilizado pela primeira para descrever a interdependência das relações de poder entre raça, gênero e classe em um texto de Kimberlé W. Crenshaw, datado de 1989. Embora tenha se tornado um conceito amplamente reconhecido, como observa Elsa Dorlin (2012), e tenha alcançado grande notoriedade na segunda metade dos anos 2000. Expressão amplamente utilizada por Davis (1981) e Collins (1990), fazendo uma crítica contundente ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo.

A interseccionalidade é uma abordagem transdisciplinar que busca entender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de uma perspectiva integrada. Essa teoria contesta a segmentação e a hierarquização das principais categorias que caracterizam a diferenciação social, como sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. A abordagem interseccional vai além do mero reconhecimento da diversidade dos sistemas de opressão que emergem dessas categorias, propondo que essas interações são fundamentais na criação e manutenção das desigualdades sociais (Bilge, 2009).

Segundo Jurema Wernek (2016), “as mulheres negras não existem”, ressaltando a importante necessidade de reescrita negra sob diferentes perspectivas. Trazendo à tona uma discussão profunda sobre a identidade das mulheres negras, sublinhando que elas não são um grupo homogêneo, mas sim uma coletividade marcada por múltiplas histórias e vivências. Ao afirmar que “as mulheres negras não existem” de maneira isolada, Wernek sugere que a construção de sua identidade é intrinsecamente ligada a um contexto histórico de opressões e lutas que se sobrepõem e se entrelaçam, dando origem a um espectro variado de experiências. Essa perspectiva desafia narrativas simplificadoras que frequentemente reduzem as mulheres negras a estereótipos ou a uma única narrativa de opressão. Em vez disso, enfatiza a importância de reconhecer suas individualidades e a

complexidade de suas realidades. Cada mulher negra traz consigo uma bagagem cultural, social e histórica única, moldada por diversos fatores, incluindo sua origem geográfica, classe social, e educação, além do impacto das estruturas de opressão em que estão inseridas.

Dessa forma, análises inteseccionais não apenas ressaltam as lutas dessas mulheres, mas vão além das questões raciais, entrelaçando-se com aspectos de gênero, classe, sexualidade, resistências e outras formas de desigualdade. Essa análise é essencial para entendermos as realidades complexas que elas enfrentam e para fortalecer suas vozes nos contextos político e social. Reconhecer essas dimensões é vital não apenas para a afirmação da identidade das mulheres negras, mas também para a construção de um movimento social e político que realmente represente suas demandas e desejos. Trata-se de um apelo à valorização das diferenças e à promoção de um diálogo inclusivo que respeite as diversas identidades presentes na comunidade negra.

Como proposto aqui, a abordagem será com relação ao Brasil e a Colômbia, separadamente. Uma vez que não se pretende um enfoque comparativo, mas um acercamento em torno destes temas nas duas realidades. Levando em consideração que são países que apresentam a intersecção de raça, gênero e resistência nos dois contextos revelando a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades de cada grupo. Uma abordagem interseccional oferece uma compreensão mais abrangente das desigualdades e das estratégias de resistência. É fundamental que as vozes das mulheres afrodescendentes e indígenas sejam ouvidas e que suas experiências sejam incorporadas nas agendas de luta e nas políticas sociais.

Na concepção colombiana a vivência de mulheres negras têm sido experiências que remonta a luta e perseverança. A resistência se manifesta de várias formas, desde movimentos sociais e organizações comunitárias até o ativismo cultural que busca preservar identidades e direitos. As mulheres afro-colombianas, em particular, têm se organizado para reivindicar não apenas pela igualdade de gênero, mas também pelo reconhecimento de suas identidades raciais. A luta por justiça social e dignidade é central nesse processo. Lerma (2019) afirma, que a partir de suas subjetividades marginalizadas, excluídas e subordinadas, as mulheres negras colombianas implantaram historicamente uma ontologia que reivindica a vida. Elas têm sido sujeitos ativos e não entidades passivas. Foram as construtoras de mundos por meio de diversas práticas culturais e sociais com significados pedagógicos e espirituais que hoje constituem alternativas ao desenvolvimento hegemônico predatório e contribuições para o bem viver.

No Brasil, a intersecção entre raça e gênero é igualmente complexa. A sociedade brasileira é marcada por uma herança colonial e escravagista que continua a impactar profundamente as relações sociais. As mulheres negras, que enfrentam discriminação tanto por serem mulheres quanto por sua raça, são frequentemente vítimas de violência, desigualdade econômica e exclusão social. Movimentos como o movimento negro e o feminismo negro têm trabalhado para visibilizar essas questões. (Gonzalez, 2022; Wernek, 2016; Ribeiro, 2028). Figuras femininas negras imponentes representam além da luta a resistência contra a violência e a marginalização das mulheres negras no Brasil. As vozes dessas mulheres são essenciais para a resistência contra o racismo e o sexismo, promovendo uma agenda que defenda a intersecção entre raça, gênero e direitos humanos.

O destino das mulheres negras no continente americano aborda questões profundas relacionadas à raça, gênero e colonialismo. Importante ressaltar como essas mulheres foram historicamente desumanizadas e reduzidas à condição de objetos, tanto no contexto da escravidão quanto nas persistências dessa estrutura opressora ainda visíveis na sociedade contemporânea. Ademais, reflexões sobre esses temas nos convidam a desenvolver uma compreensão mais crítica da interseccionalidade, sublinhando a importância de um comprometimento coletivo com a justiça social que valorize e respeite a autonomia e as vozes das mulheres negras, garantindo que elas sejam reconhecidas e tratadas como sujeitos plenos de direitos, e não como meros objetos. (Gonzalez, 2022; Collins, 2019; Davis, 2018).

A resistência das mulheres negras colombianas e brasileiras diante da opressão, que serão abordadas neste capítulo, é um potente testemunho das lutas interconectadas por direitos e justiça. A intersecção entre raça, gênero e resistência não apenas ressalta a complexidade das experiências dessas mulheres, mas também evidencia a importância de fortalecer alianças e fomentar uma compreensão abrangente das desigualdades sociais. Reconhecer essas intersecções é essencial para promover o avanço rumo a sociedades mais justas e equitativas. Portanto, abordaremos essas especificidades de forma separada.

3.1.1. Perspectivas Interseccionais de Raça, Gênero e Resistência no Brasil

A partir do conceito de interseccionalidade, apontado anteriormente e defendido inicialmente por Crenshaw (1994) concentrando sua análise principalmente nas intersecções entre raça e gênero, abordando de forma secundária ou marginal a classe e a sexualidade, que podem influenciar a maneira como as mulheres de cor vivenciam suas

experiências, analisaremos essas relações no Brasil. A interseccionalidade se apresenta como uma proposta para considerar as diversas fontes de identidade, sem a intenção de oferecer uma nova teoria abrangente da identidade.

Collins e Bilge (2021) destacam as principais características da ferramenta analítica proposta pela interseccionalidade no século XXI. Esse conceito é especialmente importante porque permite compreender que as relações de poder, relacionadas a questões como raça, classe e gênero, não se manifestam como categorias distintas e mutuamente excludentes. Ao contrário, essas categorias se sobrepõem e se manifestam de maneira integrada, influenciando todos os aspectos da convivência na sociedade (Collins; Bilge, 2021).

O termo interseccionalidade foi usado pela primeira vez para designar a interdependência entre raça e gênero, sexo e classe, dentre outros por Kimberlé W. Crenshaw (1989). Embora o uso do conceito tenha surgido em outros contextos em época diferentes, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos 1970 através do movimento feminino negro. Onde a mulher negra passou a perceber que a luta feminista não atendia a seus interesses, assim como a luta do movimento negro também não atendia a todos os seus anseios. Passando assim, a compreender que vive uma realidade única, de interseccionalidade mesmo, onde seus contextos são diversos e diferentes de outros movimentos sociais, além das questões de gênero, precisam ser acrescentadas as questões relativas à raça (Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007).

Óbvio que interseccionalidade – ou os esforços de reflexão, análise e organização que reconhecem as interconexões entre raça, classe, gênero, sexualidade – evoluiu consideravelmente nas últimas décadas (...). Houve muitas pioneiras da interseccionalidade, mas eu considero importante citar uma organização que existiu em Nova York, no fim dos anos 1960 e nos anos 1970, chamada *Third World Women's Alliance* (aliança das mulheres do terceiro mundo). Essa organização publicava um jornal intitulado *Triple Jeopardy* (tripla ameaça). A tripla ameaça era: racismo, sexismo e imperialismo. Sim, o imperialismo refletia uma consciência internacional das questões de classe. Muitas formulações tentaram reunir esses temas.... (Davis, 1944).

Como cita Davis (1944), por trás desse conceito de interseccionalidade há uma valiosa história de luta. Uma história de reconhecimento e pertencimento ao espaço que se deseja alcançar. A interseccionalidade reconhece que as identidades não são

unidimensionais, mas sim construídas por múltiplos fatores como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outros. Essa complexidade traz à tona as disparidades e injustiças sociais que diferentes grupos enfrentam, refletindo um desejo profundo de reconhecimento e pertencimento. A luta por interseccionalidade, definida por Davis (1944) é, portanto, uma busca por um espaço onde todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas. É uma chamada à ação para que as desigualdades históricas sejam confrontadas e para que se promova um entendimento mais holístico das experiências humanas. Essa história de luta é não apenas sobre reivindicar espaço, mas também sobre construir comunidades inclusivas que celebrem a diversidade e promovam a justiça social. Assim, a interseccionalidade se torna uma ferramenta poderosa para entender e desafiar as estruturas de opressão que ainda persistem na sociedade contemporânea.

No Brasil, a interseção de raça e gênero evidencia como mulheres negras enfrentam formas únicas de discriminação. Histórica e estruturalmente, essas mulheres estão em uma posição de dupla marginalização. Por um lado, são afetadas pela opressão racial, que se manifesta em práticas discriminatórias e desigualdade socioeconômica. Por outro lado, enfrentam a misoginia e a violência de gênero, que são exacerbadas por suas identidades raciais. Pesquisas, como a apresentada por Lélia Gonzalez (2022), mostram que mulheres negras têm menos acesso a emprego, saúde e educação quando comparadas a mulheres brancas. (Gonzalez, 2022; Davis, 2018). Além disso, as taxas de violência contra mulheres negras têm representado que 62% das vítimas de feminicídio no Brasil correspondem a elas (Brasil, 2023), refletindo não apenas a misoginia, mas também o racismo estrutural presente na sociedade. A amplitude do impacto que a escravização, a colonização e os regimes racistas patriarcais tiveram e têm na valorização de um conjunto de características que vieram a construir nossa identidade são alarmantes. (Werneke, 2016).

Dessa forma, as esferas sociais no Brasil são moldadas pelos interesses do patriarcado e do racismo, relegando as mulheres negras a um segundo plano. Essa realidade resulta em áreas do conhecimento amplamente dominadas por homens brancos e heterossexuais, como é o caso das Ciências da Natureza e suas diversas subáreas. Essa configuração reflete a estrutura da sociedade brasileira contemporânea e a influência de sistemas de opressão. A predominância de homens brancos heterossexuais em várias disciplinas do conhecimento, como nas Ciências da Natureza, evidencia uma hierarquia social que marginaliza as contribuições de outras vozes, especialmente as das mulheres negras (Chassot, 2003).

Segundo Silva (2017), esses ideais se manifestam sutilmente, discretamente, passam despercebidos e de fato acabam sendo aceitos como normais. Ribeiro (2018), reitera que esse sistema de opressão não tem nada de neutro, ele é bem firme em suas posições ideológicas e tem como interesse primordial, continuar perpetuando as opressões.

Buscar análises que nos proporcione meios de compreender a interseccionalidade entre raça e gênero nos dará embasamento de discussão em torno de como se constroem as definições sociais e como elas afetam diretamente as escolhas e atuações de todos. Lélia (2022), enxergava a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado é sempre o branco. O racismo epistêmico passa a invisibilizar as produções femininas negras, de uma maneira intensamente efetiva, para manter essa superioridade euro cristã, branca e patriarcal, na mesma medida em que a população buscava uma explicação ariana de purificação da raça.

Sendo assim, por interseccionalidade entende-se à forma como as identidades de raça e gênero se sobrepõem e se intersectam na vida das pessoas, criando experiências únicas e complexas de discriminação e opressão (Collins, 2019). Por exemplo, mulheres negras enfrentam formas específicas de discriminação que não são experimentadas por mulheres brancas ou homens negros. A interseccionalidade nos ajuda a entender como os sistemas de opressão, como o racismo e o sexismo, se entrelaçam e se reforçam mutuamente, tornando a luta por justiça social mais complexa e necessária. Ela destaca a importância de reconhecer e abordar as múltiplas formas de opressão que as pessoas enfrentam com base em sua raça e gênero, para assim promover uma sociedade mais justa e equitativa para todos. A partir desta perspectiva a necessidade de um parêntese neste trabalho sobre essa análise com relação à raça e gênero.

No que se refere às definições de gênero, especialmente em seu aspecto mais conotativo, o termo possui uma vasta gama de significados, moldados por dinâmicas de poder e diversas nuances, conforme analisado por renomados estudiosos como Scott, Louro e Butler, entre outros. Contudo, para os propósitos deste trabalho, entendemos gênero como um construto social que surge das lutas feministas, carregando uma rica trajetória histórica e contribuindo para a formação de novas narrativas. A diversidade de definições em torno desse conceito poderia gerar uma série de debates. Portanto, não iremos nos aprofundar em interpretações complexas ou distorcidas que se afastem da ideia central de que as questões femininas são fundamentais para a compreensão das relações de poder associadas a esses marcadores raciais.

Em busca no dicionário Aurélio, gênero se define como uma categoria que indica por meio de designações uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro (Aurélio). Esta definição foi utilizada durante muitos anos como meio de demonstrar através do determinismo biológico o que seriam atribuições de mulheres ou de homens. Esta seria uma definição muito fragilizada e que traria muitos entraves para quem estuda as relações de gênero como determinismo de poder. Sendo assim, Jean Scott sugere que o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (Scott, 1989).

Guacira Louro (1997) em seu livro, gênero e sexualidade, descreve que o gênero se constrói sobre ou com os corpos sexualizados. Não se cogita negar a biologia, mas enfatiza, deliberadamente que mais que qualquer outro fator, o gênero é construção social e histórica, produzida sobre as características biológicas. A perspectiva de que o gênero é moldado por contextos culturais, sociais e históricos destaca a importância de compreendê-lo como algo dinâmico e maleável, em vez de um atributo fixo associado exclusivamente ao sexo biológico.

Essa construção social do gênero implica que as normas, papéis e expectativas atribuídos a homens e mulheres são criados e perpetuados por uma sociedade que varia ao longo do tempo e entre diferentes culturas. Ao enfatizar que o gênero é uma construção, estamos também desafiando as noções tradicionais que tendem a reduzir as identidades de gênero e as expressões de sexualidade a categorias limitadas, muitas vezes rigidamente definidas. Além disso, essa abordagem convida a uma reflexão crítica sobre como as características biológicas são interpretadas e valorizadas dentro das sociedades, e como isso influencia as experiências individuais. Ela abre espaço para a diversidade de identidades de gênero, reconhecendo que o espectro de gênero é muito mais amplo do que as categorias binárias convencionais.

Dessa forma, a perspectiva de gênero apresentada ressalta não apenas a relevância da socialização e das dinâmicas de poder na formação do gênero, mas também enfatiza que a liberdade de expressão e a valorização da diversidade são fundamentais para uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, o gênero que abordamos será entendido como um determinante de luta, poder e interações sociais.

O determinismo, nesse contexto, implica que as relações de poder e as lutas sociais não são meros acidentes, mas forças estruturantes que definem comportamentos, práticas e até mesmo valores culturais. Isso leva a uma reflexão sobre como as desigualdades

sociais se sustentam ao longo do tempo e como são contestadas. Nesse sentido, é importante considerar como a luta por justiça social e equidade pode desafiar o determinismo que parece fixar as relações sociais de uma maneira inexorável. (Scott, 1989).

É nesse contexto que o sexismo, assim como o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, encontra espaço agradável para sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações econômicas capitalistas, multirraciais, sexistas, contemporâneas. (Gonzalez, 2022). As conexões entre racismo, sexismo e as estruturas econômicas, capitalistas e contemporâneas são muito articuladas, como defende Lélia, essas articulações funcionam como propostas ideológicas, se convertendo em práticas que não são meramente incidentais, mas sim, parte de um sistema mais amplo que visa manter as desigualdades sociais.

No que concerne a divisão racial e sexual do trabalho, o capitalismo se beneficia da exploração de diferentes grupos raciais e de gênero, perpetuando hierarquias que são simultaneamente econômicas e sociais. (Gonzalez, 2022; Davis, 1944). Essa divisão é, de fato, uma estratégia que torna as práticas discriminatórias não apenas comuns, mas também aceitas e normalizadas dentro da sociedade. A partir do exposto por Lélia, o sexismo e o racismo estão interligados, reforçando como a opressão de gênero pode ser influenciada por questões raciais e vice-versa. Em um mundo globalizado e multirracial, as dinâmicas de opressão se entrelaçam, complicando ainda mais as formas de resistência e as lutas sociais.

Frente as definições descritas e da necessária especificação social atribuída ao construto em torno das relações de gênero, uma análise da participação feminina negra em algumas áreas se torna interessante. É um convite à reflexão sobre a necessidade de intersecções nas lutas sociais, para que sejam efetivas e abrangentes.

A invisibilidade, neste contexto, não é acidental, mas sim uma estratégia que pode servir para manter a hierarquia social e a perpetuação de privilégios. Segundo Lélia Gonzalez (2022). Essa afirmação de Lélia sobre a invisibilidade como estratégia para manter a hierarquia social e perpetuar privilégios é uma reflexão importante no contexto das desigualdades sociais e raciais. Lélia Gonzalez, ao abordar questões relacionadas à interseccionalidade, enfatiza como a invisibilidade de determinados grupos — com base em raça, gênero ou classe — funciona como um mecanismo de controle social. Essa invisibilidade não é um fenômeno acidental, mas sim uma construção histórica que visa

silenciar vozes, marginalizar experiências e, muitas vezes, legitimar a exploração e a opressão. Quando certos grupos são ignorados ou sua contribuição é desconsiderada, mantém-se a narrativa de grupos dominantes, consolidando sua posição de privilégio. Nesse sentido, a visibilidade desses grupos, por meio do reconhecimento e da valorização de suas histórias e lutas, é fundamental para desafiar essa hierarquia e promover uma sociedade mais equitativa.

Portanto, a análise de Gonzalez nos convida a observar não apenas as estruturas de poder que criam e sustentam a invisibilidade, mas também a importância da luta por reconhecimento e representação como formas de resistência e transformação social. A visibilidade pode ser um primeiro passo crucial para a reparação e a construção de uma sociedade mais justa.

Não é casual, portanto, o fato de a força de trabalho negra permanecer confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração. A sistemática discriminação sofrida no mercado de trabalho remete a uma concentração desproporcional de negros nos setores agrícolas, de construção civil e de prestação de serviços. (Gonzalez, 2020).

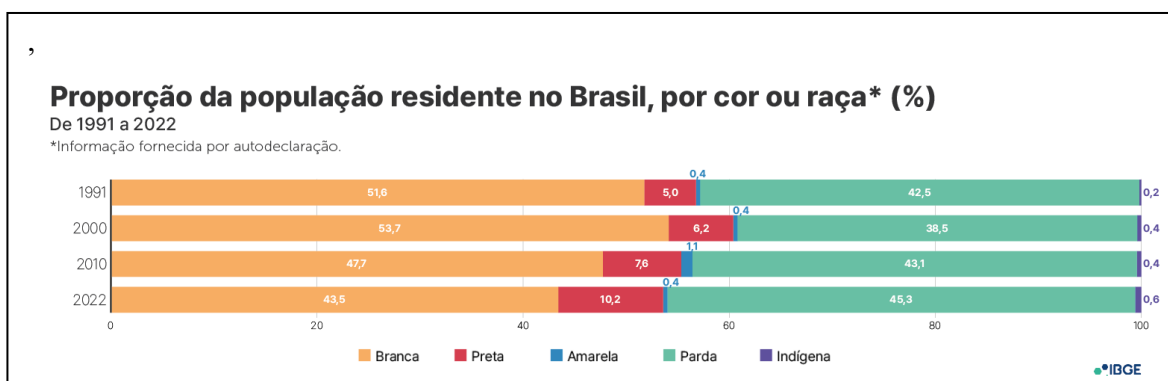
Portanto, ao trazer à tona essa questão, é fundamental refletir sobre como podemos romper com essa invisibilidade. Isso implica promover representatividade, dar espaço a narrativas diversas e desafiar as narrativas hegemônicas que, muitas vezes, não reconhecem o valor e a contribuição de todos os grupos sociais. Essa é uma tarefa essencial para construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham voz e vez.

Ao analisar os fatores relacionados ao Gênero e à Raça, observa-se que, além de serem frequentemente invisibilizadas, as mulheres negras continuam a ter seus direitos negados em diversos espaços sociais, acadêmicos e profissionais. De acordo com os dados do censo de 2022 do IBGE, pela primeira vez desde 1991, a população brasileira se declarou majoritariamente parda, representando 45,3%, o que corresponde a aproximadamente 92,1 milhões de pessoas. Até este momento, a maioria da população se identificava como branca. O estudo também revelou que aproximadamente 43,5% (88,2 milhões) se declararam brancos, 10,2% (20,6 milhões) se identificaram como pretos, 0,6% (1,2 milhão) como indígenas e 4% (850,1 mil) como amarelos (IBGE, 2020).

Conforme ilustrado no Gráfico 3, a partir de 2010, observou-se um aumento significativo nas autodeclarações de pessoas pretas e pardas. Isso indica, de maneira geral,

que a população brasileira, mais consciente de sua identidade racial, percebe que a ideia de branqueamento propagada em décadas passadas não passou de um mito. Os representantes dessa visão não previram que a miscigenação é uma realidade consolidada em nosso país. De acordo com Gonzalez (2020), a formação social brasileira se organiza em torno de uma acumulação capitalista dependente ou periférica, marcada por um conflito de interesses entre classes antagônicas, onde o sistema político perpetua o domínio da classe dominante de forma rigorosa.

Gráfico 3: proporção da população brasileira por cor ou raça



Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html/>

Os dados do último censo, apresentados aqui no gráfico 3, mostraram um aumento na autodeclaração de pessoas que se identificam como pardas e pretas, refletindo uma maior valorização da identidade racial e um reconhecimento das desigualdades raciais no Brasil. É importante considerar também que a percepção de cor e raça pode variar de acordo com contextos históricos, sociais e regionais.

Entretanto, essa aceitação não ocorre de maneira uniforme e enfrenta desafios. A pressão social, o preconceito e a internalização de estigmas raciais ainda fazem com que muitos negros hesitem em se identificar plenamente com sua cultura e legado. Além disso, a luta contra o racismo e pela igualdade racial é contínua e exige esforços coletivos para transformar a realidade. A autoafirmação da identidade negra é, portanto, um processo de resistência e empoderamento, que busca desconstruir estereótipos e promover um reconhecimento mais amplo da diversidade étnica e cultural do Brasil. É fundamental que a sociedade como um todo se comprometa com a luta contra o racismo, apoiando e valorizando as vozes e experiências da população negra. Gonzalez afirma: “a gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa

identidade negra.”

Outra perspectiva que ressalta as questões enfrentadas pelos negros brasileiros é a questão da regionalização. Essa divisão geográfica no Brasil desempenha um papel importante nas discussões sobre raça e racismo. O país possui uma rica diversidade cultural e étnica que varia entre as diferentes regiões, mas também apresenta desigualdades significativas. Regiões como o Sudeste e o Sul, historicamente mais desenvolvidas economicamente, frequentemente possuem condições socioeconômicas distintas em comparação com o Norte e o Nordeste, onde a população negra é predominantemente maior e, em muitos casos, enfrenta índices mais elevados de pobreza e exclusão social.

Lélia Gonzalez (2022), ressalta a importância de se entender essas questões de forma regional, considerando como as particularidades locais influenciam as experiências de racismo e resistência. Defendendo a luta antirracista como uma questão não só de justiça social, mas também de afirmação cultural e identitária. Uma vez que a população negra será condicionada a situações psicológicas que devem ser atacados e desmascarados. Desde a época colonial, aos dias de hoje, percebe-se a existência da evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco e dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos das cidades ou dos campos e devidamente protegidos. Já o lugar natural do negro é o posto, evidentemente. Da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais. Ou seja, a divisão racial do espaço. (Gonzalez, 2022).

Werneke (2016), cita que essa regionalização não deixa de ser uma estratégia demográfica de branqueamento. Buscando manter a garantia de um perfil de estabilidade das transformações ocorridas no país. Os campos de agriculturas, as favelas, os cortiços, os lugares mais impuros, e não desejados pelos demais, eram impulsionados para a população negra. Essas não deixam de ser iniciativas de definição sociológica do país.

São práticas ou políticas que visam alterar a composição étnica ou racial de uma população, muitas vezes em detrimento de grupos minoritários. No contexto de regionalização, isso pode acontecer através do deslocamento de populações, da imposição de políticas públicas que favorecem certos grupos ou da exclusão de determinados grupos sociais de áreas específicas. Essa forma de regionalização pode ser vista historicamente em diferentes contextos, onde países ou regiões implementaram estratégias para "branquear" a população por meio da imigração de europeus, controle de natalidade entre

populações nativas, ou outras ações que visavam diluir a diversidade étnica. No Brasil, por exemplo, essas questões estão entrelaçadas com a colonização, a escravidão e as políticas de imigração do século XIX e XX. (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2023; Wernek, 2016).

Compreendemos também que a regionalização em si não são inerentemente uma estratégia de branqueamento. Mas, pode ser utilizada como ferramenta para promover tais objetivos, dependendo do contexto histórico, social e político. Essa análise revela a complexidade das relações raciais e étnicas e a necessidade de abordar essas questões de maneira crítica e reflexiva.

Contudo, quando se analisa por região. Como podemos visualizar através do gráfico 4, consegue-se perceber que de fato há a confirmação do exposto acima, de que a regionalização aconteceu de modo a direcionar a população negra para algumas regiões do país. Percebe-se no gráfico que tanto o Norte quanto o Nordeste possuem uma população feminina expressivamente negra, e essa realidade têm se mantido no decorrer dos anos. Resta-nos analisar onde estão estas mulheres e como se inserem nos contextos científicos. Na região norte a população parda apresentou o maior percentual, alcançando 67,2%. O Nordeste (59,6%) e o Centro-Oeste (52,4%) também registraram índices acima da média nacional. Já as regiões Sul (21,7%) e Sudeste (38,7) ficaram abaixo dessa média. Isso nos remete dizer que embora o racismo não seja um fator regional, ele encontra uma maioria populacional em algumas regiões do Brasil. Embora permeie todo o país, sua manifestação pode variar significativamente entre diferentes regiões. É crucial reconhecer que o Brasil possui uma diversidade étnica e cultural rica, mas, ao mesmo tempo, carrega uma história de desigualdade racial que se reflete em diversas esferas da sociedade.

Na verdade, algumas regiões do Brasil, especialmente aquelas com uma grande população negra e parda, podem apresentar uma maior percepção e resistência ao racismo, assim como uma maior mobilização em relação às questões raciais. Por outro lado, em outras áreas, a discriminação racial pode ser mais sutil ou invisibilizada, e é fundamental compreender essas dinâmicas para abordar o problema de maneira eficaz. Além disso, a luta contra o racismo exige ações que considerem essas particularidades regionais, promovendo políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades e valorizem a diversidade. O reconhecimento de que o racismo é uma questão nacional, mas que se expressa de maneira diferente em cada localidade, é um passo importante para melhorar as condições de vida de todos os cidadãos.

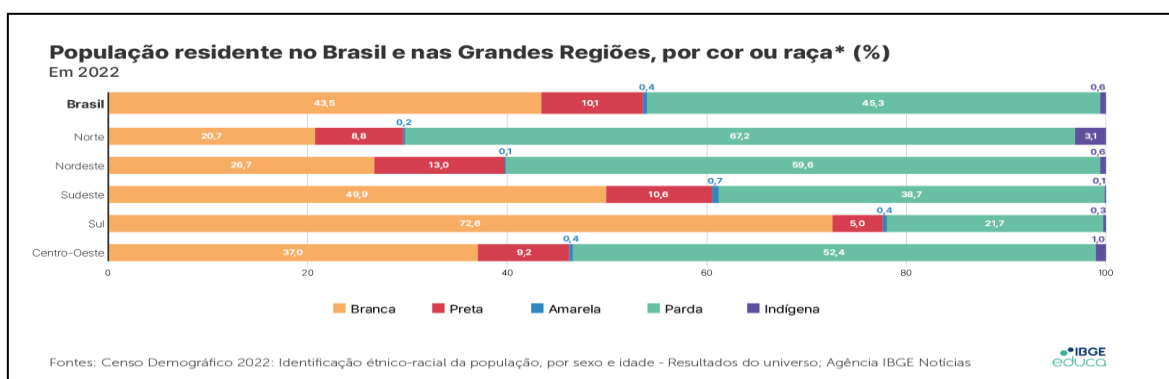
Vemos, abaixo, no gráfico 4 que há a corroboração desta afirmação. Observa-se,

através dos dados, que de fato é muito significativa a parcela da população negra nas regiões norte e nordeste do país. Essas áreas são caracterizadas por uma grande diversidade étnica e cultural, e a presença da população negra é um legado profundo da história do país, que inclui o período da escravidão. Na região Nordeste, especialmente, estima-se que uma alta porcentagem da população se identifique como negra ou parda, refletindo não apenas a herança africana, mas também a resistência e a contribuição cultural que essa população trouxe ao Brasil. O Norte do Brasil também possui uma significativa população negra, embora a composição étnica possa variar mais em comparação com o Nordeste.

Segundo Lélia Gonzalez (2022), a diferenciação do salário mínimo por regiões, que beneficiou sobretudo, o Sudeste, fez com que o trabalhador rural, procurando fugir da miséria, se deslocasse para a periferia dos grandes centros urbanos. Começando, com isso, a inversão da relação populacional entre campo e cidade. Assim, as cidades não cresceram, mas incharam, com o aumento do número de favelas e o surgimento dos boias frias, no cenário da história brasileira.

Contudo, como afirma Gonzalez (2022), a localização geográfica é uma abordagem necessária quando nos remetemos a desenvolvimento econômico e de habitação da população negra. Essas regiões enfrentam desafios sociais e econômicos específicos, e a desigualdade racial é um tema importante a ser abordado. A promoção de políticas públicas que garantam a equidade e valorizem a cultura e história da população negra é essencial para o desenvolvimento social e a justiça racial no país.

gráfico 4: população brasileira nas grandes regiões, por cor e raça



Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html/>

Além da questão da localização geográfica da população brasileira, outro fator merece destaque. A maioria da população dessas regiões se autodeclara como negra ou

parda e, considerando que há um número maior de mulheres do que de homens, é evidente que uma parcela significativa é composta por mulheres negras, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, em comparação com mulheres brancas. Partindo dessa constatação, seria de se esperar que nos setores socioeconômicos houvesse uma presença significativa de mulheres negras. No entanto, esse tema ainda é frágil e, de maneira notória, a presença e a contribuição dessas mulheres em diversas áreas econômicas e científicas não são suficientemente reconhecidas.

Ademais, ao examinar as interseccionalidades que impactam a população negra no Brasil, é evidente a expressiva sub-representação das mulheres negras em diversos setores, como a ciência, a política, a tomada de decisões e outras esferas sociais. A escassa participação feminina nessas áreas reflete as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira. As mulheres negras enfrentam múltiplas barreiras para penetrar nesses espaços, incluindo o racismo e o sexismo institucionalizados, resultantes da intersecção entre raça, gênero, sexo e classe social. No campo da Ciência, por exemplo, a sub-representação de mulheres negras é alarmante, e elas frequentemente encontram dificuldades para obter oportunidades de ascensão e reconhecimento. (Chassot, 2006). Esse cenário perpetua um ciclo de exclusão, dificultando o acesso a recursos e redes de contatos fundamentais para o progresso em suas carreiras científicas.

No Brasil, discutir a realidade das mulheres negras implica reconhecer seu posicionamento social, que por muito tempo esteve entrelaçado aos ideais de democracia racial, à escravidão e à objetificação sexual. Segundo Carneiro (2016), as mulheres negras brasileiras atuam pela humanização, contra estereótipos que coisificam e para romper o silenciamento sobre suas lutas desde sempre. Devemos pensar o movimento de mulheres negras no Brasil desde as revoltas, os quilombos, os terreiros, as rodas de samba e capoeira.

Joselina da Silva (2009), defende que um breve olhar na história das mulheres negras revela diferentes marcos e fontes a considerar. Desde a abolição da escravatura (1888) e o advento da República (1889), mulheres e homens negros foram deixados à margem da sociedade, e como tal, por muitos anos, organizaram-se e reagiram apesar das diferentes discriminações.

De maneira geral, a mulher negra era vista inicialmente sob duas perspectivas profissionais: a de doméstica e a de mulata. Essas categorias refletem visões históricas e sociais que perpetuam a marginalização e a hipersexualização das mulheres negras. A figura da mulata se torna um produto de exportação, com jovens negras, em um processo

extremo de alienação imposto pelo sistema, sujeitando-se à exposição de seus corpos através de danças, para o deleite de turistas e membros da burguesia nacional. Por outro lado, a doméstica centra suas atividades nos cuidados e responsabilidades com as famílias brancas, muitas vezes negligenciando suas próprias famílias e deixando os filhos mais novos sob a responsabilidade dos mais velhos, enquanto se dedica aos filhos das patroas. De modo geral, a mulher negra. (Gonzalez, 2020).

A centralidade do trabalho doméstico na história econômica do Brasil é uma prerrogativa da atuação feminina negra, vai muito além de trabalho na formação social e econômica do país. O trabalho doméstico, historicamente associado às mulheres, desempenha um papel crucial na sustentação das famílias e, por extensão, na economia. (Ribeiro, 2018). Apesar de seu papel vital, esse trabalho muitas vezes é desvalorizado e não reconhecido formalmente. Desde o período colonial, onde o trabalho doméstico já era predominantemente exercido por mulheres, até os dias atuais, essa dinâmica se manteve. As mulheres têm sido responsáveis não apenas pelo cuidado do lar, mas também pelo cuidado infantil e pelo atendimento das necessidades dos membros da família, enquanto frequentemente enfrentam a dupla jornada, conciliando o trabalho doméstico com atividades remuneradas. (Werneck, 2016).

No contexto da economia, esse trabalho é fundamental, pois sustenta a força de trabalho que participa do mercado formal. No entanto, a falta de reconhecimento e remuneração adequada torna difícil para essas mulheres alcançarem autonomia econômica. (Ribeiro, 2018). As discussões sobre a formalização do trabalho doméstico, sua valorização e a promoção de políticas públicas que garantam direitos e proteção para essas trabalhadoras são essenciais para promover a igualdade de gênero e o desenvolvimento econômico. Portanto, entender a centralidade do trabalho doméstico no Brasil implica reconhecer suas contribuições para a estrutura econômica e social. (Carneiro, ; Ribeiro, 2018; Davis, 1944).

Diante disso, o trabalho doméstico, considerado um dos papéis atribuídos às mulheres negras, tem sido objeto de estudo por diversos pesquisadores que exploram as intersecções de raça, classe, gênero e as condições laborais desse cenário. Nísia Floresta foi pioneira ao abordar as questões femininas no Brasil, refletindo sobre a opressão das mulheres, incluindo aquelas envolvidas em atividades domésticas. Embora Ângela Davis não mencione diretamente o Brasil em sua obra "Women, Race & Class", sua análise sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe é aplicável ao contexto brasileiro. Djamilia Ribeiro também contribui com suas reflexões sobre o feminismo negro e a

vivência das mulheres negras no Brasil, que abarca questões relacionadas ao trabalho doméstico. Sueli Carneiro, por sua vez, investiga os efeitos do racismo e da desigualdade de gênero nas mulheres negras, incluindo aquelas que atuam na esfera doméstica. Esses autores são fundamentais para a compreensão da complexidade e dos desafios enfrentados pelas mulheres negras nessa área, bem como das suas reivindicações por reconhecimento e direitos. As obras desses estudiosos oferecem uma base rica para a análise crítica desse tema no Brasil.

Uma pesquisa de grande importância poderia explorar a participação das mulheres brasileiras nas batalhas pela sobrevivência nos quilombos e nas frentes de resistência. Muitas mulheres negras deixaram legados que simbolizam força e luta. A presença feminina nas resistências foi fundamental para evitar a separação de funções entre homens e mulheres, com todos contribuindo de maneira abrangente para o bem comum. Essa dedicação ao bem coletivo é uma característica notável que as mulheres negras brasileiras carregam consigo. Essa é uma característica bastante interessante, esse apreço e cuidado com o bem coletivo é algo que as brasileiras negras trazem sempre.

Werneck (2016), afirma que os relatos da história do Brasil ao longo de toda a experiência colonial centralizam a mulher como uma força vital à resistência e sobrevivência coletiva. A exemplo dos quilombos, que eram territórios livres para aqueles e aquelas que conseguiam escapar do regime escravocrata. É possível encontrar diferentes relatos sobre os quilombos no país, como já mencionado neste trabalho, ainda que de forma indireta, apontam para a participação e liderança femininas em diferentes posições de comando, exemplificados pelas figuras de quilombolas como Aquilone, Acotirene, Mariana Crioula, entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência. (Jesus, 1997; Reis, 1996).

A luz de todo passado e das diversas formas encontradas para promover a superação pessoal e coletiva. Atualmente, as mulheres negras desempenham um papel essencial na sociedade e na cultura brasileira, enfrentando desafios consideráveis, mas também conquistando espaços relevantes em diversas áreas. Muitas delas estão na linha de frente de movimentos sociais, defendendo a igualdade, a justiça racial e os direitos humanos. Organizações e coletivos têm trabalhado para aumentar a conscientização sobre questões que impactam as comunidades negras, como racismo, feminicídio e desigualdade de gênero. (Davis, 1944; Ribeiro, 2018; Hooks, 2021).

Observamos que apesar de enfrentarem barreiras históricas, as mulheres negras têm aumentado sua presença nas instituições de ensino superior e em outras formas de

educação. No entanto, ainda há uma significativa disparidade em relação à inserção no mercado de trabalho, onde muitas vezes ocupam postos menos remunerados e em condições precárias. Nas artes, mulheres negras têm se destacado como escritoras, músicas, dançarinas, cineastas e artistas plásticas, contribuindo para a rica diversidade cultural brasileira. Elas utilizam suas plataformas para abordar questões raciais e de gênero, trazendo à tona suas vivências e experiências. A exemplo da doutora Barbara Carine, que utiliza suas redes sociais para divulgação das experiências, pesquisas e práticas antirracistas.

Em suma, as interseccionalidades de raça, gênero e resistência no Brasil não apenas evidenciam as complexidades das desigualdades sociais, mas também ilustram a resiliência e a capacidade de luta de suas comunidades. Como cita Collins (2018), raça, classe e gênero ainda constituem formas de opressão que se interseccionam, mas as maneiras pelas quais se organizam hoje para reproduzir injustiças sociais diferem de épocas anteriores. A análise dessas interações oferece uma base sólida para formulação de iniciativas que visem à construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Ao reconhecer as múltiplas camadas de identidade e experiência, podemos avançar para uma realidade onde as disparidades são não apenas visíveis, mas ativamente confrontadas.

Pensando no que nos propõe hooks (2017), “peço a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar para criar novas visões, celebro um ensino que permita transgressões”. Esse mesmo movimento que se articula através das perspectivas inteseccionais que atravessam as mulheres com relação à raça, gênero, e consequentemente, movimentos de resistência. Corroborando com a afirmação de Gonzalez (1982), sobre ser mulher no Brasil:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. Enquanto ser homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. (Gonzalez, 1982).

As interações sociais entre todos os fatores que englobam as mulheres negras são questões profundas e complexas que envolvem a interseccionalidade da raça e do gênero no Brasil, como afirma Gonzalez (1982). A mulher negra, no contexto brasileiro, enfrenta

uma realidade de múltiplas formas de opressão que são decorrentes de um legado histórico de racismo e misoginia. Essa tripla discriminação mencionada destaca como a intersecção de ser mulher, negra e muitas vezes pobre a coloca em uma posição de vulnerabilidade social acentuada. Os estereótipos que cercam a mulher negra são frequentemente alimentados por narrativas que a desumanizam e a relegam a papéis subalternos na sociedade. Isso se reflete, por exemplo, na naturalização de sua presença em serviços domésticos, onde é vista mais como uma cuidadora do que como uma profissional com capacidades e aspirações diversas (Gonzalez, 2020; Werneck, 2008). Essa limitação de perspectivas é resultado de uma estrutura social que não apenas marginaliza, mas também invisibiliza suas potências e contribuições.

Além disso, esse apontamento de Gonzalez (1982), quanto a referência à violência policial e à figura do homem negro ilustra uma dinâmica de opressão que, embora diferente, também é interligada. O homem negro enfrenta uma estigmatização que o associa à criminalidade e à violência, o que resulta em sua perseguição pela polícia. Essa realidade, por sua vez, provoca um impacto indireto sobre as mulheres negras, que muitas vezes se veem forçadas a assumir papéis de sustentação da família em um contexto de violência e precariedade.

Notadamente, é essencial reconhecer e abordar situações interseccionais entre todas as esferas sociais e com os diversos atores de forma crítica, buscando promover a inclusão e a valorização das vozes e experiências das mulheres negras. A luta por justiça social deve considerar a interseccionalidade para que se possa vislumbrar alternativas significativas e transformadoras para a realidade dessas mulheres. A mudança estrutural é fundamental para que novas perspectivas se tornem possíveis e para que a sociedade brasileira possa, finalmente, reconhecer e valorizar a pluralidade de suas identidades.

3.1.1. Perspectivas Interseccionais de Raça, Gênero e Resistência na Colômbia: alguns recortes

As discussões em torno das perspectivas interseccionais de raça, gênero e resistência na Colômbia não diferem das relações apresentadas no tópico anterior, sobre essa problemática no Brasil (Wade, 1993). Compreender as complexidades sociais e políticas enfrentadas pelas diversas comunidades no país é fundamental para absorver as conexões em torno das mulheres negras. A interseccionalidade, como visto anteriormente, um conceito que surgiu a partir dos estudos de gênero e que se refere à análise das várias dimensões de identidade que interagem para moldar experiências de

desigualdade e opressão, é especialmente relevante em um contexto como o colombiano, marcado por conflitos históricos, desigualdades e violências estruturais.

Conforme Leandro Galastri (2017), fundamentando-se nas ideias de Mariátegui, a questão racial deve ser abordada não apenas sob a ótica biológica, mas também dentro dos contextos social e econômico. Ele destaca que “[...] o problema da marginalização social imposta às etnias indígenas é evidente, tanto no passado quanto no presente, embora ainda precise ser enfatizado. A raça influencia as oportunidades e as necessidades de lidar com essa questão” (Galastri, 2017). Historicamente, as elites utilizaram as diferenças raciais para legitimar a ideia de superioridade branca, visando manter seus privilégios, o que resultou em consequências severas, como a escravização, exploração e invisibilização (Silva, 2005). Esse sentimento foi amplamente compartilhado por aqueles que tinham interesse em perpetuar essas condições (Carneiro, 2008). Assim, é evidente que as relações raciais desempenharam um papel crucial na formação das identidades sociais e políticas ao longo dos séculos. A construção da “superioridade branca”, como modelo de liderança das elites, não apenas justificou práticas como a escravização, mas também perpetuou um sistema desigual que se manifesta em diversas áreas, incluindo economia, educação e habitação.

Adicionalmente, é fundamental levar em conta a invisibilidade de grupos marginalizados. Com frequência, as narrativas predominantes desconsideram as contribuições e vivências de populações não brancas, o que agrava a exclusão social e a escassez de representação. Essa dinâmica de poder é intrincada e se reflete tanto nas políticas públicas quanto na cultura popular, reforçando estereótipos e perpetuando discriminações. (Fernandes, 1964; Guimarães, 2002).

Na Colômbia, a questão racial é central, principalmente devido à extensa diversidade étnica e cultural do país. A população negra colombiana, indígenas e outros grupos étnicos frequentemente enfrentam discriminação e marginalização (Wade, 2003). A interseccionalidade revela como essas identidades raciais interagem com outras formas de opressão, como a pobreza e a violência, exacerbando as dificuldades enfrentadas por esses grupos. Por exemplo, comunidades afro-colombianas muitas vezes se encontram em áreas geográficas que são as mais afetadas pelo conflito armado, com acesso limitado a recursos e serviços. (Arboleda, 2018).

Estudiosos, intelectuais e elite colombiana acreditavam na formação de uma sociedade “evoluída e desenvolvida”. Para isso, deveriam resolver os problemas que entendiam como os obstáculos de incompatibilidade para a construção dessa nação: a

heterogeneidade racial e étnica da população colombiana. A raça do país precisava se fortalecer de acordo com o pensamento de alguns estudiosos, e isso se daria através da unificação de uma raça única (Vélez, 2005). Essa abordagem, revela um ponto de vista problemático que perpassa muitas discussões sobre identidade nacional e progresso social. A crença de que a heterogeneidade racial e étnica seria um obstáculo à construção de uma nação coesa reflete uma perspectiva essencialista e reducionista, que ignora a riqueza que a diversidade cultural pode trazer. (Agier; Quintin, 2003).

A proposta de fortalecer uma raça por meio da unificação em uma única identidade é, além de eticamente problemática, historicamente equivocada. Essa abordagem tende a criar divisões sociais ainda mais acentuadas e pode dar origem a políticas discriminatórias e excludentes. Segundo Ciampa (1987), a identidade resultante desses processos sociais deve ser entendida como uma metamorfose, um fenômeno em constante transformação que emerge da intersecção entre a trajetória individual e o contexto histórico e social em que se insere. O tipo de pensamento que busca uniformidade em vez de inclusão reflete um temor em relação à diferença, além de uma tentativa de controlar e padronizar grupos sociais. No entanto, a verdadeira construção de uma nação deve priorizar o reconhecimento e o respeito pela diversidade, promovendo um diálogo intercultural que possibilite a formação de identidades mais plurais e inclusivas (Domingues, 2007).

Outro aspecto importante a considerar é que as ideias de desenvolvimento e evolução social não podem ser vistas de forma isolada. Elas devem levar em conta contextos históricos, políticos e econômicos, reconhecendo que a verdadeira evolução de uma sociedade se dá através da justiça social, da equidade e do reconhecimento das vozes de todos os seus cidadãos, independentemente de sua etnia ou raça. A complexidade da identidade colombiana é, na verdade, uma riqueza que deve ser valorizada e respeitada. Os processos históricos de formação de categorias sociais são elementos cruciais para as organizações. (Omi; Winant; 1944).

Um processo socio histórico pelo qual as categorias sociais são, criados, habilitados, transformados e destruídos. E ao mesmo tempo consiste em um processo de projetos historicamente situados nos quais corpos humanos e estruturas sociais são representados e organizados. (OMI; WINANT; 1944).

A perspectiva defendida por Omi e Winant (1944), reflete uma crítica sobre a formação e a transformação das categorias sociais ao longo da história. Esse é um processo dinâmico e contínuo, onde essas categorias não são fixas, mas sim resultantes

de interações sociais, políticas e econômicas que variam com o tempo e o contexto. Evidenciando que as identidades sociais e as estruturas que as sustentam estão em constantes fluxos, e que são moldadas por projetos históricos que refletem as relações de poder em uma determinada sociedade. além de destacar a ideia de que a construção da identidade não é apenas um processo individual, mas também coletivo e institucional.

Isso implica que as experiências e as condições de vida de indivíduos e grupos são influenciadas por normas sociais, práticas culturais e sistemas de opressão ou privilégio. Essa abordagem expressa por Omi e Want (1994), nos inspira uma reflexão sobre a importância de se reconhecer a complexidade e a fluidez das categorias sociais, evitando reduções simplistas que possam ignorar as nuances da experiência humana. Ao analisar essas transformações, é fundamental considerar como esses processos impactam as desigualdades e as relações sociais contemporâneas. Essa abordagem pode servir como um convite à compreensão crítica e à ação em direção a um mundo mais equitativo.

Nesse contexto de compreensão das categorias sociais como construções coletivas levemos em consideração a participação feminina negra na Colômbia. Como sugere Lerma (2019), os saberes e epistemologias que as mulheres negras implantaram ao longo de nossa história são erudições chamadas por ela de insurgências epistêmicas relacionadas ao “saber para” e não ao “saber sobre”. São Ciências para a vida que atuam diretamente no ato de curar, de aprender, de cuidar. Todos são conhecimentos agregados ao fato de viver mais e melhor e corrigir as injustiças. Quando falamos em “insurgências epistêmicas”¹³, estamos reconhecendo uma forma de resistência e luta, onde essas mulheres não apenas compartilharam seus saberes, mas também desafiaram paradigmas estabelecidos e questionaram estruturas de poder que historicamente as silenciaram.

O conceito de “saber para” refere-se a uma epistemologia que é aplicada, prática e engajada, com o objetivo de transformar realidades e promover mudanças sociais. Isso contrasta com o “saber sobre”, que frequentemente permanece em uma perspectiva superficial e distante, desconectada das experiências e necessidades das comunidades (Lerma, 2019). Ao longo da história, as mulheres negras têm utilizado seus

¹³ “Insurgências epistêmicas” se refere a movimentos ou manifestações que desafiam e reconfiguram as formas tradicionais de produção e valorização do conhecimento. O termo é frequentemente utilizado nas ciências sociais e na filosofia para descrever como grupos marginalizados ou sub-representados buscam afirmar suas próprias formas de conhecimento e perspectivas, frequentemente em oposição a narrativas dominantes ou hegemônicas. Esse conceito pode investigar a luta por reconhecimento, a voz e a validação de saberes que muitas vezes são ignorados ou deslegitimados por instituições ou estruturas de poder. (DAVIS, 1944; MIGNOLO,

conhecimentos para combater as opressões sistêmicas, valorizar a cultura, reivindicar direitos e educar suas comunidades. Esses saberes e erudições são essenciais para uma compreensão mais ampla e inclusiva do conhecimento, pois trazem à luz experiências e perspectivas que, de outro modo, permaneceriam à margem. Valorizar as epistemologias negras é um passo crucial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, que reconhece a diversidade de saberes como fundamento para a transformação social. Assim, essas insurgências epistêmicas não se restringem a um ato de resistência, mas também representam uma construção ativa de um futuro melhor. (Wade, 2003).

Segundo Arboleda (2018), esse quadro é complicado e têm impedido a visibilidade dessa tradição intelectual, negada pela colonialidade que não foi tratada pela história intelectual, nem pela história das ideias, nem pela filosofia, e muito menos pela ciência política. Ou seja, acaba se convertendo em um conhecimento não válido e menos sustentável a ser levado em conta dentro do registro científico.

Sendo assim, a heterogeneidade racial do povo colombiano, passou, por períodos de investimentos em políticas de eugenia. Atuando diretamente no fortalecimento da migração europeia, já que esses indivíduos seriam provenientes de 'raças superiores', seriam os mais aptos e capazes de modificar a história da miscigenação racial do país. (Stepan, 2005). O período republicano, essa dupla condição contraditória de não humanidade/humanidade, atuando diretamente nas práticas de invisibilidade, tem posições claras. Nos séculos XIX e XX, essa realidade ganha roupagem da dissimulação e aos poucos se refugia no repertório da intimidade racista das elites. (Arboleda, 2019).

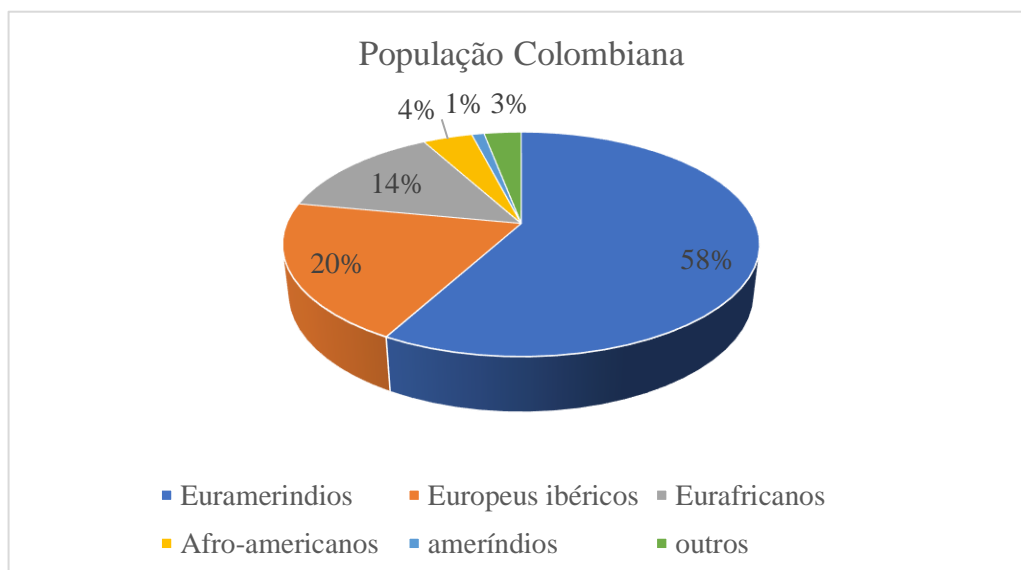
Esses fatores, tanto da heterogeneidade racial do povo colombiano quanto da influência das políticas de eugenia no país englobam, dentre outros questionamentos, os pressupostos iniciais para entender as dinâmicas sociais e históricas da Colômbia, assim como em muitos outros países da América Latina, incluindo o Brasil. A eugenia, que ganhou força no início do século XX, promovia a ideia de "melhorar" a população através da seleção racial, muitas vezes associando a superioridade a traços europeus e desconsiderando a riqueza cultural e histórica das populações indígenas e afrodescendentes. Nesse contexto, como cita Stepan (2005), a migração europeia foi incentivada como uma forma de "aprimorar" a sociedade, criando uma narrativa que colocava as raças europeias como superiores. Essa visão não só ignorava a complexidade das identidades e das raízes da população local, mas também promovia um racismo velado que ainda reverbera em várias esferas sociais e culturais.

A ideia de que esses imigrantes poderiam modificar a história da miscigenação é,

no fundo, uma crítica à noção de pureza racial e à hierarquia entre as raças. A miscigenação, um elemento profundamente enraizados na história da Colômbia e do Brasil, deve ser celebrada como uma fusão de culturas e identidades, pois ela é um reflexo da resistência e da resiliência dos diversos grupos que compõem a sociedade. Discutir o impacto das políticas de eugenia não é apenas uma questão de análise histórica, mas também um convite à reflexão sobre as desigualdades sociais e raciais atuais, e sobre como a valorização de todas as identidades pode contribuir para um futuro mais justo e inclusivo. A diversidade deve ser vista como um patrimônio, e não como uma anormalidade a ser corrigida. (Fernandes, 1964; Guimarães, 2002).

Com relação a população colombiana, podemos acompanhar através do gráfico cinco, que atualmente o país têm cerca de 52.947.503 indivíduos. Destes 26.041.507, ou seja, 49,2% se enquadram na população masculina atual. E 26.905.997, correspondendo a 50,8% são femininas. Notemos que, a maioria populacional é composto por mulheres. Outro fator importante é com relação a raça/cor da população. Mais da metade da população colombiana é mestiça, de ascendência indígena e europeia (58%). Nas classificações por grupos de origens étnicas distintas, cerca de 58% são eurameríndios, europeus ibéricos (20%), eurafricanos (14%), afro-americanos (4%), ameríndios (1%), outros (3%). (FRANCISCO, 2024). Observe-se que a população colombiana é bastante miscigenada, sendo a segunda maior da América do Sul. Ficando atrás somente do Brasil, com maioria populacional neste quesito.

Gráfico 5: Contingente populacional colombiano.



Fonte: FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "População da Colômbia"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/colombia2.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2024.

Com relação a localização geográfica, aproximadamente 75% da população colombiana vive em cidades, enquanto o restante vive em áreas rurais. Arboleda (2016), argumenta que os povos indígenas do continente, foram vítimas de um processo de extinção e posterior confinamento. Contudo, conseguiram preservar alguns dos seus traços culturais. O destino do africano e de seus descendentes havia sido a perda total de toda a herança cultural, de modo que, eles foram forçados a sobreviver, a uma rápida e voraz assimilação da cultura europeia, especialmente hispânica e indígena.

A Colômbia e outros países da América enfrentam uma realidade complexa relacionada à herança cultural afrodescendente. A imagem da "África" está se tornando cada vez mais significativa para os ativistas culturais negros. Historicamente, e ainda atualmente, muitas organizações culturais negras na Colômbia têm buscado inspiração nos Estados Unidos (Wade, 1995). No entanto, para as comunidades rurais negras da costa do Pacífico colombiano, a noção de origens africanas frequentemente não se integra à memória coletiva ou à tradição oral (Losonczy, 1997; Restrepo, 1997).

Essa situação acarretou consequências profundas nas esferas social, emocional e identitária. O processo de assimilação forçada à cultura europeia, que se manifestou de maneiras distintas em diferentes regiões, não apenas ofuscou as tradições africanas, mas também provocou uma luta incessante por reconhecimento e valorização da identidade própria. No início dos anos 90, algumas organizações negras estavam fazendo uma referência mais explícita à África como fonte de símbolos e aspectos de uma identidade coletiva (Restrepo, 1997).

No final da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, a ideia da África começou a ganhar destaque e visibilidade pública. Os termos "afro-colombiano" e, mais recentemente, "afro-descendente" tornaram-se mais frequentes, e as conexões com a África tornaram-se evidentes, como demonstrado em textos recentes sobre o novo currículo afro-colombiano (por exemplo, Rovira de Córdoba e Córdoba Cuesta, 2000; Ministério de Educação Nacional, 2001). O ano de 2001 marcou o 150º aniversário da abolição da escravidão na Colômbia, proporcionando uma oportunidade para o reconhecimento público das ligações entre os afro-colombianos e os colombianos em geral com a África.

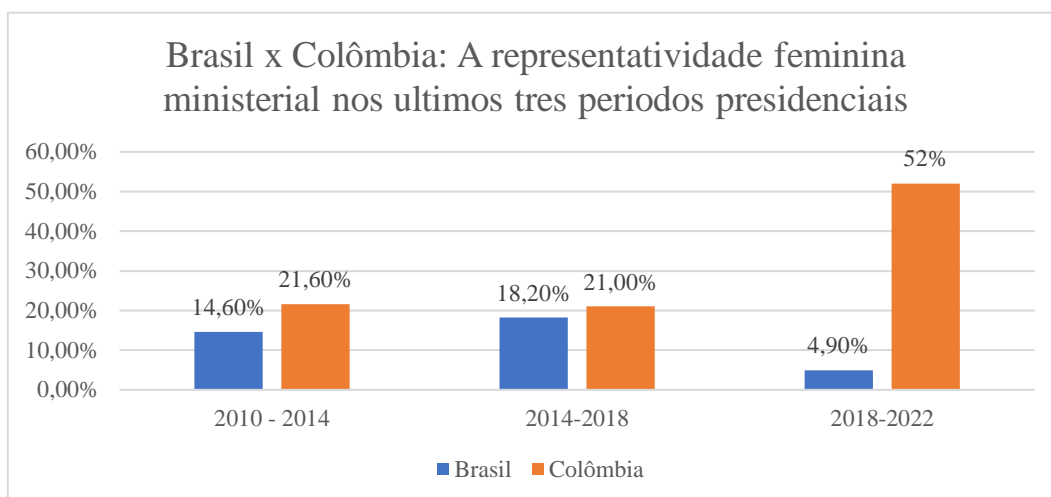
Em resumo, a história da Colômbia e suas interações com as tradições e a construção da identidade social refletem um cenário político e cultural repleto de lutas. A presença duradoura de elementos africanos na cultura colombiana tem se mantido ao longo do tempo (Arocha, 1999). Isso contribui para a formação social relacionada às identidades africanas, incluindo determinadas orientações cognitivas e princípios culturais subjacentes que têm suas raízes na África e se manifestam de maneira significativa no país (Arocha, 1999; Price, 1995).

No que se refere a participação popular colombiana em áreas de poder e tomadas de decisões, compreende-se que, a Colômbia assim como o Brasil, possui uma maioria populacional negra. São pelo menos 11% de acordo com o censo nacional (Francisco, 2024). Cerca de cinco milhões de pessoas de modo geral atuando nos diversos setores do país.

Como podemos analisar através do gráfico seis que representa os últimos três períodos presidenciais da Colômbia comparativamente ao Brasil. No período de 2010 a 2014 a Colômbia se mostra com uma representatividade feminina de 21,6% enquanto o Brasil com 14,6%. No período de 2014 a 2018 estes números crescem em ambos os países, se mantendo maior na Colômbia, enquanto o Brasil tem uma representatividade de 18,2%, a Colômbia tem 21,0%. Já nos períodos de 2018 a 2022 a disparidade entre os dois países fica bem mais evidente, o Brasil com 4,9%, enquanto a Colômbia com 59%. (Observatório de igualdade de gênero da América latina e do Caribe, 2022).

Percebe-se, analisando o gráfico seis que, a política como um setor visivelmente masculinizado, na Colômbia uma significativa parcela de mulheres conseguem ingressar neste meio, e levando em consideração que estes números tem crescido no decorrer dos períodos presidenciais. Já no Brasil apesar de haverem leis específicas que tratam das questões de representatividade feminina na política, estes números ainda se mantêm muito tímidos e diminuiu claramente no período de 2018 a 2022, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 6: representatividade feminina ministerial nos últimos três períodos presidenciais.



Fonte: Observatório de igualdade de gênero da América latina e do Caribe.
<https://oig.cepal.org/pt/paises/colombia>

Como evidenciado no gráfico seis, a participação feminina tem aumentado nos últimos anos, o que corrobora a visão de Beauvoir (1949) em sua obra "O Segundo Sexo". Isso ressalta a condição das mulheres e a importância de sua emancipação, incluindo a participação na vida pública e política. O gráfico revela um crescimento significativo nessa participação, o que é crucial por diversas razões que impactam tanto a esfera privada quanto a coletiva. Quanto maior a representatividade, maior a probabilidade de que os interesses de todos sejam considerados nas pautas de debate político. Ao expandir essa participação feminina para questões de raça, é imprescindível que esses números aumentem, apesar dos desafios e barreiras estruturais ainda enfrentados. A presença de mulheres negras em cargos eletivos e em posições de liderança é fundamental para promover diversidade, equidade e inclusão nas políticas públicas, pois elas trazem perspectivas únicas e essenciais em relação a questões que afetam suas comunidades e a sociedade em geral.

Através dos dados aqui apresentados percebe-se que a Colômbia é um país diversificado, com uma ampla variedade de raças e etnias. A população colombiana é composta por uma mistura de diferentes grupos étnicos, incluindo indígenas, afro-colombianos, mestiços e brancos (Wade, 2013). A maioria da população colombiana se identifica como mestiça, resultado da mistura de colonizadores espanhóis e povos indígenas. Quanto ao gênero, as mulheres representam aproximadamente metade da população colombiana. As mulheres colombianas têm desempenhado um papel significativo na história e na sociedade do país, e o governo colombiano tem implementado políticas para promover a igualdade de gênero e proteger os direitos das

mulheres (Lerma, 2014). No entanto, é importante ressaltar que a discriminação com base na raça e no gênero ainda é uma realidade na Colômbia, com muitas comunidades indígenas e afro-colombianas enfrentando desigualdades sociais e econômicas. O governo colombiano tem buscado abordar essas questões e promover a inclusão e a igualdade para todos os grupos étnicos e de gênero no país (Arruti, 2000; Lerma, 2014; Andrews, 2004; Quijano, 2005).

Corroborando com a abordagem anterior do quantitativo populacional colombiano o censo de 2018 apresentam dados semelhantes aos anteriores. De acordo com os dados mais recentes disponíveis do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) da Colômbia, a população do país é composta em sua maioria por pessoas de etnia mestiça (52%), seguida por brancos (37%), afro-colombianos (8%) e indígenas (3%). Em relação ao gênero, a população colombiana é composta por 49% de homens e 51% de mulheres. Estes dados são baseados no censo mais recente realizado em 2018 (Dane, 2018).

Os estereótipos com relação a gênero e raça na Colômbia podem incluir: Mulheres colombianas sendo estereotipadas como sendo submissas, femininas, sensuais e principalmente responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidar da família. Homens colombianos sendo vistos como sendo machistas, dominadores, agressivos e tendo maior valor social do que as mulheres. Pessoas afro-colombianas sendo estigmatizadas como sendo parte de classes sociais mais baixas, menos educadas e mais propensas à criminalidade.

Segundo Eduardo Restrepo (2013), nos últimos vinte anos, tem se configurado muitas articulações da negritude na Colômbia: a etnização e a racialização em diáspora. Estas novas configurações reconfiguram os lugares da negritude em formação nacional e na alteridade, que se demonstrem como uma mudança dos lugares e articulações que se tinha inicialmente. (Restrepo, 2013).

Negros e negras na Colômbia não podem agir como se enfrentassem os mesmos desafios socioeconômicos e culturais dos séculos anteriores. Embora todos tenham origem no continente africano, a Colômbia abriga uma população diversificada, e suas lutas não podem ser simplificadas a um único contexto. Cada grupo possui realidades distintas e foi inserido nas Américas em circunstâncias variadas. É importante ressaltar também que existem diferenças e particularidades que historicamente moldaram os processos enfrentados pela população negra ao longo do tempo (Lerma, 2013).

É absolutamente fundamental reconhecer e respeitar a diversidade dentro da

comunidade negra na Colômbia, pois essa diversidade é um reflexo das ricas histórias, culturas e vivências que compõem esse grupo. (Arboleda, 2016). A interseccionalidade, que considera a interação entre raça, classe social, gênero, localização geográfica e outros fatores, desempenha um papel crucial na forma como as pessoas experimentam a discriminação e a opressão, assim como as oportunidades e os privilégios. (Velez, 2005). As desigualdades sociais e econômicas na Colômbia frequentemente se entrelaçam com a identidade racial, resultando em experiências variadas dentro da própria comunidade negra. Mulheres negras, por exemplo, podem enfrentar desafios adicionais relacionados ao racismo e ao sexismo, enquanto homens negros podem ter seu espaço de atuação e identidade moldados pelos estereótipos de masculinidade. Além disso, as diferenças regionais, como as vivências de pessoas negras na costa do Pacífico em comparação com aquelas nas áreas urbanas, também impactam as suas realidades.

As mulheres negras na Colômbia enfrentam inúmeras formas de discriminação e desigualdade devido à sua raça e gênero. Elas costumam encontrar barreiras no acesso à educação, emprego e saúde, além de serem atingidas por altos índices de violência de gênero e racial. Entretanto, as mulheres negras colombianas têm se destacado em várias áreas, incluindo política, cultura e ativismo social, uma de nossas entrevistadas colombianas foi Ministra da Ciência e Tecnologia em 2020. Elas lutam por seus direitos e por uma maior representatividade na sociedade colombiana, buscando combater o racismo e a discriminação que vivenciam diariamente. Organizações e movimentos de mulheres negras no país têm se dedicado a promover a visibilidade e o empoderamento dessas mulheres, além de lutar contra as injustiças e desigualdades que enfrentam. A busca por igualdade racial e de gênero continua sendo uma questão central para as mulheres negras na Colômbia.

Ao analisar a população colombiana em termos de raça e gênero, corroboramos com as reflexões de Mignolo (2002) e Arboleda (2018) sobre a evidente presença do colonialismo interno na Colômbia. Essa situação resulta em uma divisão do país, cujo mapeamento regional é moldado por fatores geopolíticos, geoculturais e geohistóricos, conferindo a essas áreas e seus grupos humanos um status naturalizado de subalternidade e subordinação. Parte-se da premissa de que esses grupos não possuem, e tampouco podem gerar, conhecimento, o que os impede de tomar decisões sobre seu presente e futuro e o curso de suas próprias vidas, uma vez que carregam o peso histórico da marginalização (Arboleda, 2018).

Contudo, nas Américas, "a raça tem sido e continua sendo uma questão

fundamental na política", conforme afirma Anthony Mark. "Isto se deve ao fato de que as elites utilizaram a diferença racial para justificar a superioridade branca e, consequentemente, preservar seus privilégios, à custa da escravidão e da exploração. Essa postura sempre encontrou ressonância entre as classes populares brancas, que buscavam se aliar às elites." (Carneiro, 2008).

A raça, como construção social, tem sido manipulada pelas elites para legitimar suas posições privilegiadas, promovendo uma narrativa de superioridade branca que se perpetua ao longo do tempo. Isso não apenas reforçou sistemas de exploração, como a escravidão, mas também criou divisões que impactam as relações sociais até os dias de hoje. A aliança entre as elites e as classes populares brancas é um ponto importante a ser considerado. Muitas vezes, as classes populares, em sua busca por identidade e status, se identificam com as narrativas e interesses das elites, mesmo que isso signifique ignorar ou até mesmo compactuar com a opressão de outras raças. Essa dinâmica demonstra como o racismo estrutural faz parte do tecido da sociedade, afetando não apenas a relação entre diferentes grupos raciais, mas também a própria estrutura de classe. (Carneiro, 2008).

Essa questão é particularmente relevante atual, considerando o renascimento de movimentos racistas e nacionalistas em várias partes do mundo. A luta contra a desigualdade racial e a busca por justiça social requer uma desconstrução dessas narrativas históricas, além de um comprometimento coletivo com a equidade. Afinal, ao entender como a raça foi utilizada como uma ferramenta de controle e opressão, é possível trabalhar para um futuro em que todas as pessoas, independentemente de sua cor ou origem, possam ter acesso aos mesmos direitos e oportunidades.

3.2. Mulheres Negras na Educação: Entre Barreiras e Conquistas

A presença das mulheres no ensino formal, tanto no Brasil quanto em outros países, sempre foi um aspecto fundamental para entender as desigualdades históricas e sociais que impactam a educação e as oportunidades disponíveis para mulheres, especialmente as negras. É notório que as instituições escolares, como as conhecemos hoje, foram marcadas pela escassez de mulheres em todos os seus níveis. Essa realidade começa a apresentar algumas mudanças, ainda que tímidas, apenas na segunda metade do século XX. Essa situação destaca uma questão crítica sobre a desigualdade de gênero e raça na educação. Historicamente, a exclusão das mulheres, em particular das mulheres negras, do ambiente escolar reflete uma estrutura social que mantém profundas

desigualdades. (Cury, 2002).

Especialmente o período que compreende a segunda metade do século XX foi marcado por movimentos sociais que lutaram pelos direitos civis, pela igualdade de gênero e pela educação inclusiva (Cury, 2002). No entanto, mesmo com os avanços, é importante reconhecer que ainda estamos longe de uma equidade plena, e que as barreiras continuam a existir, tanto nas políticas educacionais quanto nas práticas cotidianas nas escolas. Contudo, é fundamental que reconheçamos, assim como Saitovich (2006), que os indicadores sociais continuam se modificando com o passar dos tempos. Atualmente, em algumas áreas do conhecimento, já se percebe uma equiparação entre o número de homens e mulheres atuando. Essa adesão foi, de certo modo, acelerada, levando em consideração que apenas em 1910 as mulheres ingressaram nas universidades brasileiras, e assim, ainda continuam trilhando seus percursos na área acadêmica. (Saitovich, 2006).

Uma das razões que limita a presença de mulheres negras na educação são as diversas formas como o racismo se manifesta na sociedade. Conforme Cury (2002), é fundamental reconhecermos que a história da política educacional, bem como seus sérios problemas de qualidade, é fortemente marcada pelo racismo, entendido de forma abrangente como a negação do outro e a falta de reconhecimento da humanidade das pessoas que são vistas como diferentes em razão de sua raça, cor, gênero ou etnia.

A estrutura educacional muitas vezes reflete e perpetua as desigualdades raciais em nossa sociedade. As mulheres negras enfrentam discriminação, tanto no acesso à educação quanto na permanência e sucesso escolar, assim como expõe Sueli Carneiro (2011), que as características do racismo se configuram no modo pelo qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas. Enquanto os demais são representados na sua integralidade.

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade. Assim, para os publicitários, por exemplo, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito à diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias. Um negro ou japonês solitários em uma propaganda povoada de brancos representa o conjunto de suas coletividades. Afinal, negro e japonês são todos iguais, não é mesmo? (Carneiro, 2011).

Essa realidade aponta uma crítica fundamentada a representação racial na

sociedade contemporânea, especialmente no contexto da educação. O racismo, de fato, se manifesta não apenas através de atos de discriminação aberta, mas também por meio de uma construção social que estereotipa e simplifica a identidade de grupos raciais, reduzindo suas experiências e particularidades a uma imagem fixa. (Carneiro, 2011). Esse fenômeno de diversidade superficial é frequentemente utilizado por empresas e publicitários na tentativa de parecerem inclusivos. Como cita Carneiro (2011). A inserção de um personagem negro ou japonês em meio a uma multidão predominantemente branca, como mencionado, é uma estratégia superficial que é utilizada para dar a impressão de inclusão, mas que, na realidade, perpetua a marginalização. Esse tipo de representação não apenas minimiza a presença de pessoas de cor na narrativa, mas também reforça a ideia de que a diversidade é apenas um acessório, um elemento decorativo, em vez de um aspecto central e relevante.

Essa prática é sintoma de um sistema mais amplo, no qual as vozes e histórias das minorias raciais são frequentemente silenciadas ou ignoradas. Além de manter um panorama de que não há problemas relacionados, ela também limita as oportunidades para que essas comunidades sejam vistas em toda a sua humanidade e complexidade. Uma publicidade verdadeiramente inclusiva deve se esforçar para refletir a riqueza e a diversidade das experiências das pessoas de diferentes etnias, algo que vai muito além da simples "adição" de rostos de diferentes raças em um cenário.

A crítica sugerida por Carneiro (2011), se estende à maneira como essa representatividade é muitas vezes tratada como uma mercadoria, onde a diversidade é empregada como uma estratégia de marketing para atender a pressões sociais e ambientais, sem promover uma mudança real e significativa nas estruturas de poder e representação. Essa abordagem superficial ignora a complexidade e a profundidade das experiências raciais, perpetuando, ainda mais, as desigualdades existentes. Assim como na educação, onde as mulheres negras apesar de aparecerem nos dados demográficos com um aumento significativo em algumas áreas, ainda existem espaços onde lhes é negado a participação. E uma das formas dessa negativa acontecer é através desses pressupostos.

Em síntese, a busca por uma verdadeira diversidade vai além de uma presença simbólica; exige uma transformação nas narrativas e uma descolonização das representações, garantindo que as vozes das minorias sejam ouvidas e verdadeiramente valorizadas, o que, por sua vez, promove maior equidade na sociedade. É fundamental criar espaços onde as mulheres negras possam atuar de forma efetiva, sem receios relacionados à sua raça ou gênero. O fenômeno que o racismo torna invisível e inaudível

a população é um aspecto preocupante do mundo contemporâneo. Os interesses das mulheres negras são frequentemente ofuscados pelos meios de comunicação de massa, gerando uma impressão superficial sobre a convivência interétnica nas melhores circunstâncias e atuações. (Nascimento, 1984).

Além das várias formas de racismo presentes em nossas sociedades, a escassez de representatividade de mulheres negras representa um obstáculo adicional que limita sua participação em áreas científicas. A quantidade de professores e líderes educacionais negros é reduzida, o que pode impactar negativamente a identificação e a motivação das alunas negras, especialmente em campos historicamente dominados por homens. (Santos, 2012). A ausência de modelos que se identifiquem com suas vivências pode constituir uma barreira considerável. A forma como o sistema educacional enxerga o aluno negro sugere que ele é visto como coadjuvante no processo de ensino e aprendizagem (Cury, 2002). No entanto, essa perspectiva epistemológica indica que suas particularidades culturais e raciais podem influenciar suas oportunidades de desenvolvimento intelectual. A falta de representatividade se torna evidente, perpetuando esses paradigmas. (Carneiro, 2023).

Lélia Gonzalez (2022), também aponta uma situação bastante significativa quando se trata de participação feminina negra. As condições de existência material dessa população remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmantelados. Os diferentes modos de dominação através da produção econômica parecem coincidir num mesmo ponto: desde a época colonial aos dias de hoje, se percebe a existência de uma evidente separação quanto aos lugares ocupados por dominadores e dominados. A maioria das mulheres negras no Brasil e em outras partes do mundo provém de camadas sociais mais baixas, o que limita o acesso a uma educação de qualidade e a recursos educacionais essenciais.

A participação feminina negra em áreas de destaque e comando e suas condições de vida é uma análise fundamental para entendermos as complexas intersecções de classe, gênero e raça. O fato de que as mulheres negras historicamente têm enfrentado barreiras significativas em termos de acesso a recursos, educação e oportunidades é um reflexo de estruturas de poder que se perpetuam ao longo do tempo, desde o período colonial até os dias modernos, como aponta Gonzalez (2022). Essas condições materiais não apenas restringem o potencial individual, mas também afetam a coletividade, pois a falta de representatividade e vozes femininas negras em diversos setores da sociedade resulta em uma visão limitada e distorcida das realidades enfrentadas por essa população. Além

disso, a desagregação dos espaços de dominação e submissão reforça estigmas e discriminações que precisam ser urgentemente abordados.

Embora não seja tópico deste trabalho, é crucial destacar a violência e o assédio que essas mulheres enfrentam, tanto na sociedade em geral quanto em seus locais de trabalho. Elas podem ser alvo de diversas formas de agressão e assédio, tanto no ambiente escolar quanto no acadêmico, o que gera um clima hostil que compromete seu aprendizado e desenvolvimento. Collins (2019) observa que "muitas mulheres negras buscam o mercado informal e programas de transferência de renda do governo para evitar insultos e não ter que se despir." Em muitos casos, elas têm filhos pequenos e um número significativo delas se sustenta por meio de uma combinação de empregos mal remunerados.

Contudo, alguns avanços precisam ser visibilizados. Muitas mulheres negras têm se destacado como líderes em movimentos sociais e educacionais, promovendo a luta por igualdade e por um ensino que valorize a cultura e a história afro-brasileira. O desenvolvimento e a expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970 tornaram possíveis a mobilização e a participação de amplos setores sociais, não apenas em termos de reivindicações de direitos, mas de uma intervenção mais direta na política, especialmente no movimento negro e no movimento de favelas. (Gonzalez, 2020).

Os avanços das mulheres negras como líderes em movimentos sociais e educacionais é extremamente pertinente e reflete uma realidade que, embora muitas vezes silenciada, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (Carneiro, 2003; Ribeiro, 1995). A visibilização dessas conquistas é essencial, pois elas não apenas reconhecem o papel vital que essas líderes desempenham, mas também inspiram futuras gerações a lutarem por seus direitos.

Como aponta Lélia Gonzalez (2020), a mobilização que ocorreu a partir da segunda metade dos anos 1970 foi um marco importante na história do Brasil, pois não se limitou a reivindicações de direitos, mas também estabeleceu um espaço para a participação ativa na política. O movimento negro, em particular, fortaleceu a identidade e a luta contra a discriminação racial, ao mesmo tempo que buscava um reconhecimento e valorização das contribuições da cultura afro-brasileira para a sociedade. Esses avanços estão meticulosamente interligados, criando um caldeirão de resistência e empoderamento que não apenas promove a igualdade racial, mas também desafia estruturas de poder estabelecidas. Ao enfatizar a necessidade de um ensino que valorize a cultura afro-brasileira, vemos a importância de construir uma educação que não apenas

informe, mas também forme cidadãos críticos e conscientes de sua herança e identidade. O crescimento de políticas públicas voltadas para a inclusão de afrodescendentes nas universidades, como a implementação de cotas, tem possibilitado um maior acesso das mulheres negras à educação superior, permitindo que se formem em diversas disciplinas. (Santos, 2012). No entanto, é importante reconhecer que algumas áreas continuam a ser predominantemente masculinas e brancas. Apesar disso, as mulheres estão conquistando mais oportunidades no ensino superior e conseguem se estabelecer em suas carreiras. Nesse contexto, vale destacar que as Ciências Naturais ainda apresentam um número significativamente menor de mulheres negras, especialmente nas subáreas de Matemática, Física e Engenharias, onde os ideais pessoais exercem uma influência considerável (Morales, 2021).

Com a crescente discussão sobre educação antirracista, muitas instituições estão adotando currículos que abordam questões raciais, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso. (Pinto, 2007). Contudo, no contexto da escolarização, essa situação se torna mais clara devido à divisão das habilidades associadas ao feminino, que leva a uma resistência em relação às disciplinas de Ciências da Natureza e a uma maior afinidade com as áreas de ciências humanas. Essa dinâmica, por sua vez, impacta suas escolhas profissionais, resultando em uma desproporção na presença feminina nas carreiras de Ciências Naturais (Queiroz; Carvalho; Moreira, 2016).

Segundo Carreira e Pinto (2007), para alcançar a qualidade educacional, destaca-se três eixos fundamentais: garantir condições materiais, promover participação social e efetiva e enfrentar desigualdades e discriminações. Essa afirmação ressoa com a compreensão contemporânea de que a educação não pode ser dissociada do contexto social, econômico e cultural em que está inserida. Primeiro, a garantia de condições materiais é essencial, pois sem infraestrutura adequada, recursos didáticos e um ambiente seguro para o aprendizado, fica difícil promover uma educação de qualidade. Isso inclui desde a construção e manutenção de escolas até a disponibilização de tecnologia e materiais pedagógicos. Em segundo lugar, a promoção da participação social é fundamental. Quando a comunidade escolar se envolve de maneira ativa no processo educativo, cria-se um ambiente mais colaborativo e responsivo às necessidades dos estudantes. Essa participação pode fortalecer laços de responsabilidade compartilhada e incentivar uma educação mais inclusiva e plural. Por fim, o enfrentamento das desigualdades e discriminações é um aspecto crucial para garantir que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de aprendizado. É preciso combater preconceitos e

garantir que as especificidades de cada grupo social sejam respeitadas e integradas ao sistema educacional. Isso implica em haver políticas públicas eficazes que promovam a inclusão e a diversidade, tornando a educação um espaço verdadeiramente democrático. (Carreira; Pinto; 2007).

Para uma análise mais consistente, abordaremos as questões relacionadas à educação no Brasil e na Colômbia de maneira separada. A partir deste ponto, examinaremos a situação atual da educação no Brasil e, em seguida, faremos o mesmo com a Colômbia.

3.2.1. Mulheres Negras e Educação no Brasil: Análises sobre Desafios e Conquistas

Ao revisitar minhas experiências acadêmicas passadas e tentar recapitular a presença de professoras ou professores negros, não consigo recordar nenhum deles claramente. Isso se aplica tanto à Educação Básica quanto ao Ensino Superior, com ainda menos lembranças no Mestrado. Foi apenas durante o Doutorado que encontrei professoras negras. Essa realidade destaca o problema que estamos tentando evidenciar. Se essas mulheres negras não ocupam posições de docentes, onde elas estão? E quais mecanismos determinam socialmente seus espaços de atuação?

Apesar da habitação da cidade a que me refiro ser bem reduzida, uma população em torno de oito mil habitantes. Ainda assim, não se evidencia a presença feminina negra, nem na educação, nem na saúde, nem nos cargos administrativos. Com isso, nos desperta uma abordagem que é nacional. A mulher negra está invisibilizada, ainda na atualidade, de algumas áreas sociais. Assim como afirma Gonzalez (2020), o que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva, em termos de representações sociais e mentais. O que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral, e a negra em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.

A raça e a escolarização das mulheres negras estão intrinsecamente ligadas. Uma vez que, a discriminação racial pode impactar diretamente o acesso a uma educação de qualidade e igualitária (Cury, 2002). Mulheres negras, historicamente, enfrentam uma série de desafios e barreiras estruturais em relação à educação, tais como a falta de investimento em escolas localizadas em comunidades negras. O preconceito e o racismo

dentro do ambiente escolar. A falta de representatividade de figuras negras na história e nos materiais didáticos, entre outros fatores (Carreira, 2007). Esses obstáculos contribuem para um cenário em que as mulheres negras têm menos oportunidades de acesso a uma educação de qualidade. O que acaba impactando em suas chances de ascensão social e profissional. Além disso, a desigualdade racial no sistema educacional reproduz e reforça as desigualdades sociais e econômicas vivenciadas pelas mulheres negras. (Gonzalez, 2020).

O sistema educacional é usado como aparelho de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. (Gonzalez, 2020).

O posicionamento de Lélia, apoiado nas diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira (CNE; 2004), afirma ser fundamental reconhecer o papel essencial da escola na reeducação das relações raciais, promovendo uma perspectiva antirracista, especialmente em interações envolvendo crianças, adolescentes e jovens. A instituição escolar deve estar atenta e ativa na prevenção e combate a qualquer forma de autoritarismo, violência, humilhação, isolamento social e ataques direcionados aos alunos. (Gonzalez, 2020).

A educação brasileira e sua relação com a questão racial e cultural é fator inerentemente necessária para que possamos compreender essas ausências nas esferas sociais, como sugere Lélia (2020). O sistema educacional, ao priorizar a cultura europeia e americana em detrimento da história e das culturas africanas, perpetua um ciclo de exclusão e marginalização. Essa escolha curricular não só desvaloriza a rica herança africana, mas também contribui para a formação de uma identidade nacional que ignora as contribuições e a presença significativa das populações negras no Brasil. (Pinheiro, 2020).

A memória e a cultura africana, fundamentais para entender a formação do país, raramente recebem a devida atenção nos currículos escolares. Isso resulta na alienação da

identidade negra, reforçando estereótipos e impedindo um verdadeiro reconhecimento da diversidade cultural brasileira. Para uma efetiva construção da consciência crítica e da identidade nacional, é essencial que as escolas incluam a história e cultura africanas de forma ampla e respeitosa, promovendo um ambiente educacional que valorize todas as suas raízes (Gomes, 2018). Essa mudança poderia contribuir para a resolução de questões sociais e raciais, promovendo um diálogo mais inclusivo e respeitoso entre as várias heranças culturais que compõem o Brasil.

O reconhecimento de suas histórias e saberes influencia diretamente as suas permanências na trajetória educacional. Segundo Carneiro (2016), o percurso educativo de mulheres negras, ou seja, a permanência e o desempenho em todos os níveis da educação, são impactados pelo seu pertencimento racial, articulada com as discriminações, preconceitos, exclusões que recaem sobre as mulheres nos sistemas de ensino. Evidenciando e reafirmando a desigualdade de gênero, cor, raça na educação brasileira e colombiana.

A educação, quando bem direcionada, é uma importante aliada de luta social. Uma vez que serve como um mecanismo de poder em relação à raça e gênero, ao influenciar diretamente como as pessoas são vistas, tratadas e valorizadas na sociedade. (Gomes, 2018). Esse é um aspecto crucial da educação como ferramenta de transformação social. De fato, quando a educação é bem direcionada, ela tem o potencial de desafiar estruturas de poder e preconceitos relacionados à raça e gênero. Ao proporcionar conhecimento e conscientização, a educação pode capacitar indivíduos a questionar e resistir a normas sociais discriminatórias. Além disso, a forma como a educação é administrada e quem tem acesso a ela pode perpetuar desigualdades. Quando sistemas educacionais falham em incluir perspectivas diversas ou quando não representam adequadamente a história e as contribuições de diferentes grupos, correm o risco de reforçar estereótipos e preconceitos.

Em relação à educação brasileira e sua conexão com atitudes raciais, entende-se que certos marcos históricos do país foram estabelecidos com intenções claras e organizadas, visando a preservação dos privilégios de alguns (Carreira, 2007). Como podemos ver no quadro a seguir, desde a implementação das primeiras ideias educacionais foi para interpelar um desejo e obtenção de resultados econômicos e sociais. Ao longo dos anos podemos acompanhar o progresso e mudanças nas Leis para efetivação de direitos de igualdade.

Tabela 1: Educação e Racismo – Alguns marcos históricos brasileiros

Séc. XVI a XVIII	Séc. XIX	Virada do Séc. XX	Séc. XXI
<ul style="list-style-type: none"> - Educação entregue aos jesuítas: catequese para povos indígenas X educação da Elite; - Processos de resistência indígena e negra contra a opressão colonial (quilombos, terreiros de candomblé, irmandades religiosas...) 	<ul style="list-style-type: none"> - 1804 Revolução Haitiana: Rebelião de pessoas escravizadas expulsa elite branca; - 1822 Independência do Brasil; - 1827 Lei de Instrução geral; - 1834 Ato Adicional, que desresponsabilizava o governo central da oferta da educação primária; - 1881 Lei Saraiva: proibição de pessoas não alfabetizadas votar; - 1888 Abolição da Escravatura: sem o estabelecimento de políticas de reparação e de garantia de direitos para a população negra. 	<ul style="list-style-type: none"> - 1930 Fundação da Frente Negra Brasileira, maior entidade do movimento negro das primeiras décadas do séc. XX, extinta pelo golpe militar de 1937; - 1932 Manifesto dos pioneiros pela Escola Nova; - 1937 Golpe Militar (retrocessos); - 1944 Fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), pelo ativista Abdias do Nascimento; - Anos 1960 Efervescência de movimentos de educação e cultura popular. Reformas de base extintas pelo golpe militar de 1964. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1966). 	<ul style="list-style-type: none"> - 2001 Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, África do Sul) e aprovação do plano Nacional de Educação (2001-2011); - 2003 Lei 10.639 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, tornando obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas em toda a educação básica; - 2006 Lei Maria da Penha estabelece a obrigatoriedade da abordagem gênero e raça nas escolas; - 2008 Lei 11.645 altera Lei de Diretrizes e bases, tornando obrigatório o ensino da história e culturas dos povos indígenas brasileiras; - 2010 Estatuto da Igualdade Racial; - 2012 Lei de Cotas para acesso às instituições Federais de ensino; - 2014 Plano Nacional de Educação (2014-2024); - 2023 Lei 14.532 equipara injúria racial e crime racial, tornando a punição mais severa

Fonte: Elaboração própria baseada nas proposições dos Indicadores de qualidade na Educação. 2023

Conforme as observações dos indicadores de qualidade na educação (2023), a educação de um país deve estar alinhada aos anseios da sociedade por justiça, democracia

e qualidade de vida para todos. Ela se compromete a formar indivíduos como sujeitos de direitos e a promover a concretização desses direitos. Esses anseios refletem as lutas sociais e as desigualdades raciais presentes na sociedade, como demonstrado na tabela acima. Durante o período colonial, a escravidão foi uma prática comum, e os negros africanos eram privados de direitos, incluindo o acesso à educação. Esta era reservada principalmente para os brancos, e havia uma forte resistência em ensinar os escravizados, pois o conhecimento era visto como uma ameaça à ordem social.

Ainda de acordo com os indicadores de qualidade na educação (2023), com a Abolição da Escravatura no Brasil, muitos ex-escravizados e seus descendentes continuaram a enfrentar discriminação e exclusão social. A promulgação da Lei Áurea não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem acesso à educação, o que perpetuou a marginalização da população negra. A partir do século XX, o movimento negro começou a se organizar em busca de direitos e igualdade. A educação passou a ser vista como uma ferramenta fundamental para a luta contra o racismo e para a promoção da cidadania. A criação de associações e grupos de defesa dos direitos dos negros foi um passo importante nesse sentido. Embora tenha sido um avanço para a educação no Brasil, a LDB não abordou de forma específica a questão racial. As desigualdades educacionais continuaram a ser uma realidade, com as populações negras e pardas tendo menos acesso a escolas de qualidade.

Nos anos 2000, o Brasil começou a implementar políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais em universidades públicas. Essas medidas visam aumentar a representação de estudantes negros e pardos no ensino superior e têm gerado debates sobre a eficácia e a necessidade de tais políticas na luta contra o racismo. Apesar dos avanços, o racismo na educação ainda é um desafio. As taxas de evasão escolar e o desempenho acadêmico de estudantes negros e pardos frequentemente ficam abaixo da média nacional. A luta por uma educação antirracista e pela promoção da equidade continua a ser uma prioridade para muitos movimentos sociais e educadores. Em suma, a história da educação e do racismo no Brasil é marcada por uma luta constante por igualdade e justiça social. (Brasil, 2023).

Venturini (2017), argumenta que por muitos anos a educação superior brasileira foi considerada um privilégio masculino e a presença de mulheres nas universidades era bastante reduzida. Essa situação só começa mudar na década de 1970, com o início de questionamentos a respeito da posição social e econômica da mulher e o maior acesso ao contingente feminino as universidades. A partir daí as mulheres passam a ganhar cada

vez mais espaço nos cursos de ensino superior. Muito embora, não seja possível negar as relações de gênero nessas escolhas. Muitos cursos atualmente, apresentam uma matrícula ativa de um percentual maior de mulheres em detrimento de homens, enquanto outros cursos são majoritariamente masculinizados.

Guedes (2008), Barroso e Melo (1975), sustentam que em 1970 as mulheres representavam 26,6% da população com nível universitário, já em 1980 esse percentual parra a ser 45,5%. Muito embora a formação superior para as mulheres, nestas épocas, estivesse concentrada em torno do curso normal, ou áreas mais afetivas, o que limitava as suas atuações em carreiras mais tecnológicas ou científicas. Enquanto os homens, estavam mais concentrados em áreas que lhes permitia ingressar em cursos socialmente mais valorizados, como ciências da natureza e exatas.

O ingresso nas universidades pode apresentar uma das melhores chances de oportunamente de conseguir um melhor emprego e atuação em áreas mais reconhecidas financeiramente. Ademais, pode ser que, quanto mais qualificadas e bem remuneradas, haja maiores chances de avanços sociais. Isso porque, geralmente, ter um diploma de ensino superior aumenta as chances de conseguir um emprego que ofereça melhores condições de trabalho e salário. Além disso, a universidade proporciona a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades específicas para atuar em determinadas áreas de atuação, o que pode abrir portas para oportunidades de crescimento profissional. (Guedes, 2008).

Contudo, Lélia Gonzalez (2020) afirma que, em ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos que seus colegas homens. Mas as negras ganham 48% a menos que as brancas. Já nas ocupações de nível médio as mulheres ganham 46% a menos que homens, enquanto as negras recebem 14% menos que as brancas. Nos demonstrando que o racismo e o sexismo interferem muito mais nas camadas sociais do que possamos imaginar.

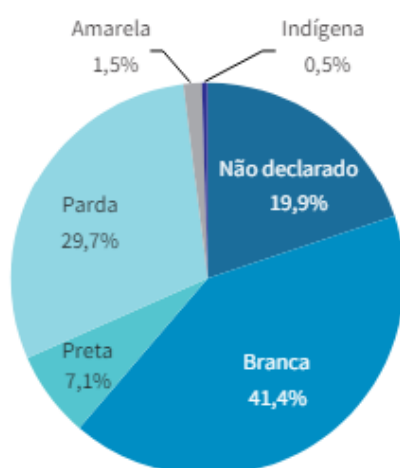
Se essa problemática já se configura com dados bastante preocupantes, é importante ressaltar que o acesso à universidade também ainda é limitado para muitas pessoas. Devido a diversos fatores como a falta de recursos financeiros, a desigualdade social, a falta de preparação acadêmica, entre outros.

Nas últimas décadas, a expansão do ensino superior tem desempenhado um papel crucial no aumento da participação de homens e mulheres em cursos de graduação. De acordo com dados do INEP referentes a 2022, observa-se que a maioria dos alunos matriculados é do sexo feminino em todas as categorias administrativas. As mulheres

dominam o ensino superior no Brasil, com 61,1% nas instituições privadas com fins lucrativos, 59,7% nas municipais, 59,5% nas sem fins lucrativos, 54,4% nas estaduais e 51,2% nas federais (Brasil, 2022).

Com relação às declarações relativas à cor/raça do aluno que ingressa na graduação em 2022, conforme o gráfico 7. Se destaca primeiramente a categoria não declarado com 29,1% (1.264.676 pessoas), a qual contabilizou os alunos que não desejaram declarar cor/raça. Em relação à participação de cor/raça, tem-se: branca 35,9% (1.56.096 pessoas), parda 26,7% (1.159.655 pessoas), preta 6,5% (280.241 pessoas), amarela 1,3% (58.562 pessoas) e indígenas 0,4% (18.243 pessoas).

Gráfico 7: Quantitativos de alunos ingressantes na graduação, segundo raça/cor no Brasil



Fonte:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf

Contudo, se faz necessário ressaltar que a aparente presença de mulheres e pretos e pardos ascendentemente no ensino superior não significa diretamente um comparativo equitativo entre as áreas. É justamente o inverso, ainda se mantém um padrão de escolha de cursos superiores baseados em estereótipos de gênero e raça no país. Guedes (2008), propõe que a expansão feminina em diversas carreiras acontece com uma tendência de maior peso feminino nas carreiras de menor prestígio.

Essa é uma reflexão importante sobre a ilusão de equidade que a presença de mulheres e pessoas negras e pardas no ensino superior pode transmitir. Embora haja um aumento no número desses grupos nos ambientes acadêmicos, essa ascensão não se traduz necessariamente em uma igualdade real nas diversas áreas de formação. A observação de

que essas escolhas de curso ainda estão fortemente influenciadas por estereótipos de gênero e raça é crucial. Isso indica que, apesar do avanço quantitativo, as barreiras qualitativas permanecem. Mulheres e pessoas negras e pardas frequentemente se concentram em cursos que, historicamente, têm menor prestígio ou remuneração, refletindo desigualdades estruturais profundas na sociedade. Adicionalmente, essa situação pode perpetuar a impressão de que a igualdade está sendo alcançada, quando na realidade as disparidades se mantêm nas escolhas de carreira e nas oportunidades profissionais. (Guedes, 2008).

A proposta de Guedes (2008) ressalta uma dinâmica que se evidencia em diversos setores: a participação de mulheres em determinadas carreiras deve ser avaliada não apenas em termos de número, mas também em relação à qualidade e ao reconhecimento social dessas profissões. Em consonância com a perspectiva de Ferreira (2014), é essencial refletir de maneira crítica sobre os espaços de poder ocupados por pessoas negras e brancas na sociedade.

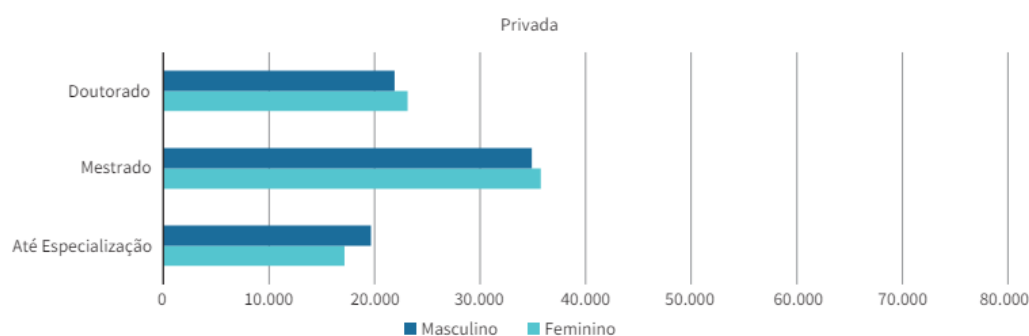
É importante mencionar os programas de ação afirmativas que visam combater a desigualdade e promover a inclusão social de grupos historicamente marginalizados. (Ferreira, 2014). As Cotas raciais e sociais em universidades públicas: instituídas mediante leis e decretos, garantem o acesso de estudantes negros, indígenas e de baixa renda às instituições de ensino superior. A Lei de cotas para empregados com deficiência: Estabelecida pela Lei n.º 8.213/91, a legislação determina que empresas com mais de 100 funcionários devem reservar uma porcentagem de suas vagas para pessoas com deficiência. O Programa Bolsa Família: Criado em 2003, o programa de transferência de renda beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, garantindo acesso à alimentação, saúde e educação. O sistema de cotas para preenchimento de vagas em concursos públicos: alguns órgãos públicos e empresas estatais adotam sistemas de cotas para garantir a presença de negros, indígenas, mulheres e pessoas com deficiência em seus quadros de funcionários. Esses são apenas alguns exemplos de programas de ação afirmativa no Brasil, que buscam promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos (Vieira, 2006).

Com relação ao acesso à docência do proporcional de homens e mulheres que concluíram cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Dados no INEP mostram que, nas instituições públicas a maioria de atuação docente é masculina da especialização até o doutorado. Nas instituições privadas, tanto no mestrado quanto no doutorado, a maioria de atuação é feminina, já na especialização continua sendo maioria

masculina. Como podemos acompanhar nos gráficos oito e nove abaixo. (INEP; 2022).

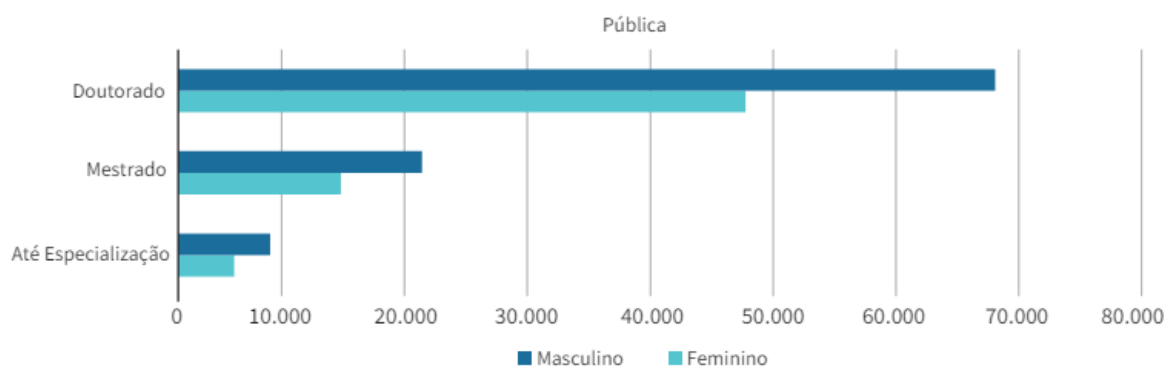
Com isso, vamos examinar o gráfico oito com base nas argumentações apresentadas até agora. As mulheres estão se destacando em carreiras científicas que, de certa forma, possuem menor prestígio tanto econômico quanto social. Por outro lado, os homens se empenham em áreas que oferecem maior valorização social e, conseqüentemente, uma remuneração financeira superior.

Gráfico 8: Número de docentes em cursos de graduação na categoria privada – Brasil – 2022.



Fonte: Deep/INEP com base em dados do Censo da Educação Superior.

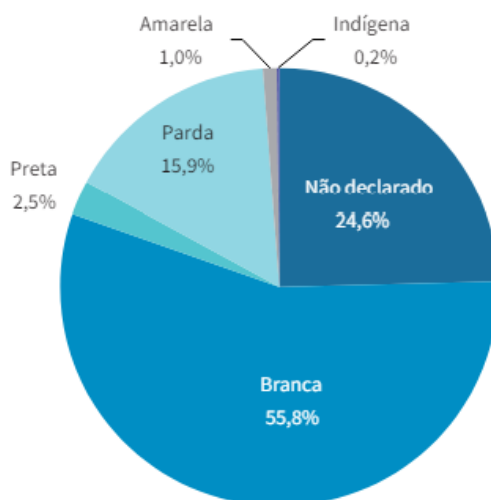
Gráfico 9: Número de docentes em cursos de graduação na categoria pública – Brasil – 2022



Fonte: Deep/INEP com base em dados do Censo da Educação Superior.

Ainda com relação as declarações de cor/raça relativas ao docente em exercício é expressivo o percentual associado ao docente que fez opção de não declarar a cor/raça 24,6% (77.917 pessoas). Tem-se o quantitativo de 55,8% (176.778 pessoas) que se declaram brancas; 15,9% (50.312 pessoas) que se declaram pardas; 2,5% (7.999 Pessoas) que se declaram pretas; 1,0% (3.294 pessoas) que se declaram amarelas e 0,2% (492 pessoas) que se declaram indígenas, como vemos no grafico dez.

Grafico 10: Percentual de docentes em exercicio, segundo a cor/raça – Brasil – 2022.



Fonte: Deep/INEP com base em dados do Censo da Educação Superior.

A questão da declaração de cor/raça entre os docentes pode refletir aspectos sociais e culturais complexos. Em diversos contextos, um número considerável de professores escolhe não informar sua cor ou raça, o que pode indicar múltiplas questões, como a falta de opções ou a relevância atribuída aos dados raciais, a percepção de discriminação ou uma decisão pessoal de não se categorizar. Além das dificuldades em coletar esses dados, os currículos brasileiros, por exemplo, não ofereciam a opção de autoafirmação racial até 2003. Esse fenômeno pode revelar preocupações relacionadas à identidade racial, ao sentimento de pertencimento e às experiências individuais de raça e discriminação. Ademais, a falta de informações claras sobre a composição racial dos docentes pode afetar as políticas de diversidade e inclusão nas instituições de ensino. Hasenbalg (1999) já apontava que o nível educacional da população é baixo e distribuído de forma desigual, e que essa realidade não deve ser justificada apenas pelas diferentes condições econômicas dos grupos populacionais, mas também deve considerar as marcas raciais e, acrescenta-se, as de gênero.

Fato é que, estudos e relatórios que abordam a questão racial na educação são importantes para entender melhor essas dinâmicas e para formular estratégias que promovam um ambiente educativo mais inclusivo e representativo. Para oferecer uma análise mais precisa, seria necessário ter acesso a dados específicos e contextuais dessa situação, tais como o que procuramos efetivar neste capítulo da tese.

Quando as mulheres negras atuam no ensino superior, suas vozes, ideias e

pensamentos podem ecoar pelos centros de formação continuada, isso pode perpetuar as lutas e conquistas individuais e coletivas (Guedes, 2014). A presença de mulheres atuantes no ensino superior no Brasil é de extrema importância por diversos motivos: Através da representatividade, uma vez que a sua presença no ensino superior pode contribuir para a representatividade e inclusão de diferentes perspectivas e experiências no ambiente acadêmico, promovendo a diversidade e a igualdade de gênero. Através da Inspiração, onde mulheres atuantes no ensino superior podem servir como modelos e inspiração para outras, especialmente para aquelas que desejam seguir carreiras acadêmicas e de pesquisa. Elas podem trazer diferentes visões, abordagens e temas de pesquisa para o ambiente acadêmico, enriquecendo o conhecimento produzido nas instituições de ensino superior. A presença de mulheres atuantes no ensino superior pode contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero e para a superação de desigualdades históricas no campo acadêmico. A diversidade de experiências e perspectivas proporcionada pela presença de mulheres no ensino superior pode contribuir para o fortalecimento e enriquecimento da educação como um todo, dentre outros (Guedes, 2014).

Rosemberg (2001) destaca a importância dos dados sobre a composição racial nos cursos de pós-graduação no Brasil. Ele argumenta que a falta de informações mais detalhadas e de estudos focados nesse tema pode evidenciar desigualdades no acesso à educação, considerando os marcadores de sexo e cor/raça (Artes, 2016; Carvalho, 2009; Rosemberg, 2001). Teorias de autores como Rawls e Fraser, entre outros, têm sido utilizadas para fundamentar reflexões sobre políticas de ação afirmativa e a busca por maior justiça racial nos ambientes acadêmicos, com o objetivo de enfrentar as desigualdades observadas na ocupação diferenciada desses espaços de prestígio social (Moehleche, 2004).

Mesmo que se possa evidenciar, através dos dados expostos aqui, que nas últimas décadas houve de fato um aumento significativo na inserção de mulheres em espaços tidos anteriormente como exclusivamente masculinos. Essa expressão é ainda tímida e silenciosa. As mulheres ainda tendem a se concentrar em áreas das Ciências Humanas, enquanto os homens estão em avassaladora maioria nas áreas de Ciências Exatas (Pinto, 2019). Segundo informações de dados do CNPq (2020), as maiores representatividades femininas e masculinas com doutorado refletem as evidências de diferença de gênero. No Brasil temos ao menos 77,8 mil pesquisadores que se declaram com doutorado em seus currículos Lattes. Destes, 59,7% são homens e 40,3% são mulheres. No que se refere a

questão raça e cor, temos no Brasil 5,5% de mulheres que se declaram negras em seus currículos Lattes e realizam pesquisas voltadas para as Ciências Exatas.

No que se refere a atuação na pós-graduação, nota-se que poucas mulheres pretas atuam efetivamente nos programas brasileiros, sendo que as maiores representatividades estão na região Sul e Centro - Oeste. Segundo dados do INEP (2016) no Censo da Educação Superior, como podemos verificar na tabela 1, as regiões com mais expressivos números de atuação de mulheres negras são o Paraná e o Rio de Janeiro. Como vemos na tabela dois, abaixo:

Tabela 2: Doutoradas Negras docentes na Pós-graduação brasileira 2016

Região Geográfica	Unidade da Federação	Doutoras Pretas docentes na Pós-graduação 2016
Norte	RO	1
Nordeste	AL	
Norte	AP	1
Nordeste	CE	6
Nordeste	MA	2
Norte	PA	8
Nordeste	PB	7
Nordeste	PE	1
Nordeste	PI	1
Nordeste	RN	1
Norte	RR	
Nordeste	SE	2
Norte	TO	6
Centro-Oeste	GO	5
Centro-Oeste	DF	4
Sudeste	ES	4
Centro-Oeste	MS	13
Sul	RS	2
Sul	SC	16
Sudeste	MG	4

Centro-Oeste	MT	14
Sul	PR	65
Sudeste	SP	18
Sudeste	RJ	35
Nordeste	BA	

Fonte: INEP - Censo da Educação Superior 2016

No Brasil, a presença de doutoras negras em cursos de pós-graduação ainda é bem reduzido, mas vem apresentando crescimento, se comparado a períodos anteriores, refletindo a luta por mais diversidade e inclusão no meio acadêmico, como acompanhamos na tabela dois. A atuação delas em universidades é fundamental não apenas para a representatividade, mas também para trazer novas perspectivas e fomentar pesquisas que abordem questões raciais e sociais. Algumas universidades têm promovido políticas de ação afirmativa e programas voltados para a inclusão de estudantes e professores negros, o que tem contribuído para o aumento da presença de doutoras negras em diversos programas de pós-graduação. Além disso, muitas dessas professoras desenvolvem pesquisas relevantes em áreas como Educação, Saúde, Ciências Sociais, Direito e Artes, trazendo à tona temas que dialogam com as experiências e desafios enfrentados por comunidades negras no Brasil. Iniciativas como grupos de pesquisa, seminários e colóquios também têm sido realizadas para valorizar e divulgar o trabalho de doutoras negras na academia. A criação de redes e associações que visam a valorização da pesquisa e do conhecimento produzido por mulheres negras é outro aspecto importante nesse contexto. (Moreira, 2016; Olinto, 2011).

Contudo, embora percebamos que existem mulheres atuantes em universidades brasileiras, como as apresentadas na tabela três, esses números ainda não são equivalentes aos quantitativos de homens nas mesmas posições. Essa observação é pertinente e reflete uma realidade que ainda persiste em muitas instituições de ensino superior no Brasil e em outras partes do mundo. Apesar de haver mulheres atuando em diversas áreas acadêmicas e em cargos de liderança nas universidades, a desigualdade de gênero ainda se manifesta em várias frentes, como a representatividade em cargos de decisão, a quantidade de publicações, e o acesso a financiamentos e recursos para pesquisa. (Guedes, 2014). Esse cenário pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo barreiras estruturais, preconceitos de gênero, e a falta de políticas efetivas para promover a equidade nas instituições. Para lidar com essas desigualdades, é crucial implementar ações que

promovam a inclusão, como programas de mentoria, políticas de recrutamento que priorizem a diversidade de gênero, e a criação de ambientes acadêmicos que sejam acolhedores e respeitosos para todos.

Ao analisar, neste momento, por área de atuação, nota-se uma diferença bastante clara, conforme indicado na Tabela 3, em relação aos quantitativos de raça e gênero. Embora a maioria das mulheres esteja se concentrando em áreas específicas, uma análise que considere raça e gênero é essencial para compreender a Educação Formal e suas conexões com outras esferas sociais. Observa-se que a maior parte dos financiamentos de bolsas do CNPq, entre 2013 e 2017, voltados para questões de gênero na ciência brasileira, está predominantemente alocada nas áreas humanas, como demonstrado na Tabela 4 abaixo. Dessa forma, é possível discutir os impactos da colonialidade sobre mulheres de diferentes regiões e as condições e oportunidades para reverter esses cenários.

De acordo com levantamentos do CNPq, entre os anos de 2013 e 2017 os bolsistas que se identificavam como pretos e pardos não chegavam a 30%. Fato que deve ser levado em consideração quando analisado o financiamento e as pesquisas científicas. Uma vez que, a partir de recursos financeiros devidamente empregados, será possível a análise de uma pesquisa muito mais sistematizada e com resultados relevantes para todos.

Com foco nas Ciências Exatas e da Terra, nosso recorte de trabalho, enquanto houve um financiamento de 28.715 mulheres, na mesma área houve financiamento de 55.578 homens. Observa-se claramente uma disparidade entre essas participações. Um número significativamente maior de homens está atuando nesta área e com financiamentos devidos para suas pesquisas e projetos.

Voltando ao tema das entrevistas realizadas com as professoras doutoras atuando nas Ciências da Natureza, nenhuma delas afirmou ser financiada pelos órgãos governamentais para suas pesquisas e projetos. Nem as brasileiras, muito menos as colombianas. Todas afirmaram atuar nas Universidade de maneira autônoma buscando custear suas próprias pesquisas e projetos.

Tabela 3: Gênero e raça na ciência brasileira - Número de bolsas do CNPq de 2013 a 2017, divididas em gênero, raça e tipo de bolsa.

Ciências Agrárias	Ciências Exatas e da Terra	Ciências Sociais e Aplicadas	Ciências Biológicas	Ciências Humanas	Engenharias	Linguística/Letras	Ciências da Saúde
-------------------	----------------------------	------------------------------	---------------------	------------------	-------------	--------------------	-------------------

Mu lheres	Ho mens	Mul heres	Ho mens	Mul heres	Ho mens	Mul heres	Ho mens	Mul heres	Ho mens	Mul heres	Ho mens	Mul heres	Ho mens	Mu lheres	Home ns
35. 30 3	33. 34 5	28.7 15	555 78	202 17	151 69	45.5 63	28.1 10	37.9 40	24.7 26	24.7 81	40.3 33	12.9 97	7.00 5	422 67, 0	18301 ,0

Fonte: CNPq. Informações sobre dados acessados pelo gênero e Números sobre cor/raça de bolsistas entre 2013 e 2017.

Se a comparação aqui demonstrada através da tabela 4 se estendesse a interconexão entre raça e gênero, haveria possivelmente a confirmação de patamares anteriores, de maioria atuante branca. A intensificar-se nas áreas de Ciências da Natureza e da Terra. Isso corrobora com a perspectiva de que dificilmente se encontra profissionais negras atuando nos cursos desta área. Assim como, é extremamente complexo a localização e categorização destas profissionais, uma vez que o mito da democracia racial, estendeu a todos que as questões de raça e racismo são irrelevantes para a concretização dos estudos. Então, as questões de raça acabam sendo desconsideradas como uma variante necessária para as análises de igualdade e invisibilidade feminina negra nas áreas do conhecimento.

Como observamos na tabela 4, ainda temos um número pequeno de mulheres com pesquisas científicas financiadas em detrimento de homens na mesma área. Os resultados sendo mais discrepantes em alguns âmbitos específicos. O financiamento de pesquisas científicas realizadas por mulheres, em especial por negras no Brasil é de extrema importância por diversas razões. Como já analisamos, anteriormente, historicamente, mulheres negras têm sido sub-representadas em campos acadêmicos e científicos. O financiamento direcionado a essas pesquisadoras ajuda a aumentar a visibilidade de suas vozes e contribuições, promovendo uma maior representatividade em áreas de conhecimento.

A inclusão de mulheres negras nas ciências traz novas perspectivas e abordagens que podem enriquecer a pesquisa. As experiências únicas vividas por essas mulheres podem gerar questões de pesquisa relevantes que de outra forma poderiam ser negligenciadas. O apoio financeiro em pesquisas voltadas para elas não apenas promove a atividade científica, mas também pode atuar como uma ferramenta de empoderamento. Isso por si só pode inspirar outras mulheres negras a entrar e permanecer na ciência. Importante mencionar também que, muitas vezes, as pesquisadoras negras se dedicam a temas que refletem as realidades de suas comunidades, abrangendo questões como

desigualdade social, saúde da população negra, cultura e identidade. O financiamento permite que essas questões sejam estudadas com rigor e profundidade. (Moehleche, 2004).

Perante o exposto, o suporte financeiro para pesquisas feitas por mulheres negras é crucial para uma ciência mais justa, inclusiva e capaz de atender às demandas sociais do Brasil. Promover esse financiamento é uma forma de contribuir para a transformação estrutural da sociedade e promoção da equidade. Com a presença feminina negra em áreas de financiamentos esses entraves podem ser quebrados e consequentemente maiores possibilidades de atuações negras o Brasil terá no futuro.

Como vimos aqui, a relação entre mulheres negras e educação no Brasil é complexa e envolve múltiplas dimensões sociais, econômicas e culturais. Reconhecendo que a educação é uma ferramenta crucial para a promoção da igualdade de gênero e racial. Para as mulheres negras, o acesso à educação de qualidade não apenas pode abrir portas para melhores oportunidades de emprego, mas também se torna fundamental para o fortalecimento de sua identidade e a luta por direitos.

3.1.2. Mulheres Negras e Educação na Colômbia: Análise sobre Desafios e Conquistas

O conceito de qualidade educacional, sob uma perspectiva genealógica (Nietzsche, 1989), surge como um fenômeno neoliberal ligado ao modelo capitalista, consolidado na metade do século XX. Práticas de controle, como medição e padronização, foram transferidas para a educação para regular e monitorar o processo educativo (Foucault, 1996), impactando educadores, alunos, conteúdos curriculares e suas interações. Esse movimento prioriza a maximização de recursos em detrimento da minimização de custos. Na Colômbia, essa abordagem se intensificou após os anos 90, com a abertura econômica do governo de Cesar Gaviria, transformando-se em uma verdade aceita que legitimou a qualidade como tema central na educação, algo que historicamente não havia sido foco nas reflexões pedagógicas anteriores.

Esta abordagem é uma oportunidade para que nos coloquemos na pele de meninas e meninos na Educação Básica e até no Ensino Superior, onde o sistema constantemente lhes diz que não pertencem àquele ambiente. No caso das meninas negras, as interconexões que dificultam sua trajetória acadêmica são ainda mais evidentes. Existem fatores que reforçam a ideia de que esses espaços não são para elas, fazendo-as acreditar

que devem aceitar sua "sorte" e evitar qualquer comportamento que seja interpretado como problemático, sob o risco de sua situação ser atribuída à sua cor ou condição social. Djamila Ribeiro (2018) apoia essa perspectiva ao afirmar que, independentemente de quão bem a pessoa negra se destaque academicamente, mantenha boa saúde ou demonstre inteligência, a sensação de inferioridade e inadequação parece sempre acompanhá-la.

Diante de tantas possibilidades de analisarmos a inserção de mulheres negras na sociedade, acreditamos que através da educação seja um dos marcos diferenciais para este tema. Os processos educativos colombianos se diferem em alguns aspectos e unificam-se em outros com relação a participação feminina negra. O que mais se entende é que através da Educação as compreensões pessoais, individuais ou mesmo coletivas passam a integrar os seres e que educação de qualidade é um fator diferencial para mudanças sociais.

A educação como um meio fundamental para a transformação social permite que pessoas desenvolvam não apenas conhecimentos técnicos, mas também habilidades de convivência, empatia e cidadania. Reconhecemos, assim como Arboleda (2013), que esse quadro complicado tem impedido a visibilidade dessa tradição intelectual, negada pela colonialidade e não foi tratada pela história intelectual, nem pela história das ideias.

Além disso, ao integrar diferentes compreensões e perspectivas, a educação fomenta a diversidade e o respeito mútuo, essenciais para a convivência pacífica e produtiva em sociedades pluralistas. Portanto, investir em educação de qualidade é imprescindível para criar uma base sólida para o progresso social e o desenvolvimento humano. É um passo fundamental para que cada pessoa possa exercer plenamente seu potencial e contribuir de forma positiva para a comunidade, gerando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação. (Sacarato; França; Jacinto, 2019; Sampaio; Silva, 2019; Fernandes et al., 2020).

Entre as décadas de 1980 e 1990, Cali, na Colômbia, contava com aproximadamente 10 turmas juvenis, com uma idade média de 21 anos, nas áreas mais vulneráveis. No entanto, entre 2005 e 2013, esse número disparou para 137 grupos, com uma média de idade de 17 anos, incluindo também bairros de classe média e alta. Após 2005, o número de escolas ultrapassou 300, as universidades chegaram a 10 e as ONGs passaram de 400. Embora o aumento no número de instituições educacionais e organizações sociais após os anos 90 pudesse sugerir uma mudança nos paradigmas sociais do país, a evidência histórica revela uma realidade oposta. O que se observou foi que, ao invés de uma melhoria geral, o número de grupos de jovens menores de idade aumentou em 1.200%. Isso indica que a questão da educação não se resume à quantidade,

mas sim à qualidade. (Rengifo; Pinillo; Diaz; 2016). As políticas públicas não têm sido eficazes, pois as famílias, escolas e comunidade falham em integrar as crianças e jovens como parte de um todo, levando-os a se sentirem isolados em um mar de informações sem conexão real com suas necessidades e identidade.

Com relação a situação educacional das mulheres negras na Colômbia se percebe que, historicamente, não foi tratada como a frágil, cuidadora apenas do lar e da família, como a maioria das questões de gênero, para ela eram atribuídas as mesmas condições de trabalho escravo que para os homens negros (Gonzalez, 2020).

Como cita Collins (2015), geralmente temos nossas opressões mantidas através destes modelos de silenciamento. Falhamos cotidianamente em entender que nossos pensamentos e ações agem confirmando o padrão de subordinação e dominação social. Quanto mais se alega que não há discriminação e os direitos sociais são coletivos e estendidos a todos, sem distinção. Mas observamos que esses dados não se concretizam no final da trajetória.

Enquanto muitos de nós temos poucas dificuldades em acessar nossas próprias discriminações dentro de algum amplo sistema de opressão, seja ela por raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero, nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas (Collins, 2015).

Nossas ações e manutenção delas no decorrer dos anos confirmam padrões sociais que garantem a invisibilidade de mulheres negras em algumas áreas do conhecimento, assim como, os padrões de subordinação de alguns com os outros. Collins (2015), traz à tona uma questão crucial dentro das discussões sobre opressão e privilégio: a consciência das próprias discriminações e a dificuldade em reconhecer como, muitas vezes, contribuímos para a perpetuação de sistemas de desigualdade que afetam outras pessoas. É comum que cada pessoa tenha uma percepção mais clara das injustiças que vivencia ou das quais é alvo, mas essa percepção pode não se estender à forma como suas próprias ações ou preconceitos, mesmo que não intencionais, podem impactar negativamente a vida de outros. Essa falta de reconhecimento pode ser resultado de um viés cognitivo que nos leva a olhar mais para nossas experiências pessoais e menos para o contexto mais amplo das interações sociais.

Com relação à Colômbia, o período de escolaridade obrigatória se estende por dez anos. Do nível pré-escolar ao nono ano da Educação Básica. Assim como em alguns

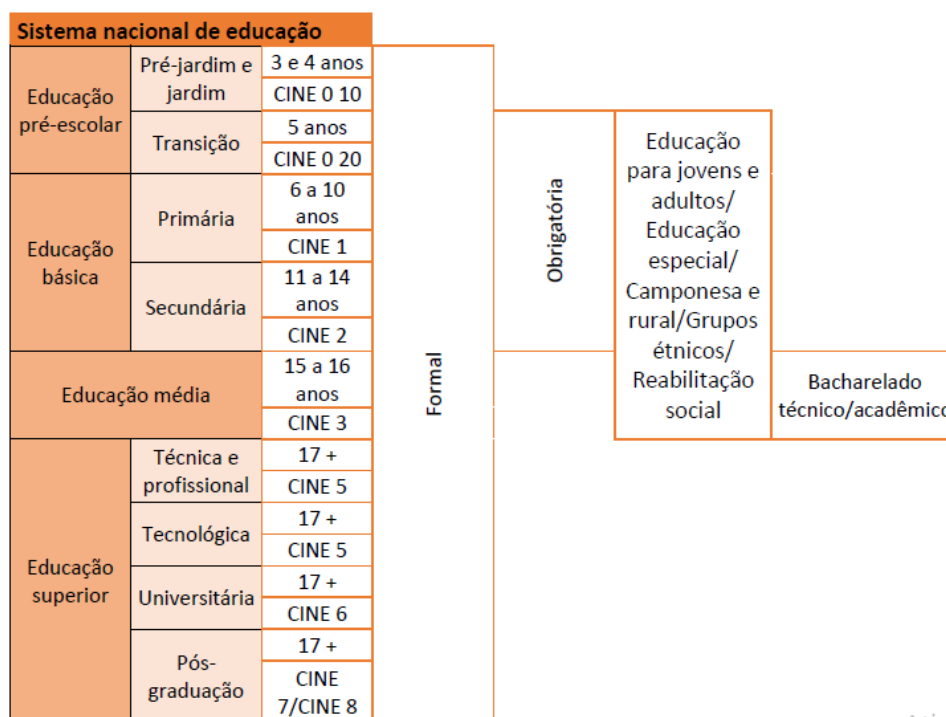
países da América Latina, a Educação Secundária não é obrigatória em toda a extensão do nível (Siteal, 2019). Desse modo, sem obrigatoriedade, e consequentemente sem assumir responsabilidades diretas sobre o Ensino Superior, se percebe que de modo geral a educação encontrará entraves neste quesito de igualdade e qualidade para todos.

Desta forma, são oferecidos três níveis de educação formal: pré-escola, Educação Básica (primária e básica secundária) e Educação Média. Contudo, a obrigatoriedade é apenas do último ano da etapa pré-escolar, até o final da Educação Básica. A Educação Superior é regida pela lei n.º 30/1992 e ministrada em sistemas de ensino reconhecidos pelo estado, funcionando em ciclos letivos. Não há com isso, a atuação de Universidade gratuitas no país. (Siteal, 2019).

Na Colômbia, existem algumas políticas voltadas para atender às especificidades étnicas e raciais no contexto educacional. Essas iniciativas educativas, que deveriam ser implementadas de acordo com as realidades e culturas de cada grupo, visam valorizar a cultura, a religião e as tradições dos povos, assegurando que esses aspectos sejam integrados às práticas educacionais. Essa abordagem busca mostrar às comunidades que suas vivências, histórias e conhecimentos acumulados devem ser levados em conta na análise de saberes, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos científicos, destacando também a importância da igualdade por meio da valorização local. Os projetos educativos afro-colombianos são, de maneira explícita, decoloniais e têm um caráter libertador para toda a população, fundamentando-se nas experiências dos povos mais marginalizados e oprimidos, incluindo comunidades indígenas e afrodescendentes. (Arboleda, 2018).

Então a educação colombiana atende ao que demonstramos no esquema abaixo disposto através dos dados do SITEAL (2019). E o que nos remete de imediato é o delineamento adquirido pelo país para o Ensino Superior. Então a Educação Técnica e Profissional, Tecnológica, Universitária, e a Pós-graduação ficam à disposição do interesse individual para complementação dos estudos através dos ciclos formativos. A partir dos 17 anos o indivíduo colombiano pode optar pela formação em nível superior, desde que tenha adquirido algum recurso para prover essa educação que acontece em forma de ciclos formativos. Com isso, entende-se *apriori* que quem não possuir esses recursos financeiros terá que optar por outras formas de aquisição de saberes principalmente para a atuação profissional.

Esquema 1: Níveis educacionais colombianos



Fonte: SITEAL, baseado na Constituição Política de 1991 e suas emendas: Lei nº 115 de 1994 de Educação Geral e seu Regulamento Parcial, Decreto nº 1.860 de 1994; Lei nº 30, de 1992 de Educação Superior; Lei nº 1.064 de 2006 de Educação para o Trabalho e o Desenvolvimento Humano; Decreto nº 114 de 1996; Lei nº 1.732 de 2014 “Cátedra da Paz”; Lei nº 1.804 de 2016 que estabelece a política “De cero a siempre” (“De zero a sempre”); Decreto nº 804, de 1995, que regulamenta a educação para grupos étnicos; Resolução nº 2.565 de 2003.

Além da obrigatoriedade de o Estado ofertar os níveis de educação como promotor de igualdade ser um fator que pode ser levando em consideração na hora destas comparações, o processo de alfabetização como direito de todos também é relevante se considerarmos as interconexões entre raça e gênero, a partir disso, se nota uma relevante problemática. O esquema 1 destaca um ponto crucial sobre a interseccionalidade na educação, ao enfatizar que o Estado tem a responsabilidade de garantir o acesso a todos os níveis de ensino como uma forma de promover igualdade social. A inclusão do processo de alfabetização como um direito fundamental é igualmente importante, pois este é um passo inicial para a realização de outros direitos e uma ferramenta essencial para a emancipação individual e coletiva.

As interconexões entre raça e gênero aponta para a complexidade das desigualdades que existem no sistema educacional. Grupos historicamente marginalizados, como mulheres e pessoas negras, enfrentam barreiras adicionais que podem dificultar o acesso e a permanência na educação. Portanto, refletir sobre essas interseccionalidades é fundamental para entender as desigualdades educacionais e

elaborar políticas eficazes que verdadeiramente promovam a inclusão e a equidade. Nascer mulher negra, ou homem negro, em uma sociedade estigmatizante como a da Colômbia tem consequências negativas devido à cor da pele e aos traços fenotípicos em geral. Ser considerada mulher negra é ser colocada em uma posição inferior em relação ao resto da população. (Lerma, 2020).

Ademais, é fundamental destacar que a implementação de políticas educacionais que levem em consideração essas dimensões pode ajudar a romper ciclos de desigualdade, proporcionando a todos a chance de desenvolver plenamente seu potencial. O reconhecimento das particularidades sociais é crucial para um sistema educacional justo e acessível. O racismo no país se configura como um elemento transversal em diversas situações de discriminação, como as de natureza econômica, de gênero, deficiência e orientações sexuais que não se enquadram na heteronormatividade. Essas manifestações de violência, ligadas ao racismo direcionado às mulheres negras, se evidenciam por meio da exclusão, da violência doméstica e institucional, da discriminação, da falta de políticas públicas, da negação de direitos políticos, do abuso e exploração sexual, e da super-representação das mulheres negras entre as mais pobres, o que acentua as desigualdades (Lerma, 2020).

O sistema educacional na Colômbia é estruturado em cinco níveis: pré-escolar, básico, médio, técnico e tecnológico, e superior, conforme ilustrado no esquema 1. A educação é obrigatória para crianças entre 5 e 16 anos, com o objetivo de oferecer condições educativas mais adequadas a todos os alunos. (Quijano, 2000).

Em termos de qualidade, a Colômbia tem feito esforços para melhorar a formação de professores e implementar avaliações e políticas de incentivo para garantir a qualidade do ensino. No entanto, desafios como a desigualdade social e a falta de investimento em educação ainda representam obstáculos para um sistema educacional equitativo e de qualidade em todo o país (Wade, 2004; Quijano, 2000; Hall, 1991).

Segundo Lerma (2013), se faz necessário que situemos os debates sobre as identidades dentro de todas as conquistas e práticas historicamente específicos que perturbem o caráter relativamente estável de muitas populações e culturas, sobre todos os processos de globalização que coexistem com a modernidade. A educação é um desses processos que precisam de equidade para garantir os direitos e conquistas básicas. A análise proposta toca em pontos cruciais sobre a intersecção entre identidade e as mudanças sociais que ocorrem em um mundo globalizado. De fato, a noção de identidade não é fixa; ela é moldada por um conjunto de conquistas e práticas históricas, que por sua

vez são influenciadas por fatores sociais, econômicos e culturais. Em um contexto de globalização, onde informações e culturas interagem de forma cada vez mais intensa, é fundamental reconhecer que as identidades estão em constante transformação, refletindo tanto a adaptação quanto a resistência a essas novas dinâmicas.

Ademais, o papel da educação como um catalisador nesse processo é inegável. A educação não apenas transmite conhecimento, mas também valores, tradições e identidades culturais. Portanto, garantir uma educação equitativa é essencial para que todos os indivíduos possam desenvolver suas identidades de forma plena, respeitando suas particularidades e promovendo a diversidade em um ambiente que muitas vezes pode ser homogeneizador.

As desigualdades geradas pela sociedade capitalista, branca e patriarcal nos submeteram e discriminaram, pois não somos semelhantes ao modelo para o qual os direitos civis foram concebidos: o homem branco, adulto e proprietário. Essas disparidades resultam na exclusão, marginalização e invisibilidade de mulheres negras, indígenas, camponesas e pobres. Historicamente, isso significou a negação da condição de sujeito de direitos, a ocupação de espaços além da periferia e a construção de identidades moldadas pelo opressor, fundamentadas em estereótipos relacionados à sexualidade, ao corpo e à cultura. As mulheres negras colombianas, por exemplo, são frequentemente percebidas como excelentes cozinheiras, amantes e dançarinas excepcionais, sendo vistas por meio de uma folclorização de sua cultura (Lerma, 2003). Essa perspectiva é corroborada por Pinto (2012), que argumenta que os estudos sobre essas categorias revelam como esses elementos remetem à identidade histórica do negro colombiano.

Perante o exposto, entende-se que às estruturas sociais que perpetuam desigualdades profundas, evidencia-se como a intersecção de raça, gênero e classe social moldando experiências e identidades de mulheres que não se enquadram no perfil do "cidadão" hegemônico. A afirmação de que as mulheres negras, indígenas, camponesas e pobres são frequentemente excluídas das narrativas de cidadania reflete um sistema que privilegia um grupo específico em detrimento da diversidade da experiência humana. Lerma, nos orienta a uma crítica contundente às estruturas sociais que perpetuam desigualdades profundas, evidenciando como a intersecção de raça, gênero e classe social molda experiências e identidades de mulheres que não se enquadram no perfil do "cidadão" hegemônico. A afirmação de que as mulheres negras, indígenas, camponesas e pobres são frequentemente excluídas das narrativas de cidadania reflete um sistema que

privilegia um grupo específico em detrimento da diversidade da experiência humana.

A maneira como as mulheres negras colombianas são percebidas — através de estereótipos reduzidos a papéis de cozinheiras, amantes ou dançarinas — revelam a folclorização e a objetificação de suas identidades. Essa forma de ver a cultura e as capacidades dessas mulheres a torna invisível nas esferas de poder e decisão, reforçando uma narrativa que limita suas contribuições e potencialidades. É fundamental compreender que essas construções sociais não são apenas representações negativas, mas sim reflexos de um sistema que se beneficia da marginalização para manter privilégios. Portanto, a luta pela igualdade de direitos deve ser também uma luta pela reinterpretação e valorização das identidades de grupos historicamente oprimidos. A descolonização de ideias e a inclusão de vozes diversas nas práticas sociais, políticas e culturais são passos essenciais para enfrentar essas desigualdades enraizadas.

As provocações de Lerma (2003), chance o diálogo sobre a necessidade de um entendimento mais profundo e uma ação solidária que reconheça a complexidade das identidades e experiências humanas, promovendo não apenas a inclusão, mas também a valorização da diversidade em todas as suas formas. Isso seria uma perspectiva naturalmente abrandada através dos processos educativos colombianos.

No que diz respeito à produção do conhecimento colombiano, Santiago Arboleda (2019) enfatiza que um sintoma crucial da desvalorização dos saberes tradicionais é a crença de que a Europa Ocidental e os Estados Unidos dominam as categorias e teorias, enquanto os países do Sul global se limitam a acumular experiências que as primeiras devem aplicar como fórmulas ou modelos, sem uma análise crítica que verifique sua validade e universalidade. É precisamente esse aspecto, a suposta universalidade da matriz epistemológica eurocêntrica, que tem sido amplamente contestado, evidenciando a origem específica da produção do conhecimento e, assim, sublinhando a importância de considerar a localidade, o contexto e, por fim, as experiências como elementos essenciais para uma reflexão epistemológica adequada.

Com isso, a educação colombiana que busca agregar a população negra, se constitui em disciplinas que construíram o negro ou afro-colombiano, através de um conjunto de convenções múltiplas, ambíguas e, em muitos casos, contraditórias, que ilustram um jogo de claro/escuro; inclusão/exclusão; aceitação/negação; finalmente de afirmação de suas identidades e expulsão de parte delas ao mesmo tempo. (Arboleda, 2019).

A qualidade na educação refere-se a dois processos educativos que, embora sejam

paralelos, deveriam ser opostos. O primeiro é a educação cultural-contextual (Borda, 2004), responsável por transmitir um acervo de saberes culturais à sociedade como um todo. No contexto pós-moderno, isso se traduz no saber tecno-científico, que se legitima como um conhecimento desejável e que deve ser reproduzido nas práticas sociais de todos os membros da sociedade. O segundo processo é a educação voltada para uma formação planejada, que busca moldar um tipo específico de indivíduo. Este aspecto é central na dimensão educativa do saber pedagógico presente em diversas instituições sociais, que visa cultivar o desejo de formar pessoas com um propósito definido. Trata-se de um plano, um projeto social de formação.

Com isso, nota-se que o processo educativo colombiano, especialmente no que diz respeito às mulheres negras, é marcado por diversos desafios e conquistas que refletem a complexidade da interseccionalidade entre raça, gênero e classe social. Muitas enfrentam barreiras significativas para acessar uma educação de qualidade, devido a fatores socioeconômicos e à falta de políticas públicas que atendam suas necessidades específicas. O racismo estrutural ainda persiste nas instituições educacionais, onde muitas vezes as mulheres negras são vítimas de preconceito e estigmatização, o que pode afetar seu desempenho e autoestima. Aliados a isso, a escassez de modelos e conteúdos que reflitam a história negra colombiana nas escolas contribui para a invisibilidade das experiências delas, dificultando a construção de uma identidade positiva.

3.3. Quebrando Barreiras: Mulheres Negras e Ciência

Historicamente, as mulheres negras têm sido sub-representadas no campo científico, enfrentando uma série de barreiras e desafios em sua busca por reconhecimento e oportunidades. Ser negra e mulher, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. (Gonzalez, 2020). Contudo, diversas cientistas negras, a exemplo de Sônia Guimarães, têm realizado contribuições significativas para o progresso do conhecimento científico em várias disciplinas, incluindo química, física, biologia e engenharia. O acesso às universidades representa uma das possibilidades de ascensão social e busca por melhores postos de trabalho, bem como maneiras de romper barreiras e quebrar estereótipos de lugares ocupados unicamente por homens. (Guedes, 2008).

Essa é uma reflexão necessária para que compreendamos as intersecções entre raça, gênero e ciência em uma perspectiva de complementação. Abordaremos, por isso,

as contribuições significativas de algumas mulheres negras em diversas áreas científicas, além de destacar os desafios que elas enfrentam nesse campo. O cenário de envolvimento feminino negro é resultado de uma combinação de fatores sociais, econômicos e culturais que perpetuam as desigualdades oriundas desta abordagem. Entretanto, diversas mulheres negras têm quebrado barreiras e feito contribuições notáveis que impactam a ciência e a sociedade.

Muitas mulheres negras têm se destacado em áreas como biomedicina, engenharia, física, e ciências sociais, trazendo novas perspectivas e abordagens para pesquisas. A exemplo de doutora Sônia Guimarães, física, que investe em sua pesquisa na área das nanotecnologias. A doutora Jaqueline Góes, que pesquisa sobre a catalogação de vírus. E assim por diante. Muitas pesquisadoras negras tem se empenhado em construir melhores possibilidades de vida e com isso investir em mais eficazes meios de manter desde a saúde, até a preservação do ambiente. Contudo, um ponto já mencionado neste trabalho e que merece que seja reforçado é a questão do investimento financeiro nas pesquisas científicas.

Além disso, o destaque dado à variação das distribuições entre diferentes áreas e ao longo do tempo sugere que esta não é uma realidade homogênea; algumas áreas podem ser mais inclusivas em comparação com outras.

Seguindo esse mesmo raciocínio, analisando-se a Ciência como um universo masculinizado e que foi ao longo dos anos submetido a questionamentos sobre a participação feminina, e procurando-se evidenciar as dificuldades que tais mulheres enfrentaram para fazer parte do meio científico. Percebe-se o quanto existem, ainda na atualidade, espaços que são tidos como pré-determinados para homens. Aqui, a opção deste estudo é seguir o pensamento de Bourdieu (1999) que enfoca a naturalização das relações de gênero. Levando as mulheres a procurarem carreiras com as quais elas se identificam, ou são identificadas, apresentando um prolongamento das atividades domésticas e de cuidados com a família.

Chassot (2006), nos traz uma provocação bastante útil a discussão, afirmando que não se pode considerar a Ciência como sendo boa ou má, ela é um construto humano, logo falível e não detentora de dogmas, mas de verdades transitórias, e assim resposta às realizações dos homens e mulheres. Quando os seres humanos produzem remédios que salvam vidas e modificam geneticamente sementes que podem acabar com a fome, estão realizando ações consideradas boas. Mas quando transformam sementes em organismos estéreis, evitando a reprodução, para garantir unicamente a posse e capitalismo como

forma de poder, estão realizando ações consideradas questionáveis. Assim, não é a Ciência que emprega as ações, são as pessoas que utilizam os saberes científicos em benefício próprio.

Chassot (2006) no *The OnHundred* traz informações acerca dos principais nomes de cientistas de todos os tempos. Os nomes de pessoas que contribuíram historicamente com a humanidade, o resultado é uma lista com noventa e oito nomes de homens e dois nomes de mulheres. Este fato nos remete tanto ao processo historiográfico de pesquisa, quanto a visibilidade das ações que se propaga no meio científico.

Se denotarmos à Ciência do final do século XIX, teremos uma contribuição extremamente significativa da física polonesa Marie Curie, que contribuiu visivelmente tanto para as mulheres quanto para a pesquisa científica. Alguns outros nomes femininos podem surgir nesse cenário se intensificarmos a pesquisa. Mas, o fato é que se comparado aos nomes de homens na mesma atividade. Esses serão uma grande maioria.

Marie Curie, foi a cientista pioneira na pesquisa com elementos radioativos e descobriu o rádio e o polônio, que foram fundamentais para o avanço da ciência nuclear e da radioatividade. Ela nasceu em nasceu em 1867 na Polônia e foi a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel, recebendo-o em Física em 1903 junto com seu marido Pierre Curie e Henri Becquerel, por suas pesquisas sobre a radiação. Mesmo tendo desenvolvido a pesquisa de forma compartilhada com seu marido, Pierre Curie, as informações e dados descobertos eram inteiramente de sua autoria, se convertendo em sua pesquisa de doutoramento. Contudo, teve que dividir o prêmio, por hora recebido, com seu marido e com outro homem, pertencente à família de cientistas. Note-se que, embora tenha realizado sua pesquisa, Marie não teve o reconhecimento de seu trabalho como de fato deveria ter sido. Na atualidade, nos livros didáticos as atribuições científicas da radioatividade são a Henri Becquerel, com uma nota de rodapé sobre a Marie. (Farias, 2018).

Posteriormente, em 1911, Marie Curie ganhou o Prêmio Nobel de Química por suas contribuições à química dos elementos radioativos e pela descoberta do rádio e do polônio. Desta vez, ela é convidada não comparecer a premiação, por rumores de suposto envolvimento amoroso entre ela, já viúva, e um ajudante de laboratório. Mais uma vez, a cientista é ofuscada por questões que fogem a sua magnitude científica. Ela foi uma defensora do uso da radiação na medicina, especialmente na terapia do câncer. No entanto, seu trabalho com elementos radioativos também teve um impacto no entendimento dos riscos da exposição à radiação, especialmente em relação à saúde, já

que na época a segurança no manuseio de substâncias radioativas não era bem compreendida. Marie Curie é uma figura emblemática na história da ciência, abrindo caminho para futuras gerações de cientistas, especialmente mulheres na ciência. (Farias, 2018).¹⁴

Pensando Ciência sobre a versão de Chassot (2006), a temos como uma construção humana, com contribuições igualmente humanas. Podendo ser falha e ter verdades transitórias. Sendo assim, notadamente se faz necessário um olhar observador sobre o meio científico e o pensamento dos que trazem a história e as verdades absolutas sobre os fatos. A reflexão proposta sobre a versão de Chassot (2006) é bastante pertinente, pois convida a uma análise crítica da ciência enquanto uma construção humana, imersa em um contexto cultural, social e histórico. Ao reconhecer que as verdades científicas são, muitas vezes, transitórias e sujeitas a revisões, abre-se espaço para um entendimento mais dinâmico e flexível do conhecimento. Esse olhar observador, mencionado acima, é fundamental, pois a ciência não deve ser vista como um conjunto final e absoluto de verdades. Mas, sim como um processo contínuo de descoberta e questionamento. As contribuições humanas que moldam o conhecimento científico são influenciadas por experiências, interpretações e até limitações. Isso implica que a prática científica deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre as hipóteses e conclusões que se estabelecem no cotidiano da pesquisa.

Além disso, esse reconhecimento das falhas e das incertezas na ciência nos alerta para a importância de uma postura cética e investigativa, tanto por parte dos cientistas quanto do público. A ciência deve ser um campo onde o debate e a revisão são constantes, e onde cada nova descoberta pode desafiar concepções anteriores. Portanto, promover uma atitude crítica em relação ao conhecimento científico e suas construções pode enriquecer não apenas a prática científica, mas também a formação e a divulgação do conhecimento. Em suma, a ciência é uma construção colaborativa e, ao mesmo tempo, vulnerável, que exige humildade e disposição para questionar; isso é essencial para o avanço do saber e para o fortalecimento da cidadania crítica. (Martins, 2010).

Nos últimos anos, a soberania inquestionável da Ciência com suas visões hegemônicas e seu processo linear, único e universal, tem sido questionada (Ávila, 2004).

¹⁴ Pesquisa completa sobre esse tema disponível na dissertação de mestrado apresentada a UEPB, em 2018. Sob o título: O legado científico de Marie Curie: Desafios e perspectivas da mulher na ciência. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3119>

A Ciência aparece então como um processo histórico e não como mero acúmulo de conhecimento (Kuhn, 1971). Se mostrando como uma construção política, na medida que é organizada pelos sujeitos.

Como percebe-se as discussões sobre a relação entre gênero e Ciência não é uma novidade (Leta, 2003) e muito embora haja uma documentação sobre essa baixa representatividade, muito menos visibilidade se terá sobre as particularidades das mulheres negras na Ciência (Rosa, 2008). Os espaços acadêmicos negam os sujeitos negros como produtores do conhecimento, reduzindo-os a uma espécie de minoria de uma forma singular e silenciosa onde o racismo epistêmico passa despercebido. O racismo enraizado nos espaços acadêmicos torna esse meio incapaz de reconhecer a igualdade cognitiva do outro, subalternizando seu conhecimento e sua cultura, contribuindo significativamente para aumentar e reproduzir as conexões desiguais nas estruturas da sociedade (Ocoró, 2019).

Embora a maioria das pessoas acredite que a Ciência é detentora de todas as verdades, Chassot (2006), afirma que ela não tem a verdade, mas aceita algumas verdades transitórias, provisórias, em um cenário parcial, onde os seres humanos não são o centro da natureza, mas elementos dela. O entendimento destas verdades é o foco diferencial para que se possa analisar que como seres humanos falíveis os interesses privados são colocados em foco quando se pretende manter os privilégios atribuídos a determinados grupos sociais.

Historicamente, fomos acostumados ao fato de que a Ciência surgiu no continente europeu, que o significado de evolução cultural e histórica humana estaria definido através desses povos (Pinheiro, 2022). O sistema educativo nos ensina que através do apogeu científico europeu, branco, masculino os saberes chegaram aos demais povos. Sendo assim, além destes, nenhum povo ancestral produziu saberes dignos de serem científicos. Através desta afirmação, nos colocamos ao questionamento sobre quem definiu esta assertiva, como foram categorizados os saberes no decorrer dos tempos.

Com isso, não pretendemos neste trabalho somente definição para o que seria ou não Ciência. Apenas configurar os pensamentos em torno do processo civilizatório humano, principalmente no continente americano, e as formas com que as tradições e saberes foram propositalmente apagadas, os espaços das mulheres negados. O modo de exploração e escravização deixou muito mais apagamentos do que se possa precisar (Pinheiro, 2022). E atualmente através das diversas formas de racismo, estes apagamentos tendem a se manter através dos tempos.

Pinheiro e Rosa (2018), definem a Ciência como espaço de poder, que apresentará através de seus manuais a figura do homem, cisgênero, heterossexual e branco como o responsável pela produção do conhecimento científico. Todos os que apresentarem um perfil fora deste padrão tenderão a serem silenciados, apagados ou questionados quanto a aquisição de saberes. É notoriamente perceptível o quanto este padrão de normatividade se manteve com o passar dos anos de uma forma tão sólida que as vezes as próprias cientistas sentem dificuldade em reconhecer seu papel enquanto produtora de Ciência.

Ou ainda, o quanto a sociedade sente, ainda na atualidade, dificuldade em reconhecer o que se produz como Ciência, quando advinda de pesquisas sociais, pesquisas lideradas por mulheres, em especial mulheres negras. Recordo de um relato de uma professora Dra. em Ciências da Natureza através de uma entrevista que concedeu a um programa televisivo (Rosa, 2022), onde ela contava que resolveu realizar um experimento social e ir até as escolas de Educação Básica, chegando lá, interrogar as crianças sobre qual profissão elas achavam que a doutora seguia. Numa unanimidade as crianças afirmavam que ela era faxineira, merendeira, lavadeira, empregada doméstica, algumas ainda citaram professora. Mas a maioria afirmava que sua profissão seria algo de trabalho mais manual. Quando a doutora diz ser cientista para as crianças, o espanto delas chamou sua atenção e alguns ainda interrogavam sobre qual Ciência ela fazia. Através deste breve relato conseguimos notar a naturalização do espaço científico negado as mulheres negras e a supervalorização atrelada a algumas áreas científicas, além das marcas do racismo em nossos ambientes.

Nesta ideia de desmistificar os saberes e levantar questionamentos em torno da Ciência se faz necessário repensarmos o papel social atribuído aos povos escravizados. Silvério (2013) afirma que a África tem uma história, abatido por vários séculos de opressão, de exploração, de todos os tipos de sábios e essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificativa de inferioridade no passado, no presente e futuro. Foi projetada a imagem de um povo submisso, sem saberes que deveriam se submeter aos meios escravagistas justamente por possuírem essas condições inferiores, em alguns tempos questionados até sobre a afirmação de serem humanos, para alguns seriam apenas uma sub espécie humana, mais próxima aos ancestrais antigos.

Trata-se aqui de uma intencionalidade clara a ser projetada, os saberes desses povos não foram, nem são na atualidade levados em consideração. São tidos mais como mitos, como costumes, atrelados a essa irracionalidade. Intencionalmente propellido e

intensificado através da sociedade e dos sistemas educativos. Tratar os conhecimentos eurocêntricos como verdades absolutas e os saberes afrodescendentes como secundários confirmam essas abordagens de superioridade e inferioridade. (Silvério, 2013).

Não existem relatos históricos de que os europeus enviassem para as colônias escravizadas engenheiros, engenheiras, técnicos, projetistas aos engenhos para garantir seu funcionamento eficaz. Ou mesmo as minas para projetar formas de emoção e adequação de solo para extração de materiais, todo esse trabalho era executado pelas pessoas escravizadas (Silva, 2013; Pinheiro, 2020). Esses homens, mulheres e crianças tiveram que estudar as melhores formas de executar esses trabalhos, minimizando os efeitos nocivos para eles mesmo, e até mesmo os esforços físicos. A ideia era conseguir minimamente utilizar os saberes como forma de abrandar o esforço físico e mental.

Durante séculos as pessoas escravizadas foram os engenheiros, técnicos, projetistas da América Latina (Silva, 2013). Desenvolveram formas de remover grandes pedras de lugares que necessitavam transitar, formas de concertar e colocar em funcionamento grandes engenhos, projetar peças desgastadas para substituição, enfim, são grandiosos os feitos planejados e executados por essas pessoas. Contudo, cientificamente acabam não recebendo o conceito de sábios.

Na atualidade ainda se encontram espaços onde a medicina caseira é a responsável pela cura de algumas enfermidades, e esse conhecimento era advindo desses povos negros. Espaços onde a religião é um atributo de fé poderoso e que ameniza muitas dores. Não há necessidade aqui de apresentar a importância desses saberes, apenas reafirmar o quanto a cientificidade perde por não considerar muitos saberes oriundos desses povos.

A partir do exposto podemos inferir que há uma determinada opressão¹⁵ que atinge diretamente a mulher negra. Negando direitos e colocando-as na condição de subalternizada. Desconhecendo suas contribuições científicas ou invalidando suas pesquisas. Essa opressão é resultado de um sistema de discriminação interseccional, que combina racismo e sexismo, dificultando o acesso ao conhecimento e a oportunidades de desenvolvimento profissional para mulheres negras. É importante reconhecer e valorizar a diversidade de saberes e experiências das mulheres negras, bem como criar espaços de reconhecimento e visibilidade para seus trabalhos e conquistas. A luta contra essa

¹⁵ Opressão é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade, raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras, constituem as principais formas de opressão.... (Collins, 2019).

opressão passa pelo empoderamento e pela valorização das mulheres negras em todos os âmbitos da sociedade (Davis, 2019; Collins, 2019; Gonzalez, 2021; Mbembe, 2018).

Romper barreiras na Ciência significa reconhecer que as mulheres negras exercem uma função transformadora tanto na ciência quanto na sociedade. Sua inclusão vai além de uma questão de justiça social; é essencial para o avanço científico e a inovação. O reconhecimento e a valorização de suas contribuições promovem uma maior diversidade e equidade, que se refletem desde a produção do conhecimento até os avanços científicos e tecnológicos.

3.4. Mulheres Negras e Ciências da Natureza: Inovação, Resistência e possível inspiração para futuras gerações

Lélia Gonzalez em seu livro *por um feminismo afro-latino-americano*, destaca que a mulher negra em diversos momentos da sociedade e em especial após o período de escravidão, foi o pilar de sustentação de muitas populações. As famílias se estruturavam no entorno destas mulheres e assim conseguiam manter o sustento moral e a subsistência de todos. Com isso, é importante que se compreenda que essa posição de fragilidade e cuidado dispensada as mulheres pelas prerrogativas de gênero, não eram considerações propostas a estas mulheres. Elas tiveram que se manterem fortes e atuantes nos mais diversos meios de trabalho braçal e elaborado (Gonzalez, 2020; Davis, 2019).

Com relação a escolarização, historicamente a educação tem se perpetuado como um direito que não atinge todas as classes e raças. Sendo assim, as pesquisas vêm apontando que a participação feminina e em especial com relação a raça tem sido negada. Com isso, de modo mais generalista podemos adiantar que o nível de educação da mulher negra é um desafio constante na sua formação, atingindo na maioria dos casos o segundo ano primário ou fundamental, e o analfabetismo ainda é realidade entre essas mulheres, vem atrelado a outros fatores pessoais e sociais. (Gonzalez, 2020; 2022; Mello, 2020)

Apesar de terem seus espaços sociais negados, é louvável que as mulheres negras sejam destaque em várias áreas da Ciência. Durante os anos, em momentos históricos diversos, cada vez mais mulheres negras quebram esse paradigma de ser apenas auxiliar e cuidadora, e surgem como responsáveis por grandes pesquisas e contribuições sociais. (Mello, 2020). Deixam de estarem na centralidade, apenas, do trabalho doméstico como a principal profissão até hoje exercida majoritariamente por mulheres negras, num contingente atual de sete milhões de trabalhadoras. (Werneck, 2016).

Esses paradigmas que sugerem que as mulheres devem restringir-se ao trabalho reprodutivo e doméstico, imposto silenciosamente, desde que começam a mais tenra idade, ainda na infância. São prejudiciais e limitantes. Esses paradigmas perpetuam estereótipos de gênero que desvalorizam o trabalho das mulheres no espaço público e as colocam em posições de submissão e dependência. Essas ideias também contribuem para a desigualdade de gênero, limitando as oportunidades das mulheres de se desenvolverem profissional e pessoalmente. Além disso, esses paradigmas reforçam a ideia de que a mulher é responsável pelo cuidado da família e do lar, negligenciando a importância do trabalho doméstico compartilhado e do cuidado mútuo (Mello, 2020).

Ibarra, Ramos e Oliveira (2021), apontam que esses paradigmas foram intensificados no final do século XIX e meados do século XX, quando houve uma diferenciação cognitiva entre homens e mulheres. A partir de então, elas foram impedidas de realizar qualquer atividade que apresentasse habilidades intelectuais e racionais, eram destinadas ao trabalho reprodutivo e do lar, essa associação se fazia por ter ligação ao emocional, a sensibilidade e as emoções, características atribuídas as mulheres.

Durante séculos, elas foram relegadas a papéis domésticos e consideradas incapazes de liderar, de ter funções em posições de poder ou de se envolver em áreas como ciência, política, esportes, entre outras. Mesmo as mulheres que desafiaram essa norma e tentaram se destacar em áreas consideradas masculinas foram frequentemente ridicularizadas, julgadas e desencorajadas a buscar seus objetivos. Muitas vezes, elas tiveram que enfrentar barreiras adicionais, como preconceitos, discriminação e falta de oportunidades. Muitas delas tiveram suas produções e contribuições científicas invalidadas e invisibilizadas (Carvalho; Lievore, 2020).

Tosi (1998) relata que muitas mulheres que se interessavam pela ciência tiveram que aceitar a condição de ter suas pesquisas atreladas aos pseudônimos masculinos, como é o caso da matemática e física Sophie Germain, que devido as fortes resistências familiares e sociais adotou o codinome de um ex-aluno para utilizar como cientista. Muitas optavam por se conformar em serem apenas “assistentes” ou “colaboradoras” de suas pesquisas. Muitas tiveram que ver seus trabalhos serem publicados por homens para serem reconhecidos no meio acadêmico.

Embora tenha havido avanços na participação feminina em algumas áreas da ciência (Chassot, 2004). A desproporcionalidade numérica entre homens e mulheres nas ciências da natureza ainda é um problema que tem sido amplamente debatido e estudado. Esta disparidade pode ser observada em diversas áreas, como a física, química, biologia

e geologia, onde geralmente há uma predominância de homens em posições de destaque e liderança.

Existem várias razões que contribuem para essa desigualdade de gênero nas ciências da natureza, incluindo estereótipos de gênero, preconceitos inconscientes, falta de modelos femininos de sucesso, discriminação no ambiente de trabalho e dificuldades para conciliar a carreira científica com a vida pessoal e familiar. Essa desproporcionalidade resulta em uma falta de representatividade e diversidade no meio científico, o que pode limitar a criatividade e inovação nas pesquisas, além de perpetuar um ambiente hostil para as mulheres cientistas.

Em um estudo recente Tuesta *et al.*, realizou uma pesquisa em 2019, com cerca de 40 mil doutoras e doutores brasileiros que atuam na área de ciências da natureza e concluiu que: a participação de homens é numericamente e expressivamente maior que a de mulheres; existe um considerável crescimento da aparição feminina neste campo da ciência; as porcentagens de publicações de mulheres são imensamente menores quando comparadas a sua participação na ciência.

Foram encontrados 40.882 pesquisadores com início de doutorado entre os anos 1966 e 2015, registrados na área de Ciências Exatas e da Terra como principal área de atuação e com a variável “sexo” identificada. Destaca-se que, apesar da plataforma ter sido criada na década de 80, os pesquisadores preencheram as suas atividades e produção científica de maneira retroativa. A soma do número de pesquisadores por subáreas é 46.977, número maior do que os 40.882. A razão dessa diferença reside no fato de que alguns indivíduos colocaram no currículo atuação em duas ou mais subáreas. Na amostra, foram identificados 27.334 homens (66,86%) e 13.548 mulheres (33,14%) (Tuesta et al. 2019).

Foram identificados 27.334 homens pesquisadores das ciências da natureza cadastrados na plataforma lattes em comparativo a 13.548 mulheres. A pesquisa aponta que há uma disparidade entre as participações femininas e masculinas nessa área. A distorção se intensifica ainda mais quando se refere as subáreas de Ciências Exatas e da Terra (acima de 32% de diferença), com exceção de Química (diferença de 2,86% e Oceanografia (16,16%). Física chama nossa atenção em primeira mão, por ser a menor proporção das subáreas, sendo uma diferença entre gêneros de 58%. Esses dados corroboram os estudos sobre a temática que afirmam haver de fato essa disparidade entre as participações de gênero nas ciências da natureza.

A observação da disparidade de gênero entre pesquisadores das ciências da natureza, como evidenciada pelos dados da plataforma Lattes, ressalta um problema persistente e estrutural em nossa sociedade. A quantidade de homens que atuam nessa área é significativamente maior do que a de mulheres, o que levanta questões fundamentais sobre as barreiras que as mulheres enfrentam ao perseguirem carreiras científicas, especialmente nas subáreas de Ciências Exatas e da Terra. A diferença de 58% na área de Física, por exemplo, é alarmante e sugere que há fatores sociais, culturais e educacionais que precisam ser investigados e abordados. É possível que estereótipos de gênero, falta de representação feminina em posições de destaque e ambientes acadêmicos que não favorecem a inclusão estejam contribuindo para essa disparidade.

Embora a Química e a Oceanografia apresentem uma diferença menor, ainda assim é preocupante que a igualdade de gênero permaneça um desafio. Esses dados não apenas refletem a realidade da pesquisa científica, mas também têm implicações significativas sobre a diversidade de pensamento e inovação que só pode ser alcançada através de uma maior inclusão de talentos de todos os gêneros. Portanto, é imprescindível que iniciativas sejam desenvolvidas para fomentar a participação feminina em todas as áreas das ciências da natureza, criando um ambiente mais inclusivo e equitativo, que valorize e promova a diversidade. Isso não só enriqueceria o campo da pesquisa científica, mas também ajudaria a criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Tabela 4 - Porcentagem de indivíduos na amostra por gênero e subárea		
Área e subáreas	Homem	Mulher
Ciências Exatas e da Terra	27.334 (66,86%)	13.548 (33,14%)
Astronomia	669 (76,99%)	200 (23,01%)
Física	6.941 (79,33%)	1.809 (20,67%)
Ciências da Computação	6.660 (77,83%)	1.897 (22,17%)
Matemática	4.408 (69,87%)	1.901 (30,13%)
Probabilidade e Estatística	2.161 (69,40%)	953 (30,60%)
Geociências	4.254 (66,03%)	2.189 (33,97%)
Oceanografia	906 (58,08%)	654 (41,92%)
Química	5.850 (51,43%)	5.525 (48,57%)

Fonte: [AnáliseDaParticipacaoDasMulheresNaCienciaUmEstudoDeCasoDaAreaDeCienciasExatasEDaTerraNoBrasil.pdf](#)

Na tabela quatro, é possível observar as discrepâncias nos percentuais de participação entre homens e mulheres nas Ciências da Natureza. No campo das Ciências Exatas, a participação masculina é de 66,86%, enquanto a feminina corresponde a apenas 33,14%. Essa diferença significativa indica que as mulheres estão ingressando nesta área com pouca frequência. Por outro lado, a Física apresenta uma disparidade ainda maior, com 79,33% de homens e apenas 20,67% de mulheres, o que representa mais do que o dobro da participação masculina em comparação à feminina. Assim, juntamente com a Astronomia, essa área é a que apresenta a maior diferença percentual entre os gêneros. Ainda no que se refere a tabela acima, trabalhar para superar essas disparidades é fundamental para garantir que a ciência da natureza se beneficie da diversidade de perspectivas e talentos que homens e mulheres podem oferecer. As mudanças culturais e estruturais são essenciais para promover uma participação equitativa na ciência.

Do mesmo modo, uma pesquisa realizada por Pavesi em 2021, constatou que nos últimos anos o percentual de participação feminina nas ciências da natureza vem diminuindo, tornando-se cada vez mais inferior ao percentual de participação masculino na mesma área. Em contrapartida, a predominância de participação em cursos de Ciências Humanas, como Pedagogia por exemplo, tem se evidenciado com firmeza, em torno de 92% do corpo discente ser composto por mulheres.

Cesi et al (2014), também pesquisaram a respeito dos fatores que promovem essas diferenças nas ciências. Estudaram o *productivity pluzzle*, considerando dados da *National Science Foundation (NSF)*, dentre outros fatores, os autores evidenciaram essas diferenças a partir das aspirações familiares de homens e mulheres. Seria o resultado da produtividade, remuneração e produção. Os resultados indicam que as mulheres estão sub-representadas, especialmente quando nos referimos aos pesquisadores mais produtivos (Tuesta, 2019).

Alonso-Arroyo et al. (2010) realiza também uma análise da produção científica das docentes universitárias em Ciências da Saúde da Comunidade Valenciana, na Espanha, entre 2003 e 2007. Identificando que nesta realidade não só a participação quanto a produção científica tem aumentado, especialmente na parcela de pesquisadores com um considerável número de artigos.

Arruda et al. (2009) realizaram uma pesquisa sobre a participação feminina nas Ciências da Computação. A partir dela, os autores identificaram que: apesar do baixo número de pesquisadores mulheres na Ciência da Computação no Brasil, elas aparecem em maior proporção em subáreas, com componentes humanos, é mais frequente sua

atuação em temas como inteligência artificial, sistemas colaborativos, computação na educação, interface, dentre outras. Todas com esse enfoque mais humanístico.

Os dados de Arruda nos demonstram que nas últimas décadas tem se confirmado a premissa da escolha feminina por áreas ligadas as Ciências Humanas. Mulheres estão cada vez mais presentes em áreas como psicologia, sociologia, antropologia, história, entre outras. A contribuição das mulheres nessas áreas tem enriquecido o conhecimento científico e trazendo novas perspectivas para a compreensão da sociedade e da cultura. Essa maior participação feminina nas ciências humanísticas também tem contribuído para a desconstrução de estereótipos de gênero e para a valorização do trabalho das mulheres nessas áreas. Além disso, a presença de mulheres como pesquisadoras, professoras e profissionais em diversas áreas da ciência humanística tem servido de inspiração para outras mulheres que desejam seguir carreiras nesses campos.

É importante salientar que todas as áreas devem ser alvos de conquistas que independam de gênero, raça, ou qualquer demarcador social. Precisamos continuar buscando meios para permanecer incentivando a participação das mulheres nas ciências humanísticas, como também em Ciências Exatas, Ciências da Natureza, Ciências Jurídicas, enfim, quaisquer áreas que desejem atuar. Garantindo que tenham acesso a oportunidades de formação e pesquisa e que sejam valorizadas por seu trabalho e contribuições para o avanço do conhecimento científico. A diversidade de perspectivas e experiências trazidas pelas mulheres é essencial para o desenvolvimento da ciência e para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Para que possamos nos situar no termo, citamos neste trabalho as Ciências da Natureza como foco de pesquisa. As ciências da natureza são um ramo do conhecimento que se dedica ao estudo dos fenômenos naturais do universo, incluindo a física, a química, a biologia, a geologia, a astronomia, entre outras disciplinas e suas subáreas. Essas ciências buscam compreender os princípios e leis que governam a natureza e suas interações, bem como investigar as propriedades dos seres vivos, dos elementos químicos, dos astros e dos fenômenos naturais (Brasil, 2018).

Como vemos até o presente momento há de fato uma disparidade entre as participações femininas nas Ciências da Natureza e se evidencia que quanto mais adentramos na formação, maiores são essas diferenças. A baixa participação de mulheres nas ciências da natureza pode ser atribuída a diversos fatores, como o viés de gênero presente na sociedade, falta de incentivo e apoio às mulheres desde cedo para se interessarem por áreas relacionadas às ciências, estereótipos de gênero e expectativas

culturais sobre as habilidades e interesses das mulheres. Além disso, a falta de representatividade de mulheres nas áreas de ciências da natureza pode desencorajar outras mulheres a seguirem carreiras nesses campos, já que a falta de modelos, como citado, pode criar uma sensação de isolamento e falta de pertencimento.

Olinto (2011), aponta que existem mecanismos sociais de segregação, horizontal e vertical. A segregação horizontal direciona as mulheres a tomar decisões e seguir trajetórias diferentes das escolhas masculinas, levando-as a compreender seus percursos de carreira em base como em diferenças de gênero. Já a segregação vertical, tende a manter as mulheres em posições profissionais mais subordinadas, limitando com isso, suas progressões e avanços acadêmicos e científicos.

Segundo Carvalho, Queiroz e Moreira (2016), essa segregação começa acontecer desde os primeiros anos escolares. No processo de escolarização é notório a indiferença e aversão feminina as disciplinas de Ciências da Natureza, levando-as a maior afinidade com a área humanística, influenciando suas escolhas profissionais e ocasionando essa desproporção nas áreas científicas.

Em pesquisa realizada no ano de 2014 por mim¹⁶, foi observado os fatores sociais, epistemológicos e históricos que acabam predispondo as escolhas femininas por algumas áreas de atuação, em especial à docência, diferente das ciências da Natureza e Exatas. Foi elaborado uma coleta de dados através de pesquisa-ação e entrevistas para compreender as escolhas de estudantes do Ensino Médio da cidade de Tuparetama PE por carreiras científicas. Através desse levantamento de dados foi possível evidenciar que a maioria das meninas da cidade de fato fariam opção por carreias científicas ligadas as Ciências Humanas, enquanto os meninos de fato teriam maioria de escolhas referentes as áreas de Ciências da Natureza e Exatas. Quando aos fatores que levam a essa escolha, foi possível identificar entraves sociais, históricos e epistemológicos ligados a estereótipos de gênero e raça, dentre outros fatores.

Com relação a construção da carreira também existem obstáculos e desafios aos quais as mulheres são submetidas para avançar qualitativamente. Esse avanço na carreira constitui um desafio para as mulheres, principalmente nas subáreas de Física e Matemática, onde podemos evidenciar altos índices de evasão dos cursos e desmotivação

¹⁶ Pesquisa de realizada no ano de 2014 como requisito para obtenção do título de especialista em práticas pedagógicas interdisciplinares, sob a orientação do professor Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9857/1/PDF%20-%20REJANE%20MARIA%20DA%20SILVA%20FARIAS.pdf>

inicial para sua participação (Saracato, França, Jacinto, 2019; Sampaio, 2019, Fernandes, 2020).

Barbosa, Carvalho e Fernandes (2013) argumentam que esses desafios ocorrem em demasia, em decorrência da masculinização das áreas de Física e Matemática. Tornando difícil o acesso e a permanência de mulheres nestes cursos. Demandando delas uma constante comprovação de habilidades para permanecer neste meio. Há uma frequente reafirmação de capacidade intelectual e científica que as mulheres são postas a prova para se provar merecedoras desses lugares científicos.

As mulheres são constantemente postas a prova de capacidade intelectual durante toda a sua formação acadêmica e isso se perpetua nos ambientes de trabalho. No âmbito da docência, por exemplo, mulheres que lecionam disciplinas como Física e Matemática são a todo momento testadas e desacreditadas, necessitando demonstrar competência no exercício de seus cargos para que suas habilidades profissionais sejam reconhecidas. No caso da pesquisa acadêmica essa realidade ainda se perpetua. As mulheres precisam provar que suas pesquisas, suas conquistas são merecedoras de crédito (Gonçalves, 2022).

Essas circunstâncias naturalmente nos leva a detecção de outro obstáculo preocupante, que vimos através desse texto, a invisibilidade e exclusão feminina em algumas áreas da ciência. Para Silva (2017), a constante subestimação das habilidades intelectuais das mulheres é um problema grave e recorrente em nossa sociedade. Muitas vezes, as mulheres são vistas como menos capazes do que os homens, simplesmente por causa de seu gênero. Isso leva à subestimação de suas habilidades intelectuais, o que pode prejudicar sua autoconfiança e suas oportunidades de sucesso. É importante reconhecer que as mulheres são tão capazes quanto os homens e têm o direito de serem valorizadas por suas habilidades e conquistas intelectuais.

Para combater essa desigualdade, é necessário promover políticas de igualdade de gênero, incentivar a participação de mulheres em cargos de liderança e fomentar um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os profissionais das ciências da natureza. A diversidade de perspectivas e experiências é fundamental para o avanço da ciência e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, ao longo da história, as mulheres têm lutado constantemente por seus direitos e por igualdade de gênero. Apesar das adversidades, muitas delas conseguiram superar essas barreiras e se destacar em diversas áreas, mostrando a todos que são tão capazes quanto os homens.

A luta pela igualdade de gênero ainda continua nos dias de hoje, com movimentos

feministas e a conscientização sobre a importância de dar às mulheres as mesmas oportunidades e direitos que aos homens. É fundamental reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres em todas as áreas da sociedade e garantir que elas possam realizar suas atividades sem serem subestimadas ou impedidas por sua condição de gênero. A jornada das mulheres negras nas Ciências da Natureza é marcada por inovações extraordinárias, resistência a desafios históricos e um papel essencial como inspiração para futuras gerações.

CAPITULO IV

4.1. PERSPECTIVAS DE DOUTORAS NEGRAS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Um dos aspectos fundamentais que resultou nesta pesquisa foi a interconexão, sem paralelismos comparativos, entre as vozes femininas negras de doutoras brasileiras e colombianas. A partir da proposta da orientadora, pensamos em como articular os discursos dessas doutoras de modo que nos levasse a compreender suas falas, suas trajetórias e seus percursos acadêmicos nessa área demasiadamente masculinizada. Vozes negras na Ciência da Natureza, presentes aqui, foram e são frequentemente subestimadas e marginalizadas, analisar suas ideias e as iniciativas desses grupos excluídos de modo que sejam percebidos como sujeitos, revela um mundo no qual o comportamento corresponde a uma asserção filosófica, e no qual uma tradição vibrante, ao mesmo tempo acadêmica, se mantém íntegra. (Collins, 2019).

Analisado em capítulos anteriores, assim como, durante todo esse trabalho, historicamente, as pessoas negras têm enfrentado barreiras sistêmicas para acessar oportunidades educacionais e profissionais no campo da Ciência, resultando em uma sub-representação significativa em posições de destaque e influência. (Davis, 2003; Gonzalez, 2020;2022; Hasenbalg, 2022; Collins, 2019). Este tópico visa explorar exatamente suas experiências e perspectivas na área das Ciências da Natureza, destacando suas trajetórias acadêmicas, desafios enfrentados e contribuições científicas. A pesquisa aspira reconhecer a visibilidade dessas vozes, muitas vezes marginalizadas na academia, e analisar como suas experiências individuais refletem questões mais amplas de inclusão e diversidade no campo científico.

A inclusão e a representatividade de cientistas negras são essenciais para garantir a pluralidade de perspectivas e a excelência acadêmica no meio científico (Collins, 2018; Carneiro, 2023). Recuperar as ideias e experiências delas, implica descobrir, reinterpretar e, em muitos casos, analisar pela primeira vez o trabalho de pensadoras negras que conseguiram ter suas ideias preservadas (Collins, 2019). Dessa forma, nossa proposta inicia-se quando o pesquisador se conecta à temática a ser investigada. O resultado dessa escolha reflete a trajetória natural que dela se desdobra. Esta pesquisa possui a particularidade de se manifestar em diversos momentos e contextos, sem desconsiderar minhas próprias experiências e as vivências das pessoas que me cercam.

Elas pertencem a um dos campos científicos que historicamente são extremamente

dominados por homens, tanto no Brasil quanto na Colômbia. Essa negação ressalta o aspecto reificado que a população negra assumiu na sociedade, assim como as dinâmicas de poder que estão interligadas a esse processo de objetificação. (Carneiro, 2023).

Este estudo ilumina a diversidade das vozes negras nas Ciências da Natureza, enfatizando suas contribuições e os desafios que enfrentam. Ao destacar essas histórias, temos o objetivo de valorizar suas trajetórias e inspirar novas gerações de cientistas negras a perseguirem seus sonhos e a batalharem por um ambiente acadêmico mais inclusivo. Dessa forma, este capítulo será dedicado a analisar o desenvolvimento desta pesquisa, os métodos utilizados, os contextos abordados e as contribuições científicas das doutoras que participaram da coleta de dados.

Afim de compreendermos, de modo mais sistematizado, como se dará esse desenrolar de fatos, subdividiremos este tópico em subtópicos:

4.1.1. Tipo de pesquisa: qualitativa

4.1.2. Instrumento de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas

4.1.3. Critérios de seleção das entrevistadas: mulheres doutoras negras atuantes nas ciências da natureza

4.1.4. Análise de dados: análise de conteúdo

4.1.5. Dados das entrevistadas, Perfil acadêmico e profissional

4.1.1. Tipo de Pesquisa: Qualitativa

Atualmente a pesquisa qualitativa ocupa um grau de reconhecimento muito diverso em relação as demais formas de pesquisa. Exatamente pelas várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações intrinsecamente direcionadas, assim como a interferência do meio e das ações pessoais e coletivas. (Santos, 2000). Optamos por esse método de pesquisa por entendermos que este nos dará maiores possibilidades de compreender as nuances direcionadas a este tema de estudo.

Os diferentes níveis, tipos e abordagens de problemas educacionais, e os diversos objetos de pesquisa requerem métodos que se adequem à natureza do problema pesquisado. Em última instância, porém, essas abordagens e metodologias precisam contribuir para a explicação e compreensão mais aprofundada dos fenômenos humanos que, pela sua grande

complexidade necessitam, ser pesquisados sob os mais diferentes ângulos e segundo as mais variadas metodologias. A tolerância e o pluralismo epistemológico justificam a não admissão de uma única ratio e a aceitação do pluralismo teórico-metodológico nas ciências humanas e da educação. Finalmente, cabe observar que a controvérsia continua e, por isso, o contato com os clássicos das ciências sociais, especialmente Durkheim, Weber e Marx, sempre será fecundo no aprofundamento e na discussão das raízes filosófico-históricas e teórico-metodológicas do problema do objeto e da metodologia das ciências humanas e da educação. (Santos Filho, 2000).

Como apontado por Santos Filho (2000), as problemáticas sociais precisam ser analisadas de acordo com a complexidade dos problemas educacionais e a necessidade de uma abordagem metodológica flexível e diversificada nas ciências humanas e educação. Os diferentes níveis e tipos de problemas educacionais evidenciam que não existe uma solução única ou um método universal que possa abranger a totalidade dessas questões, dada a multifacetada natureza dos fenômenos humanos. O pluralismo epistemológico é fundamental nesse contexto, pois sugere que a multiplicidade de enfoques teóricos e metodológicos é não apenas aceitável, mas desejável para uma compreensão mais robusta das realidades sociais. Esse reconhecimento da diversidade de métodos permite que os pesquisadores abordem as questões educacionais de maneira holística, considerando diferentes perspectivas e contextos. A reflexão em clássicos como Durkheim, Weber e Marx, é particularmente relevante. Esses pensadores forneceram bases teóricas importantes que ajudam a contextualizar os fenômenos da educação dentro de uma estrutura social mais ampla. Ao revisitá-los, os educadores e pesquisadores têm a oportunidade de aprofundar suas análises e enriquecer suas compreensões sobre as complexidades educativas contemporâneas.

Em suma, segundo Santos (2000), a pluralidade de abordagens e metodologias não apenas enriquece a pesquisa educacional, mas também promove um diálogo contínuo entre as tradições teóricas e as realidades práticas, contribuindo para um entendimento mais profundo e eficaz dos desafios educacionais atuais. O constante debate e a busca por um olhar crítico sobre as práticas e teorias educacionais são essenciais para promover a inovação e a melhoria na educação.

Com base nesse entendimento, optamos por uma abordagem qualitativa para o desenvolvimento deste trabalho, pois acreditamos que ela se adequa melhor aos nossos objetivos. Buscamos envolver negras doutoras nas Ciências da Natureza para gerar dados significativos sobre a questão em pauta, realizando a coleta de informações através de

entrevistas semiestruturadas e análises documentais de suas contribuições científicas. Essa pesquisa tem como intenção compreender as experiências e trajetórias dessas mulheres, enfatizando suas vozes e realçando suas vivências no âmbito acadêmico e científico.

A escolha dessa abordagem se deu por pressupor, através de suas análises, que a interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano fornecerá análises mais detalhadas sobre a presente investigação, os hábitos, as atitudes e os enfrentamentos seguidos de resistências que serão observados (Marconi, Lakatos, 2005; Duarte, 2002; Creswell, 2007; André, 2013; Severino, 2016). A metodologia qualitativa permite uma abordagem mais aprofundada e contextualizada, explorando as nuances e complexidades das vivências das mulheres negras nas ciências da natureza. As entrevistas semiestruturadas são importantes para captar as percepções, sentimentos e experiências das participantes, enquanto as análises documentais ajudam a contextualizar os dados coletados e a identificar padrões e temas recorrentes (Trivinos, 1987; Duarte, 2002; Manzini, 2004).

Por sua definição mais branda entendemos a pesquisa qualitativa como um método de investigação que se concentra na compreensão profunda de um fenômeno específico, através da análise de dados não numéricos, como entrevistas, observações, relatos e análise de conteúdo. Esse tipo de pesquisa busca explorar as experiências, percepções e significados dos participantes, em vez de medir quantidades ou variáveis específicas (Godoy, 1995; Baley, 1982).

Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (Godoy, 1995).

A pesquisa qualitativa é amplamente utilizada em diversas áreas, como ciências sociais, psicologia, educação e saúde, entre outras. Seus principais objetivos incluem explorar questões complexas, obter insights aprofundados, descobrir padrões e tendências emergentes, e fornecer uma compreensão mais completa e detalhada de um determinado fenômeno. Assim como propõe Godoy (1995), não é uma proposta rigidamente estruturada, mas abre possibilidades para a imaginação e a criatividade que possam levar o investigador a propor problemas que explorem novos enfoques.

No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa não visa generalizar

seus resultados para uma população maior, como acontece na pesquisa quantitativa. Em vez disso, seu foco está em captar as nuances e sutilezas de um fenômeno específico, considerando o contexto e a subjetividade dos participantes. Assim, será foco de proposição atual, utilizar as informações obtidas como forma de melhor compreender a realidade considerando seus contextos e subjetividades individuais. Contudo, não será proposto uma análise para além do que for mencionado na pesquisa, sem generalizações.

Em resumo, como analisado aqui, a pesquisa qualitativa é uma abordagem investigativa que busca explorar e compreender a complexidade e a diversidade dos fenômenos sociais, culturais e psicológicos, através da análise detalhada e aprofundada de dados qualitativos. Neste caso, a interpelação das vivências femininas negras nas Ciências da Natureza e os modos de representações dessas realidades, identificadas através de seus discursos. Em uma sociedade excludente, onde impõe-se a criação de papéis de gêneros como forma de manutenção do poder, negando-se humanidade às mulheres (Ribeiro, 2018).

Portando, a abordagem qualitativa, proposta para esse trabalho, lidará com informações sensíveis e pessoais, exigindo uma consideração cuidadosa de aspectos éticos, como consentimento informado, anonimato e confidencialidade dos participantes. Autorização que foi concedida por meio de expressa assinatura em termos de consentimento e a garantia de que suas identidades serão mantidas em sigilo. Utilizaremos para a análise dos dados, nomes fictícios para identificação das doutoras desta tese. Acreditamos que através desta pesquisa, com a aplicação destas ferramentas metodológicas seja possível compreender as complexidades das experiências humanas e contextos sociais, oferecendo insights valiosos que podem informar práticas, políticas e teorias.

4.1.2. Instrumento de Coleta de Dados: Entrevistas Semiestruturadas

Um instrumento de coleta de dados é qualquer ferramenta, ou método utilizado para coletar informações em uma pesquisa, estudo ou projeto. Alguns exemplos de instrumentos de coleta de dados incluem questionários, entrevistas, observações, testes, escalas de avaliação, entre outros. A escolha do instrumento de coleta de dados depende do tipo de dados que se deseja obter e das características da pesquisa em questão (Godoy, 1995; Duarte, 2002; Manzine, 2004).

Sendo assim, o instrumento de coleta de dados escolhido para essa pesquisa é a

entrevista semiestruturada por entender que daria consistência as informações que se desejava obter.

Como as entrevistas semiestruturadas são um tipo de método de coleta de dados que combina perguntas abertas e fechadas, nossa pesquisa contou com uma relação de proposições com essa característica. Elas permitiram a entrevistadora seguir um roteiro pré-estabelecido, mas também permitiram flexibilidade para explorar novas questões e obter respostas mais detalhadas à medida que os temas surgiam, deixando a conversa fluir com naturalidade. Para conduzir as entrevistas semiestruturadas, foi elaborado um guia de perguntas que abordasse o tema de interesse, mas que também permitisse a interação e aprofundamento das respostas dadas pelas entrevistadas. Esse guia de perguntas foi encaminhado a nossas entrevistadas por e-mail com um dia de antecedência da realização do encontro.

Após o encaminhado do roteiro de perguntas com um dia de antecedência, agendamos a data e hora de melhor adequação das entrevistadas para realizar a entrevista. De modo que pudesse se configurar em uma conversa agradável e livre. Cada entrevista durou em média 4 horas de uma conversa que foi, em todos os casos, leve e despretensiosa, ouvindo com atenção cada provocação e cada relato dado pelas doutoras pesquisadas.

À medida que a entrevista fora agendada, foi encaminhado para os e-mails das nossas pesquisadas uma autorização que deveria ser assinada, onde nos permite a utilização dos dados dispostos na conversa para fins deste trabalho acadêmico. Na autorização também consta a permissão para gravar a entrevista de modo que pudesse ser transcrita na sequência. Esse termo de aceitação está anexado ao final deste trabalho.

O instrumento utilizado para realização das entrevistas foi a ferramenta *Google Meet*. Que nos forneceu meios de fazer com que as doutoras que fazem parte desta coleta de dados ficassem o mais agradável possível e nos seus ambientes de segurança. Sendo assim, todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Sendo assim, as doutoras contatadas para fazer parte deste trabalho, receberam um roteiro de entrevista, organizadas de forma lógica e sequencial, desde a sua formação acadêmica até os motivos que levaram as suas escolhas profissionais. Embora o roteiro estivesse preestabelecido, se faz necessário reforçar que todas as entrevistas seguiram no sentido de um diálogo, e todas as doutoras puderam se colocar perante cada tema predisposto. Gerando com isso uma relação cordial entre o entrevistador e o entrevistado.

Para Bourdieu (1999), a relação estabelecida entre o entrevistador e entrevistado

na pesquisa pressupõe dois tipos de simetria: a primeira é que é “o pesquisador que inicia e estabelece as regras do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos”. A segunda é que a dissimetria se constitui pela posição relacional no qual o pesquisador e o pesquisado podem se encontrar. Sendo assim, ele propõe que o pesquisador tenha uma escuta ativa e metódica:

Associa a disponibilidade total em relação a pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vista, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria (Bourdieu, 1999).

Através desta proposição de Bourdieu (1999), buscamos manter a relação entre a disponibilidade emocional e cognitiva de um indivíduo e a singularidade de sua história pessoal. Essa perspectiva sugere que, ao se abrir para a experiência do outro, a pessoa entrevistadora pode, de certa forma, adotar não apenas a linguagem, mas também os sentimentos e pensamentos do entrevistado. Esse movimento pode ser visto como um mimetismo, onde a empatia se torna uma ferramenta para aprofundar a compreensão das realidades que moldam a vida de outra pessoa. Esse processo de absorção da narrativa alheia, aliado ao conhecimento das condições objetivas que afetam uma categoria social específica, indicaram a busca por uma compreensão mais profunda e abrangente da realidade social. Ao se conectar com a singularidade da experiência do outro, o indivíduo pode transcender visões meramente superficiais e atingir uma análise mais robusta das dinâmicas coletivas que afetam grupos.

Além disso, essa interação revelou a importância do contexto e da historicidade na formação do sujeito, enfatizando que cada narrativa individual é, ao mesmo tempo, afetada e moldada por estruturas sociais, culturais e econômicas. Essa abordagem é especialmente relevante nas ciências sociais, onde a vivência subjetiva e as condições objetivas interagem complexamente. Em resumo, a ideia de que a disponibilidade para a escuta e para a compreensão do outro pode conduzir a um reconhecimento mais profundo das realidades sociais é uma reflexão poderosa sobre a empatia, o conhecimento e a forma como nos relacionamos com as experiências que nos cercam. Essa sinergia entre a experiência particular e as condições sociais gerais pode favorecer um entendimento mais humano e integrado das questões sociais contemporâneas.

Mesmo que as entrevistas estivessem sendo gravadas, o bloco de notas foi utilizado pela pesquisadora como meio de poder anotar questionamentos e proposições iniciais e durante toda a entrevista. Como também para que possíveis questionamentos pudessem ser anotados para não interromper os discursos e conversas proferidas no momento dos questionamentos. Por que mesmo com a gravação, é importante fazer anotações durante a entrevista para registrar observações, insights e informações contextuais que possam ajudar na análise dos dados.

Ao utilizar entrevistas semiestruturadas como método de coleta de dados, foi importante garantir que houvesse um ambiente confortável e confidencial para a sua realização. Por isso, a escolha pela aplicação em modo remoto, além de se atentar para a ética na pesquisa e o respeito aos direitos dos participantes, haveria mais conforto, abertura e confiança durante a conversa. A análise dos dados obtidos por meio destas entrevistas semiestruturadas pode levar em consideração tanto as respostas diretas dos entrevistados quanto as nuances, subjetividades e insights que podem surgir durante a interação.

4.1.3. Entrevistadas: Doutoradas Negras Atuantes nas Ciências da Natureza Brasileiras e Colombianas

Conforme as argumentações apresentadas neste trabalho, um dos principais obstáculos na fase de coleta de dados foi a dificuldade em encontrar mulheres que atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos: doutoras em Ciências da Natureza, negras e que atuassem em universidades brasileiras ou colombianas. A falta de representatividade dessas mulheres, tanto no Brasil, quanto na Colômbia foi nosso primeiro desafio. Essa problemática foi determinante para que limitássemos nosso grupo de entrevistadas a cinco doutoras, sendo três brasileiras e duas colombianas.

Essa questão aborda de maneira clara e objetiva uma das dificuldades enfrentadas na coleta de dados para este trabalho. A escassez de doutoras negras em Ciências da Natureza atuando nas universidades do Brasil e da Colômbia é uma preocupação relevante em relação à representatividade nesse campo. Essa limitação não apenas reflete as desigualdades existentes, mas também pode influenciar a riqueza dos dados coletados e a diversidade das vozes representadas. Além disso, é importante que os dados disponibilizados pelas agências de fomento e catalogação sejam capazes de classificar melhor os indivíduos em relação a raça, cor, gênero e sexo. Esses aspectos nos levam a refletir sobre os impactos da ausência de representatividade nos resultados e nas

conclusões da pesquisa.

Para descrever as doutoras da nossa pesquisa optamos por nomeá-las como pesquisadoras, estudiosas históricas da área de Ciências da Natureza brasileiras e colombianas. Sendo assim, as entrevistadas estarão aqui registradas como mulheres que a luz de suas pesquisas se sobressaía cientificamente em ambientes masculinizados. Assim como defende Collins (2019), se a história vier a descartar nossos “gênios”, é nosso dever, como artistas, acadêmicas, e pessoas que dão testemunho ao futuro, recuperá-los para o bem de nossos filhos e filhas, osso por osso, se for preciso.

O quadro abaixo representa esse panorama. Nomes atribuídos a cada uma das entrevistadas, suas respectivas nacionalidades, profissões e definições raciais.

Tabela 5: Nomes fictícios das doutoras entrevistadas.

Nome fictício	Nacionalidade	Idade/ estado civil	Profissão	Definição racial
Dra. Merit Ptah	Brasileira	Solteira	Professora/pesquisadora	Negra
Dra. Enedina Alves	Brasileira	Solteira	Professora/pesquisadora	Negra
Dra. Odília Teixeira	Brasileira	Casada	Professora/pesquisadora	Negra
Dra. Idelisa Bonnelly	Colombiana	Solteira	Professora/pesquisadora	Negra
Dra. Ángela Restrepo Moreno	Colombiana	Casada	Professora/pesquisadora	Negra

Fonte: elaboração própria

Como podemos acompanhar no quadro acima, as três participantes brasileiras foram nomeadas como: Dra. Merit Ptah, Dra. Enedina Alves, Dra. Odília Teixeira. As duas colombianas receberam o título de Dra. Idelisa Bonnelly e Dra. Ángela Restrepo Moreno. São pesquisadoras e atuam em universidades brasileiras e colombianas, se auto declarando como negras. Embora, possamos inicialmente considerar um número não tão expressivo de participantes, a dialética dos discursos proferidos durante a realização das entrevistas nos sugere uma ampla gama de possibilidades que trarão certamente as ideias dessas participantes. Assim como sugere Collins (2019), a sombra que obscurece essa complexa tradição intelectual das mulheres negras não é nem acidental, nem benigna. Suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, e pode recorrer a falsificação de que os subordinados colaboram voluntariamente com a sua própria vitimização.

Então, como forma de respeitar o anonimato de nossas entrevistadas, esses nomes nos conectam tanto a elas quanto a outras doutoras que, ao longo da história, deixaram suas marcas de maneira significativa no campo científico.

4.1.3.1. MERIT PTAH

Considerada a primeira médica da história, Merit Ptah¹⁷ viveu no Egito durante a Era do Bronze, por volta de 2700 a.C.

Notemos o quanto os processos de invisibilização que afetam mulheres negras insistem em se tornarem presentes. Merit Ptah teve que se colocar na medicina, neste período, com destaque. Contudo, seus feitos são ofuscados pelo sistema patriarcal, sexista e racista, apagando seu nome e colocando uma pessoa nos padrões que julgam normais no seu lugar. Utilizar seu nome como uma das doutoras brasileiras entrevistadas é dentre outros meios, com o objetivo de resgatar a memória dessa luta, abordando a trajetória de uma mulher que se destacou na luta contra a discriminação. Onde a questão racial é o principal fator, mas que é intensificada por outros marcadores sociais. Propomos uma reflexão, que ainda está longe de se esgotar, sobre as questões de raça e gênero relacionadas às mulheres negras. (Silva, 2009).

Era muito comum que nesta época, e permanece na atualidade, as mulheres atuarem como cuidadoras, como auxiliares de médicos e curandeiras perante os impérios já que na civilização egípcia a mulher tinha determinadas liberdades para atuações diversas em muitos lugares onde poderíamos citar, como espaços hoje negados e elas.



Imagem 1: médica egípcia Merit Ptah.
Fonte: Casual Couture

¹⁷ Seu nome é frequentemente mencionado em referência à prática médica da época, apesar de haver poucas informações sobre sua vida e escritos. Ela foi homenageada em sua tumba, localizada próxima a Saqqara, na Necrópole do Egito Antigo, onde seu filho, o Sumo Sacerdote de Memphis, a descreveu como Médica Chefe. Por outro lado, o mundo grego atribui a Hipócrates, que viveu milênios após Merit Ptah, o título de pai da medicina. Registros encontrados nos papiros de Éberes indicam que Merit Ptah não apenas exerceu a medicina, mas também liderava uma equipe de profissionais e pesquisadores na área. (Gomes, 2021).

4.1.3.2. MARIA ODÍLIA TEIXEIRA

Numa época em que as mulheres não haviam conquistado nem o direito ao voto no Brasil, Maria Odília Teixeira (1884 - 1970)¹⁸, já desafiava paradigmas e aparecia na história como a primeira médica negra do país. Ocupando no início do século XX um espaço que ainda na atualidade é predominantemente negado as pessoas negras. Esta médica nasceu na cidade de São Félix, no Recôncavo Baiano, em 05 de maio de 1884. Filha do médico José Pereira Teixeira, e Josephina Luiza Palma, uma mulher negra que teve a mãe escravizada e alforriada, de origem humilde, Maria Odília decidiu seguir os passos do pai e cursar medicina e aos treze anos saiu de sua cidade rumo a Salvador (Pinheiro, 2020).

Esse sentimento de orgulho e compromisso com a identidade também reflete um movimento mais amplo de valorização das origens e das culturas afro-brasileiras, latino-americanas e indígenas, que contribuem profundamente para a construção da identidade nacional. A luta dessas mulheres continua ressoando nos dias de hoje, inspirando novas gerações a reivindicar e valorizar suas raízes e a lutar por um futuro mais igualitário e justo. Assim, recordar a história de vida e luta de Maria Odília Teixeira nos demonstra que cada dia mais, essas superações se tornam fundamentais nos nossos ambientes. Com isso, nossa segunda doutora brasileira entrevistada receberá o codinome dessa cientista.



Imagem 2: Médica brasileira Maria Odília Teixeira
Fonte: ilheuscomamor.wordpress.com

4.1.3.3. ENEDINA ALVES MARQUES

¹⁸ Estudou no Ginásio da Bahia, um dos colégios mais tradicionais do estado, formando grande parte dos médicos herdeiros da elite branca. Mas, este detalhe, não a deteve e se dedicou ao curso com a ajuda de um irmão mais velho, desenvolvendo uma pesquisa de conclusão de curso sobre cirrose muito bem avaliada e aplaudida pela comissão. Era uma mulher em uma turma de 48 alunos. Se formou em 1909.

Quando pensamos em nomear as doutoras desta tese com personalidades científicas históricas, um dos primeiros nomes que me surgiu na mente foi da doutora Enedina Alves Marques (1913 – 1971), imagem 6. Foi a primeira a se formar em engenharia no Brasil e a primeira engenheira no Paraná. Filha de Paulo Marques e Virgília Marques, entrou para a história como a primeira mulher a se formar e atuar na Engenharia brasileira. Filha de doméstica, como um considerável número de meninas negras brasileiras, foi criada na casa da família do delegado e major Domingos Nascimento Sobrinho, onde sua mãe trabalhava. Como tinha a mesma idade da filha do patrão e para quem fazia companhia, ele a matriculou nos mesmos colégios da filha. Assim, Enedina foi alfabetizada em escola particular entre 1925 e 1926. Passando no ano seguinte a escola Normal, onde permaneceu até 1931, seguida pela atuação na educação no interior do estado entre 1932 e 1935. Em 1940 ingressa na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Graduando-se no ano de 1945 (Unifei, 2022).

A força dessa menina, combinada com o suporte de sua mãe e da comunidade, é um testemunho de que os sonhos são possíveis, e que, através da educação e da perseverança, é possível superar injustiças históricas e traçar novos caminhos.



Imagem 3: Enedina Alves Marques.
Fonte: Unifei. edu.br

A doutora Enedina Alves segue sua vida atuando na Engenharia e contribuindo ativamente na área. É de fato uma das primeiras personalidades femininas negras que surgem quando se cita os marcadores gênero e raça.

Além das doutoras brasileiras, contamos com duas valiosas contribuições de doutoras colombianas, que enfrentaram barreiras de visibilidade igualmente significativas. Foi realmente desafiador identificar doutoras que pudessem colaborar com a nossa pesquisa, assim como contatar essas mulheres e encontrar um espaço apropriado para as entrevistas, respeitando as particularidades de cada uma. A barreira do idioma

também foi um desafio, já que elas falavam apenas espanhol, e eu apenas português o que gerou algumas dificuldades de compreensão. No entanto, suas contribuições se mostraram extremamente relevantes. Como as entrevistas foram gravadas, tive a oportunidade de revisar as falas após a transcrição, o que me permitiu entender melhor as expressões e os posicionamentos de cada entrevistada.

4.1.3.4. IDELISA BONNELLY



Imagem 4: Idelisa Bonnelly. Representação artística.

Fonte: [ALE](#), [Purdue University](#) & [El Tiempo](#)

Conhecida como "A Mãe da Conservação Marinha no Caribe" (1931-2022), ela fez contribuições significativas para a biologia marinha durante seu tempo como professora na Universidade Autônoma de Santo Domingo. Nessa função, incentivou a criação do curso de biologia com o objetivo claro de motivar jovens mulheres a seguirem a carreira científica. Além disso, teve um papel fundamental na fundação do CIBIMA, um centro de pesquisas dedicado ao tema. Desde 1984, em colaboração com diversas organizações dominicanas e internacionais, ela promoveu a proteção das áreas de reprodução das baleias-jubarte, resultando na declaração do Banco da Prata como santuário em 1986. Essa região também é crucial para a proteção de golfinhos e peixes-boi. (Xavier, 2022).

4.1.3.5. ÂNGELA RESTREPO MORENO



Imagem 5: Ângela Restrepo Moreno. Representação artística.

Fonte: [ALE](#), [Purdue University](#) & [El Tiempo](#)

Ângela Restrepo Moreno (1931-2022), natural de Medellín, ela se formou em uma época em que as mulheres eram frequentemente esperadas a se casar e cuidar do lar. No entanto, desde jovem, influenciada pelo avô médico, ela se apaixonou pelos microscópios e sonhava em dedicar sua vida ao laboratório, explorando aqueles pequenos, mas poderosos organismos vivos que podem provocar tantas doenças.

Além de precisar convencer sua família, que não apoiava sua decisão de estudar e seguir uma carreira nas ciências, seu maior desafio foi enfrentar a resistência de alguns superiores, que duvidavam da capacidade das mulheres em cumprir compromissos e retornar ao magistério após seus estudos no exterior. Ela aconselha as mulheres cientistas a nunca perderem o otimismo ou a vontade de abrir caminhos para as futuras gerações, incentivando-as a tentar mudar o mundo por meio de seu trabalho e a manter sempre o entusiasmo e a determinação de alcançar grandes objetivos.

Aqui fizemos um esforço de reunir cinco nomes de cientistas brasileiras e colombianas que contribuíram com a humanidade ao longo dos anos. Socializando, de modo breve, suas histórias de vida, suas superações e suas conquistas. Essas não foram as únicas, mas o objetivo do capítulo seria esse, nomear as nossas doutoras componentes da pesquisa.

4.1.4. Análise de Dados: Análise de Conteúdo

Para interpretação dos dados coletados através da entrevista, foi preferível utilizar a análise de conteúdos, buscando a compreensão e interpretação das informações produzidas ao longo da investigação. Essa é uma técnica de pesquisa qualitativa que envolve a identificação, categorização e interpretação de padrões e temas em um determinado conjunto de dados, como textos, imagens ou vídeos (Bardin, 1977; Franco, 2008).

Para realizar uma análise de conteúdo, seguimos algumas etapas, como: a definição dos objetivos da pesquisa, a seleção e delimitação do material a ser analisado, a codificação e categorização dos dados, a identificação de padrões e tendências, e a interpretação dos resultados. Essa técnica de análise é amplamente utilizada em diversas áreas do conhecimento, como ciências sociais, comunicação, marketing, entre outras, para estudar e compreender discursos, narrativas e representações presentes nos conteúdos analisados.

A análise de conteúdo pode ser realizada de qualitativamente, com foco na interpretação e compreensão dos significados presentes nos dados, ou quantitativamente, visando identificar a frequência e a distribuição de determinados temas e categorias no material analisado (Bardin, 1977; Franco, 2008).

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977; Franco, 2008).

Em resumo, a análise de conteúdo é uma poderosa ferramenta para explorar e compreender os significados e padrões presentes em diferentes tipos de dados. Contribuindo para a produção de conhecimento e insights relevantes em diversas áreas de pesquisa. Faz uso de um conjunto de técnicas de análise de comunicações, com foco na descrição do conteúdo das mensagens. Essa abordagem pode ser relacionada a diversas áreas, como análise de mídia, a comunicação social, a psicologia e a sociologia. (Bardin, 1997).

Essas técnicas foram essenciais para a compreensão das dinâmicas de produções e recepções das mensagens obtidas através da entrevista. Permitiram-nos identificar

padrões, tendências e influências sociais que podem não ser imediatamente evidentes. Além disso, o uso desses procedimentos sistemáticos e objetivos na análise foram cruciais para garantir a confiabilidade dos resultados. A inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens revelaram aspectos como a intenção do emissor, o contexto social e cultural, e a interpretação do receptor, contribuindo para um entendimento mais profundo da comunicação como um fenômeno complexo e multifacetado.

Por fim, o uso da análise teve aplicações práticas, como na investigação de fenômenos sociais e na compreensão das dinâmicas de poder existentes no meio científico. A pesquisa seguiu com isso o roteiro também proposto por Bardin (1997), de compreender o fenômeno a ser estudo até a coleta de dados, com aplicação interpretações e inferências.

Esquema 2: Desenvolvimento da Pesquisa.



Fonte: Bardin (1977) e Franco (2008).

Durante todo o desenvolvimento da pesquisa houve coleta de dados, exploração do material, tratamento dos resultados e, por fim, os registros escritos a respeito dos temas sugeridos.

4.1.5. Dados das Entrevistadas, Perfil Acadêmico e Profissional

Neste tópico, faremos uma análise dos currículos das cientistas entrevistadas neste estudo, com o objetivo de destacar suas produções acadêmicas e contribuições para o

campo das Ciências da Natureza. Apresentaremos um percurso das atividades e realizações acadêmicas dessas doutoras.

Ressaltando que para as cientistas brasileiras a base de obtenção de dados de suas produções científicas foi o currículo disponibilizado na plataforma Lattes do CNPq. A extração dos dados aconteceu em blocos de conteúdos de modo manual e sistemática. Já para as cientistas colombianas a base de obtenção de dados foi o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNIES), que seguindo o mesmo rigor metodológico das brasileiras foi organizado na base de dados de maneira manual e sistemática.

A catalogação das produções científicas das doutoras entrevistadas foi realizada de maneira qualitativa e organizacional, permitindo uma compreensão mais profunda dos dados quantitativos referentes aos métodos, formas e relevância das publicações. Esses dados serão sistematizados de forma a refletir com precisão as realidades nos proporcionando uma melhor compreensão dos dois países em análise.

A importância das publicações *stricto sensu* e a divulgação abrangente dessas informações são aspectos fundamentais do trabalho do pesquisador. Tanto pesquisadores colombianos quanto brasileiros têm currículos diversificados e suas atividades contribuem de maneira significativa para a disseminação da ciência e tecnologia nas Ciências da Natureza. A colonialidade do saber, proposta por Mignolo (2008), se impõe sempre quando se trata de produção de conhecimento. O saber europeu se afirma como marco referencial com saberes verdadeiros e avançados frente a todos os outros tipos de conhecimentos que são tomados como inferiores, desconsiderados. Impedindo de existirem outras formas de ser visto e analisado o mundo.

Aqui não pretendemos analisar o que seria mais válido, ou menos importante sobre as produções científicas. Mas, apenas categorizar suas formações acadêmicas, suas produções científicas e suas contribuições para a humanidade. As doutoras pesquisadas rompem a esfera do saber que se coloca como modelo, que tem suas bases no eurocentrismo como monopolizador da razão, que opera pela violência epistêmica que gera uma subalternização de saberes outros, calcados em logics distintas. (Mignolo, 2008).

A primeira informação que nos propusemos a analisar diz respeito as formações acadêmicas das cientistas entrevistadas e seus respectivos anos de conclusão. Bem como a região geográfica de localização destas cientistas, tanto brasileiras quanto colombianas, além de suas formações iniciais, atuação profissional, período de ingresso na vida acadêmica com vínculo efetivo.

Tabela 6: Formação acadêmica de cientistas brasileiras e colombianas

Cientista	Idade Atual	Região e País de Localização	Formação Inicial	Ano de Conclusão dos cursos		Atuação profissional	Ano de ingresso na atuação profissional	Atua na pós graduação	Atuou em cargos de chefia
Merit Ptah	66 anos	Sudeste. Brasil	Engenharia e Física	Graduação	1979	Professora do ITA	1993	Não	Não
				Mestrado	1983				
				Doutorado	1989				
Enedi na Alves	45 anos	Sudeste. Brasil	Engenharia Química	Graduação	2002	Professora; Reitora Uezo,	2011	Sim	Sim
				Mestrado	2005				
				Doutorado	2009				
Odília Teixeira	56 Anos	Nordeste. Brasil	Licenciatura em Química	Graduação	1994	Professora UFCG e estado da PB	2015; 2007	Não	Sim
				Mestrado	2007				
				Doutorado	2012				
Dra. Idelisa Bonnelly	51 Anos	Colômbia	Biologia	Graduação	1993	Professora; Ex - Ministra da ciência e Tecnologia	1998; 2019	Sim	Sim
				Mestrado	1996				
				Doutorado	2003				
Dra. Ángela Restrepo Moreno	50 Anos	Colômbia	Ciências Sociais e Química	Graduação	1992	Professora	1996	Sim	Sim
				Mestrado	1995				
				Doutorado	2002				

Fonte: elaboração própria. Dados extraídos dos currículos

De acordo com os dados apresentados na Tabela seis, a média de idade das cientistas brasileiras e colombianas está entre 45 e 66 anos. Esse dado nos leva a entender que as demandas e atribuições dessas pesquisadoras possuem características semelhantes. Dentre elas, apenas uma brasileira não ocupa cargos de liderança ou de tomada de decisões, enquanto as demais estão nessas posições e buscam desenvolver projetos e iniciativas que incluam outras mulheres, especialmente as negras, nas Ciências. Esse aspecto é corroborado pelos relatos das participantes, que destacaram que sua principal preocupação é garantir que todas as mulheres reconheçam que o espaço científico deve

ser acessível a todas, sem exceções.

Discursos como o fato de que, por Ciências da Natureza ser uma área de disciplinas extremamente “duras” e que os educadores a transformam em lugares com pouco espaço de contextualização, acaba fazendo com que um grande percentual de pessoas não se sinta capazes de ingressar, e aos que ingressam resta a resistência para a permanência. Assim como cita a doutora Enedina Alves, brasileira, a Ciência foi se configurando em espaço masculino.

“Essa falta de mulheres na Física, Química e até Biologia, com certeza interfere muito na Ciência, é um sistema muito machista no sentido da presença do homem. Então, para eles é mais oportuno, tem mais possibilidades de carreira. Na minha graduação era complicado, tinha que dedicar horas a estudar para tirar boas notas, caso contrário poderiam me tratar de modo diferenciado. Isso é complicado.” (dra. Enedina Alves, brasileira; 2022).

A falta de representação feminina nas áreas de Ciências Exatas, como Física e Química, e até nas Ciências Biológicas é uma questão que se reflete em muitos aspectos da pesquisa e da academia, como cita a doutora Enedina Alves. A predominância masculina em campos tradicionalmente considerados "masculinos" provoca um ambiente que pode ser desestimulante para as mulheres, gerando barreiras que dificultam não apenas a inclusão, mas também a progressão na carreira. Esse sistema machista, que muitas vezes se manifesta em seleção de grupos de pesquisa, oportunidades de ascensão na carreira e até na forma como as mulheres são tratadas dentro do ambiente acadêmico, pode levar a vivências de discriminação ou desvalorização.

A doutora Merit Ptah, brasileira, cita inclusive que, talvez propositalmente, as cadeiras mais difíceis se concentram nos primeiros anos da Física, levando a um grande percentual de reprovação e com isso o desestímulo e desistência absurda no curso. Para a menina negra agregado a este fato há as questões do racismo já discutidas neste trabalho, onde levam esta aluna a questionamentos ainda mais complexos e divergentes, tentando mostrar de fato que ali não é o seu lugar.

“Não é à toa que o curso que mais reprova na academia é a Física. Que mais se orgulha disso também. As cadeiras iniciais do curso são pesadíssimas. A desistência é imensa. As turmas iniciam gigantes. Depois temos bem poucos alunos. Ano após ano é isso que se vê.” (Dra. Merit Ptah, brasileira; 2022).

Com isso, se percebe que é de fato primordial que haja políticas de incentivo e permanência de meninas negras nas Ciências, além de implementações de auxílios financeiros que as levem a conclusão dos cursos e mobilizações em prol das descobertas científicas. Como cita Merit Ptah (2022).

“Eu quero que ações afirmativas permita que mulheres negras ocupem cargos de educação e ensino e traga mais meninas negras para serem cientistas, astronautas, presidentes, vereadores, prefeitas. Porque, além de tudo, só a escola vai dar oportunidade de chegar nesses lugares. Precisa ser pela educação.” (Dra Merit Ptah, brasileira; 2022).

O comentário da doutora Merit Ptah, brasileira, destaca a importância crucial das ações afirmativas para promover a equidade e a inclusão no campo da educação e em outras áreas. A presença de mulheres negras em cargos de destaque, como educadoras, cientistas e líderes políticas, é fundamental não apenas para a representatividade, mas para a construção de uma sociedade mais justa e diversificada. Sendo assim, investir em educação, especialmente em ações que promovam a inclusão e a diversidade, é um passo essencial para criar um ambiente onde todas as meninas, independentemente de sua raça, possam sonhar grande e alcançar suas aspirações. É uma luta pela equalização de oportunidades e pelo reconhecimento do potencial de cada uma.

A doutora Merit Ptah conseguiu definir bem o que essa realidade pode traduzir para as vidas de meninas negras. Talvez por essa compreensão ela utilize suas palestras, proferidas pelo mundo inteiro para incentivar as meninas a ingressarem nas áreas que desejarem e não deixarem o desânimo as abater.

Ainda no que se refere a tabela seis, podemos analisar que a atuação destas mulheres pesquisadoras da área de Ciências da Natureza na pós-graduação é também fundamental. Estar nos espaços de discussão, de formação e de elaboração de conceitos e definições. Apenas duas destas cientistas não atuam diretamente nos programas de pós-graduação em suas respectivas instituições e países. Uma delas cita que, se sente impedida desta participação, percebe claramente que é vedada na hora de seleções e formações de equipes de atuação nas pós-graduação.

“Em março desse ano houve uma reunião de cientistas do Brasil todo, aqui no ITA, só mulheres. Não me convidaram nem para a comissão organizadora, quem dirá para uma palestra. Eu abri o mesmo congresso em Recife, Fortaleza, na Bahia, na Escola Politécnica, na Unicamp, na Física

de São Paulo. A pergunta, sempre que eu começo a falar dos meus desafios, é se eu sou discriminada por ser mulher, ou por ser negra. A maioria acabou decidindo que é pelos dois, porque até as meninas me segregam, então realmente eu estou perdida (Dra. Merit Ptah, brasileira; 2022).

A invisibilidade das mulheres negras, que tem sido sentida nessa área ao longo dos anos, se revela de forma constante. A pressão social e a segregação expressada no relato da doutora Merit Ptah, brasileira, é especialmente complicada por se afirmar perante as interposições de outras mulheres, pois muitas vezes esperamos solidariedade dentro do nosso próprio gênero e grupo. Se faz necessário recordar que a doutora não é um fato isolado, sua experiência é válida para que todas as mulheres percebam que não estão sozinhas. A luta contra a discriminação é complexa, mas é fundamental buscar apoio e se cercar de pessoas que valorizam a diversidade e a inclusão.

Observemos também através da fala da cientista Merit Ptah que a valorização profissional não acontece no seu local de atuação. Contudo, em demais localidades se percebe sua exaltação, sendo constantemente convidada a palestrar, abrir congressos e seminários e levar suas inquietações e problemáticas para o âmbito acadêmico, visando de fato uma mudança de paradigmas. Sendo assim, neste contexto compreendemos bem o que sugere Lélia Gonzalez (2022), que o preconceito e a discriminação raciais são ressignificados na nova estrutura social, e que as práticas racistas geram benefícios materiais e simbólicos ao grupo dominante ao desqualificar competitivamente a população negra.

Com relação às formações acadêmicas destas cientistas, se nota que houve uma linearidade entre a formação inicial, mestrado e doutorado. Sem interrupções entre os cursos da maioria das professoras, somente doutora Odília Teixeira, brasileira, reservou um tempo entre a formação inicial e as demais formações *stricto sensu*. Contudo, a atuação profissional desta pesquisadora é muito ampla e sendo assim, possivelmente se dedicou mais a essa profissionalização em detrimento da continuidade da formação. As demais cientistas linearmente seguiram nas carreiras acadêmicas. Fazendo opção, inclusive por não terem filhos, com exceção de uma que teve filhos antes do início da vida científica.

“Como esse sistema é machista e sexista até o fato de ter filhos é responsabilidade integral das mulheres. O cuidado com as crianças é muito mais da mulher. Atualmente

eu tenho uns amigos que inclusive participam muito dos cuidados com os filhos. mas invariavelmente, as mulheres se ocupam muito mais. Até para gerar por nove meses, ela estará só.” (Dra. Enedina Alves, brasileira; 2022).

Essas trajetórias acadêmicas nos demonstram também que o apoio financeiro governamental, além do apoio familiar é crucial para que essas cientistas sigam no percurso acadêmico sem maiores entraves. Todas as brasileiras pesquisadas tiveram suas teses de doutorado financiadas pelos órgãos governamentais de fomento as pesquisas. Essa é uma das prerrogativas de participação feminina negra para a Ciência, apoio para se manter no percurso científico. Assim como relata a doutora Odília Teixeira, brasileira, que os pais foram, desde sempre, seus maiores incentivadores e auxiliares para o percurso acadêmico e científico.

“Os meus pais sempre foram muito sábios. Lá em casa todos tinham que estudar. E hoje em dia eles tem muito orgulho. São três filhos, os netos, todos formados, todos os descendentes de minha mãe são formados, oito netos e mais os seus filhos. Mas ela sempre foi a maior incentivadora.” (Dra. Odília Teixeira, brasileira; 2023).

Com relação ao apoio financeiro ofertado por órgãos de fomento a pesquisa. Esse é um dos aspectos fundamentais da trajetória acadêmica das cientistas, especialmente mulheres negras, no Brasil. O apoio financeiro governamental e o suporte familiar são fatores cruciais que podem determinar o sucesso ou a continuidade de uma carreira acadêmica. O financiamento por meio de órgãos de fomento à pesquisa não só possibilita a realização de projetos de doutorado, mas também contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo na ciência. Além de garantir recursos financeiros, essas iniciativas de fomento podem proporcionar uma maior visibilidade para as vozes femininas e negras na academia, que historicamente têm sido marginalizadas. Essa situação reflete a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade de gênero e racial nas áreas de ciência e tecnologia. Podemos constatar essa abordagem através do relato da doutora Odília Teixeira, brasileira.

“Minha pesquisa não foi financiada, infelizmente. Por que assim que eu passei no mestrado, já fui ser professora na educação básica. Mas eu percebo o quanto teria realizado uma pesquisa mais abrangente se tivesse a oportunidade de ter me dedicado

no momento.” (Dra. Odília Teixeira, brasileira; 2023).

Portanto, é essencial que continuemos a lutar por sistemas de apoio que permitam que esses talentos se desenvolvam plenamente, contribuindo para uma ciência mais diversa e representativa. O reconhecimento dessas trajetórias é um passo importante para inspirar futuras gerações de cientistas e para promover mudanças estruturais necessárias dentro da academia. A tabela sete, abaixo, traduz o que expressamos até o momento, as linhas de pesquisa em que atuam as doutoras e os seus projetos atuais e anteriores. Notemos com isso a complexidade de suas atuações e a importância da discriminação dos saberes dessas cientistas:

Tabela 7: linhas de pesquisa e projetos de atuação das doutoras brasileiras e colombianas pesquisadas.

Cientistas	Linhas de Pesquisa em atuação	Projetos de Pesquisa em atuação
Merit Ptah	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização de Dispositivos Microeletrônicos e Validação de Protótipo. - Caracterização de Resistividade e Decaimento Eletrostático de Materiais. - Caracterização de Dispositivos Microeletrônicos por Contraste de Tensão. 	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolvimento da Técnica Elipsométrica para Caracterização Ótica de Filmes Finos; -Microscopia eletrônica de varredura;
Enedina Alves	<ul style="list-style-type: none"> - Síntese de Materiais Poliméricos. - Síntese de Membranas Poliméricas para Célula Combustível tipo PEMFC e Microbiana. - Síntese de Materiais Poliméricos para Tratamento de Efluentes Gordurosos 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de membranas poliméricas a base de sbr e nbr para pilhas a combustível tipo pem; - A era da energia limpa: síntese de membranas poliméricas aplicáveis a célula a combustível do tipo pemfc; - Síntese e caracterização de membrana compósita speak/óxido de grafeno sulfonado;
Odília Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> - Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender e entender a diferença entre reciclar, reutilizar e reaproveitar garrafas e potes de vidro; - Leitura de rótulos e embalagens de produtos alimentícios para a compreensão das unidades de medidas e valor nutricional
Bonnie Prado	Microbiologia; Empreendedorismo.	Biodiversidade em áreas ancestrais; Ciência e bioeconomia.
Núbia Muñoz	Biotecnologia e biocultivos	- Equilíbrio Ecológico e biocultivos

Fonte: elaboração própria. Dados extraídos dos currículos

A tabela acima evidencia que as mulheres negras envolvidas na pesquisa atuam em diversas áreas e participam de diferentes projetos. A importância do trabalho que elas realizam é, sem dúvida, inestimável. Um aspecto crucial da diversidade e inclusão na pesquisa é a gama de setores onde essas mulheres estão inseridas, bem como a relevância de suas contribuições. Essa variedade enriquece o conhecimento científico e oferece perspectivas únicas para abordar questões sociais, culturais e históricas de uma forma mais abrangente. Os estudos elaborados por essas mulheres frequentemente desafiam estereótipos e preconceitos, ressaltando a necessidade de reconhecer e valorizar suas experiências e saberes.

Dessa forma, a participação das mulheres negras na pesquisa deve ser entendida não apenas como uma contribuição individual, mas como um elemento fundamental para um desenvolvimento mais equitativo e representativo, que pode trazer benefícios para toda a sociedade. A tabela seis ilustra os prêmios e títulos que elas receberam. É evidente que todas essas cientistas conquistaram reconhecimentos e premiações por suas produções em diferentes esferas, o que é um aspecto de grande importância. A doutora Bonnie Prado, colombiana nos relata essa importância.

“Veja, eu tenho hoje minha carreira profissional, tenho um campo investigativo, estou na pesquisa com compostos bioativos atualmente, tenho a minha empresa, que podemos chamar de basáltica que já tem cinco anos. Desenvolvemos pesquisas com fármacos e biomédicos e já temos a nossa linha de cosméticos. Isso não sou somente eu, tenho mais algumas pessoas que colaboram comigo. Pessoas que vamos crescendo juntos.” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023).

É verdade que os prêmios e títulos recebidos por cientistas são indicadores significativos do impacto e da relevância de suas contribuições para a ciência e a sociedade. O reconhecimento em forma de prêmios não apenas reflete a qualidade e a inovação do trabalho realizado, mas também serve como motivação para que outros profissionais sigam seus exemplos. Além disso, as premiações frequentemente destacam a importância de diversas áreas do conhecimento, valorizando não apenas a ciência em si, mas também a diversidade de enfoques e abordagens presentes na pesquisa. Esse reconhecimento pode ajudar a promover maior visibilidade para as cientistas, especialmente em campos onde a presença feminina ainda é sub-representada.

Por outro lado, é importante lembrar que, embora os prêmios sejam um indicador

importante, eles não são a única forma de validação ou reconhecimento do trabalho científico. Muitas vezes, o impacto de uma pesquisa se reflete em sua aplicação prática, em colaborações interdisciplinares e na formação de novas gerações de cientistas. Portanto, enquanto os prêmios são relevantes, o contexto mais amplo da produção científica e sua aplicação na sociedade também deve ser considerado.

Tabela 8: Prêmios e Títulos das doutoras entrevistadas.

Cientistas	Prêmios e Títulos
Merit Ptah	<p>2023 Medalha Santos Dumont: reconhecimento fantástico</p> <p>2021 Prêmio Professora Emérita, Guerreira da Educação Ruy Mesquita, Centro de Integração Empresa Escola. CIEE e o Jornal Estado De São Paulo o ESTADÃO.</p> <p>2019 Destaque na luta ao combate do racismo, inclusão social e valorização da população negra. Câmara Municipal de São José dos Campos.</p> <p>2019 Prêmio Dr. Benedicto Galvão, Ordem dos Advogados de São Paulo.</p> <p>2019 Homenagem Especial de Honra ao Mérito, 15ª Mostra Internacional do Cinema Negro.</p> <p>2019 Mulheres na Ciência, Instituto Federal do Ceará.</p> <p>2019 Mulheres na Ciência, Evento Científico Unificado - Jornada de Física, Instituto Federal do Ceará - Campus Sobral.</p> <p>2017 Troféu do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, Prefeitura de São Paulo.</p> <p>2009 Troféu XVIII Reflexão da Abolição da Escravatura no Brasil, Loja Maçônica Penha de França.</p> <p>2008 Comendadora Zumbi de Palmares, Universidade Zumbi de Palmares.</p>
Enedina Alves	<p>- Primeira reitora negra na UEZO;</p> <p>- Homenagem título de cidadã do Rio de Janeiro. Câmara de vereadores</p>
Odília Teixeira	<p>2017 Mestre da Educação, Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.</p> <p>2016 Mestre da Educação, Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.</p> <p>2015 Mestre da Educação, Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.</p> <p>2014 Mestre da Educação, Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.</p> <p>2013 Mestre da Educação, Secretaria de Estado da Educação - Paraíba.</p>
Idelisa Bonnelly	<p>Ministra da Ciência até o ano de 2022, trazendo 9 anos de formação educativa no exterior, voltou ao departamento para intensificar um novo modelo de produção que tenta conciliar Ciência, Saberes Ancestrais e Economia, desde sua empresa de produtos cosméticos e terapêuticos chamada Selvacética.</p>
Ángela Restrepo Moreno	

Fonte: elaboração própria. Dados extraídos dos currículos

A relevância do perfil acadêmico e profissional de mulheres negras na Ciência é inegável, e isso se deve a várias razões, incluindo a questão da representatividade. Historicamente, mulheres negras têm sido sub-representadas tanto na Ciência quanto em outras áreas acadêmicas. Em resumo, ter um perfil acadêmico e profissional significativo para mulheres negras na ciência é essencial para promover a equidade de gênero e racial, enriquecer o conhecimento científico e inspirar as futuras gerações de cientistas negras. A discussão sobre as aspirações, projetos, resistência e a incessante busca por transformação das mulheres vai além do anseio de reabilitá-las nos contextos econômico, social e cultural. Trata-se, na verdade, de confrontar de maneira desconfortável a indignação em relação ao fenômeno histórico que culminou na exclusão de metade da humanidade ao longo dos séculos em diversas sociedades. (Ribeiro, 2018).

CAPITULO V

5. DOUTORAS NEGRAS BRASILEIRAS E COLOMBIANAS: NARRATIVAS, TRAJETÓRIAS E ENFRENTAMENTO

*Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio.
Conceição Evaristo*

Este capítulo propõe trazer à tona as vozes de doutoras negras brasileiras e colombianas que são formadas e atuantes nas áreas das Ciências Naturais. O objetivo é explorar suas narrativas de vida, trajetórias acadêmicas e o enfrentamento do racismo em suas práticas profissionais. Ao dar destaque a essas vozes, queremos abrir espaço para reflexões sobre epistemologias diversas que permeiam as vidas de mulheres negras, abordar questões de pertencimento social e desafiar uma visão restrita e impositiva, promovendo a busca por convivências e identidades sociais (Ribeiro, 2018). Nossas lutas por uma vida significativa podem ser organizadas e sentidas de maneiras distintas, mas, quando analisadas em conjunto, evidenciam por que as ideias continuam sendo essenciais nas lutas por liberdade, igualdade e justiça social. (Collins, 2019).

Se faz necessário retomar que não se pretende uma análise comparativa entre as realidades brasileiras e colombianas, apenas uma abordagem interpretativa entre os dois universos, baseando-nos exclusivamente nas falas de doutoras que colaboraram com essa pesquisa, apoiando-nos em pesquisadores da temática. A cocriação de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e análises qualitativas, servindo de subsídio para analisarmos as experiências, desafios e conquistas dessas mulheres em suas jornadas acadêmicas. Propondo-nos a revelar as lutas contra o racismo, sexismo e outras formas de discriminação que enfrentaram ao longo de suas carreiras, bem como as estratégias de resistência e superação que adotaram. Este tópico é um convite para refletir sobre a importância da representatividade e diversidade no campo científico, e para valorizar o conhecimento e expertise dessas mulheres negras que contribuem significativamente para o avanço das Ciências da Natureza em nossos países.

Sugerimos essa abordagem, que ainda está longe de se esgotar, sobre marcadores sociais como raça, racismo, profissões e trajetórias nas carreiras científicas. Ao longo da história social do Brasil, percebemos que algumas mulheres negras têm sido defensoras de suas identidades culturais e lutadoras incansáveis por seus direitos (Silva, 2009). As doutoras negras brasileiras e colombianas têm enfrentado desafios únicos em seus campos

acadêmicos, especialmente nas Ciências da Natureza, área com expressiva participação masculina (Chassot, 2006). Além de terem legado às gerações seguintes afazeres e pensamentos que até a atualidade causam sentimentos de orgulho e compromisso diante de nossa identidade africana, latina e americana, de nossa personalidade. (Silva, 2009).

As mulheres que compuseram essa tese são verdadeiras pioneiras em seus campos, abrindo caminhos para futuras gerações de doutoras negras na academia. Suas histórias são um lembrete poderoso do potencial e da resiliência das mulheres negras nas Ciências da Natureza, e merecem ser celebradas e valorizadas.

Para preparar essa discussão começaremos com uma subdivisão de temas. Assim, teremos melhores condições para compreender as situações propostas:

- 5.1. Exercício profissional e experiência em cargos de direção e chefia;
- 5.2. Ciências da Natureza: Racismo, Gênero e Desafios Sociais;
- 5.3. Trajetória Acadêmica, Trabalho e vida familiar;
- 5.4. Ciência Feminina Negra: “Jeitinho” de Fazer Ciência;
- 5.5. Visibilidade Feminina Negra nas Ciências da Natureza;
- 5.6. Interação com os (as) colegas.

5.1. Exercício profissional e experiência em cargos de direção e chefia

Neste subtópico serão abordadas as vozes das doutoras negras entrevistadas. De modo que, identifiquemos situações que elucidem as suas atuações profissionais e as suas experiências em cargos de direção e chefia. Este tópico possibilita uma análise mais generalista e rica das experiências das doutoras negras que possam estar, ou não, em posições de direção e chefia, destacando suas vozes, desafios, conquistas e a importância de suas atuações no fortalecimento da diversidade e inclusão em suas áreas de atuação.

Para isso, serão percorridos dois itens que julgamos necessários à abordagem:

- 5.1.1. Educação: Desvelando os Atributos Sociais que Sustentam o Racismo
- 5.1.2. Exercício profissional de Mulheres Negras: Desafios e Conquistas

5.1.1. Educação: Desvelando os Atributos Sociais que Sustentam o Racismo

Para pensarmos sobre o exercício profissional de doutoras negras atuantes nas

Ciências da Natureza, se faz fundamental que recordemos que o quantitativo de mulheres nessa área é muito reduzido, de mulheres negras, é ainda menor, não há divergências entre o Brasil e a Colômbia com relação a essa realidade. Isso é fator determinante para entender que as pioneiras enfrentarão de fato muitos entraves unicamente por demarcadores de raça e gênero (Davis, 2019; Pinheiro, 2020; Carneiro, 2016; Mbembe, 2019; Collins, 2019). Muitas situações vividas na academia tendem a excluir o que se julga como o outro. Sem mencionar também, que para atuar academicamente a mulher negra precisa se formar, precisa enfrentar um meio excludente de formação continuada.

Nesse sentido, cabe refletirmos: tendo o Brasil abolido a escravidão no final do século XIX, é plausível imaginarmos que pessoas negras brasileiras tiveram um processo tardio de acesso a direitos sociais tais como educação, saúde e moradia, dentre outros. Assim sendo, a universidade brasileira, que teve a sua fundação com a Escola Bahiana de Medicina em 1808, foi por muito tempo uma instituição branca, criada no contexto da escravização para suprir as necessidades de uma elite intelectual branca colonizadora e imperialista (Pinheiro, 2020).

Notadamente, a educação brasileira esteve, desde o início da sua efetivação, preocupada com a elite intelectual branca que desde esse momento se traduzia em colonizadores e imperialistas, assim como nos aponta Pinheiro (2020). Em períodos anteriores a fundação da Escola Bahiana de Medicina, a elite brasileira era direcionada aos grandes centros acadêmicos da Europa para se formar com louvor, exercer promissoras carreiras acadêmicas e consequentemente se manter na hegemonia de dominação. Enquanto a população ex-escravizada se mantinha em condições de condicionamentos psicológicos permeados por diferentes modos de dominação, a reinterpretação da teoria do lugar natural, de Aristóteles. Desde a época colonial até hoje, é notório a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados (Gonzalez, 2022).

Os sistemas educativos, desde o princípio, promovem a exclusão de pessoas negras dos domínios. Os materiais didáticos não levam em consideração as realidades de pessoas que foram mantidas de fora dos interesses pessoais das elites. Enquanto apresentam o branco como dominante, inteligente, bem-sucedido, bonito. Apresentam o negro somente atrelado a escravização, aos períodos de sofrimento, de tristeza, de abandono, de interiorização. Sendo assim, a mensagem desejada é simples e clara, a menina negra procurará meios de afastamento desse espaço, e quando não consegue, se

anula como meio de sobreviver a essa realidade. Então, ela não é tímida, foi silenciada.

O sistema se beneficia com a manutenção de tais condições. À medida que as meninas negras são deixadas de fora dos espaços acadêmicos, mais mão de obra se encaixa no padrão de ajudantes, domésticas, auxiliares, babás e assim sucessivamente. É evidente o quanto a manutenção de tais condições é benéfica a um grupo específico, no caso a branquitude. Quanto menos educação e formação as mulheres negras tiverem, mais mão de obra estará disponível, por menor preço. Esse sistema é intencional e historicamente mantido como padrão para a opressão ser um meio adequado de vivência. Exatamente através desta argumentação, como Davis (2016) aponta, se entende que não existe separação entre o racismo, patriarcado e capitalismo, em ambos os países analisados.

Os problemas advindos da herança latino-americana dos 300 anos de escravização se fazem presente nas escolhas e determinismos de meninas e meninos negros diariamente. Os escritores, políticos e estadistas lutam desde sempre para a prevalência da crença do determinismo racial. Historicamente não tinham dúvidas de que as trajetórias dos indivíduos, das nações e dos povos eram definitivamente determinadas por sua ascendência “racial”: Não havia possibilidade de questionamento dos achados da Ciência europeia, sobretudo quando essas crenças estão de encontro com os interesses inabaláveis das elites latino-americanas. Sendo assim, existia uma inferioridade inata de negros compatriotas, indígenas, mestiços, mulatos. (Andrews, 2007).

Historicamente, o nascimento da Ciência tem sido reconhecido como um fenômeno que surgiu no continente europeu, no apogeu da modernidade. Tendo sido negados todos os saberes produzidos pelos povos ancestrais não europeus, mas que foram e ainda são fundamentais para a compreensão de fenômenos ligados a estruturação do conhecimento greco-europeu. (Munanga, 2023). Neste sentido, quando analisados almanaques, livros e qualquer material de divulgação científica, as representações de cientistas serão sempre homens, cis gênero, heterossexuais, e claro, brancos. Em outros termos, como cita Pinheiro (2018), sendo a Ciência um espaço de poder, a representação de seu desenvolvimento foi associada à imagem de sujeitos sociais aceitos e hegemônicos.

A Ciência tem permanecido marcada por desigualdades de gênero e raça e permear esses entraves tem sido uma batalha solitária enfrentada por mulheres negras no Brasil e na Colômbia. Segundo Collins (2019), saber que o pensamento e o talento de nossas avós, mães e irmãs foram e têm sido suprimidos motiva muitas contribuições para

o campo crescente dos estudos da mulher negra.

O acesso à educação é um dos primeiros entraves que as meninas negras enfrentam durante as suas formações. Existem barreiras impostas que lhes nega uma educação de qualidade. Isso limita suas oportunidades de seguir carreiras científicas, que frequentemente exigem formação superior, especialização, pesquisas contínuas, publicações. Como cita a doutora, brasileira, Odília Teixeira:

“Tem os cuidados da casa que será sempre responsabilidade da menina, por que a mãe não bota o menino? Ela trabalha, tudo bem. Eu criei minha menina assim: vocês aprendam. Sejam educados. Essa história de “prenda suas cabras, por que meu bode está solto” não existe na minha casa. Eu dizia assim, minha cabra vai ser criada solta, é tanto que ela sempre foi mais levada que o menino. Dei total liberdade. Mas vai de cada caso. A cultura é, tem que aprender a cozinhar, tem que aprender a lavar louça, varrer casa. E eu só pergunto: para os meninos também é assim? Moro em uma cidade do interior, mas acredito que não tenho nenhum aluno que ajude em afazeres de casa, que ajude a mãe a lavar um prato, lavar uma roupa. Eu acredito firmemente que não tenha. Por aí entendemos, por que se fala tanto que menina não gosta de Ciência.” (Dra. Odilia Teixeira, brasileira, 2023).

Entendemos que a predisposição para áreas científicas frequentemente atribuída aos meninos é, em grande parte, reinterpretada pelo que a doutora Odília Teixeira observa. Concordamos com sua visão de que, ao crescer em ambientes que reforçam essas expectativas, as meninas são condicionadas a não ter interesse ou aptidão para as Ciências da Natureza, com a noção de que elas não possuem a capacidade para tal. Porro e Arraigo (2011) destacam que, entre todas as formas de violência que as mulheres enfrentam, a violência no âmbito educacional é uma das menos abordadas.

Adicionalmente, como mencionou Collins (2019), é crucial reconhecer que o pleno empoderamento das mulheres negras só pode ser alcançado em um contexto de justiça social que transcenda fronteiras. Marginalizadas em situações de extrema indignidade e improdutividade, as pessoas negras têm lutado vigorosamente para desafiar essa narrativa negativa. Collins (2019) e Davis (2018) ressaltam a importância da representatividade e da auto-representatividade nesse processo.

Bel hooks (2021) argumenta que a escola é um espaço político. Em suas experiências educativas, ela e seus colegas foram constantemente confrontados com os preconceitos racistas de brancos que os consideravam geneticamente inferiores e menos capacitados para aprender. Infelizmente, essa realidade não é um caso isolado, mas sim

uma ocorrência muito mais comum do que se gostaria.

Assim como é expresso através do relato da doutora brasileira Enedina Alves. Ela cita que foi vítima de racismo nos períodos de suas formações, e exatamente por essa condição, desenvolveu a ideia de que precisa se empenhar muito, ser uma boa aluna, aprender tudo que lhe é ensinado, assim, conseguirá transpor os muros erguidos em volta desse espaço chamado conhecimento. Ser inteligente é seu caminho mais viável para transpor as barreiras que foram colocadas em torno do saber.

“Acho que pelo racismo e pela exclusão que ele toca, acho que temos que ser muito focadas. Eu tiro por mim, essa parte sempre foi premissa para mim, esse era o meu objetivo na vida. Durante a minha formação sempre foi assim, se eu entendia, entendia, se não, estudava até entender” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

Essa é a resposta dada por uma parcela interessante de meninas que estão na educação básica, tentando sobreviver a todas as formas de racismo, de discriminação e tendo que enfrentar barreiras diariamente para se manterem nesses lugares.

Outro meio de compreender o que é colocado pela doutora brasileira, Enedina Alves, é pensarmos a partir do raciocínio de Djamila Ribeiro (2018), que expressa que por mais que tirasse boas notas, fosse saudável e inteligente a sensação de inadequação sempre a perseguia. Então, a solução seria ser a mais aplicada possível da sala, já que não poderia fazer com que parassem de implicar, xingar, brigar unicamente por suas características físicas, o segredo seria fazer com que os alunos precisassem dela. Quando precisassem de ajuda, logo esqueceriam as diferenças entre formas de agir e pensar.

Essa fala me representa com firmeza. Se não podia ser a escolhida para as melhores atividades da escola. Se não era a opção adequada para o sistema patriarcal e classificatório, estudar seria a melhor maneira de atribuir a resposta a todos os questionamentos que eram levantados sobre mim. Estudar sempre, ser a mais aplicada estudante da sala, compensaria o fato de não poder ter material didático para escrever, compensaria o fato de ser deixada de lado nas apresentações culturais e manifestações artísticas da instituição. Sendo a melhor estudante que poderia ser no momento, todos que sentissem dificuldades de aprender teriam que me pedir ajuda. Lembro desses detalhes com clara perfeição. Os alunos mais cruéis que se podia imaginar, tendo que vir pedir auxílio no momento de uma avaliação mais importante de Matemática, Física, Química, ou qualquer outra disciplina. O sentimento é de felicidade, e jamais deixaria de ajudar

quem quer que fosse, por mais maldade que tivesse cometido durante o ano letivo.

Ajudava-os a estudar, fazia suas lições, passava cola, até ensaiava com eles o que deveriam falar no momento de uma apresentação de trabalho oral, essa era a maneira encontrada para não ser mais invisível. Esse sentimento era bom, as amigas se sentiam orgulhosas que estarem no meu ciclo de amizades. Percebe-se que por mais que possa parecer uma maneira nada justa de se fazer visível nos espaços escolares, essa é a maneira encontrada por muitas meninas que esbarram num sistema educativo que segrega, aprisiona e invisibiliza.

"uma espécie de sistema de convergência de interesses, fazendo com que o racismo, de um lado, implique a subalternização e destituição material e simbólica dos bens sociais que geram respeito e estima social aos negros – ciclo de desvantagens – e, de outro, coloque os brancos imersos em um sistema de privilégios assumido como natural, como norma." (Pires e Silva, 2017)

Ao se omitir perante estas questões, a educação passa a reafirmar e perpetuar as hierarquias e noções de superioridade. Quem manda em detrimento de quem obedece, quem é comandado em relação a quem comanda. Omitir-se em relação ao racismo, machismo e sexismo é possibilitar situações de violência no espaço escolar. Em lugar disso, a escola deveria oferecer formação de igualdade e respeito a todas as culturas e pessoas, oferecer direito de conhecer o outro.

O silêncio que permeia a educação em relação a situações de racismo contribui para a perpetuação desse problema. Contudo, é fundamental entender que existem diferentes formas de silêncio: aquele que vêm da concordância, o silêncio causado pelo constrangimento e o silêncio da omissão, que ocorre quando alguém não sabe como agir diante da situação (Ferreira, 2014). Pesquisas indicam¹⁹ que, frequentemente, estudantes negros recebem menos atenção, apoio e afeto por parte dos profissionais da educação em comparação com crianças brancas.

A educação pode e deve servir como um instrumento de transformação social, promovendo uma sociedade que valoriza a diversidade e enfrenta a desigualdade em todas as suas manifestações. Ela é reconhecida pela família e pela sociedade como um caminho apropriado para a ascensão pessoal e profissional. A doutora colombiana Ângela Restrepo

¹⁹ Entre eles destacamos CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar. Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: contexto, 2000.

Moreno destaca que sua visão sobre sua dedicação ao ensino reforça a ideia de que, por meio da educação e do esforço individual, é possível alcançar o sucesso.

“Minha família sempre insistia muito para que eu nunca desistisse da escola. Meu pai autodidata, exigia que eu tirasse boas notas sempre. E assim fui eu, estudante dedicada desde sempre, focada e por mais que eu muitas vezes pensasse que nada daquilo ia valer a pena tentava sempre me superar.” (Dra. Ángela Restrepo Moreno, colombiana, 2023)

Talvez através da superação que a doutora colombiana, Ángela Restrepo Moreno cita, esteja implícito a força de vontade também do pai. O desejo que a realidade pudesse ser alterada e modificada para a sua filha o fez levá-la a entender que a Ciência é também o seu lugar e que sua dedicação lhe trará rendimentos futuros. Esse talvez seja o desejo da grande maioria dos pais, mas certamente os pais não brancos lidam com muitos outros marcadores sociais que lhes fazem entender claramente o que eles pensam quando falam que seus filhos superaram a linha de marginalização e pobreza extrema.

Bell hooks (2017), em seu livro *Ensinando a Transgredir*, nos mostra que a educação deve ser uma prática da liberdade, um jeito de ensinar que qualquer um possa aprender. E os professores tem um papel crucial nesta missão, ensinar com coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como rotina de linha de produção.

Embora a maioria dos alunos da educação básica, tanto brasileiros quanto colombianos, seja composta por negros, muitas escolas nesses países ainda privilegiam, de maneira predominante, uma referência branca e europeia como o único padrão de beleza, cultura e conhecimento. Isso se manifesta frequentemente em cartazes nas paredes das instituições, nas imagens e atividades desenvolvidas em sala de aula, nas celebrações, nos trabalhos de colagem e desenho, e nas produções audiovisuais. Outro ponto a ser destacado é que o modelo educacional vigente ainda separa corpo e mente, considerando a mente como o espaço da razão e da inteligência, enquanto o corpo dos estudantes é tratado apenas como algo a ser domesticado e controlado. É crucial reconhecer que um dos valores que os povos africanos trouxeram de suas raízes é a afirmação de que nosso corpo é o templo da vida, um espaço de aprendizagem que sente, pensa e elabora, e que a inteligência se forma por meio da ativação de diversos sentidos (tato, visão, olfato, audição, intuição, movimento, entre outros). Compreender as pessoas sem essa dicotomia entre corpo e mente representa um dos principais desafios da educação contemporânea.

(Cavalleiro, 2000).

Assim, conforme enfatiza Cury (2002), o racismo fundamentou a justificativa da elite econômica do início do século XIX para a ausência de investimentos em uma política universal de educação pública, que faria parte do projeto de nação. Naquele período, a imensa maioria da população do recém-formado país era composta por mulheres e homens descendentes de diversos povos africanos, com suas distintas culturas, línguas e histórias.

Revelar os atributos sociais que sustentam o racismo implica entender os mecanismos que fazem com que a educação continue a ser um elemento que favorece essas realidades. As doutoras apresentadas aqui compartilham como os processos educativos as impactam e influenciam, buscando evidenciar as determinações sociais que permeiam a vida de cada indivíduo nas sociedades.

5.1.2. Exercício profissional de Mulheres Negras: Desafios e Conquistas

Em relação à atuação profissional de mulheres negras nas Ciências da Natureza, essa realidade ainda é repleta de desafios e desigualdades. É fundamental lembrarmos que estamos imersos em narrativas que exaltam a harmonia e afirmam que o racismo não existe em nossos países. Esse imaginário nacional, construído ao longo da história, configura-se como uma armadilha e um obstáculo que precisamos superar para realmente identificar com clareza os problemas sociais que nos cercam.

Apesar dos avanços em muitos aspectos, como legislação e direitos civis, as percepções sociais e os estereótipos profundamente enraizados continuam a influenciar a maneira como diferentes grupos são vistos e tratados. Sem mencionar que essas atitudes racistas são reinventadas diariamente, são reconfiguradas de acordo com os padrões morais da população branca. Retomaremos essa discussão mais adiante.

Anota-se através do comentário da doutora brasileira Merit Ptah que o meio acadêmico está bem distante de ser um ambiente neutro e livre de marcadores de raça e gênero. O desejo dos grupos historicamente mantidos nos cargos de comando e chefia é que as realidades não sejam alteradas por que lhes servem adequadamente. Quando alguém desafia esse meio é tido como problemático, como neurótico, que apresenta manias de perseguição. Quando claramente não é o que acontece. Temos intolerâncias infundadas nesses meios e o desejo claro que não houvesse frequência feminina negra impondo suas presenças nesses espaços acadêmicos. Essa realidade é demonstrada

diariamente mediante ações, de práticas, de atitudes que tentam mostrar a elas que esse espaço não é seu. Que não lhes convém permanecerem ali.

“As perseguições são várias, o desejo de que eu desistisse daquele espaço é evidente. Nas seleções para grupos de comando não sou convidada. Até desejo de destruir a minha carreira, bem eu sou bocuda, eu sou meio grande, não sou invisível, como sou meio grande então certas brincadeiras é bom não fazer porque se eu decidir ser violenta alguém vai se machucar, doer.” (Dra. brasileira Merit Ptah, brasileira, 2022).

É relevante questionar por que a doutora brasileira Merit Ptah sente a necessidade de se afirmar e ser, como ela mesma diz, bocuda. Assim como todas nós, ela precisa provar, dia após dia, que esse espaço também lhe pertence por direito. Essa luta é exaustiva para grupos historicamente excluídos dos centros de produção de conhecimento científico. Os marcadores de raça e gênero estão claramente interconectados com as posições de poder que os indivíduos ocupam na sociedade brasileira.

O racismo se estabelece de forma sólida e eficiente, tentando transformar o outro em um problema. Sem dúvida, a manutenção dos privilégios historicamente conferidos aos brancos seria muito conveniente se ninguém tivesse a coragem de desafiar essa realidade e de lutar por seu devido espaço. Segundo Collins (2019), a vulnerabilidade das mulheres no ambiente de trabalho, na rua, em casa e nas representações feitas pelos meios de comunicação tem sido um dos fatores que instigam os legados de lutas.

Além disso, as narrativas apresentadas nos discursos dessas mulheres revelam as feridas que as afligem diariamente. Talvez seja por essa razão que a doutora brasileira Merit Ptah constantemente se sente na necessidade de esclarecer que sua postura não é de violência ou agressividade, mas sim de se posicionar como uma agente ativa, construtora de suas próprias perspectivas sociais, rejeitando as imposições que lhe são naturalmente delegadas.

“Querem me convencer diariamente que sou uma péssima professora, que minhas roupas chamam a atenção, que os alunos não gostam de mim. Mas eu não me incomodo, eu sei a intenção de cada um deles com essas coisas. Preciso falar sim, sempre que preciso eu falo, isso não é ser agressivo, é não ser deixada de lado.” (Dra. brasileira Merit Ptah, brasileira, 2022).

É realmente cansativo saber que colegas de trabalho levantam questionamentos

sobre suas ações profissionais. A doutora brasileira Merit Ptah, por meio de seu relato, nos proporciona uma base para entendermos algumas das várias formas de manifestação do racismo. É crucial lembrar que essa questão não diz respeito apenas a negros e negras, ou a outros grupos marginalizados. O racismo é resultado das desigualdades nas relações sociais, como demonstrado pela experiência da doutora e corroborado por Davis (1983) e Gonzalez (2020), que é uma mulher negra interagindo com pessoas brancas. Superar esse problema é um desafio que deve ser enfrentado por toda a sociedade, exigindo que todos, incluindo brancos, reflitam sobre seu papel na perpetuação do racismo e se mobilizem para seu combate.

Segundo Adilson Moreira (2019), o racismo institucional pode assumir quatro formas. Quando as pessoas não têm acesso aos serviços de uma instituição, quando os serviços são oferecidos de forma discriminatória, quando as pessoas não conseguem ter acesso a postos de trabalho na instituição ou quando as chances de ascensão profissional são diminuídas por sua raça/cor.

Percebe-se no relato da doutora brasileira, que essas evidências de práticas discriminatórias são claras, esse tipo de atitude encontra sustentação na presença de atitudes culturais racistas que permeiam as normas que regulam instituições públicas e privadas, assim como na mentalidade daqueles que as representam. Essas atitudes discriminatórias despertam o sentimento de superioridade racial em pessoas brancas, o que justifica a subordinação de outros grupos raciais.

Se questionados sobre o racismo, possivelmente os responsáveis por essas atitudes dentro da instituição alegarão que não são racistas. Mas, por mais que condenem práticas racistas, esses indivíduos dão suporte a instituições que perpetuam a discriminação racial. De acordo com Moreira (2019), atos individuais de racismo podem não ser frequentes em uma sociedade, mas práticas institucionais racistas podem ser parte integrante de uma nação.

As questões relacionadas ao racismo estrutural, que servem para estigmatizar, desmerecer, humilhar e violar a dignidade das pessoas em função da cor, características físicas e culturais, são evidentes no cotidiano de ambos os países desta abordagem. Nas entrevistas realizadas e nas análises das declarações de professoras doutoras negras das Ciências da Natureza, uma das pesquisadoras brasileiras, a doutora Marit Ptah, expressa que se sente alvo de perseguições em todos os momentos de sua carreira. Ela acredita que essa forma de perseguição, em algumas situações, a impede de progredir e assumir posições de liderança na instituição, as quais, segundo ela, lhe são claramente negadas.

Marit menciona que sua cor e suas características fenotípicas são avaliadas antes de suas habilidades e qualificações para atender às demandas. Além disso, ela aponta que o racismo se manifesta em ambientes de trabalho por meio de "brincadeiras", situação que a leva a sentir a necessidade de se impor.

“Nunca sou convidada para assumir nenhuma secretaria. Não oriento na pós-graduação. Me classificam como a pior professora do mundo. Não chego nem a ser classificada. De jeito nenhum. Nunca sou convidada para ser palestrante na instituição, nem em grupos de pesquisas. Nada! Nunca! Não! Não me deixam ter experiência de patente. Estamos falando de um grupo militar. Você acha que vão me deixar entrar em laboratórios deles? Jamais.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

O testemunho da professora doutora brasileira Merit Ptah destaca a intenção de preservar os postos de liderança e decisão de acordo com os critérios estabelecidos desde a colonização, os quais são majoritariamente masculinos e brancos, não permitindo que indivíduos negros e negras ocupem essas posições. Essa situação é fundamental para compreendermos como a escassez de mulheres negras em cargos de decisão impacta sua inclusão nas políticas afirmativas, que precisam levar em conta suas particularidades.

A ausência de representatividade e visibilidade dessas mulheres em posições de destaque também perpetua as desigualdades existentes. Davis (2022) complementa essa perspectiva ao afirmar que a discriminação racial é uma questão significativa na sociedade brasileira, que prejudica o desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e compromete a dignidade e potencial dos indivíduos negros (Davis, 2022).

Se torna relevante apontarmos uma argumentação utilizada por Collins (2019), quando se referiu as mulheres negras, “por mais que ela seja vista de forma mesquinha e encontre dificuldades onde quer que vá, ela sempre faz algo digno de mérito e crédito, algo que não se espera dela”. Por mais que a instituição busque barrar a ascensão pessoal e profissional da doutora brasileira Merit Ptah, ela ergue-se cheia de determinação e prova que as barreiras colocadas em seus caminhos lhe servem de passagem para o sucesso.

É fundamental reconhecer o valor e as contribuições dessas mulheres em todas as áreas da sociedade, assegurando que tenham voz e possam exercer protagonismo em suas vidas e em seus espaços de atuação. No entanto, quando uma mulher negra assume uma posição de liderança, ela é frequentemente rotulada e enfrenta desafios adicionais, como apontado por Merit Ptah. Mesmo sendo amplamente reconhecida por seu trabalho, ainda

tem que lidar com dificuldades em sua instituição, consequência da resistência à sua autoridade.

Quando indicado a doutora brasileira Enedina Alves que falasse sobre sua carreira profissional e a ascensão em postos de comando. Automaticamente ela nos recorda que quando estava na reitoria da Instituição de Ensino Superior que trabalha, se sentia muito direcionada a contribuir para que se tornasse possível traçar uma parcela de acréscimo para a luta antirracista no país. Sendo uma reitora, teve a chance de contribuir com muitos projetos de inclusão de meninas negras na universidade e fala dessa conquista com muito orgulho.

“Além de contribuir para o desmonte de uma estrutura racista no Brasil, obviamente, que junto com outras ações de outros colegas, mas é uma contribuição. Além disso, atuando diretamente nessas populações, eu vou chamar esse povo de meu povo preto e mostrar para eles que, apesar de todos os ‘nãos’ que recebemos, que sempre recebemos há séculos, apesar dessa discriminação, desse racismo que a gente sofre, que eles nunca desistam de ser aquilo que eles desejam ser, porque todos temos um potencial inato, imenso. Nós, o povo preto, que já passamos por escravidão, por tratamentos desumanizados e que, até hoje, isso é tratado de maneira natural. Eu quero dizer para esses jovens que eles podem alcançar o que desejarem e que eu estarei atuando para isso. Na instituição procuramos fazer isso, incluir e conquistar cada vez mais meninas e meninos pretos para o ensino superior” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

Através da atuação em projetos inclusivos de e para a população negra, a doutora brasileira Enedina Alves consegue despertar nas meninas negras esse sentimento que ela demonstra na entrevista. Contribui também para que suas ações auxiliem a quebra de barreiras e desafiem estereótipos de gênero e raça. Elas contribuem para a diversidade e representatividade no ambiente de trabalho, trazendo diferentes perspectivas e experiências que enriquecem as decisões e ações da equipe.

Davis (2019) argumenta, “quando as mulheres negras se erguem, como fizeram o boicote aos ônibus em Montgomey, como fizeram duramente a era da libertação negra, ocorrem mudanças que agitam o mundo”. Esse é o sentimento despertado através da doutora Enedina Alves, a todo momento ela deixa claro que suas ações como reitora saíam do âmbito pessoal e de interesses privados e passavam a integrar os anseios de meninas e meninos negros que residem próximo à universidade e aos que ingressam no campus.

“Atuando diretamente na reitoria da universidade posso ajudar ainda mais o meu povo. Vou

chamar de meu povo preto e mostrar para eles que, apesar de todos os 'nãos' que recebemos, que sempre recebemos há séculos, apesar dessa discriminação, desse racismo que a gente sofre, que eles nunca desistam de ser aquilo que eles desejam ser, por que todos nos temos um potencial inato, imenso. Nós, o povo preto, que já passamos por escravidão, por tratamentos desumanizados e que, até hoje, isso é tratado de maneira natural.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

O pensamento da doutora Enedina Alves se alinha ao que é mencionado por Collins (2019). Apesar de enfrentar uma perspectiva mesquinha e dificuldades em diversos ambientes, a mulher negra sempre realiza ações dignas de reconhecimento e valor, coisas que não se espera dela. Mesmo quando alvo de insultos, ela mantém a dignidade; mesmo ao ser desconsiderada, exige respeito com orgulho. A doutora propõe, entre seus colegas, uma iniciativa de unificação, buscando oferecer aos demais estudantes uma forma de se enxergarem como parte desse grupo, capacitando-os a se sentirem aptos a permanecer nesse espaço.

No que se refere a Colômbia, as mulheres têm avançado significativamente, embora ainda em números tímidos, em cargos de chefia e comando nas últimas décadas. Nos setores público e privado, mulheres colombianas têm ocupado cargos de liderança em diversas áreas, incluindo política, negócios, educação, saúde e direito. Contudo, o determinante de raça e gênero não é um fator isolado por lá. Um exemplo significativo desta afirmação é o da vice-presidente atual da Colômbia, Francia Márquez²⁰, primeira mulher negra a ocupar esse cargo no país. E Claudia López²¹, que foi eleita em 2019 como a primeira mulher prefeita da cidade de Bogotá. Além disso, mulheres colombianas têm se destacado como líderes em organizações não governamentais e movimentos sociais, assim como na empresa privada também, lutando pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres. (Cev, 2022).

Contudo, apesar dos avanços, ainda existe uma disparidade de gênero em cargos de liderança na Colômbia (Curiel, 2003). Com as mulheres enfrentando desafios como a falta de oportunidades de ascensão profissional, discriminação de gênero e violência no

²⁰ Francia Márquez é a primeira mulher negra a ocupar cargo de vice-presidente; ela fará gestão de 2023 a 2026 ao lado de Gustavo Petro, que venceu com 50,44% dos votos. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-francia-marquez-vice-presidente-eleita-da-colombia/>

²¹ Bogotá elege Claudia Lopez, prefeita, primeira mulher a comanda a capital do país. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/593857-colombia-bogota-elege-claudia-lopez-prefeita-primeira-mulher-a-comandar-a-capital-do-pais>

ambiente de trabalho. No entanto, a presença cada vez maior de mulheres em posições de liderança demonstra um progresso significativo rumo à igualdade de gênero no país. (Falquet, 2006). A doutora colombiana Idelisa Bonnelly se refere a essa afirmação como sendo uma escolha pessoal e que a família é sem dúvida um pilar de sustentação de suas escolhas. Uma vez ministra da Ciência e Tecnologia do país conseguiu levar seus ideais e perspectivas para a promoção de políticas públicas. Essa afirmação demonstra também que além da representatividade, ter mulheres negras nesses postos de comando e tomadas de decisões é um dos modos de elevar as reivindicações de raça, racismo, gênero e sexismo dentro do sistema patriarcal.

“Na época que estive no Ministério foi muito difícil, porque ser ministra era me entregar, lá eu ia completa. É dormir poucas horas, então isso é minhas objetificações, minhas conciliações. Também temos momentos que se perdem, não podemos perder tanto tempo. Mas, também é, digamos, uma luta, muitas ideias, muitos desejos vão sendo barrados no caminho, então pensei que tem que ser ao menos com minha família e só, poderia ser por muito tempo, mas não há cargo que seja mais importante que minha família. Correr com prazos é desgastante. Levei algumas urgências para debate, como as questões de representatividade e de localização geográfica. Assim como as culturas das nossas populações afro-colombianas. Mas, o tempo é muito pouco para tanto que se tem que fazer” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023).

A determinação e resiliência da mulher negra na Ciência são, muitas vezes, impulsionadas por um desejo de representatividade e por um compromisso em abrir caminho para as futuras gerações. Essas mulheres são pioneiras em suas áreas de pesquisa, trazendo perspectivas únicas e inovadoras para o campo da Ciência. Mas, como cita a doutora colombiana Idelisa Bonnelly, “é muito pouco tempo para o tanto que se tem que fazer”. São tantos anos de apagamento proposital que somente através da persistência diária se efetivará mudanças significativas.

Assim como afirma Lerma (2019), não se trata apenas de saber se as mulheres podem ser cientistas, atuarem na política, na tomada de decisões, ou de suas localizações em espaços onde se considera necessário produzir conhecimento. As mulheres, historicamente, fazem parte de todas as áreas da sociedade, inclusive aquelas consideradas mais masculinas, mesmo que atuem de forma marginal, invisível ou como estrangeiras nas suas próprias nações.

A Colômbia, apresenta marcas de colonialismo internos em todos os espaços, inclusive na política. Essa realidade acaba dividindo o país cuja representação regional é

marcada pela geopolítica, geocultura e geohistória, conferindo a essas regiões e seus grupos humanos, o lugar naturalizado da subalternidade e da subordinação. Partindo do pressuposto de que não possuem e não podem produzir conhecimento, consequentemente não podem tomar decisões sobre o presente e o futuro de suas vidas, nem nas vidas dos demais, uma vez que carrega o fardo histórico da escravidão e o atraso da sua raça. (Mignolo, 2002).

Assim entendemos claramente quando a doutora colombiana Idelisa Bonnelly cita que além de todo o desgaste físico, de dormir poucas horas por dia e se manter nesse cargo, um dos maiores entraves é que os projetos e ações planejadas, desejadas, terem que serem deixadas de lado. Correr para cumprir os prazos para apresentar propostas de melhorias para toda a região e no final das contas ver que não estava sendo suficiente. Essa ineficiência na política acaba fazendo com que os projetos que de fato iriam favorecer a população não sejam aprovados, não sejam mantidos e com isso os mais carentes, mais pobres, acabam sendo os maiores prejudicados. A entrega citada pela doutora Idelisa Bonnelly, se refere nesse sentido, ao quanto ela teve que renunciar as suas aspirações individuais para se dedicar a um espaço que poderia trazer maiores e melhores situações para todos os que necessitassem.

Ocoró (2020), afirma que ao ser nomeada ministra da Ciência e Tecnologia, a doutora Idelisa Bonnelly afirmou: “Minha trajetória na ciência consiste em criar oportunidades conectadas ao território, pois Bahía Solano me ensinou que vivemos em abundância e devemos construir um universo melhor.” Sendo assim, a nomeação de uma mulher negra de Chocó para liderar um ministério importante como esse, é sem dúvida, uma notícia excepcional, especialmente em um país que enfrenta o racismo, o conservadorismo e o patriarcado, como é o caso da Colômbia.

Idelisa Bonnelly é uma representação desses segmentos da população. Ela construiu sua trajetória de forma autônoma, superando as barreiras impostas pelo racismo estrutural e insitucional, que têm sido historicamente impostos a essas comunidades pelo Estado. A Colômbia enfrenta desigualdade estrutural no acesso ao ensino superior, especialmente para grupos indígenas e afrodescendentes. Dra. Idelisa Bonnelly, uma mulher negra de uma família de recursos limitados, superou essas dificuldades. Sua experiência é marcada por questões de raça, classe, gênero e ruralidade. Ela reflete sobre as limitações econômicas que cercavam sua infância em Bahía Solano e seu desejo de retornar para contribuir com sua comunidade. Ela desafiou as adversidades enfrentadas pela população negra no país e agora se depara com o racismo epistêmico presente nas

instituições de ciência e tecnologia. (Ocoró, 2020).

Fomentar ações que cheguem até as mulheres negras se configura em uma necessidade, buscando integrá-las no meio acadêmico e mostrar para toda a sociedade que Ciência é lugar de mulher e que esses espaços não devem ser negados. A doutora colombiana Bonnie cita que o tempo foi pouco para tanto que se precisava fazer, mas abriu precedentes para que outras mulheres complementem o que foi edificado por ela até o momento. A luta é coletiva e não anseia por milagres individuais.

Embora há muito existam mulheres historiadoras, escritoras e cientistas sociais negras, até recentemente essas mulheres não ocupavam posições de liderança em universidades, associações profissionais, publicações impressas, veículos de rádio e teledifusão e outras instituições sociais de validação do conhecimento. A exclusão das mulheres negras de posições de poder nas principais instituições levou a valorização das ideias e dos interesses da elite masculina branca e à correspondente supressão de ideias e interesses das mulheres negras no mundo acadêmico tradicional. Além disso, essa exclusão histórica significa que imagens estereotipadas das mulheres negras permeiam a cultura popular e as políticas públicas (Collins, 2019).

O pensamento desenvolvido por Collins (2019), trás à tona uma questão crucial sobre a interseccionalidade de gênero e raça no contexto das instituições acadêmicas e sociais. A ausência de mulheres historiadoras, escritoras e cientistas sociais negras em posições de liderança não é um fenômeno isolado, mas sim resultado de uma série de estruturas sistêmicas de opressão que historicamente relegaram esses grupos a posições marginalizadas. Essa exclusão, se acordo com Collins, (2019), leva a uma sociedade em que predominam as vozes e perspectivas da elite masculina branca, criando um ambiente em que as experiências, saberes e contribuições das mulheres negras são não apenas ignoradas, mas frequentemente deslegitimadas.

A representação é fundamental para a construção de uma narrativa completa e justa sobre qualquer campo do conhecimento; ao não considerar as vozes dessas mulheres, perpetuamos uma visão distorcida e limitadora da realidade. Além disso, essa falta de representação tem um impacto duradouro na cultura popular e nas políticas públicas. A perpetuação de estereótipos, muitas vezes baseados em preconceitos raciais e de gênero, molda a forma como as mulheres negras são percebidas e tratadas na sociedade. Isso se reflete em diversas esferas, desde a educação até a saúde e o exercício

da cidadania.

A presença de mulheres negras em posições de destaque contribui para a percepção de que esses espaços de atuação e liderança são essenciais para assegurar a representatividade e a diversidade nessas áreas. Ademais, a inserção de mulheres negras em cargos de liderança pode influenciar de maneira positiva a formulação e implementação de políticas, promovendo uma abordagem mais inclusiva e justa. Um exemplo disso é o relato da doutora colombiana Idelisa Bonnelly.

“Fui ministra da Ciência e Tecnologia, como você sabe, fui diretora de empresa, eu montei, quer dizer, ajudei a criar, foi minha ideia, não materializei, mas foi, uma combinação entre o setor público e privado. E aí? Pois, passei pelo ministério, então me ensinou um pouco mais do profissional, da ciência, mistura muito por lá. Assim é muito conhecimento ancestral em todos eles, não podemos apagar essa chama acessa, seria mais ou menos esse paralelo entre conhecimento científico e conhecimento ancestral, e isso está muito complicado, digamos, como apoio local.” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023).

As maneiras pelas quais as mulheres compreendem os espaços, promovem inclusão e delegam responsabilidades são aspectos que devem ser levados em conta nas decisões. Historicamente, tem-se observado uma predominância da perspectiva masculina, heteronormativa e branca, e a inclusão de ideias provenientes de mulheres negras pode agregar novas dimensões às ações sociais. Além disso, é fundamental combater atitudes discriminatórias e fomentar a conscientização sobre a relevância da diversidade e da representatividade nas ciências.

Na Colômbia, não há dados oficiais sobre mulheres negras de ascendência africana com doutorado. Entre 2010 e 2017, apenas 40% das mulheres têm doutorado, principalmente em áreas "femininas". A autodeclaração étnico-racial não é considerada nos registros do Sistema Nacional de Informação do Ensino Superior e da Colciencias, o que reflete uma falta de interesse do governo em abordar questões de discriminação. As instituições de ensino superior priorizam a meritocracia, ignorando as disparidades étnico-raciais e de gênero, o que alimenta o racismo epistêmico. (Ocoró, 2020).

A presença de mulheres negras no espaço científico é significativamente sub-representada. Enquanto mulheres brancas buscam reconhecimento acadêmico, as negras enfrentam desafios para ingressar na carreira universitária (Euclides, 2017). Silva aponta que tanto o racismo quanto o sexismo explicam essa limitação, resultando em uma

diminuição da participação feminina à medida que se avança na formação acadêmica, especialmente em cargos de poder nas universidades (Silva, 2010). Além disso, há uma notável falta de história e epistemologias negras nos currículos acadêmicos, com a produção intelectual desse grupo sendo pouco valorizada nas bibliografias (Ocoró, 2019).

Os ambientes acadêmicos não estão imunes ao racismo que permeia a sociedade. A negação da condição de sujeitos que produzem conhecimento por parte de negros e negras, bem como a sua redução a uma mera minoria, configura uma forma insidiosa de racismo epistêmico que muitas vezes passa despercebida. O racismo, profundamente enraizado nos espaços acadêmicos, falha em reconhecer a igualdade cognitiva do outro, marginaliza seu saber e cultura, e contribui para a perpetuação de desigualdades nas esferas de produção de conhecimento e nas estruturas sociais (Ocoró, 2019).

Reconhecer o trabalho e as contribuições das mulheres negras nas Ciências da Natureza é crucial para construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham iguais oportunidades para desenvolver seu potencial e alcançar o sucesso profissional.

5.2. Ciências da Natureza: Racismo, Gênero e Desafios Sociais

Neste tópico, buscaremos explorar as interações entre as Ciências da Natureza e as questões sociais relacionadas à Raça, Racismo e Gênero nas vivências das doutoras negras envolvidas. Embora as Ciências da Natureza sejam frequentemente consideradas disciplinas objetivas, ou mesmo como Ciências duras, é imprescindível reconhecer a influência dos contextos sociais e culturais na produção e aplicação desse conhecimento. O racismo e as desigualdades de gênero afetam diretamente o acesso à educação, como abordado no tópico anterior, além de impactar a pesquisa e a prática científica. Esses desafios precisam ser enfrentados para que possamos promover um ambiente mais inclusivo e justo em todas as áreas.

Para uma melhor abordagem desta problemática, subdividiremos o tópico em subtemas:

5.2.1. Racismo e Ciências da Natureza

5.2.2. Gênero nas Ciências da Natureza

5.2.3. Desafios Enfrentados

5.2.1. Racismo e Ciências da Natureza

Certamente algumas as mulheres negras têm a trajetória de vida marcada por se dedicar às Ciências ou à produção do conhecimento científico. Mais certo ainda que nem todas elas estão no meio acadêmico, nem fazem parte de grandes focos de lideranças de tomadas de decisão. Por outro lado, nem todos os saberes dessas mulheres tiveram a oportunidade de serem difundidos pelo mundo. As intelectuais negras que atuam em universidades são, na verdade, uma parcela mínima dessa população, mas que possuem a chance de disseminar os conhecimentos ancestrais, que certamente serão moldes para que a influência direta atue sobre mais algumas que desejem seguir o mesmo trajeto.

Por definição, Ciência é, segundo Fonseca (2002), “o saber produzido através do raciocínio lógico associado à experimentação prática. Caracteriza-se por um conjunto de modelos de observação, identificação, descrição, investigação experimental e explanação teórica de fenômenos.” Considera-se, portanto, que a Ciência estará diretamente ligada às questões da vida cotidiana, de modo que através destes pressupostos elenque descobertas e saberes que farão parte da composição de conhecimentos científicos. É mais uma forma de compreender o mundo e as coisas que dele fazem parte, gerando nos indivíduos a capacidade de através do conhecimento adquirido estarem aptos a interagir com as transformações intervindo em suas realidades. A formação integral no sentido da cidadania é sem dúvidas um dos objetivos da Ciência.

O Ensino de Ciências segundo Chassot (2011), se configura em uma linguagem que facilitará a leitura do mundo: “conjunto de conhecimentos que facilitam aos homens e mulheres fazerem uma leitura do mundo em que vivem, o que amplia o direito a escolha.” Essa leitura, quando acontece de modo crítico, fornece componentes que serão úteis para a formação pessoal de cada indivíduo e os levará a compreender mais criticamente as relações sociais e consequentemente fornecerá condições de atuação nas mudanças em torno das problemáticas tanto sociais, quanto científicas.

Por meio dessa perspectiva, podemos nos perguntar o que realmente define a Ciência. Quais saberes serão considerados científicos ao serem avaliados? Quem é responsável por identificar os interesses, tanto ocultos quanto explícitos, que permeiam o conhecimento científico? A quem a Ciência tem servido, tanto no passado quanto no presente? É inegável que o termo científico possui um peso significativo na sociedade; basta afirmar que algo está comprovado cientificamente para que essa ideia transite de uma questão debatida para uma aceitação quase automática. No entanto, é importante

refletir: os conhecimentos gerados fora do âmbito acadêmico podem ser considerados Ciências?

Chassot (2006) afirma que,

(...)a palavra ciência pode por vezes aprisionar, por exemplo, quando alguns passam a impressão de que, uma vez que se falou de cientificidade, não há mais a fazer senão se submeter a ela, sem dizer ou pensar mais nada a respeito. Um filósofo crítico ou emancipatório da ciência procurará, portanto, compreender como e por que as ideologias da cientificidade podem mascarar interesses da sociedade diversos. (Chassot, 2006)

O filósofo crítico procurará reconhecer os saberes como parte do conhecimento científico, construído de e para as civilizações. A prática científica é um tipo de sabedoria baseada em métodos desenvolvidos pela Ciência, que busca explicar e compreender os fenômenos naturais e sociais de forma objetiva e sistemática. Ela é fundamentada em teorias, hipóteses, experimentação e observação, e visa à produção de saberes que possam ser testados, verificados e replicados. O Pensamento científico é considerado confiável, uma vez que é submetido a um processo rigoroso de validação e revisão por parte da comunidade científica (Chassot, 2006).

No campo científico há a delimitação de áreas e subáreas para melhor agrupamento de saberes acumulados e atuais da humanidade. Essas subáreas podem ser justificadas a partir de concentrações de saberes que servirão adequadamente para compreensão de fenômenos. Ao estudar a Ciência e compreender suas subdivisões, os estudantes poderão aprender a respeito de si mesmos, da diversidade e dos processos de evolução e manutenção da vida, do mundo material, do sistema solar, do universo e da aplicação do conhecimento científico nas esferas da vida humana. Essas aprendizagens, entre outras, poderá fornecer elementos que leve as pessoas a compreenderem melhor as situações sociais e melhor intervir sobre elas (Brasil, 2022).

Neste trabalho, o nosso foco é nas Ciências da Natureza que se caracterizam mediante estudos dos aspectos que fazem parte do meio ambiente e suas relações humanas, assim como as interações sociais em torno destes temas. As doutoras entrevistadas estão atuando nestas subdivisões dessa grande área que estuda os seres vivos e o meio em que eles vivem, desenvolvem pesquisas que tem em vista compreender desde os aspectos biológicos, passando pelos químicos, assim como os aspectos físicos. Atuam na Física, na Química, na Biologia, e na Engenharia Química. E trazem contribuições

acerca de como seus percursos científicos são marcados por delimitações unicamente de raça e gênero.

Se racismo e machismo são elementos estruturantes da sociedade brasileira e colombiana, conforme já analisado, as hierarquizações humanas são reproduzidas em todos os espaços, inclusive na Ciência. Desse modo, a própria Ciência já foi utilizada para legitimar o racismo por estudos biológicos do século XIX, que introduzem o conceito de racismo biológico, assim como também foi utilizada para tentar provar uma suposta inferiorização feminina e a classificação do que elas e eles deveriam aprender (Ribeiro, 2018).

A doutora brasileira Enedina Alves cita que, para ingressar no espaço do conhecimento científico enfrentou problemas de todas as ordens. Contudo, ter uma professora na qual ela se sentia representada foi muito importante para a permanência dela nesse espaço, para que alguns problemas pudessem ser superados com maiores facilidades. Ela cita que não se sentir representada na Universidade é um entrave que pode significar a desistência e abandono. Foi o espaço onde encontrou apenas uma professora negra que a enxergou e foi sua inspiração durante todo o curso. Considerando que são disciplinas muito isoladas e de difícil compreensão no curso de Ciências da Natureza, encontrar um acolhimento faz muito a diferença para a permanência.

“Tive uma professora negra na graduação, no segundo período que foi extremamente importante para minha permanência, e ela nem sabe. Foi uma professora negra, bem no início da faculdade que me deu atenção. Eu não estava entendendo nada e fui até ela e ela me explicou. Cuidadosa, sabe, eu peguei aquele conteúdo, e depois que ela explicou ficou fácil. Então, ela me marcou, e claro, só a presença dela, só por estar ali, já era um grande incentivo para mim.” (Dra. Enedina Alves, brasileira; 2023).

Percebe-se pelo relato da doutora entrevistada que a representatividade é muito importante, principalmente no início da formação acadêmica superior. O modo como olham, como se referem, como analisam as meninas, passa a ser um diferencial em sua permanência ou não neste espaço. O acolhimento faz uma enorme diferença para quem recebe. Não se sentir presente nestes lugares é muito desestimulante e pode levar ao abandono do curso.

Bell hooks (1984), cita que a voracidade racista e sexista é exercida devorando corpos e culturas sem que haja uma organização imaginária e real dos lugares dos sujeitos

que tem o poder e dos que não tem. Contudo, o mesmo olhar que subjuga, aprisiona, reduz e destitui pode sofrer processos inversos e se converter em um olhar insurgente. É isso que se faz necessário fomentar, o pensamento insurgente de representatividade e visibilidade negra feminina nos espaços.

Através do livro de Fanon, “*pele negra, máscaras brancas*”, Grada Kilomba (2019), faz uma declaração que corrobora com o pensamento discutido até o momento. Afirma que, quando chega a Universidade e se sente como a única estudante negra no curso, se choca, e que essa invisibilidade e ausência são os princípios que mantêm os espaços brancos mantidos assim e tornam a branquitude como fato natural, a norma.

Afinal, eu era a única estudante negra em todo o instituto de psicologia clínica e psicanálise, numa cidade recheada de várias gerações afrodescendentes, e aquela professora notou. Ela notou o princípio da ausência. O princípio no qual quem existe deixa de existir. E é com este princípio da ausência que espaços *brancos* são mantidos *brancos*, que por sua vez tornam a *branquitude* a norma nacional. A norma e a *normalidade*, que perigosamente indicam quem pode representar a *verdadeira* existência humana. Só uma política de cotas é que pode tornar o ausente existente. (Grada Kilomba, 2019).

Como se nota através do relato de Grada Kilomba (2019), a representatividade aliada a parceria faz com que grandes conquistas aconteçam no sentido de tornar os ambientes mais igualitários. A solidão no ambiente de trabalho é um tema estritamente relevante quando se fala destas visibilidades. Aqui citamos na questão do universitário que se sente acolhido por representatividades. Contudo, se faz necessário que as professoras, também se sintam da mesma maneira, acolhidas e fazendo parte desta existência humana citada por Grada.

Em capítulos anteriores pudemos acompanhar que existem áreas que já se encontra uma representatividade mais expressiva de mulheres negras, principalmente nas áreas humanas e sociais. Contudo, as Ciências da Natureza ainda apresentam um entrave muito significativo que barra a entrada e permanência negra. A menina negra não encontra nesses cursos, um modelo, um par, que possa se sentir pertencente a esse ambiente. Aliado ao fato de se caracterizar como uma área extremamente dificultada e com maior participação de homens brancos, no estilo europeu, essas naturalizações impedem a participação direta de maiores números de meninas negras.

A falta de representatividade seria um dos primeiros fatos que levam a delimitação dessa área como masculina, branca, heterossexual. Esse é um problema que reflete diversas questões sociais, culturais e educacionais. Assim como pode ter consequências

significativas tanto para as jovens negras, quanto para o campo científico. Uma vez que, a partir do momento que há uma seleção de quem deve fazer parte deste meio, acaba deixando de fora possível potenciais que poderiam contribuir tanto cientificamente quanto humanamente com a área. A diversidade enriquece o campo científico. A falta de representatividade de meninas negras pode levar a lacunas no conhecimento, já que diferentes perspectivas e experiências são essenciais para a inovação e a resolução de problemas.

Segundo Chassot (2003), a quase ausência de mulheres na história da Ciência não deixa de ser significativa. Historicamente nas primeiras décadas do século XX, a Ciência estava culturalmente definida como uma carreira imprópria para mulheres, da mesma maneira que, ainda na segunda metade do século XX, se afirmava quais eram as profissões de homens e profissões de mulheres. Acrescento que, na atualidade ainda existem estereótipos que frequentemente as mulheres negras enfrentam que podem desencorajá-las a seguir carreiras nas Ciências. A sociedade muitas vezes não reconhece ou valoriza suas capacidades intelectuais, levando a uma autoimagem negativa e à crença de que áreas científicas são para outros.

Em relação ao impacto da representatividade, a doutora brasileira Metit Ptah menciona que, ao ingressar no curso de Física, as palavras mais comuns que ouvia eram sobre a dificuldade da disciplina e a crença de que ela não seria útil na vida. Esses comentários alimentam a ideia de que a desistência é uma opção inevitável para muitas meninas. Até hoje, ao chegarmos à graduação em Física, ainda escutamos esses mesmos argumentos, afirmando que não será possível aprender e que nem mesmo conseguirão passar nas disciplinas de cálculo integral e diferencial.

Ao iniciar os cursos das Ciências da Natureza se nota a visível lotação das turmas. Contudo, com o passar de alguns meses é notório o esvaziamento das salas. As desistências do curso. Os discursos proferidos pela maioria dos professores, homens, brancos, é que essas são disciplinas de pessoas inteligentes, que somente com muito esforço se consegue compreender o que os “grandes cientistas”²² apresentam. Alguns vão mais além e se dirigem as meninas questionando por que não estão em áreas mais leves, mais brandas. Esses relatos trago da minha formação pessoal no curso de Física.

Em uma pesquisa realizada na UEPB em 2023 por Lopes e avaliada por mim,

²² Me refiro assim, corroborando com o pensamento de MARTINS (2005), que a história da Ciência, muitas vezes, apresenta seus cientistas como gênios, como pessoas que não erraram jamais. E essa afirmação é um dos problemas relativos a historiografia.

acerca dos motivos que levam ao abandono em massa desse curso, não só mulheres, mas há uma evasão considerável nos cursos de Física de forma geral. Lopes (2023), cita que o abandono no curso de Física pode ocorrer por diversos motivos, como falta de interesse na área, dificuldade com a matéria, problemas pessoais ou financeiros, entre outros. E propõe através de seu levantamento que é importante refletir sobre os motivos que levaram ao abandono e buscar soluções para superá-los, como conversar com professores ou orientadores, procurar apoio psicológico, reavaliar o plano de estudos, entre outras medidas.

As nuances diárias da vida já estarão atuando para barrar as meninas negras de ingressarem em ambientes masculinizados. Aliado a isso, estar diariamente um educador que afirma que elas não vão aprender, que não utilizarão esse conhecimento para nada, que essa não é uma área de mulheres. Os entraves se somam e impedem que de fato haja participação feminina negra nessas áreas. Assim como relata a doutora brasileira Merit Ptah.

(...) “a minha vida inteira eu ouvi você nunca vai aprender física. Você nunca vai usar física para nada. Mas, óh nós aqui! Entramos na universidade em torno de 50 estudantes no curso de licenciatura em física lá em São Carlos. Quando eu entrei era essa a realidade. Durante o curso foram desistindo, e somente cinco pessoas depois de 4 anos regulamentares, os quatro anos, era licenciatura. Dos 50 que entraram só seis se formaram e destes, duas eram meninas. Adivinha quem era a segunda menina?” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

Essas dificuldades do curso de Física atreladas aos estereótipos de raça e gênero contribuem para que esse campo da Ciência continue sendo uma área em demasia masculinizada e com entraves principalmente para as mulheres. Historicamente essa área de Ciências Exatas e da Natureza tenderam a ser e permanecer com atuação focada no masculino. Atualmente, mais mulheres estão buscando formação em áreas como a Física e mostrando que são capazes de se destacar e contribuir de forma significativa para o avanço da Ciência (Carvalho, 2020). A presença feminina no curso de Física é importante para promover a diversidade de ideias e perspectivas, enriquecendo o ambiente acadêmico e incentivando a igualdade de gênero no campo científico.

Nesse aspecto das dificuldades inerentes as disciplinas das Ciências da Natureza, de fato o grau de complexidade empregada nas resoluções de situações reais e hipoteticamente criadas para a compreensão de fenômenos, exigem muita compreensão e

desenvolvimento de habilidades anteriores que vão elevando os níveis de dificuldade de cada conteúdo, cada disciplina (Silva, Oliveira, Cruz, 2016; Fernandes, 2008). Como cita a doutora Merit Ptah, aqui estamos, passamos pelas dificuldades de uma Ciência complicada, difícil, mas ainda assim entre os 50 alunos iniciantes do curso era uma das cinco que terminariam a graduação.

Sobre a aprendizagem nas Ciências da Natureza, Brasil (2002) menciona que “para desenvolver competências que requerem o sentido crítico será necessário privilegiar espaços de discussão, tanto na escola como na sala de aula.” Esses momentos de debates contribuirão para formação integral e humana dos indivíduos envolvidos. O ensino quando mecanizado, tendo como base a resolução de problemas desconexos apresenta essa característica de ser difícil e sem compreensão fácil. Com isso, não estamos argumentando que todos os problemas dessa área se resolveriam caso esse enfoque seja dado. Contudo, uma parcela de saberes oriundos deste campo poderão ser melhor apreciados e desenvolvidos por um maior número de indivíduos.

O orgulho que se sente ao pronunciar essa frase não tem precedente. Em meio a desestímulos e dificuldades, ser uma das que não ousaram desistir é muito gratificante. Assim também consigo me sentir igualmente orgulhosa, na minha turma inicial de Física, eram 55 estudantes, e somente eu de mulher consegui concluir a graduação, entre 5 concluintes. Essa sensação é de vencer, de mostrar que apesar das várias formas utilizadas para demonstrar que ali não é o seu lugar, conseguir ser tolerante e lutar contra um sistema opressor e chegar até o fim é gratificante. Não quero com isso romantizar a luta diária que se faz necessária para vencer as barreiras impostas pelo racismo, sexismo e classe social. Mas, é uma maneira de se colocar no lugar que não gostariam que você estivesse. É lutar contra o sistema opressor.

Tendo em mente que elas enfrentam uma série de desafios e barreiras para acessar a Educação e a Ciência, é fundamental haver uma representatividade feminina nas Ciências da Natureza, especialmente entre as mulheres negras. Contudo, nos cabe o questionamento, por que tão poucas? Segundo Carvalho (2020), essa questão tem sido levantada por estudiosas feministas de diversos países. Hill, Corbett e St. Rose (2010) sustentam que a baixa participação das mulheres nas áreas de CTEM pode ser explicada por fatores sociais e ambientais, e não por habilidades inatas. Essa afirmação é corroborada pelo aumento significativo do número de alunas com altas pontuações em testes padronizados de Matemática nos Estados Unidos nas últimas décadas. No Brasil, Lombardi (2016), em uma recente revisão sobre a presença feminina nas engenharias,

também evidencia a influência de fatores culturais e educacionais.

A presença de mulheres negras nessas áreas de estudo não só incentiva outras mulheres a seguirem carreiras científicas, como também enriquece o ambiente acadêmico e promove uma maior diversidade de perspectivas e experiências na comunidade científica. (Carvalho, 2020). Além disso, a representatividade feminina nas Ciências da Natureza contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo e igualitário, onde todas as vozes e experiências são valorizadas e respeitadas.

O desafio de estabelecer o que as meninas podem aprender e o que lhes é negado já foi objeto de diversas tentativas de explicação científica. Apesar de entendermos que as experiências anteriores e os contextos de vida desempenham um papel crucial nas suas escolhas e na capacidade de uma aprendizagem significativa (Ausubel, 2022), é injusto que o sistema educacional limite as meninas em áreas acadêmicas ou estipule o que elas podem ou não aprender, assim como quais carreiras devem seguir. A doutora brasileira Merit Ptah nos demonstra essa afirmação através de seu relato. O quanto apesar de ser informada cotidianamente que a Física é difícil, que não conseguiria aprender, demonstrava dia após dia o quanto conseguia se sair bem nos conteúdos.

“Gostava de matemática, sabia mesmo, física moderna eu amava, eu era apaixonada, você não faz ideia como eu gostava de trabalhar com todos aqueles operadores. Reprovi também, uma única reprovação na minha vida, eu nunca tinha sido reprovada, na minha ideia estava sendo avaliada a minha capacidade, reprovei justamente em Física Moderna. Agora eu encontro o professor que eu reprovei, eu falo que ele me reprovou, e ele fala, reprovei todo mundo, e rir.”
(Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

Percebe-se no relato da doutora Merit Ptah que embora ela sempre tenha mostrado aptidões para a Matemática, para a Física, os professores ainda tentavam demonstrar que ela não aprenderia. Demonstrar interesse e gosto pelas disciplinas já seria um excelente argumento para fomentar essa participação efetivamente. Com isso, não afirmamos ser fácil, mas que com os devidos delineamentos elas podem aprender com qualidade. Tanto defendemos que de fato são conteúdos complexos, que a doutora reprovou em Física Moderna e entendeu que essa reprovação era de sua capacidade individual. Hoje compreende que não foi apenas ela a retida, mas toda a turma. Contudo, no momento da reprovação, a sensação imediata é de que o fracasso será eminente. Que não conseguirá finalizar o curso e que de fato os professores estão certos.

De acordo com Pierre Bourdieu (1999), as antigas estruturas da divisão sexual do trabalho continuam presentes, mesmo com o sucesso educacional de meninas e mulheres. Isso se deve à atuação de três princípios práticos que vinculam as mulheres a funções domésticas (como educação, cuidados e serviços) e subordinadas (impedindo que tenham autoridade sobre homens), enquanto os homens são associados a objetos técnicos e máquinas. Esses princípios refletem tanto a segregação horizontal quanto a vertical no mercado de trabalho: a raridade de mulheres nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM) na maioria dos países industrializados, e o chamado "teto de vidro", que impede seu avanço a cargos de alta remuneração, influência e prestígio, perpetuando sua subalternidade.

Portanto, entende-se que essa não é uma área simples. No entanto, quando acompanhada de determinação, dedicação e vontade, é possível aprender. Essa realidade se aplica a todos, independentemente de gênero, raça ou classe social, como exemplifica a doutora colombiana Ângela Restrepo Moreno.

“Quando decidi que iria prosseguir os estudos nessa área sabia que não seria muito fácil. Mas eu penso assim, na minha vida sempre tenho que entender que nada é fácil, na vida de ninguém é. Sabia que teria que estudar muito e me esforçar o máximo, assim eu fiz. Não me arrependi de minhas escolhas.” (Dra. Ângela Restrepo Moreno, colombiana, 2023)

É por essa perspectiva da doutora colombiana Ângela Restrepo Moreno, que entendemos que se for observar bem de perto, nada do que nos propomos a fazer é meramente fácil, simples e sem complicações. Na maioria das vezes teremos que enfrentar muitas dificuldades para que as coisas aconteçam como devem ser. As Ciências da Natureza é apenas mais uma área que precisa de esforço e dedicação. Nada precisa ser impossível, e as doutoras estão aqui para provar, sendo pioneiras em suas pesquisas.

Além dessa ausência, da dificuldade atribuída aos cursos das Ciências da Natureza e da habilidade inata para a aprendizagem de competências espaciais (Hill; Corbett; st. Rose, 2010). Um enfoque primordial que barra a presença de mulheres negras nestes ambientes é a atuação do racismo, em suas mais variadas formas. Seja em forma de execução direta, seja através de seus códigos e símbolos, o racismo está presente em todos os setores sociais, fazendo com que as pessoas sejam excluídas e marginalizadas de espaços de poder. Como demonstra Collins (2019), a sombra que obscurece essa complexa tradição intelectual das mulheres negras não é nem acidental, nem benigna.

Suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos dominantes.

Fazemos parte de sociedades multirraciais e, sendo assim, os modos como a cor, raça, etnia são vistas é variável e impactam a própria estrutura de classes. Segundo Carneiro (2023), “o racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou.” São exatamente esses privilégios que expressam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social.

Nesta abordagem, a doutora brasileira Enedina Alves afirma que seu primeiro contato com o racismo no ambiente educativo foi quando a coleguinha se incomodou com o seu estilo de cabelo. Isso marca e atravessa a criança de determinada maneira que fere seus sentimentos a ponto de lhes transmitir uma mensagem de que somente ela é diferente. Esse foi o primeiro contato da doutora com o racismo, mas outras situações surgiram que os fazem pensar que de fato há algo errado nesse ambiente. O triste é quando a criança entende que o erro consiste na sua presença ali.

“Lembro que bem pequena, na escola, eu sofria racismo, até da coleguinha, porque o racismo não está só em locais de alto poder aquisitivo. Sabe, sempre usei cabelo black e isso na década de 1980. Com oito anos, ouvia da colega: “vem cá, você vai vir todo dia com esse cabelo?” E aí eu falava pra ela: “eu vou vir sim, esse cabelo é meu, ele é lindo e eu vou vim sim”. Esse empoderamento vinha dos meus pais, pessoas que estavam ali do nosso lado. Essa coleguinha cada dia ela ia com um penteado, cabelo solto, Maria Chiquinha, rabo de cavalo, coque e aí ela zombava de mim.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022)

As marcas deixadas pelo racismo são tão potentes que não se permite esquecê-las. (Angelo; Arruda, 2023). Através de uma coleguinha, possivelmente da mesma idade que a doutora, ela se sentiu diferente, não desejada e isso atravessa de modos que transmitem mensagens puramente pelo fato de estar sendo pronunciadas. Os pais da doutora conseguiram lhe fornecer uma base sólida que lhe fosse útil para responder e se sentir com direitos de estar nesse ambiente tanto quanto as demais crianças, mas e os pais que não conseguiram fornecer essa formação humana a seus filhos? Por que as meninas negras é que precisam se formar para sentirem-se seguras e não o contrário?

As pessoas costumam confundir estereótipos e imagens de controle, usando-os de forma intercambiável em análises de desigualdade social. Mas esses dois constructos têm implicações diferentes sobre como as ideias são importantes nas relações hierárquicas de poder. Para mim, estereótipos são crenças errôneas sobre um determinado grupo que facilitam visões preconceituosas sobre ele. Esse é o caso, por exemplo, de pessoas brancas que acreditam que os/as negros/as são menos inteligentes ou mais inclinados/as ao crime, ou homens que acreditam que as mulheres são menos racionais e mais emocionais, ou pessoas ricas que acreditam que seu privilégio imerecido lhes dá o direito de comprar qualquer coisa. Crenças errôneas como essas encorajam a expressão da discriminação contra negros/as, mulheres e outros grupos discriminados. (Collins, 2019).

Os estereótipos, segundo Collins (2019), estão atuando nas sociedades determinando o que pode ou não ser realizado por determinados grupos sociais. Mulheres não podem aprender Física, meninas de cabelo black não devem ir com eles soltos para as escolas, negros são mais violentos, mulheres negras são mais barulhentas. São exemplos de como as atitudes racistas estão dialogando nos espaços educativos delimitando as escolhas de meninas. Os estereótipos racistas podem ter um impacto profundo nas escolhas e experiências das meninas negras. Esses estereótipos são construções sociais que perpetuam preconceitos e desigualdades, influenciando como meninas negras se veem e como são vistas pela sociedade.

Muitas meninas negras são bombardeadas com representações negativas de sua raça na mídia e na sociedade. (Angelo; Arruda, 2023). Isso pode levar a uma autoimagem negativa e à internalização de estereótipos prejudiciais, afetando suas escolhas em relação à aparência, como cabelo e estilo pessoal. Estereótipos que associam raça a habilidades e competências podem influenciar a forma como meninas negras veem suas capacidades acadêmicas e profissionais. Elas podem se sentir desencorajadas a buscar certas áreas de estudo ou carreiras devido a preconceitos sobre sua aptidão. A falta de representatividade positiva em mídia, literatura e espaços públicos pode fazer com que meninas negras sintam que suas aspirações são limitadas. A ausência de modelos e ícones que as representem pode afetar suas escolhas.

“Meu contato com o racismo é diário. Todos os dias quando realizo atividades básicas entendo que muitas situações acontecem por conta da minha cor. Em uma situação bem simples como ser ajudada, precisar de alguém. Simples? Pois você sente que o racismo se manifesta ali.” (Dra. Ángela Restrepo Moreno, colombiana, 2023).

Tratadas como *infans* (Gonzalez, 2020), desde a mais tenra idade as mulheres negras sempre foram submetidas a vários processos de desnaturalização de suas vivências. Eram as pessoas sobre quem se fala, mas que nunca tinham suas próprias vozes. Lélia Gonzalez faz uma crítica a Ciência moderna como padrão exclusivo para a produção do conhecimento. A hierarquização de saberes, segundo Lélia, como produto de classificação racial da população, já que o modelo classificado como importante é o branco, é um dos principais problemas dessa sistematização.

Afinal, eu não sou mulher? Essa poderosa pergunta formulada por Sojourner Truth em seu discurso na Convenção de Akron, Ohio, em 1851, ilustra bem o que a doutora colombiana expressou ao ser questionada sobre sua experiência com o racismo. Muitas vezes, as mulheres negras precisam de ajuda, mas não a recebem porque as pessoas ao seu redor perpetuam a ideia de que elas são fortes e capazes de enfrentar todas as adversidades sozinhas. Essa crença distorcida minimiza suas fragilidades e faz com que suas dificuldades sejam ignoradas. Essa situação é uma clara manifestação do racismo profundo que ainda persiste em nossas sociedades.

Acordar cedo, pegar água na bica, deixar as coisas adiantadas para que a filha mais velha termine, trabalhar nas casas de madames ou como servente no supermercado. Voltar à noite, lavar umas “roupinhas”, acordar mais cedo no dia seguinte para enfrentar a fila no posto de saúde porque uma das crianças está doente etc, etc... nada disso a faz esmorecer. Em matéria de dupla jornada, estratégias de sobrevivências e coisas que tais, ela é escoladíssima.... ela sempre dá um jeito de ir ao samba para exercer a sua ludicidade, e com todo o direito. Curte um carnaval como ninguém e adora desfilar na avenida. E não deixa de ir ao terreiro ou ao centro, porque põe fé nos orixás ou nos guias. Pode ter medo de barata, mas da polícia não. (Gonzalez, 2020).

A resistência feminina negra expressa através da fala de Lélia Gonzalez (2020) nos leva a refletir sobre a fala da doutora colombiana quando deixa claro que na sociedade, a luta da mulher negra não é sensibilizada no sentido de ser o sexo frágil, atributo dedicado as mulheres. Essa colocação de Gonzalez (2020), retrata de forma poderosa a vida de uma mulher que, apesar das inúmeras dificuldades e da dupla jornada que desempenha, encontra formas de manter sua alegria e conexão com a cultura e suas crenças. O cotidiano que ela enfrenta, cheio de obrigações e desafios, é uma representação da luta diária de muitas mulheres que conciliam trabalho e responsabilidades familiares.

Apesar das lutas essas mulheres se recusam a deixar de lado seus momentos de diversão e celebração, que são fundamentais para sua saúde mental e emocional.

A frase que impacta a citação de Lélia neste contexto é: o fato de ter “medo de barata, mas da polícia não”. Demonstrando coragem e um desafio às injustiças que as mulheres negras comumente enfrentam. Aliado a conexão com a espiritualidade, representada pela frequência nos terreiros e a fé nos orixás, também é um aspecto significativo que revela uma busca por proteção e força para todas. Temos um exemplo de uma mulher multifacetada, que, apesar das adversidades, consegue encontrar formas de resistência, alegria e expressão cultural, refletindo a complexidade e a riqueza da experiência feminina na sociedade contemporânea. A mensagem central é uma celebração da força, resistência e alegria que coexistem em meio a desafios diários.

Por um lado, essas mulheres são frequentemente vistas como mais resilientes e fortes, desafiando a ideia de fragilidade associada às mulheres em geral. Por outro lado, essa percepção pode levar à desumanização e à negação de suas vulnerabilidades, fazendo com que sua dor e suas experiências sejam invalidados (Ribeiro, 2018). A luta por reconhecimento e por espaço em narrativas que considerem a complexidade de suas identidades é fundamental. O feminismo negro, por exemplo, busca destacar e abordar essas questões, promovendo uma visão mais inclusiva e verdadeira sobre a experiência das mulheres negras. (Ribeiro, 2018).

A afirmação da doutora colombiana Ângela Restrepo Moreno de que mulheres negras não são vistas como merecedoras de ajuda nos leva a refletir sobre sua compreensão profunda de força, resiliência e a riqueza de suas experiências. Essa perspectiva estereotipada desafia os preconceitos que historicamente foram atribuídos às mulheres, especialmente àquelas que enfrentam opressão racial e de gênero. Entretanto, não devemos romantizar a solidão ou o sentimento de abandono que muitas mulheres negras vivenciam, pois esse não é o objetivo. É importante reconhecer que elas carregam uma longa história de resistência e luta por seus direitos, tanto durante o período da escravidão quanto na contemporaneidade. Mulheres negras têm sido protagonistas em movimentos sociais, como no movimento pelos direitos civis e no feminismo interseccional.

Davis (2016) afirma, que a mulher negra nunca se encaixou nesses parâmetros de sexo frágil, atribuído as mulheres, e nem poderia. Ela é protagonista de vários séculos de exploração. Com isso, compreende-se uma perspectiva importante sobre a experiência da mulher negra na sociedade. Ao afirmar que ela nunca se encaixou nos parâmetros de

"sexo frágil", Davis desafia estereótipos históricos que têm sido impostos às mulheres ao longo dos séculos. Em vez de serem vistas como frágeis, as mulheres negras têm sido figuras centrais na luta contra a opressão e a exploração, tanto em contextos de colonialismo quanto em situações contemporâneas. Quanto a questão da masculinidade fragilizada e da desumanização da mulher negra é crucial para entendermos as dinâmicas de poder e gênero. Ao se reconhecer a trajetória de resistência e resiliência das mulheres negras, é possível começar a dismantlar narrativas que buscam silenciá-las ou reduzi-las a papéis subordinados.

Essa discussão proposta por Davis (2016), também abre espaço para examinar como o racismo se entrelaça com o machismo, criando camadas adicionais de opressão. Portanto, é fundamental aprofundar essa temática, reconhecendo o papel ativo das mulheres negras na história e suas contribuições à luta por justiça social. O retorno a essa temática, adiante, deve buscar não apenas a reflexão, mas também a valorização e o empoderamento dessas vozes, muitas vezes marginalizadas.

A doutora brasileira Merit Ptah, nos demonstra através de seu discurso que desafiando essa ideia pré-determinada atribuída a mulheres negras é possível trilhar caminhos e fomentar espaços moldando suas características mais intrínsecas. Nesses espaços acadêmicos elas podem contribuir de maneira significativa para a sociedade em diversos aspectos.

“Na minha trajetória, a raiva deles é por que eu ia lá fazer a prova, acertava, tirava aquela nota, era aquela que eles não podiam tirar. Mas eles ficavam: ‘você não vai conseguir’, sabe, eu ia lá e fazia. Contra os fatos não podiam ir, eles largamente poderiam dizer o que eles quisessem, mas a nota que eu tinha tirado, aquela que eles desejavam, a menos que eles mudassem isso, e aí já seria uma coisa, outra coisa, mas aqui ela era meu escudo, minha nota. Com isso o que eles poderiam fazer? Tinha mais é que engolir. Como está na moda agora, era aceitar logo que dói menos.” (Dra, Merit Ptah, brasileira, 2022).

Certamente a doutora Merit Ptah compreende que, a inclusão de mulheres negras em ambientes tradicionalmente masculinizados é fundamental para promover diversidade, inovação e igualdade de oportunidades. Quando mulheres negras conseguem bons desempenhos, isso não apenas desafia estereótipos, mas também enriquece as discussões e decisões dentro dessas instituições. À medida que eles se incomodam quando os melhores desempenhos passam a ser dela, eles passam tempos refletindo sobre essa

realidade e isso de qualquer forma é uma discussão válida para inserir os temas de raça e racismo nos ambientes acadêmicos.

Percebemos que o racismo existe, persiste e se reinventa, está presente entre nós. (Munanga, 2013). É necessário que nos disponhamos a reeducar nossos sentidos para conhecê-lo, e atuar para superá-lo, bem como suas diversas multiplicidades em ambientes sociais.

5.2.2. Gênero nas Ciências da Natureza

Abordados no Capítulo III deste trabalho, estão os conceitos relacionados ao gênero, sexualidade e raça. Aqui apresentaremos um recorte com relação aos discursos das doutoras entrevistadas e como elas percebem a atuação destes marcadores nas suas práticas científicas nas Ciências da Natureza. Historicamente, uma área dominada por homens, tanto a biologia, quanto a física, a química, a geologia, as engenharias. (Donoso-Vázquez; Gazo; Moreno, 2013). Por mais que se note avanços de participação feminina nas Ciências na atualidade, essas demandas continuam com lacunas significativas de participação de mulheres, em especial negra. Isso gera um desequilíbrio na representação de mulheres e outras identidades nessas áreas. O reconhecimento da importância da diversidade de perspectivas é fundamental para o avanço das Ciências da Natureza.

Importante retomarmos que o termo gênero foi introduzido na década de 1970 em tentativas de refrear o então avassalador determinismo biológico. No sentido de procurar diferenciar e distinguir formas culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade de sexo biológico. Amparados nos cromossomos, fisiologia e anatomias humanas, os deterministas biológicos, na época, assim como agora, fundamentam certas características masculinas, como relações inerentes ao próprio macho. Em contrapartida, utilizavam o mesmo argumento para segurar o determinismo como responsável por escolhas e percursos. O termo gênero, hoje, é com frequência usado de modo impróprio como para designar coisas de homens e coisas de mulheres. Ele é mais propriamente usado para referir-se a um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos (Schienbinger, 2001).

As relações de poder instituídas por meio de gênero permeiam os espaços científicos, assim como outros lugares historicamente masculinizados. Não deixa de se tornar um conceito construído socialmente, o que significa que não é apenas uma questão biológica, mas uma construção cultural que define papéis, comportamentos e expectativas

para homens e mulheres. Determinando lugares, saberes, conhecimentos de homens e mulheres.

Nas experiências do Brasil e da Colômbia, observa-se uma hierarquia de gênero nas Ciências da Natureza que favorece os homens em posições de poder e privilégio, como analisamos nos discursos das doutoras entrevistadas. Em contrapartida, mulheres e pessoas não-binárias frequentemente enfrentam discriminação e marginalização. Essa desigualdade se manifesta em vários contextos, incluindo o mercado de trabalho, a política e o acesso à educação e à saúde, entre outros aspectos.

A doutora brasileira Enedina Alves se expressa sobre as potencialidades e dificuldades inerentes a temática de gênero nas aspirações de suas pesquisas. Enumerando que o trabalho desenvolvido hoje por ela se deu com menos dificuldades graças ao empenho de mulheres anteriores a ela. Os avanços na política, na educação, na ciência, apesar de parecerem-nos ainda tímidos, foram possíveis, de fato, por lutas postas diariamente para que cada vez mais os espaços sociais sejam neutros e livres de determinismos sociais. As lutas passadas precisam ser recordadas para demonstrar que a contenda de raça e gênero ainda não foi vencida, mas as conquistas das batalhas travadas, desde os tempos mais remotos, proporcionaram avanços que observamos hoje.

“Tudo está sendo possível porque houve um trabalho anterior e eu fico feliz, sim, pelo avanço das mulheres na política, na educação, na ciência. Apesar da sociedade está a todo momento tentando nos impedir, fechar portas a todo momento pra não conseguirmos.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022)

Essa afirmação da doutora Enedina Alves nos leva ao desenvolvimento do raciocínio de que mais importante que definir e enumerar dificuldades, deve-se presar pela presença de mulheres em todas as áreas do conhecimento científico. A sociedade precisa transpor esses muros que barram suas presenças, seus progressos, as portas devem ser abertas, sem perspectivas de fechamentos possíveis para a humanidade de maneira mais global.

Assim como afirma Davis (2018), não nos apeguemos demais ao conceito de gênero. Por que, na verdade, quanto mais de perto o examinamos, mais descobrimos que ele está enraizado em um leque de construções sociais, políticas, culturais e ideológicas. E principalmente, não nos apeguemos ao conceito meramente para definir e enquadrar diferenças, na verdade, deve ser pensando como maneira de transpor barreiras e modificar

realidades de uma maneira geral.

O reconhecimento do avanço nas participações femininas em áreas antes completamente masculinizadas, assim como fez a doutora Enedina Alves, é fundamental. Compreendermos que muito já tem se encaminhado no sentido de mudança de realidades de áreas científicas mais plurais e diversas. Contudo, isso não nos impede de lutar para que esses números de participações sejam totalmente iguais, assim como, as condições de trabalho, a remuneração. Já houve muito avanço nesse sentido, mas muito ainda tem a se fazer para que os demarcadores sociais não sejam um argumento para ausências femininas negras em qualquer que seja o ambiente.

A doutora brasileira Enedina Alves nos aponta fatores cruciais para entendermos que estamos avançando, mas ainda temos um caminho a seguir. No sentido de expressar para as populações as igualdades de direitos e privilégios. Não admitir mais que haja diferenciações por raça, racismo, gênero ou qualquer demarcador. Essa luta é diária e não pode parar. Os espaços sociais precisam ser plurais e manifestar de todas as formas os interesses individuais e coletivos de todas as populações.

“Na minha perspectiva de vida eu não me deixo modelar por ações de outros, estando na missão eu busco as soluções. Todas as medidas tem que ser bem direcionadas para não cair em surpresas, para não gerar mais conflito, nem dizer que não consegui por culpa de outros. Eu me dedico ao máximo. Mas com certeza temos menos mulheres que homens em alguns lugares, não sobra dúvida que seja por questões de gênero.” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023)

Tanto a doutora brasileira Enedina Alves, quanto a doutora colombiana Idelisa Bonnelly, enfatizam em seus discursos a importância das lutas anteriores e os movimentos de mulheres que buscam essa representatividade em áreas da ciência muito masculinizadas. Uma vez que as pessoas tendem a pensar que as mulheres se tornaram cientistas apenas no século XX. Embora na atualidade seja difícil para qualquer um, sem acesso à educação universitária de qualidade, a laboratórios industriais, trabalhar em ciência, este não era o caso nos séculos XVII e XVIII. Nesses períodos, poucos homens e mulheres eram cientistas, claro que a diferença entre ambos já existia, uma maior e mais expressiva quantidade de homens em detrimento de mulheres. Alguns, como Galileu, eram astrônomos residentes em cortes principescas, Bacon e Leibniz eram ministros de governo, assim como homens de letras (Schienbinger, 2001).

Quando analisamos a desigualdade de gênero em várias áreas, como citado pela

doutora colombiana Idelisa Bonnelly, especialmente no mercado de trabalho e na educação, percebemos que de fato há ainda poucas mulheres em alguns lugares. Diversas profissões e campos de estudo ainda apresentam uma predominância masculina, o que pode ser atribuído a fatores sociais, culturais e estruturais (Gonzalez, 2018). A sociedade frequentemente associa certos trabalhos a um gênero específico. Por exemplo, áreas como engenharia, tecnologia e ciências exatas tendem a ser vistas como masculinas, enquanto enfermagem e educação infantil são vistas como femininas. Isso pode desencorajar indivíduos de certas áreas a seguir carreiras que não correspondem à sua identidade de gênero. Embora, em muitos países, as taxas de escolaridade feminina tenham aumentado, ainda existem contextos onde meninas têm menos acesso à educação em áreas específicas, especialmente em disciplinas *STEM* (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). O sexismo, como aponta bell hooks (1981), assoma-se maior que o racismo como uma força opressiva nas vidas das mulheres negras. O sexismo institucionalizado, ou seja, o patriarcado, formou a base da estrutura social.

“Lá na instituição que trabalho, de 20, 30 professores, homens, mesmo padrão de professores. Bom, de 25 pessoas, digamos 20 professores de física, quatro são meninas, contando comigo. Mas eu não conto, para eles, eu não sou nada né? Então tem três meninas, todas doutoras, não há uma que me cumprimenta, nenhuma me olha na cara de jeito nenhum e a quarta eu nunca vi, ela acabou de ser transferida da unidade. Essa eu nunca vi. Eu já vi o marido. O marido e a mulher vieram trabalhar aqui. Então eu sei que existe por que eu sei que ela foi aprovada no concurso, mas eu nunca vi.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

A solidão no ambiente de trabalho que acomete as mulheres negras é uma realidade enfadonha. (Silva; Neves, 2021). Como a área das Ciências da Natureza foi se configurando em um ambiente predominantemente masculino e moldado de acordo com os moldes dos mesmos, as mulheres nesse espaço são uma minoria muito expressiva, e ainda por cima, quando estão alocadas se mantêm indiferentes as dores coletivas, vivendo suas individualidades e acumulando situações que fogem da sua pequena rede de apoio.

Como argumenta a doutora brasileira, Marit Ptah, de vinte professores da instituição que trabalha, apenas quatro são mulheres, uma proporção de 20% da instituição que seja feminina. Em contrapartida 80% se tornou masculina. Isso é explicável neste ambiente que até o final do século XX não aceitava mulheres em seu corpo docente, nem discente. Como pode ser analisado no seu relato é muito comum

nesses espaços, além de serem minoria absoluta, as mulheres enfrentarem discriminação no local de trabalho, o que pode incluir assédio, desigualdades salariais e falta de oportunidades para avançar. Isso pode levar a uma menor retenção de mulheres em setores dominados por homens. (Silva; Neves, 2021).

Importante salientar também que, em muitos contextos, as mulheres ainda são as principais cuidadoras da família, o que pode limitar suas oportunidades de carreira e desenvolvimento profissional. (Angelo; Arruda; 2023). Isso contribui para a disparidade de gênero nas áreas de trabalho.

“Ah! E não é por que eu sou mulher, e por que eu sou negra, é porque eu sou a pior professora do mundo, eu não sei física, e a minha roupa chama atenção para o meu corpo. Então, eles falam sempre que não é porque eu sou mulher, e não é porque eu sou negra é porque eu sou incompetente Ok! Eles querem pessoas bem caladas, para mandar, para se aproveitar, todo mundo sabe disso.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

No contexto desta análise, o gênero é sempre utilizado como sugere Carvalho (2011), como símbolos e significados construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, utilizados para a compreensão e justificativa de todo o universo observado, para a justificativa de suas disparidades, incluindo as relações sociais e, mais precisamente, as relações entre homens e mulheres no seu ambiente de trabalho. A doutora brasileira Merit Ptah se encontra docente em uma instituição de ensino e nela desenvolve um trabalho eficaz, vários prêmios, patentes, publicações. Contudo, seus parceiros de profissão tendem a sempre deixar claro que ela não é boa professora, e ainda justificam, não é por que você é mulher, nem por que você é negra. Só que sua roupa chama muito atenção, seu corpo é muito expressivo. Isso a qualifica na categoria de incompetente. Essa afirmação da doutora é a mais contundente manifestação dos determinismos de gênero e raça nos ambientes profissionais.

Se o corpo é sempre entendido a partir de um ponto de vista social, o conceito de sexo estaria subsumido no conceito de gênero (Nicholson, 2000). Assim, não faz o menor sentido pensar nas habilidades profissionais da doutora Merit a partir de suas roupas, seu corpo, suas performances pessoais. Suas qualificações profissionais devem estar atreladas ao modo como adquire e passa os ensinamentos que julga necessários e não ligados ao fato de ser uma mulher ensinando Física.

“Eu sou a única negra na instituição de trabalho, as outras mulheres são brancas. Mas sabe, no Brasil todo, tem universidades que não tem uma única mulher, nenhuma única professora de cor. Isso é sério, é lamentável, a Física tem dono entendeu? A Física tem dono e ele é extremamente machista, extremamente branco, extremamente inteligente, não vou dizer a área, mas há...” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

Ser a única mulher negra na instituição relegou a doutora Merit Ptah, uma experiência complexa, desafiadora e ao mesmo tempo limitante. Envolvendo questões relacionados a representatividade, a diversidade e a inclusão. Assim como, também lhe deu a oportunidade de proferir palestras pelo mundo incentivando cada vez mais meninas a ingressarem nesse ramo acadêmico. Essa realidade proporcionou-lhe o material necessário para que cada vez mais meninas ingressem na instituição e que através do trabalho desenvolvido por ela, os números de egressas estão cada ano mais expressivos. Essa é uma realidade que precisa ser comemorada com louvor.

A presença de uma mulher negra na corporação docente é essencial para inspirar e motivar alunos que se veem representados. Isso pode contribuir para a construção de uma identidade positiva e para a quebra de estereótipos. A situação pode criar um ambiente desafiador em termos de inclusão. A professora pode enfrentar preconceitos ou micro agressões, além da necessidade de constantemente reafirmar seu lugar e seu valor na instituição, mas permanece firme no propósito. A doutora usa sua posição para promover discussões sobre diversidade e inclusão no ambiente escolar, trabalhando para criar um espaço mais acolhedor para todos os alunos e funcionários da instituição. A sua presença pode promover uma educação mais inclusiva e equitativa, desafiando a estrutura tradicional e promovendo um currículo que contemple diversas perspectivas. Ser a única mulher negra professora pode ser uma oportunidade poderosa para promover mudanças significativas na cultura da instituição e na vida dos alunos, embora possa também apresentar desafios que demandam resiliência e apoio.

Em relação as questões de gênero analisadas. Deve-se buscar oportunidades de desenvolvimento profissional, participar de treinamentos sobre diversidade e inclusão, e se envolver em projetos que abordem questões raciais pode ser uma forma de fortalecer sua atuação e sua voz na instituição. Como cita Scott (1994), deve ser considerado um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. O gênero, assim como racismo, tem assumido variadas formas historicamente, tem se moldado e se adaptado como um sistema hierárquico. Se manter

em ambientes masculinizados e desenvolver um trabalho significativo como forma de visibilidade é uma luta válida contra o sistema opressor.

Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é ao mesmo tempo uma postura familiar e nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos (Scott, 1994).

O gênero, enquanto conceito, pode ser visto como uma construção histórica que evolui ao longo do tempo, refletindo e moldando as relações sociais, culturais e políticas em diferentes períodos. Essa construção é influenciada por uma série de fatores, incluindo normas sociais, tradições, religião, leis e a luta por direitos. Como Scott (1994) defende, a compreensão de gênero vai além da simples categorização de masculino e feminino. É um espectro complexo que abrange identidades, papéis e expressões diversas, que podem variar amplamente entre culturas e épocas.

A interação entre gênero e trabalho é complexa e envolve diversas questões, como desigualdade salarial, representatividade, discriminação e assédio, que afetam principalmente as mulheres, mas que também impactam outras identidades de gênero. Contudo, a abordagem aqui delimitada segue a premissa que as situações vivenciadas pelas doutoras em seus espaços profissionais, se devem em sua maioria por atenuantes de gênero e raça. Como analisamos, essas situações variam desde comentários inadequados e sexismo até assédio sexual e hostilidade. Ambientes de trabalho que não têm políticas claras de combate a essas situações podem contribuir para a perpetuação do comportamento discriminatório.

Isso pode variar desde comentários inadequados e sexismo até assédio sexual e hostilidade. Ambientes de trabalho que não têm políticas claras de combate a essas situações podem contribuir para a perpetuação do comportamento discriminatório. A discussão sobre ambientes de trabalho e gênero é fundamental para a promoção da equidade e justiça social. É essencial que empresas e organizações se comprometam a criar políticas e práticas que combatam a desigualdade e promovam a diversidade de forma ativa, garantindo um ambiente de trabalho mais inclusivo e respeito a todas as identidades de gênero.

5.2.3. Desafios Enfrentados

As mulheres negras enfrentam diversos desafios nas Ciências da Natureza, que se entrelaçam em questões de raça, gênero e classe (Davis, 2018). Alguns dos principais desafios incluem a sub-representação nestas áreas. A presença de mulheres negras é ainda significativamente baixa em carreiras científicas, limitando a diversidade de perspectivas e experiências no campo. Embora reconheçamos que temos um relativo aumento dessas representações, ainda há muito a ser feito.

O preconceito e discriminação também estão presentes nas áreas científicas como moduladores de caminhos a seguir, determinando o que pode ser coisas de homens e coisas de mulher. Muitas enfrentam discriminação tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, afetando suas oportunidades de crescimento, colaborações e reconhecimentos na área.

Os Estereótipos atribuídos as mulheres negras que também são determinantes de delimitações sociais. As mulheres negras enfrentam estereótipos que questionam sua competência e habilidades, o que pode levar a inseguranças e à autossabotagem. Levando consequentemente a barreiras institucionais, muitas instituições ainda não têm políticas inclusivas que promovam a diversidade, o que dificulta o avanço de mulheres negras nas ciências. (Angelo; Arruda; 2023).

Esses desafios são intrincados e exigem ações concretas para fomentar uma inclusão e equidade maiores nas ciências naturais, com o objetivo de estabelecer um ambiente mais justo e acolhedor. A doutora brasileira Enedina Alves apresenta um argumento que evidencia a relevância desse trabalho de promoção de visibilidade e de transformação das atitudes sociais. Ela observa que, em uma população predominantemente negra, o número de mulheres em todas as áreas deveria ser significativamente maior. No entanto, ela se considera uma dentre esse grupo e aspira que outras mulheres a sucedam e a superem.

“Sou apenas uma representante de uma população brasileira negra, de uma população que, segundo o IBGE, é de 56% de negros autodeclarados. Então, eu sou apenas uma representante. Tudo que eu alcancei, que eu estou alcançando, ainda não é o fim. Todos podem e eu ficarei muito feliz quando outras pessoas tiverem a oportunidade de me ultrapassar, alcançar espaços de maior representatividade do que alcancei.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

Como expressa a doutora Enedina Alves, muito já se fez, e muito ainda tem a se fazer para que os ambientes de trabalho sejam mais imparciais, mais justos e igualitários. Os desafios enfrentados por essas mulheres que estão atuantes nessas áreas masculinizadas são diversos. As suas auto afirmações são diárias, como meio de demonstrar que estão nesse lugar por capacidade, não por caridade. Contudo, acreditamos que a doutora é muito perspicaz nas suas colocações quando cita que em uma realidade populacional de maioria negra deveríamos ter um número muito mais expressivo de mulheres em todas as áreas.

Por sua construção histórica, que evoluiu ao longo dos tempos, o gênero, enquanto conceito, sempre aparece refletindo e moldando as relações sociais, culturais e políticas em diferentes períodos históricos. Essa construção é influenciada por uma série de fatores, incluindo normas sociais, tradições, religião, leis e a luta por direitos.

Em várias civilizações antigas, os papéis de gênero eram muitas vezes rigidamente definidos, mas havia também exceções. Algumas sociedades matrilineares, por exemplo, davam poder e status às mulheres, desafiando as normas patriarcais típicas. Na idade média, as ideias sobre gênero eram fortemente influenciadas pela religião. As mulheres eram frequentemente vistas através da lente da maternidade e da castidade, enquanto os homens eram associados à atividade pública e ao poder. Com a Revolução Industrial, o espaço público e privado começou a ser redefinido. As mulheres passaram a ser mais associadas ao lar, enquanto os homens assumiam papéis de provedores. No entanto, o surgimento do feminismo começou a contestar essas normas, clamando por direitos políticos e sociais para as mulheres. O século XX viu a luta por direitos civis e a emancipação das mulheres, culminando em movimentos significativos como a luta pelo sufrágio feminino e, posteriormente, a luta pela igualdade de gênero nos anos 1960 e 1970. Novas teorias sobre gênero, como a teoria queer, desafiaram as noções tradicionais sobre identidade e expressão de gênero. Atualmente, a discussão sobre gênero continua a se expandir, com um foco crescente em questões de identidade não binária, interseccionalidade e direitos LGBTQIA+. As ideias sobre gênero estão em constante evolução, refletindo as mudanças nas normas sociais e culturais. (Beauvoir, 1949; Butler, 1990; Hooks; 1981; Scott, 1994).

“Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino.” (Beauvoir, 1949).

Que nenhuma perspectiva de ordem biológica, psíquica, econômica ou qualquer

manifestação plural seja determinante de aspirações pessoais e profissionais de mulheres, em particular, mulheres negras. Uma vez que essa perspectiva pode ser limitante, pois ignora a complexidade da experiência humana o impacto de fatores sociais, culturais e ambientais sobre as escolhas delas. No entanto, essa perspectiva pode ser limitante, pois ignora a complexidade da experiência humana e o impacto de fatores sociais, culturais e ambientais. Muitas pessoas superam dificuldades e limitantes biológicas ou sociais para alcançar suas aspirações. A resiliência humana é um testemunho de que, mesmo em face de desafios, é possível lutar e alcançar objetivos. As aspirações de uma pessoa geralmente resultam de uma interação complexa entre fatores biológicos, sociais, psicológicos e culturais. Considerar apenas o determinismo biológico simplifica excessivamente essa complexidade.

Sendo assim, embora fatores biológicos possam influenciar o comportamento e as características de uma pessoa, não devem ser vistos como determinantes absolutos das aspirações. (Hill; Corbett; st. Rose, 2010). A diversidade das experiências humanas e a possibilidade de mudança e crescimento são aspectos fundamentais da condição humana.

“Agora que cheguei a titular da instituição que trabalho, eles não conseguem me tirar, mas é bom não conseguirem mesmo, até agora não conseguiram impedir as minhas profissões, e minhas promoções, eu tenho muita força de vontade, dou palestras pelo Brasil todo.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

Corroborando com a argumentação da doutora brasileira Merit Ptah, que as delimitações e perseguições sirvam de munição para que cada vez mais mulheres negras estejam em onde quer que elas desejem estar. Que o sistema seja desafiado diariamente até que não consiga mais se moldar e modificar as realidades de outras mulheres.

Como visto, o gênero, portanto, é uma construção social que se molda e se transforma consoante com o contexto histórico, influenciado por uma série de fatores que vão desde a economia até a ideologia. Essa plasticidade é fundamental para compreender as diferentes experiências humanas e as lutas por igualdade e justiça em todas as sociedades.

5.3. Trajetória Acadêmica, Trabalho e vida familiar de mulheres negras

As trajetórias acadêmicas da mulher negra são marcadas por desafios e conquistas que permeiam diversas esferas das suas vidas, incluindo a academia, o mercado de trabalho e a dinâmica familiar. Neste subtema visaremos explorar como essas dinâmicas

interagem e influenciam as vidas e as experiências das doutoras negras que compuseram esse trabalho.

Sendo assim, abordaremos a temática mediante subtópicos:

5.3.1. Trajetória Acadêmica. Acesso à Educação

5.3.2. Desempenho acadêmico e barreiras educacionais;

5.3.3. Dinâmicas Familiares;

5.3.4. Ascensão Pessoal, e profissional;

5.3.1. Trajetória Acadêmica. Acesso à Educação

Como discutido até o momento, as trajetórias acadêmicas de mulheres negras são marcadas por diversos desafios e conquistas que refletem tanto a luta contra o racismo estrutural, quanto a busca por igualdade de oportunidades nos ambientes educacionais. Essas trajetórias são influenciadas por fatores socioeconômicos, culturais e históricos, que impactam desde a educação básica até o acesso ao ensino superior e a pós-graduação. (Davis, 2018; Ribeiro, 2018, Gonzalez, 2020).

Quando nos remetemos historicamente, compreendemos que todo percurso de tomadas de decisões e atribuições de direitos são situações herdadas desde o período escravagista e até antes dele. A mulher negra tende a ser sempre vista como um ser a parte, do lugar de escrava a excluída da república. Daqueles que na condição de não cidadãos estavam destituídos do direito à educação (Carneiro, 2023).

Uma aplicação histórica cuja consciência se renova permanentemente pela memória d'alma da escravidão herdada de minha ancestralidade e, antes dela, das representações negativas que estiveram desde longe associadas ao meu corpo negro. Uma aplicação histórica também da modernidade ocidental que dissecou cientificamente minha inferioridade natural que constitui hoje o espetáculo de indigência humana que exhibo ao mundo. (Carneiro, 2023).

O corpo negro é excluído de espaços acadêmicos. Mulheres são deixadas de fora de algumas áreas do conhecimento unicamente por esta característica. Contudo, algumas se sobressaem e chegam aos universos masculinizados para mostrar que na aquisição de conhecimentos científicos pode ser uma importante aliada para os saberes. As doutoras entrevistadas apresentam suas trajetórias acadêmicas como uma conquista pessoal e coletiva. Trazendo contribuições tanto para suas formações enquanto profissionais como

as suas instituições humanas.

A doutora brasileira Merit Ptha nasceu em São Paulo em 1957. Estudou sempre em escolas públicas daquela região e mostra o quanto se sobressaia nas aprendizagens para se tornar uma boa profissional, do modo que é na atualidade. Segundo ela, sempre foi uma aluna exemplar por que gostava de estudar, gostava de tirar boas notas, adorava matemática e suas representações. Essa aluna aplicada será a primeira doutora negra em Física do Brasil. Levando seu nome como estímulo para que cada vez mais meninas negras entendam que não devem se conformar com lugares negados.

“Bem, nasci em São Paulo em 1957, meu pai era tapeceiro e minha mãe comerciante. Fui estudante de escola pública, sempre fui muito aplicada, gostava mesmo de estudar, gostava de tirar notas altas, especialmente em matemática. Quando passei para Física na Universidade Federal de São Carlos, isso por que um professor me orientou a buscar um curso menos concorrido. Até prestei vestibular para engenharia, mas as aulas sobre materiais sólidos acabaram me conquistando, fiquei na Física mesmo.” (Dra. Merit Ptha, brasileira, 2022).

Entendemos o percurso acadêmico da doutora brasileira Merit Ptha como uma conquista muito significativa. Advinda de uma família mais organizada social e financeiramente, fato que contribuiu para passar todo o seu ensino fundamental se dedicando a ser uma boa aluna e investindo na sua formação acadêmica e pessoal. Não teve que conciliar o estudo com trabalhos paralelos. Seu relato mostra também a importância das orientações dos professores que já se encontram há mais tempo na formação acadêmica, apontar-lhes os melhores caminhos e instruir-lhes pela busca dos seus objetivos. Muito embora, seu professor tenha utilizado um argumento não muito justo, da falta de concorrência para cursar Física. A doutora aproveitou a oportunidade e cursou sua graduação.

Outra dificuldade que a doutora Merti Ptha enfrentou foi quando foi aprovada na graduação teria que se mudar para outra cidade, ficaria longe da família, uma vez que a localização da universidade seria em outra região. A família não ficou muito contente com essa situação e a mãe tentou convencê-la de fazer outro curso por ser mais perto de casa. Entendemos claramente o desejo dos pais e mães de meninas negras de mantê-las por perto o maior tempo possível, seria uma maneira de protegê-las e tentar apagar algumas marcas que o racismo, o sexismo e a sociedade patriarcal trazem consigo.

“Quando ingressei na universidade ia ter que ir morar lá, não era perto. Minha mãe ficava me incentivando a permanecer numa faculdade mais próxima, ela me queria pertinho dela, aí eu acabei indo de São João Del Rei para a universidade de São Carlos mesmo. Depois acabei sendo aprovada na instituição que trabalho hoje (professora) também e fui embora, trabalho lá há 29 anos.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

O desejo de proteger as meninas negras é uma preocupação clara e visível entre as famílias. Existe a crença de que quanto mais tempo passarem próximas de seus pais, menos feridas o mundo poderá infligir. No entanto, essa proteção é muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista, englobando questões de raça, gênero e contexto social. Para muitos pais, o ato de cuidar de suas filhas vai além do simples anseio por seu bem-estar; reflete uma consciência profunda das desigualdades raciais, do preconceito e das injustiças que as meninas negras podem enfrentar em diferentes ambientes. No entanto, as mudanças sociais ocorrerão quando mais meninas negras se atreverem a sair do papel de protegidas, ocupando espaços que antes lhe foram negados, afirmando suas presenças e demonstrando que também têm direito a esses lugares. Essa é a mesma trajetória trilhada pela doutora Merit Ptah.

Essas transformações podem ocorrer no espaço pessoal e privado da consciência individual de uma mulher. Igualmente fundamental, esse tipo de transformação também é empoderadora no plano pessoal. Qualquer mulher negra que seja forçada a permanecer, como indivíduo, “inerte por fora”, pode desenvolver o “dentro” de uma consciência transformada como esfera de liberdade. O empoderamento pessoal por meio do autoconhecimento, mesmo em condições que limitem severamente a capacidade de agir, é essencial. (Collins, 2019).

Muitos pais de meninas negras podem estar cientes do racismo sistêmico que permeia a sociedade. Esse conhecimento pode os levar a querer proteger suas filhas das experiências de discriminação, violência e marginalização. Além do racismo, as meninas negras também enfrentam o desafio da interseccionalidade, onde a discriminação de gênero se entrelaça com a discriminação racial. Assim, os pais podem sentir a necessidade de orientar suas filhas sobre como lidar com essas várias questões para garantir sua segurança e autoestima. Muitos pais podem buscar fornecer às suas filhas uma educação que não apenas as proteja, mas que também as empodere. Isso significa incentivar o amor-próprio, a valorização da cultura negra e a luta contra as injustiças sociais. Ao educar suas filhas sobre as realidades do mundo em que vivem, muitos pais também podem se

empenhar em desenvolver a resiliência delas, para poderem enfrentar a discriminação.

Essas preocupações refletem o amor e a proteção que os pais desejam oferecer. Mas, também revelam a necessidade de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as crianças, independentemente de sua cor ou gênero, possam crescer em segurança e liberdade. Onde o fenótipo e características físicas não sejam utilizados como modeladores para as práticas racistas.

“Nasci em Bahía Solano, onde estudei até a quinta série. Em Quibdó conclui o ensino médio e aos 17 anos, em 1989, ingressei na Universidad del Valle de Cali para cursar bacharelado em Biologia. Em 1996 conclui o mestrado na mesma Universidade em Microbiologia enquanto trabalhava num projeto de investigação sobre cancro gástrico na mesma instituição. Em 1998 fui nomeada professora titular da Universidade Tecnológica de Chocó. Um ano depois, e até 2003, trabalhei com controle de qualidade nas Empresas Públicas de Quibdó. Nesse mesmo ano fui morar no México onde conclui o doutorado em ciências biológicas na Universidade de Guadalajara, inicialmente sem bolsa, mas posteriormente recebi apoio parcial de Colciencias e outras bolsas da mesma Universidade.” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023).

Outro fator relevante nas formações acadêmicas de doutoras negras é o percurso linear de suas formações. Saindo da educação básica, ingressando no ensino superior e posteriormente adquirindo empregos e continua as formações em doutoramento, pós-doutorado e assim sucessivamente. A doutora Idelisa Bonnelly, colombiana, apresenta essa linearidade em sua formação, assim como as brasileiras, aos 17 anos já ingressa na formação superior e inicia seu bacharelado em Biologia, na sequência mestrado e posteriormente doutorado.

Segundo Lerma (2019), a partir de sua subjetividade marginalizada, excluída e subordinada, implantaram historicamente uma ontologia que reivindica a vida. As mulheres negras têm sido sujeitos ativos e não entidades passivas. Foram construtores de mundos por meio de diversas práticas culturais e sociais com significados pedagógicos e espirituais que hoje constituem alternativas ao desenvolvimento hegemônico predatório e contribuições para o bem viver. Sendo assim, essas mulheres merecem ser protagonistas de suas histórias, utilizar seus percursos de vida como maneira de se entender e se fazer presente no mundo, mostrando seus saberes como válidos e utilizáveis.

No que se refere às suas aspirações pessoais nas suas trajetórias acadêmicas e profissionais a doutora Enedina Alves, em 2021, com então 43 anos de idade, assumiu a

reitoria do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO), inaugurado em 2005. Nasceu em Rocha Miranda, estudou sempre em escolas públicas e se formou em Engenharia Química pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, em 2002. Iniciou sua trajetória docente como professora substituta em 2009, e em 2012 se tornou adjunta na mesma instituição. Agora utiliza seus saberes, aspirações e desejos pessoais para inspirar outras meninas e meninos negros a ingressarem na área que mais lhes agrada, desenvolve projetos neste sentido.

“Nasci em Rocha Miranda, na Zona Norte do Rio, estudei sempre em escolas públicas e me formei em Engenharia Química pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em 2002. Após a minha graduação, fiz mestrado e doutorado em Ciências e Tecnologia de Polímeros, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Minha trajetória na UEZO iniciou em 2009, quando ingressei como professora contratada. Em 2012, prestei concurso e me tornei professora adjunta. Desde 2017, me tornei vice-reitora do centro universitário e atuo na orientação de alunos da graduação e pós-graduação em pesquisas acerca de energia renovável em parceria com o Inmetro.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

Conforme destaca Arboleda (2018), existe um cenário complexo que tem dificultado a visibilidade de uma tradição intelectual que foi marginalizada pela colonialidade, fato que não recebeu a devida atenção na história intelectual, na história das ideias, na filosofia e, ainda menos, na ciência política. Isso significa que esse tipo de conhecimento é frequentemente considerado inválido e pouco relevante dentro do registro científico. Em vez de valorizar as potencialidades das nações brasileira e colombiana, essa perspectiva tende a desconsiderá-las, relegando-as a um status de saber menos significativo. Além disso, ignora as iniciativas que têm sido realizadas para incentivar a inclusão de mais indivíduos nessas áreas do conhecimento.

“Tenho plena consciência do que isso significa como um todo. Quando os alunos negros vêm me agradecer pela representatividade, isso reforça a minha missão de seguir em frente. Tenho orgulho em dizer que a UEZO tem mais da metade do seu quadro de alunos compostos por estudantes que ingressaram pela política de cotas, baseada no programa de ação afirmativa.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

A partir do relato da doutora brasileira Enedina Alves, compreendemos que instituições de ensino que promovem um ambiente inclusivo e que valorizam a

diversidade racial, oferecem um espaço mais acolhedor para mulheres negras. Pois, compreendemos que o sucesso acadêmico de mulheres negras é um reflexo de sua resiliência e determinação, mas também é influenciado por fatores estruturais que precisam ser abordados. A promoção de um ambiente mais equitativo e acolhedor nas instituições de ensino é fundamental para garantir que essas mulheres possam alcançar suas metas acadêmicas e profissionais.

5.3.2. Desempenho acadêmico e barreiras educacionais

Um bom desempenho acadêmico aliado aos objetivos de continuidade dos estudos e da aplicação profissional são situações inevitavelmente benéficas para o sucesso pessoal e coletivo de um indivíduo. Sendo assim, as mulheres negras que sentiram no seu desempenho acadêmico uma forma de ascender profissionalmente, focaram nessa perspectiva e buscaram seus objetivos nos mostram em seus discursos o quanto tem consciência dessa luta e o quanto desejam que cada vez mais meninas compreendam esse percurso.

Contudo, compreendemos também que além do empenho pessoal, as barreiras educacionais impostas para mulheres negras são diversas e complexas, refletindo um histórico de desigualdades raciais e de gênero. Muitas mulheres negras vêm de contextos familiares com menos recursos financeiros, o que pode dificultar o acesso à educação de qualidade e a materiais escolares. Sem citar que elas muitas vezes enfrentam discriminação racial e de gênero em ambientes educacionais, o que pode afetar sua autoestima e motivação. Além do que, estereótipos negativos sobre capacidade intelectual podem levar educadores e colegas a terem baixas expectativas para com alunas negras, o que pode influenciar seu desempenho. (Gonzalez, 2018; Davis, 2016; Collins, 2018).

Segundo Collins (2019), as pessoas raramente são impotentes, não importa quão duras sejam as restrições da vida: temos de viver no mundo real. Se não gostamos do mundo em que vivemos, temos de mudá-lo. E se não podemos mudá-lo, temos de mudar a nós mesmos. Nesta abordagem, o sucesso na formação acadêmica é um dos espaços ideais para exercitar essa mudança, primeiro em nós mesmos, sendo as melhores estudantes que conseguirmos ser, tirando as melhores notas que pudermos e depois intervir com o meio no sentido de provocar mudanças mais de dentro do sistema educacional.

Quando o que está em jogo é assegurar privilégios e uma estrutura social hierarquizada segundo parâmetros raciais e de classe, o controle do acesso a educação é importantíssimo, uma vez que é parte do conjunto de oportunidades sociais que podem levar à equidade e à justiça social. É por que se aprendeu a hierarquizar que não há como afirmar que a educação esteja baseada na equidade e justiça social. (Carneiro, 2023).

Assim como nos fala a doutora brasileira Odília Teixeira. Quando estudava ainda na educação básica, os pais aproveitavam que no bairro tinha uma indústria e os filhos dos operários poderiam estudar lá, o *SESI*, sua mãe ia sempre e conseguia vaga para que eles estudassem, mesmo sem ter pais operários da empresa. A mãe sempre fazia de tudo e comprava a farda e os livros para que os três filhos pudessem estudar em uma escola de melhor qualidade educacional. Essa mãe já almejava que com boa base de formação esses jovens estudantes poderiam ter melhores chances de adquirir bons empregos e formações profissionais.

Eu fiz o ensino fundamental, esse que agora vai até o quinto ano. Estudei sempre em escola pública. Só que no bairro onde moro tem uma indústria. E aí tem uma escola do SESI onde os filhos dos povos que trabalham na indústria podem estudar, quando tinham vagas, e quando sobrava vaga, pessoas da comunidade poderiam estudar. Meu pai, nem minha mãe trabalhavam na indústria. Então, minha mãe ia e conseguia vaga para a gente. Esa escola é muito boa, não precisava fazer prova para ir para a quinta série, que hoje é o sexto ano. Então, assim meus pais formaram todos os três filhos nessa escola. Lá a gente tinha direito só a merenda, comida, saúde. Mas a farda, o livro era só para os filhos do pessoal da indústria. Mas, mesmo assim, minha mãe comprava a farda e o livro. Se fosse hoje acho que seria muito mais complicado, a discriminação por sermos os meninos negros que não tínhamos os materiais. Naquele tempo era tudo normal. (Dra. Odilia Teixeira, brasileira, 2022).

Por meio deste relato da doutora brasileira Odília Teixeira me recordei de algo muito estimado que nos acomete durante as nossas vidas, e principalmente, durante as nossas formações acadêmicas. Em determinada época de formação inicial, me recordo de relatar a minha mãe que meus cadernos haviam acabado e que não teria como ir para escola por que não tinha mais material escolar. Isso ainda era pela metade do ano letivo, como o material comprado inicialmente era pouco, os recursos financeiros tão reduzidos, que nem bem chegamos em meados do ano e o material acabou. Me recordo com clareza da minha mãe apagar cadernos antigos com o maior cuidado possível para que pudessem

ser utilizados mais uma vez. Suas mãos delicadas passavam sobre as folhas dos cadernos com uma delicadeza que impressionava e ela usava esse exemplo para contar histórias, para profetizar e para acima de tudo nos mostrar que desistir não seria uma opção.

As profecias dela, naquele momento, eram sobre o quanto as dificuldades nos fazia crescer. Aproveitava para falar o quanto grandioso é aprender e conseguir as suas metas pelos seus esforços. Em momento algum deixava que o desânimo e desestímulo chegasse a nenhum de nós. Organiza os cadernos antigos, como se fossem novos, e falava sempre da importância de valorizar tudo que tínhamos. Profetizava também sobre o futuro e todas as coisas boas que ele poderia nos oferecer. Contava histórias antigas de pessoas que não tinham nada para comer e conseguiram vencer na vida. Usava exemplos de condições e causos que ouvira falar sobre crianças que eram extremamente inteligentes e que não se deixavam abater. Ela talvez não entendesse a força que esses momentos tinham, mas nos vestia com uma capa protetora onde o infinito era o limite. Ensina além de outras lições que a vida seria moldada a lutas e conquistas.

Assim, me recordei deste fato enquanto escuto o relato da doutora Odília Teixeira. O modo como os pais se doam, se vestem na melhor armadura possível e vão atrás de possíveis melhores caminhos que os filhos poderiam seguir. Sua mãe conseguia comprar os uniformes e livros didáticos e investia neles no sentido de fazê-los perceber que ali, naquela escola, também era o seu lugar. Essa ação é grandiosa e contribui significativamente com a formação humana dos envolvidos.

Outro fato interessante na fala da doutora Odília Teixeira é o sentimento de que na atualidade teria muito mais situações de discriminação, preconceito, por serem as crianças negras, que não ganham os materiais didáticos e fardas em uma escola de pessoas de grande maioria branca. Não temos como atestar se de fato haveria essa diferenciação, mas é fato que a discriminação, o racismo que mulheres negras muitas vezes enfrentam em ambientes educacionais, podem afetar sua autoestima e motivação. Até o sentimento de não pertencimento a esses espaços. Como cita Djamila Ribeiro (2018), “por mais que eu tirasse boas notas, fosse saudável e inteligente, o sentimento de inadequação sempre me perseguia.”

Ser uma estudante exemplar é um dos caminhos seguidos por meninas negras para se sentirem pertencentes aos espaços acadêmicos, como já discutimos em momentos anteriores. Sendo assim, reprovar não estava em questão. Por mais difícil que os conteúdos se apresentassem, deveria estudar até conseguir aprender cada detalhe, simplesmente por que já havia a concepção prévia de que não ia ser possível aprender,

não conseguir terminar o curso. Então reprovar seria dar munição para que a expectativa se cumprisse. Como relata a doutora brasileira Merit Ptah, reprovou uma única vez durante a graduação, em Física Moderna, e hoje quando encontra o professor da disciplina na época ele afirma que não foi somente ela a reprovada, toda a turma reprovou;

“Repetir? uma reprovação? não era opção, sabe esse curso de física moderna que eu amava, era apaixonada, você não faz ideia como que eu gostava de trabalhar com todos aqueles operadores. Reprovei, a única reprovação na minha vida, eu nunca tinha sido reprovada. Mas não é sua capacidade que estava sendo avaliada na vida, reprovei em física moderna e agora encontro meu professor, todo mundo lá, né. Brinco com ele: Quem é ele? E quem que me reprovou? Ele fala para todo mundo que eu reprovei, mas também fala que reprovou todo mundo (risos), porque agora eu sou uma pessoa meio famosa, ele tenta falar que na verdade reprovou todos da turma.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

Esse desejo de mostrar seu valor, seu esforço e sua capacidade é uma situação inerente as mulheres negras. Como cita a doutora Merit Ptah, sabe-se que não são as capacidades que estão sendo avaliadas no momento de uma prova, mas o sentimento é de reprovação para a vida. Acredito que a torcida para a desistência é tão plural que se reprovar, ou não tiver bom rendimento em algum conteúdo, será como fornecer munição para justificar que ali não é seu lugar. Estereótipos negativos sobre capacidade intelectual podem levar educadores e colegas a terem baixas expectativas para com alunas negras, o que pode influenciar seu desempenho. Superar essas barreiras exige um compromisso coletivo, que inclui políticas afirmativas, programas de mentoria, formação de educadores sobre diversidade e inclusão, e a promoção de um ambiente educacional mais seguro e acolhedor. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, para mim, uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo. (Gonzalez, 2020).

A identidade de mulheres abarca múltiplas dimensões, incluindo questões de raça, gênero, classe, cultura e história. Essa identidade é moldada por experiências compartilhadas, mas também por particularidades individuais e contextos sociais e históricos específicos. Através desses momentos de compartilhamento de sentimentos de desejos entre os familiares vai se moldando os determinismos individuais delas. A trajetória histórica das mulheres negras é marcada por lutas contra a escravidão, colonialismo e diversas formas de opressão. Essas experiências moldam identidades e

oferecem uma base para movimentos de resistência (Davis, 2016). Essas dimensões se entrelaçam e se manifestam de maneiras únicas na vida de cada mulher negra, refletindo a diversidade e a multiplicidade de suas identidades. É importante ouvir as vozes dessas mulheres e valorizar suas experiências para entender plenamente a riqueza de sua identidade.

O modo como cada uma vai aparecendo nos ambientes educacionais vai delimitando os objetivos individuais de cada uma. Ser uma aluna aplicada é uma das maneiras de fazer com que o sistema seja moldado a seu favor. Voltaremos a esse tema mais adiante.

“Meu irmão mais velho e eu. A gente sempre gostou muito de matemática e esse fato ajudou, entre aspas, a gente vê que a gente nunca foi discriminado, e sim muito elogiado e paparicado mesmo. E como a gente não achava muito difícil a matemática, sempre tinha alguém do lado da gente bajulando, ou seja, todas as turmas. Aí fui muito mais bajulada e hoje a minha menina diz que eu sou bem mais falada do que ela, e eu falo: Mas eu não fui e aí eu sempre digo na verdade, precisavam que a gente ajudasse em conteúdos difíceis. Então, se nos sentíssemos mal, ia ser mais difícil pra eles. Nesse ponto, falo que a educação básica não foi muito problema para nós.” (Dra. Odília Teixeira, brasileira, 2022).

Percebe-se que à medida que os colegas entendem a necessidade de ajuda, eles passam a entender que os determinismos de raça e gênero podem ser ignorados neste momento. Em contextos de competição ou necessidade, as pessoas podem priorizar seus próprios interesses em detrimento de preconceitos ou discriminações raciais.

Por um lado, é verdade que, em situações onde o interesse pessoal é fortemente acionado – como em competições profissionais, por exemplo – algumas pessoas podem se mostrar menos inclinadas a manter posturas racistas, especialmente se isso significar perder uma oportunidade. Essa dinâmica pode levar a interações onde o foco está em objetivos comuns ou nas habilidades individuais, independentemente da etnia.

Por outro lado, é importante lembrar que o racismo é um fenômeno profundo e enraizado em muitas sociedades. Mesmo em situações onde o interesse individual é uma força motivadora, preconceitos e discriminações ainda podem surgir, influenciando as relações interpessoais e sociais de maneiras sutis ou explícitas.

Em última análise, a forma como o interesse individual interage com o racismo varia de situação para situação, e a luta contra o racismo requer um reconhecimento e

uma abordagem sistemática das desigualdades estruturais, independentemente dos interesses individuais momentâneos.

5.3.3. Dinâmicas Familiares

Ao abordarmos as problemáticas em torno das dinâmicas familiares das doutoras negras entrevistadas, percebeu-se que os pais destas foram um marco diferencial em suas trajetórias. Todas citam a influência deles na escolha das profissões, bem como a educação racial fornecida por eles, necessária para entrada e permanência nos espaços educativos. Compreendemos que, de modo geral, as dinâmicas familiares de mulheres negras são diversas e influenciadas por uma série de fatores, incluindo cultura, classe social, geografia, e as histórias individuais de cada família.

Segundo Lerma (2009), outra problemática que pode ser apontada quando se fala nas questões inerentes as mulheres negras e família, é o fato de se tornar comum que elas abandonem a escola, desde muito cedo, para conseguirem cuidar dos irmãos mais novos, ou trabalhos sem remuneração. Essas meninas ficariam sem instrução, sem maiores oportunidades na vida, e estariam destinadas a serem mães adolescentes, confirmando o estereotipo racista: as mulheres negras têm propensão as questões sexuais desde muito cedo. Sendo assim, estariam sem objetivos concretos, trocando de parceiros sexuais. Uma empregada doméstica que ouviu seu empregador dizer que “as mulheres que andam como negras, com um e com outro, merecem ser mortas”. Esse estereotipo assombra e as acompanha sempre por onde passa. Como domésticas, muitas vezes são assediadas sexualmente e até estupradas pelos empregadores. Infelizmente essa realidade pode acontecer em outros ambientes também independentemente do nível social ou acadêmico.

Contudo, tendo os pais como parceiros de luta, as mulheres negras adquirem uma força extra que as impulsiona em busca dos objetivos almejados. Mesmo que precisem trabalhar fora para auxiliar nas despesas da casa, mesmo que precise atuar no auxílio a irmãos menores. O foco no objetivo educativo acaba se tornando um marco nas vidas acadêmicas delas. Apoio que todas as entrevistadas apontaram como fundamental para as suas formações. E para o percurso acadêmico seguido por cada uma.

“Meus pais foram a força que eu tanto precisava no início dos meus estudos. Minha filha também é formada em química industrial. E ela sempre dizia isso. O problema é porque a gente gosta de cálculo. Aí o povo não gosta tanto, então aí fica sempre mais fácil para nós. Fica uma rede que

passa de pai para filho.” (Dra. Odília Teixeira, brasileira, 2022).

Através do discurso da doutora brasileira Odília Teixeira, percebe-se a importância das redes de ajuda mútua que se formam em torno das famílias negras. As mães tendem sempre a proteger seus filhos e filhas e impulsioná-los no sentido de os ver brilhar e ter muito sucesso. O orgulho utilizado para se referir a esses pais é um dos mais prazerosos momentos de relatos a ser ouvido. Fato é que a expectativa da sociedade, em geral, e do grupo familiar, em particular, vem agindo sobre a mulher desde muito cedo, de modo que direcionam suas escolhas para o que é esperado como papel feminino. (Queiroz, 2001).

Importante analisar também que em muitas famílias, especialmente em comunidades afrodescendentes, as mulheres costumam exercer o papel de líderes e cuidadoras. Muitas vezes, as matriarcas são responsáveis pelo sustento emocional e financeiro da família, refletindo uma tradição de resistência e resiliência. Frequentemente elas desenvolvem redes de apoio entre si, que podem incluir familiares, amigas e vizinhas. Essas redes são essenciais para a sobrevivência, oferecendo suporte emocional e prático em situações difíceis. Essas redes de apoio serão de extrema relevância se elas tiverem filhos, em especial.

Das doutoras entrevistadas, apenas uma afirma ter filhos. E eles vieram antes de sua entrada no ensino superior. As demais reconhecem a importância de os ter e seus benefícios e dificuldades, contudo ainda não tiveram a oportunidade da maternidade. Apesar de desejarem ser mães, algumas mulheres negras entendem que esse caminho foi sempre uma situação bem complexa nos nossos países. Sempre foi gatilho para se pensar as formas de dominação e as ideologias políticas que replicam representações coloniais, que produzem e reforçam desigualdades no cotidiano. “Na verdade, o grande contingente de brasileiras mestiços resultou de estupro, de violação, de manipulação sexual da escrava. Por isso, existem os preconceitos e os mitos das mulheres negras: fáceis, boa de cama (o mito da mulata), etc”. (Gonzalez, 2020).

“Tenho dois filhos. Na verdade, os tive antes de iniciar a graduação. Sempre foi meu desejo ser mãe. Hoje são minha realização pessoal.” (Dra. Odilia Teixeira, brasileira, 2022).

“Não, ainda não tive filhos, mas pretendo futuramente. Eu preciso, não é? O tempo está acabando.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

O fato de estarem mães, ou desejarem ser mães, alertam outro estopim das vidas de mulheres negras. O medo de quando seus filhos precisarem sair de casa. Todos os pais passarão por essa situação algum dia. Contudo, para as mães negras essa sensação é ainda mais complexa. Munanga (2013), cita que todos os pais sentem medo quando seus filhos saem de casa, mas os pais de pessoas negras sentem um desconforto que se torna imensamente maior. Aliado ao racismo, as discriminações, a violência, atrelados unicamente a sua cor, as marcas de fenótipos. Jovens negros são vítimas de todas as formas de violência. O racismo sistêmico se manifesta em diversas áreas, incluindo a polícia, onde muitos jovens negros são alvos de abordagens desiguais em muitas vezes violentas. Isso leva a criminalização e estigmatização de suas identidades.

Negros foram 76,5% das vítimas de homicídio no Brasil em 2022, segundo o Atlas da Violência (2022). Se analisarmos proporcionalmente essa informação, veremos que a realidade é de que em média com relação a assassinatos para cada indivíduo branco morto, teremos 2,8 pessoas negras. Essa realidade assombra uma proporção muito grande de negros, que ao saírem de casa se preocupam em estar sempre com os documentos em dia nos bolsos, estarem sempre alerta e chamar o mínimo de atenção possível para a sua caminhada.

As diferenças criadas pela sociedade capitalista, branca e patriarcal nos subordinaram e discriminaram porque não somos iguais ao sujeito para quem os direitos do cidadão foram feitos: homem, branco, adulto, proprietário. Essas diferenças nos excluíram, marginalizaram e nos invisibilizaram porque somos mulheres negras, indígenas, camponesas, pobres. Historicamente, isso significou não ser sujeito de direitos, estar localizado em lugares além da periferia, que nossa identidade foi construída pelo dominador com base em estereótipos em torno de nossa sexualidade, nosso corpo e nossa cultura (Lerma, 2009).

As experiências de mulheres negras são moldadas não apenas pela raça, mas também por fatores como classe social, orientação sexual, e status migratório. Isso significa que as dinâmicas familiares podem variar amplamente mesmo dentro da mesma comunidade. Muitas mulheres negras enfrentam desafios que afetam suas dinâmicas familiares, como discriminação racial, desigualdade econômica, e violência. Essas questões podem impactar a estrutura familiar e as relações interpessoais. As histórias e tradições familiares muitas vezes se cruzam entre gerações, com matizes culturais sendo passadas para frente. O papel das avós, mães e filhas em preservar e compartilhar

conhecimento sobre cultura e identidade é fundamental.

O acesso à educação e oportunidades de trabalho pode ter um impacto significativo nas dinâmicas familiares. Mulheres negras que buscam educação e carreiras profissionais muitas vezes desafiam normas tradicionais e moldam novas expectativas para suas famílias. É o caso das doutoras entrevistadas neste trabalho, através das dinâmicas familiares e das perspectivas de futuro em suas profissões, moldam o acesso a algumas áreas que antes não tiveram contato.

“Eu sempre dei aula quando estava na universidade, no primeiro curso, com 17, 18 anos, já dava aula, já ensinava a parte de matemática, derivada, essas coisas. Equação de primeiro grau, de segundo grau, é tanto que ensino química no estado, mas dou muita aula. E os alunos sempre perguntam como que eu fazia para aprender esses assuntos na época da faculdade. Eu falo que me dedicava muito.” (Dra. Odilia Teixeira, brasileira, 2022).

As maneiras utilizadas como forma de sistematizar os saberes adquiridos são muito relevantes para as mulheres negras. As dinâmicas familiares podem ser fortemente influenciadas pela cultura afrodescendente, incluindo tradições, religião, e práticas artísticas. Isso pode se manifestar em celebrações, rituais e na maneira como as famílias se reúnem. Como em muitas comunidades, a saúde mental é uma questão importante. O estigma em torno de problemas de saúde mental e a falta de acesso a serviços adequados podem afetar a dinâmica familiar.

Com relação ainda as dinâmicas familiares, quando questionadas se acreditam que o fato de ter filhos, ou não os ter, influência nas suas carreiras acadêmicas. As doutoras afirmam que reconhecem o quanto somos uma sociedade machista, patriarcal, e sexista, que certamente o fato de estarem ou não com filhos moldariam seus percursos com outras situações. Principalmente se estivessem localizadas em regiões com índices de violência elevados. Muitas comunidades onde estão concentrados os jovens negros enfrentam altas taxas de criminalidade e violência, que podem ser exacerbadas por conflitos territoriais entre gangues e a ausência de políticas públicas adequadas de segurança.

Além de reconhecerem os dados estatísticos de que taxa de homicídios entre jovens negros é desproporcionalmente alta, refletindo não apenas a violência criminal, mas também a violência policial e a falta de proteção social. Citam também que, a exposição à violência e à discriminação poderia ter efeitos devastadores na saúde mental e bem-estar de jovens negros, assim como nas suas, levando a problemas como ansiedade,

depressão e outras questões emocionais.

Esses são apenas alguns dos assuntos tratados. Contudo, várias outras nuances se entrelaçam quando se fala de maternidade de mulheres negras. Desde o acesso à saúde, ao parto, a elevada mortalidade de mães negras. Também poderiam se referir a questão da solidão da mulher negra, que na maioria das vezes é deixada sozinha para que consiga prover o lar, a alimentação e demais situações ligadas a prover como responsável por todas as questões familiares.

“Sem sombra de dúvida filho dá um trabalho grande. Mas, não impede, só aumenta o trabalho, só aumenta o trabalho tanto para mulheres brancas como mulheres negras. O problema das mulheres negras é que muitas vezes ela tem que fazer isso sozinha, as brancas às vezes têm marido, mãe, pai, tio, que dá um suporte imenso para pessoa. As mulheres negras, no entanto, não necessariamente, então o trabalho é dobrado entendeu? então sim, sim, sem dúvida, Sem dúvida é algo a mais e sem dúvida sem sombra de dúvida é um problema bem complexo para a mulher negra.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

“Bem, é um pouco complexo. Mas também é muito lindo. Na minha perspectiva eu gostaria muito de ter filhos. Mas, o medo é muito mais completo, a violência policial, do crime organizado, de tudo. Teria que ter o pai muito presente junto comigo.” (Dra. Ángela Restrepo Moreno, colombiana, 2023)

Notemos nas falas das duas realidades, brasileira e colombiana, o quanto o racismo interfere em todos os setores das vidas de mulheres negras. O sentimento de cuidado, de proteção que se atribuiu as mulheres como determinante de feminismo, nos parece não ser aplicado a todas elas. Mas quando falamos de mulheres negras, lembremos, assim como Sueli Carneiro, de que mulher falamos. Mulheres não são um bloco único, elas possuem realidades distintas. Não universalizar essa categoria seria fundamental para compreender o quanto as sociedades estão excluindo e apagando as trajetórias femininas negras, assim como interferindo nas suas decisões pessoais.

“Ah com certeza, com certeza assim interfere, porque o sistema é muito, muito machista, né? No sentido muito da presença do homem, isso durante muito do tempo, em todos os tempos. Eles são mais, né? Então é mais oportuno. E o cuidado com as crianças é muito mais da mulher. Atualmente eu tenho uns amigos, inclusive que eles participam muito dos cuidados com os filhos. Mas, invariavelmente, as mulheres se ocupam muito mais. Daquele cuidado mais próximo. Sem

mencionar o fato de gerar, ela terá que dispensar 9 meses. Esse tempo ela terá que está à disposição da criança, é o sistema orgânico dela. O organismo dela vai funcionar de uma forma diferenciada, por que ela está dividindo toda a sua energia, toda a sua emoção com outro ser. Obviamente que seu tempo de produção será diferente. A sua atenção vai ser dividida desde a gestação. É isso, chegamos ao ponto. Para a mulher a doação é muito maior, a responsabilidade também.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

No discurso da doutora brasileira Enedina Alves percebe-se que desde a gestação a mulher enfrenta uma doação muito substancial para se tornar mãe. Por esse fato, precisa ser uma situação planejada, articulada para não precisarem enfrentar os perigos de saúde, de equilíbrio emocional, e material. A mulher, muitas vezes, pode sentir-se pressionada por expectativas sociais ou pessoais sobre a maternidade, o que pode gerar ansiedade e insegurança. Contudo, o desafio de equilibrar a maternidade com suas carreiras, pode levá-las a pensar e refletir que essa ação pode exigir planejamento e apoio adicional. A maternidade, desde a gestação, é uma responsabilidade que envolve um compromisso profundo de amor, cuidado e crescimento. Cada mulher vivencia essa jornada de maneira única, e é importante que ela tenha recursos, apoio e espaço para fazer escolhas que sejam melhores para ela e sua família. Para que assim, seus descendentes sejam capazes de sentir a força e a proteção que elas sentiram quando os pais estavam empenhados nos seus desenvolvimentos pessoais.

“No meu caso, eu tenho o tempo bem corrido, eu distribuo meu tempo. Ai teve uma entrevista que eu dei que eu dei uma lamentada né, por não ter filhos. Ai a pessoa disse: não, mas a senhora já é mãe de muitos. Então, de fato, a gente acaba distribuindo tempo para a pessoas, eu vejo que isso é muito, muito nosso. Do nosso gênero. Então, com certeza, a presença da maternidade interfere. Aliás, a maternidade de outras formas também interfere. É a questão das divisões do tempo, as prioridades.” (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

Essa mensagem da doutora Enedina muito nos afaga. A maternidade aqui mencionada por ela não se refere apenas a filhos biológicos, mas as produções intelectuais, aos apoios que fazemos durante todas as nossas vidas. As pessoas que encontramos pelo percurso que serão parceiros na busca por conhecimento e melhorias de saberes. Todos esses seres, acabam sendo um pouco, parte da maternidade das mulheres negras.

As mulheres que vivem nos setores mais pobres das grandes cidades da Colômbia

são mães que enfrentam a dupla preocupação com seus filhos, quando eles, sem oportunidades de educação e trabalho, saem às ruas. Uma mãe disse que estava ansiosa não apenas com o que poderia acontecer com seu filho na rua, mas também com os danos que ele poderia causar a outras pessoas, já que as condições em que vivem muitas famílias negras urbanas são um terreno fértil para o crime. Se fôssemos apontar em um mapa da cidade, a localização da população negra, perceberíamos que sua localização coincide perfeitamente com os setores mais empobrecidos e marginais, com pouca ou nenhuma presença de serviços públicos e espaços assistenciais. (Lerma, 2009).

Esses aspectos ilustram a complexidade das dinâmicas familiares de mulheres negras e a necessidade de uma abordagem sensível e informada ao discutir suas experiências e desafios. Cada família tem sua própria história e contexto, fazendo com que cada dinâmica seja única. Entendemos assim, que os atravessamentos das mulheres negras são muito mais complexos e multifacetados que a maioria das situações sociais. Passam por suas vidas privadas, sociais e interferem em suas decisões.

5.3.4. Ascensão Pessoal, e profissional

Embora na atualidade tenha aumentado consideravelmente os quantitativos de mulheres em algumas áreas do conhecimento, ainda persistem as situações de exclusão e discriminação que envolvem diversas camadas sociais, econômicas e culturais. Em muitas sociedades, as mulheres negras enfrentam múltiplas formas de discriminação e desigualdade, que podem dificultar seu acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

De acordo com Lerma (2009), os tempos atuais configura-se em empregos mal remunerados para mulheres negras, sem previdência social de qualquer tipo. Um dos motivos que levam elas a se dedicarem a esses tipos de trabalho informal é que estes exigem um investimento mínimo de capital na Colômbia. Essa atividade é a sua única oportunidade quando todas as outras, do setor formal, estão fechadas, mesmo as do trabalho doméstico, já que é comum que os empregadores prefiram os indígenas por garantirem que são mais dóceis, enquanto as mulheres negras ficam em situações muito complicadas. Em outras situações há a atuação como força de trabalho não remunerado, como discuto antes. E certamente os empregos informais configuram o setor que absorvem a maioria das mulheres negras. (Gonzalez, 2018).

Contudo, as doutoras aqui encontradas apresentam trajetórias definidas em torno

de seus objetivos, suas lutas e conquistas pessoais e coletivas. A doutora brasileira, Merit Ptah cita que, embora a instituição que leciona tente em demasia fazê-la desistir desse ambiente, ela acaba se impondo e mostrando que consegue estar nesse espaço em igualdade com qualquer um dos indivíduos ali constantes. Exibe suas promoções, seus convites para palestras pelo Brasil inteiro, assim como as tentativas da instituição de descredenciar o trabalho realizado por ela durante toda a sua vida profissional.

Não é casual, portanto, o fato de os trabalhos de pessoas negras permanecerem configurados nos espaços de menor qualificação e pior remuneração. É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota a sua eficácia estrutural, enquanto remete a uma divisão do trabalho extremamente útil formada pela estrutura socio econômica capitalista dos países. Portanto, o desenvolvimento econômico, enquanto desigual e amplamente combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, enquanto capitalismo industrial monopolizado e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo. (Gonzalez, 2020).

“Agora que cheguei a titular na instituição, eles não conseguem, mas é bom não conseguirem até agora impedir as minhas profissões, e minhas promoções, eu tenho muita força de vontade, dou palestras pelo Brasil todo. E agora com a pandemia, sabe, todo dia eu dava palestras. Então, eles têm uma lista enorme de palestras que eu dou, que isso deveria valer um título, aí eles diminuíram uns pontinhos. As palestras valem alguns pontos no currículo, tanto que agora no meu caso vale zero. Mas são tantas, que no final eles tem que aceitar.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

Notemos que as tentativas de silenciamento aliadas as práticas de exclusão são eminentes em alguns espaços científicos. Contudo, a doutora não fraqueja, continua na luta, segue proferindo palestras pelo mundo e se destacando com os pensamentos atrelados ao fato de ser a primeira doutora negra em Física do Brasil. Suas falas se configuram em apoios para que cada vez mais meninas se sintam convidadas a fazerem parte dessa instituição. A doutora desafia e incentiva as meninas, em especial as negras, para ingressarem nesse ambiente e se destaquem sendo as melhores estudantes.

Essa é uma ação necessária. Que as mulheres negras, enquanto coletividade, levantem suas experiências, fazendo emergir questões relacionadas ao dilema de raça e classe e às questões históricas e culturais. Assim como, aos diferentes papéis e representações sociais das mulheres a partir da sua condição social na sociedade

brasileira. (Gonzalez, 2020). Os dilemas que as mulheres negras enfrentam em seus ambientes de trabalho precisam ser enumerados e divulgados para que assim transponhamos as ideias da mulher submissa, quieta e que aceita o que possa aparecer. Para isso, a presença de mulheres negras em posições de liderança e em diversas áreas profissionais é essencial. A representatividade tem um papel importante na inspiração de jovens e na quebra de estereótipos. É fundamental apoiar e promover profissionais negras em cargos de destaque.

Assim como, assegurar-lhes uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares. A educação é uma ferramenta fundamental para a ascensão. Incentivar e facilitar o acesso de mulheres negras a uma educação de qualidade desde a infância até o ensino superior é crucial. Programas de mentoria, bolsa de estudos e incentivos podem ajudar a diminuir as barreiras. Como já discutimos em capítulos anteriores.

“Até agora, não. Depois que eu comecei a ensinar. Sempre digo aos alunos, se eu soubesse que era tão bom da aula, eu tinha começado bem mais jovem. Eu ainda digo a eles, quando eu morrer, voltar de novo, eu volto como professora, me sinto realizada. (Dra. Odília Teixeira, brasileira, 2023).

O sentimento de satisfação expressado através da demonstração de realização profissional da doutora Odília Teixeira é notório. O quanto se sente realizada com suas atividades e o quanto utiliza essa situação para promover ainda mais condições de fazer com que mais jovens se sintam capazes de fazer parte das Ciências da Natureza. Essas mulheres, muitas vezes, enfrentam múltiplas camadas de discriminação e desigualdade, tanto pela questão racial quanto pelo gênero. Contudo, elas também mostram uma resiliência notável e têm conquistado espaços significativos em diferentes áreas. A luta pela realização profissional das mulheres negras é, portanto, um elemento-chave na construção de um futuro mais equitativo, onde todos e todas tenham a chance de desenvolver seu potencial e contribuir para a sociedade.

Esse sentimento de realização profissional expressado é muito importante. Uma vez que as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem exatamente sobre essa população: de que maneira o gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro e colombiano, os mais baixos níveis de participação da força de trabalho, “coincidentemente”, permanecem exatamente às mulheres e à população negra. (Gonzalez, 2020).

“Esse ano, eu tive a patente registrada. Que é uma coisa muito importante, então eles foram obrigados a reconhecer, vamos ver, daqui a dois anos o que vai dar, quer dizer, dois anos. Ano que vem, eu acho, já vamos ver o que que eles vão dizer para impedir que eu tenha a promoção.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

As premiações e a divulgação de conquistas de mulheres negras são fundamentais para reconhecer e celebrar suas contribuições em diversas áreas, incluindo cultura, ciência, política e ativismo. Estas iniciativas buscam valorizar a luta por igualdade racial e de gênero, ampliando a visibilidade das realizações dessas mulheres, que muitas vezes são marginalizadas. A promoção de prêmios específicos e a cobertura midiática das vitórias de mulheres negras ajudam a inspirar futuras gerações, criando modelos positivos e incentivando uma maior diversidade e inclusão. Além disso, essas ações contribuem para a desconstrução de estereótipos e a promoção de narrativas mais justas e representativas na sociedade. A visibilidade e o reconhecimento de suas conquistas são passos essenciais para a promoção da equidade e a transformação social.

As conquistas pessoais e coletivas das mulheres negras precisam ser reconhecidas e valorizadas. Uma vez que durante a história dos dois países não se criou significativos mecanismos de inclusão. Das senzalas direcionadas para as favelas. Se hoje a maioria da população negra é pobre, se deve a essa herança escravocrata e desumana. É necessário que se conheça as histórias dos dois países, para entendermos por que certas medidas, como ações afirmativas são justas e necessárias. Programas e ações afirmativas, são necessárias justamente por que a sociedade brasileira e colombiana é excludente e injusta com a população negra de ambos os países. (Ribeiro, 2018).

“Então, você ver, eu tenho minha carreira profissional, tenho um campo investigativo, estou na pesquisa com compostos bioativos atualmente, fica em Lazzarotto, é como uma empresa que se chama, pode-se chamar basálticas e tem 5 anos também, tem pesquisas com fármacos e biomédicos e já temos uma linha de bio cosméticos.” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023).

Após deixar o ministério da Ciência e Tecnologia da Colômbia a doutora colombiana Idelisa Bonnelly utilizou a sua pesquisa e investiu em uma linha de produção

de bio cosméticos. Uma iniciativa que exibe com grande orgulho, não só por sua realização pessoal, mas por ter a oportunidade de envolver outras pessoas no trabalho. Essa é uma realidade muito compensadora, entender que os espaços sociais não poderão lhes ser negados e utilizar seus saberes como forma de ascensão pessoal e dos seus pares. Tendo a potencialidade de mudar a realidade do privilégio econômico racial da população branca.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), o privilégio racial é uma característica da sociedade, onde o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, em especial da população negra. Não somente com relação ao capital, mas como potencialidade que receberam desde sempre e ainda recebem os dividendos do racismo. Quando se trata de competir para preenchimento de uma vaga ou posição, mesmo que os negros detenham maior formação na área, os resultados são sempre configurados em torno dos privilégios brancos. Por isso, não é coincidência que a maioria de pessoas negras vivam nas condições de sub emprego, de desemprego, de trabalhos ocasionais, de trabalhos por temporada. Tudo isso implica, necessariamente em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, moradia, e assim sucessivamente.

Entende-se a partir disso, que o orgulho expresso pela doutora colombiana Idelisa Bonnelly é mostrando que venceu essa barreira de privilégio racial, não apenas no seu íntimo pessoal, mas na coletividade. Emprega pessoas, consegue utilizar seus saberes como meio de gerar renda, de modo que outras mulheres se sintam representadas e consigam seguir os mesmos delineares para que outras histórias de superação racial virem rotina, não a exceção.

“É um trabalho comercial, eu tenho um cargo também na empresa. É uma função mais universitária, sou uma das diretoras. É uma empresa familiar. Fazemos tudo para proteger a empresa e o que ela representa para nós.” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023).

Através de seu cargo na empresa a doutora colombiana Idelisa Bonnelly trabalha com as pessoas envolvidas no sentido de proteger sempre a empresa e seus ideais. Sendo uma das diretoras consegue seguir seus direcionamentos, investir em novas ideias, e acima de tudo compreender os mecanismos que giram em torno da manutenção de empregos nessa região.

Um dos mecanismos mais cruéis da situação dos negros com relação ao trabalho são as sistemáticas perseguições, as opressões e as violências estruturais contra ele. A

força policial também contribui para essa realidade. Os estereótipos que reforçam o racismo nos países levam muitos problemas para as populações. O ideário popular de que negro é preguiçoso, que não gosta de trabalhar, que é vadio. Quando seus documentos são solicitados e se constata que está desempregado, o negro é preso, muitas vezes torturado e obrigado a confessar crimes cruéis que em alguns casos nem tinha conhecimento do acontecido. No ideário popular ‘todo negro é marginal até prova em contrário’. (Gonzalez, 2020). Claro que estar diretora de uma empresa é uma situação que elevaria o orgulho e auto estima de quem passa por situações degradantes diariamente.

5.4. Ciência Feminina Negra: “Jeitinho” de Fazer Ciência

A interseção entre a ciência, a raça e o gênero é um campo cada vez mais reconhecido e discutido. A ciência, tradicionalmente dominada por vozes brancas e masculinas (Chassot, 2016), tem visto um aumento significativo na contribuição de cientistas negras, que trazem não apenas um olhar crítico, mas também abordagens inovadoras e únicas para a pesquisa e o conhecimento. O conceito de "jeitinho" na Ciência feminina negra representa essa forma particular de fazer, que combina resistência, criatividade e uma profunda conexão com as comunidades. Faz-se necessário compreender as diversas dimensões que atuam para essas desigualdades em todos os espaços sociais. O pertencimento étnico racial, a renda, a identidade de gênero, a localização geográfica, a idade, a condição física, entre outros, são atributos resultantes em desigualdades, desvantagens e hierarquizações entre elas, sendo a cor da pele um marcador social que impacta negativamente na vida de muitas mulheres negras. (Carneiro, 2016).

A ciência não é uma prática neutra; ela é moldada por contextos sociais e culturais (Vaz, Batista, Rotta, 2021; Chassot, 2016). Muitas cientistas negras, como a engenheira Enedina Alves, a Física Sônia Guimarães, não apenas enfrentaram e enfrentam barreiras raciais e de gênero, mas também desafiaram as normas sociais que relegam suas contribuições a segundo plano. A história da Ciência está repleta de mulheres que, apesar das dificuldades, encontraram formas de inserir suas perspectivas e conhecimentos em suas áreas. A compreensão desse cenário envolve compreendermos que, por muitos séculos, a Ciência foi considerada imprópria para as mulheres, mas que muitas conseguiram se sobrepôr a essa determinação e participaram da produção de conhecimentos científicos. (chassot, 2016; Martins, 2010).

O termo “jeitinho” é uma expressão cultural que implica encontrar soluções criativas para problemas complexos. Na ciência feminina negra, essa abordagem é fundamental. Muitas cientistas utilizam seus conhecimentos do cotidiano, suas vivências e de suas comunidades para enfrentar desafios científicos. Esse jeito de fazer ciência, que muitas vezes envolve estratégias não convencionais, é essencial em áreas que demandam inovação e adaptabilidade. Cientistas negras têm contribuído significativamente em diversas áreas, como medicina, biologia, engenharia e ciências sociais. Por exemplo, a pesquisa sobre a eficácia de medicamentos específicos para a população negra é uma área em que a inclusão de perspectivas negras é vital. Além disso, esses profissionais frequentemente abordam questões sociais e ambientais que afetam diretamente suas comunidades, promovendo uma ciência mais inclusiva e abrangente. Como o caso das pesquisas recentes sobre o COVID-19, que é coordenada por uma cientista negra, nordestina no Brasil²³.

“São poderosas, publicam, etc, etc. De novo, na hora de contratar, elas continuam mulher, por que você percebe. Você faz tudo, tira um doutorado e vai ser caixa no supermercado. Ta entendendo? Por que na hora de serem contratadas, elas continuam sendo mulheres negras, tem doutorado, publicam no diabo a quatro, aí vão concorrer com quatro homens brancos, gênero masculino. Ou ainda, concorrendo com uma mulher branca. Quem vai ser contratada? Não falei nada, só perguntei.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

As mulheres negras pesquisam, se envolvem, estudam, se qualificam, mas como afirma a doutora brasileira Merit Ptah, na hora de uma seleção onde a cor da pele, ou mesmo o gênero sejam considerados, os estereótipos raciais estarão atuando para que essa não seja uma luta justa. Esses estereótipos têm um impacto significativo no processo de contratação de mulheres negras, muitas vezes resultando em discriminação e barreiras que dificultam sua inclusão no mercado de trabalho. As mulheres negras ainda enfrentam dificuldades em relação ao diferencial salarial e ao avanço nas carreiras. Sem mencionar que apenas em 1910 as mulheres ingressaram em Universidades brasileiras, e, portanto, continuam consolidando sua contribuição na

²³ Conheça a cientista, negra e nordestina, que coordena a luta contra o Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/mulheres/noticia/2024-03/6026/conheca-cientista-negra-e-nordestina-que-coordena-luta-contr-o-covid-19-no>

área acadêmica. (Saitovich, 2006).

Mulheres negras enfrentam frequentemente a ideia preconceituosa de que não são tão qualificadas ou competentes quanto seus colegas brancos, ou homens. Isso pode levar a um viés inconsciente durante o processo de seleção no qual elas estejam enfrentando. Neste cenário, observa-se um significativo número menor de mulheres nas carreiras de Ciências da Natureza, sobretudo nas subáreas de Física, Engenharias, onde os ideais pessoais exercem uma influência mais marcante (Morales, 2021). A combinação de gênero e raça pode criar expectativas sobre os papéis que mulheres negras devem desempenhar, como serem cuidadoras ou estarem mais voltadas para funções administrativas, ao invés de ocuparem cargos de liderança.

“Tem Universidade que não tem nenhuma mulher docente, você acha que eles iriam contratar uma negra porquê? E deixa eu te dizer, existe uma lei de 25% dos contratados terem que ser negros e negras. O que eles fazem? Dividem o edital em quatro, aí um edital com uma vaga, vai cortar a pessoa e botar meia pessoa preta e meia pessoa branca? Você está entendendo? Se for um edital com quatro pessoas, um terço tem que ser negro, acabou a ponte. Eles dividem o edital para que essa possibilidade não ocorra, para não ter possibilidade nenhuma de entrar um negro.” (Dra. Merti Ptah, brasileira, 2022).

Através do relato da doutora brasileira Merit Ptah, fica muito evidente a rede de ações implícitas nas situações mais diversas nos nossos ambientes. As formas utilizadas como meio para que os padrões sociais de representatividade não sofram alterações. Uma vez que a sub-representação de mulheres negras em certos setores pode perpetuar a ideia de que elas não pertencem a esses ambientes, tornando mais difícil para candidatas se verem nesses papéis ou serem vistas por recrutadores. Para Silva (2017), essas ideias se manifestam de maneira discreta, mediante expressões, ações e comportamentos sutis, tentando naturalizá-los, frequentemente, passam despercebidos e acabam sendo aceitos como normais.

A Ciência Feminina Negra abarca as contribuições e pesquisas de mulheres negras em diversos campos científicos, contribuindo significativamente com as áreas e melhorando consequentemente as condições humanas. As contribuições são imensas em diversos campos durante a história. Estas mulheres têm enfrentado múltiplas barreiras, como racismo, sexismo. No entanto, tem perseverado e realizado aportes científicos significativos, em diversos contextos.

A ciência desenvolvida por mulheres negras abrange a contribuição e o reconhecimento delas em várias áreas do conhecimento, incluindo ciências exatas, biológicas, sociais e humanas. Muitas dessas mulheres enfrentam barreiras significativas devido ao racismo e ao machismo, mas suas realizações são notáveis e impactantes. Os paradigmas que sugerem que elas devem restringir-se aos trabalhos reprodutivos e domésticos, impostos desde os primeiros estágios de vida nas suas infâncias (Mello, 2020). Tem impactado negativamente o modo como elas são percebidas no mundo, além de influenciar suas futuras escolhas profissionais e restringir suas opções no mercado de trabalho.

“O modo das mulheres negras fazerem suas pesquisas é diferente. Elas geralmente estão preocupadas em ajudar o maior número de pessoas. Se sua pesquisa puder contribuir com as vidas humanas sem dúvidas elas vão fazer da melhor maneira possível.” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023)

Percebemos com a fala da doutora colombiana Idelisa Bonnelly o quanto a humanidade presente nas pesquisas científicas de mulheres negras é considerada no momento de fazer um trabalho significativo. Isso é de extrema importância, demonstra o quanto se perde por excluir, de certa maneira, esses potenciais dos ambientes acadêmicos. Os preconceitos e crenças que, desde sempre, restringiram as mulheres negras na Ciência e na vida pública deixaram marcas profundas em nossa sociedade. Atualmente, de forma implícita ou explícita, muitas dessas situações continuam a ser perpetuadas pelas sociedades. Um exemplo disso, é a forma inconsciente com que muitas mulheres são direcionadas, ou se direcionam, para determinadas áreas da ciência onde ainda permanecem concepções estereotipadas do feminino. (Etzkowits; Kemelgor, 2001).

A valorização das contribuições de mulheres negras nas ciências é fundamental para uma representação mais justa e inclusiva, além de ser essencial para o progresso científico e social na totalidade. Uma contribuição para que cada vez mais meninas negras possam escolher suas áreas científicas de modo mais justo e imparcial, talvez seja através da implantação de modo efetivo da lei nº 12.711, que institui o programa de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, oriundos de famílias com renda inferior a um salário-mínimo e meio per capita, que passaram a ter mais oportunidades de acesso às instituições

federais de ensino. (Brasil,2023). Como cita a doutora brasileira Merit Pthah.

“A gente vê a importância que é, por exemplo, até das cotas na universidade e ainda tem gente que tem capacidade de olhar para você e dizer assim é privilégio negro de certo não conhece a história que não beneficiou os negros no Brasil, eles foram escravizados neste e em outros países.” (Dra. Merit pthah, brasileira, 2022).

A Lei de Cotas, citada pela doutora Merit Ptha, foi uma luta dos movimentos negros e de outros movimentos sociais pelo acesso igualitário ao ensino superior no nosso país. Ao longo dos anos, eles se uniram a pesquisadores, parlamentares e órgãos de controle para garantir que, no devido tempo, houvesse revisão dessa lei e a efetivação de suas garantias. Manter o ensino superior o mais diverso possível, em todas as áreas, é um dos caminhos para podermos vivenciar uma Ciência mais justa e inclusiva em todas as nuances. Assim, poderemos continuar a ter Cientistas negras contribuindo significativamente em diversas áreas, como medicina, biologia, engenharia e ciências sociais.

A conexão com a comunidade é um aspecto central do jeito de fazer Ciência. Muitas cientistas negras não apenas realizam pesquisas, mas também se envolvem em iniciativas comunitárias, educação e ativismo. Essa relação bidirecional não só enriquece a pesquisa, mas também empodera a comunidade, criando um ciclo de aprendizado e desenvolvimento. Como é o caso da doutora Enedina Alves, enquanto estava reitora na Universidade promoveu muitas ações de integração entre comunidade e instituição, avançando assim, com significado no sentido de ter uma instituição com maioria negra no seu corpo discente.

É o resultado de muita luta. Eu vou lá atrás, a luta de todos os ancestrais e de todas as mulheres negras que fizeram seu papel. Quando as alunas negras vêm me agradecer pela representatividade, reforça ainda mais a minha missão de seguir em frente e abrir caminhos para nós, mais jovens, estarmos alcançando esses passos, apensar de uma sociedade racista, estruturada dessa forma, nos impedir, fechar portas a todos os momentos para não conseguirmos. Eu entendo que muito foi possível através dessa política de ação afirmativa, nós vivemos alguns anos no Brasil de investimentos na educação. A minha experiencia, por exemplo, mesmo no doutorado, em 2008, em uma época em que o Brasil estava tendo muitos investimentos na educação. Ainda assim, precisamos aumentar esses números. As políticas de ações afirmativas estão aí, embora de forma tímida, mas elas já estão dando resultados e a gente não pode é tratar

desse dado como pequeno, como pouco. Muito ainda precisa acontecer. (Dra. Enedina Alves, brasileira, 2022).

Tomemos como referencial essa fala da doutora brasileira Enedina Alves para entendermos o quanto a representatividade é fundamental para as áreas das ciências. Apesar dos avanços, cientistas negras ainda enfrentam desafios significativos, incluindo discriminação, falta de recursos e reconhecimento. No entanto, há uma crescente conscientização sobre a importância da diversidade na ciência, oferecendo oportunidades para mudanças positivas. Iniciativas para aumentar a representatividade nas instituições científicas e programas de mentoria são passos importantes para garantir que mais vozes sejam ouvidas.

A Ciência feminina negra traz uma abordagem rica e multifacetada à pesquisa e ao conhecimento. O “jeitinho” de fazer ciência, com suas soluções criativas e conexão com a comunidade, é uma fonte de inovação e resistência. Reconhecer e valorizar essas contribuições é essencial para a construção de uma ciência mais justa, inclusiva e representativa. A valorização das experiências e perspectivas das cientistas negras aprimora não apenas a pesquisa científica, mas também a sociedade na totalidade.

5.5. Visibilidade Feminina Negra nas Ciências da Natureza

A visibilidade feminina negra nas Ciências da Natureza é um tema importante que não poderíamos deixar de abordar nesta tese, por que toca em questões de identidade, representação e desigualdade de gênero e raça. Tradicionalmente, as Ciências têm se configurado em um campo dominado por homens brancos, resultando em uma sub-representação de mulheres negras e de outros grupos marginalizados. Esses entraves não deixam de remontar a episódios históricos da participação feminina negra nas Ciências brasileiras e colombianas. em 19 de abril de 1879, D. Pedro II aprovou uma lei autorizando a presença feminina nos cursos superiores. A decisão do imperador se deu em decorrência do episódio vivido por Augusta Generosa Estrela, que mesmo diplomada em medicina, em New York, em 1876, com uma bolsa de estudos concedida pelo próprio Imperador, foi impedida de exercer a profissão no Brasil. (Blay e Conceição, 1991).

No Brasil, em 1907, as mulheres representavam cerca de 0,24% dos estudantes do Ensino Jurídico, 3,63% do Ensino Médico e Farmacêutico e 0,47 do Ensino Político.

(Barroso e Mello, 1975). Essa é uma situação histórica que merece atenção. As mulheres entrando tardiamente no ensino superior, se teria uma representatividade mínima a curto tempo. A situação das negras acaba tendo ainda mais entraves, uma vez que estudos como esses apontam para a participação feminina, não se tem estudos do mesmo período histórico que apontem para a equivalência entre mulheres negras e brancas com acesso ao ensino. Se a entrada na educação formal tardou para ser efetivada em comparação com demais países desenvolvidos, logo a invisibilidade feminina negra em algumas áreas na atualidade ainda é uma realidade muito presente.

O sistema educacional brasileiro, desde sempre, é utilizado como aparelho de controle nessa estrutura de discriminação racial. Em todas as etapas educativas, elementar, secundário e universitário, a composição de currículos e disciplinas constitui um ritual de formalidades e da ostentação da Europa. A partir desta abordagem poderíamos citar, se conhecimento é memória, onde se localiza as histórias da África? Suas civilizações, suas tradições? Como e por que foram apagados dos legados históricos? Por que as características do povo africano não são valorizadas nas escolas? (Pinheiro, 2020).

Assim se segue por todos os níveis da educação tanto brasileira quanto colombiana. Os saberes valorizados e ensinados são os que podem ser traduzidos por meio de interesses europeus, brancos, heterossexuais. A maioria das crianças e jovens negros, nas escolas destes países, são vistas como indisciplinadas, dispersas, desajustadas ou pouco inteligentes (Gonzalez, 2020; 2022). Soma-se a esse fator as questões referentes ao modo como as sociedades os acolhem. São situações de exclusão, marginalização e preconceitos que diariamente precisam ser contornados para que acessos sejam conseguidos nestas sociedades. (Carreira, 2007).

No que se refere a mulher negra. Em períodos posteriores a escravização, elas foram as vigas mestras em suas comunidades. Além do sustento moral e a subsistência dos demais membros das famílias, investiram seus saberes na manutenção e na sobrevivência coletiva (Gonzalez, 2020). Mantendo suas comunidades estáveis, as mulheres negras seguiram seus percursos de detentoras de conhecimentos, de saberes e de condições para contribuírem com edificações das nações. Assim, nos resta a abordagem em torno de atributos que corrobore com nossa compreensão do termo citado pela doutora Merit Ptah, “precisamos tirar os donos da ciência. Essa colocação é de extrema valia para que compreendamos que a eugenia científica que se criou em alguns campos é muito normalizada. Muito natural a invisibilidade das mulheres negras

em áreas como as Ciências da Natureza.

“Principalmente para a mulher negra na Ciência, na Física, tem que tirar os “donos”. Os “donos” precisam sair do poder. Você pode ver que tem donos, eles se concentram no Sudeste. Se for ver o número de bolsas de produção e produtividade que o CNPq dá são 80% para o Sudeste, para homens brancos. A CAPs tem “dono”, do gênero masculino, de cor branca. Portanto, toda turminha que tem qualquer benefício pensa que eu consegui rapidinho a minha bolsa para ir para a Itália, na bolsa sanduiche. Foi uma longa batalha.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

Como vemos no relato da doutora brasileira Merit Ptah, a diversidade de gênero e étnica nas áreas de fomento à pesquisa é uma questão relevante e muitas vezes discutida, embora não se tenha ainda uma solução para a problemática. Organizações e agências de fomento à pesquisa, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil e na Colômbia, têm enfrentado críticas por sua falta de representatividade, especialmente no que diz respeito à inclusão de mulheres, pessoas negras e grupos marginalizados. Estudos mostram²⁴ que a presença de diversidade em equipes de pesquisa pode levar a uma maior inovação e a resultados mais abrangentes. A exclusão de mulheres negras e de outras minorias pode limitar a perspectiva e o impacto das pesquisas realizadas, além de perpetuar desigualdades sociais.

Iniciativas de fomento à diversidade e inclusão, como programas específicos de financiamento para grupos sub-representados, são importantes para abordar essas desigualdades. A promoção de um ambiente de pesquisa mais inclusivo pode ajudar a garantir que uma gama mais ampla de vozes e experiências seja ouvida e considerada em projetos de pesquisa e inovação. Os estudos que descrevem as assimetrias no campo científico segundo gênero e raça, tem mostrado que a presença de mulheres em áreas anteriormente dominadas por homens é crescente (Barreto, 2015). Essa realidade pode indicar que mudanças de paradigmas poderão trazer muitos benefícios para os campos científicos. Muitos saberes compartilhados e pesquisas científicas tendo ressignificação. Para isso, mudança nos campos de comando e de tomadas de decisão são um direcionamento.

A inclusão de mulheres negras pode trazer novas perspectivas e abordagens

²⁴ A exemplo de SANTOS, Lays Regina; BARROS, Surya. Estado da arte da produção sobre a história da educação: o negro como sujeito da história da educação brasileira.

para problemas científicos, contribuindo para a inovação e um entendimento mais amplo das questões científicas. Investimento e financiamento de pesquisas científicas é um caminho viável para essa tomada de decisões. Se os quantitativos populacionais, tanto do Brasil quanto da Colômbia, são se uma maioria expressiva de negros e de mulheres negras, essas pessoas precisam chegar em cargos de visibilidade. Talvez assim, as burocracias e dificuldades de ascensão feminina negra sejam minimizadas.

“Quando eu pedi minha bolsa de doutorado sanduiche. Você acha que eu tive logo uma aprovação? Lógico que não. Ainda mais uma mulher negra, meu nome ainda sumiu do lote. Chulinha (um amigo professor, pesquisador) quando se mudou para o Brasil e em um jantar estava o presidente do CNPq Jean Carlos, ele foi lá e falou: ‘Por que você não deu a bolsa de sanduiche para Merit?’ No dia seguinte a minha bolsa saiu, em sete dias eu tinha que pegar passaporte, permissão para ir para Itália. Por que eu não ia ficar só seis meses lá, não era turismo, ia ficar no mínimo um ano. Comprar passagens, comprar roupas de frio, por que eu não tinha. Eu ia chegar lá em outubro. Tinha que providenciar tudo em uma semana. Mas esse meu amigo me ajudou para poder ser indicada, por isso falo em “donos” da Ciência.” (Dra. Merit Ptah, brasileira, 2022).

Claramente se nota através do relato da doutora brasileira Merit Ptah que mulheres negras frequentemente enfrentam barreiras adicionais, como discriminação racial e de gênero, acesso limitado a recursos e redes de apoio. É essencial discutir e abordar esses desafios para promover uma maior inclusão. É fundamental que se compreenda que esses adicionais de dificuldades impostas por questões a parte acabam barrando a entrada de mulheres nesse campo. Por vezes as dificuldades parecem tantas que muitas compreendem que ali não é o seu lugar e desistem de seguirem como cientistas e pesquisadoras. Estudos diversos sobre as trajetórias de mulheres negras pioneiras, ou que estão inseridas atualmente em contextos ainda masculinizados, trazem evidências importantes para compreender os arranjos que contribuem para que elas sejam excluídas de determinados espaços dentro do campo científico, e as estratégias devem ser usadas para garantir a permanência de cada vez mais mulheres negras nesses espaços. (Vanin, 2008; Rago, 2007).

“Eu fui bolsista do CNPq, geralmente isso acontece por meio de edital. O governo passado lançou. E para mulheres na ciência eu já fui contemplada. A gente sabe que se for em uma entrevista que é mais visível, se for uma mulher negra e uma branca, a branca fica com a

bolsa, mas no meu caso o CNPq, analisou currículo e não tive problema. Mas tem uma questão aí: o ser negro nesse país. O ser negro é o empasse que você já começa sentindo os efeitos da discriminação, por que quem conhece a história sabe que ainda vai durar mais de 500 anos para frente para poder termos o mínimo de valores e direitos iguais. Vai ser ainda muito difícil.” (Dra. Odília Teixeira, brasileira, 2023).

O ser negro citado pela doutora brasileira Odília Teixeira nos remete ao que Munanga (1996) cita, “o racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece a luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos.” Ser negro é relembrar todos os dias que por mais que o processo seletivo aparentemente seja imparcial existirão nuances atreladas a ele que fazem da imparcialidade entraves para a exclusão feminina negra. Um exemplo claro dessa situação é o caso da quantidade de dificuldades sugeridas anteriormente pela doutora Merit Ptha, o resultado da seleção foi divulgado com uma semana para que fosse providenciado todas as exigências para fomento da bolsa de pesquisa no exterior.

Com a doutora brasileira Odília Teixeira, a provocação se configura como uma explicação coerente de como ocorrem os processos seletivos no Brasil com relação às bolsas de pesquisa financiadas pelos órgãos responsáveis. Ela coloca, claramente, que se o processo seletivo tiver uma entrevista e as concorrentes forem mulheres brancas e negras, a branca ficará com a bolsa, mesmo que as qualificações da negra sejam mais adequadas para a vaga existente. Essa escolha vai além dos requisitos de mérito e capacidade, são fatores ligados ao racismo que se perpetua no nosso país que são mais evidentes que qualquer outro fator.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), o racismo passou por processos de perpetuação e reforço após a abolição da escravidão, na medida que beneficiou e beneficia determinados interesses, brancos. Se o racismo, assim como o sexismo, torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial do trabalho pode ser explorada. As consequências dessa situação serão muito diversas e uma delas é a invisibilidade feminina negra em ambientes científicos.

O racismo, assim como o sexismo, está profundamente enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas, especialmente no contexto do capitalismo. Após a abolição da escravidão, estruturas raciais de opressão não apenas persistiram, mas foram reforçadas e adaptadas para se adequar às necessidades do sistema capitalista,

que frequentemente se beneficia da exploração e da marginalização de grupos racializados.

A divisão racial do trabalho é uma manifestação clara dessa dinâmica. Em muitas sociedades, os grupos racializados ocupam posições de menor prestígio e remuneração, desempenhando frequentemente trabalhos que são desvalorizados, mas essenciais para o funcionamento da economia. Essa estrutura de trabalho não é acidental; ela foi e continua sendo moldada por ideologias raciais que justificam a desigualdade e a exploração. (Davis, 1982; Gonzalez, 2022).

Além disso, o racismo não opera de forma isolada. Ele se entrelaça com outras formas de opressão, como o classismo e o sexismo, criando sistemas multifacetados de discriminação que dificultam a mobilidade social de indivíduos e grupos marginalizados. Por exemplo, mulheres negras muitas vezes enfrentam barreiras duplas — tanto por serem mulheres, quanto por serem racializadas — resultando em condições de trabalho ainda mais precárias.

Em termos de exploração, os interesses de grupos brancos e dominantes se aproveitam dessa divisão racial do trabalho para maximizar lucros, mantendo uma lógica de exploração que marginaliza aqueles que têm menos representação e poder na sociedade. Essa perpetuação do racismo também é sustentada por políticas públicas, práticas empresariais e ideologias culturais que normalizam e justificam a desigualdade racial.

Portanto, é fundamental reconhecer essas interconexões e trabalhar ativamente para dismantelar as estruturas de opressão que sustentam o racismo e a desigualdade no contexto do capitalismo. Isso requer uma abordagem crítica que considere os impactos interseccionalidade, promovendo um entendimento mais inclusivo e abrangente das lutas por justiça social e igualdade. Um dos caminhos para isso é como cita a doutora colombiana Bonnie Prado, quando esteve ministra da Ciência e Tecnologia no seu país buscou maneiras de incluir e diversificar a área.

“Posso te falar que as tomadas de decisões é também uma questão estrutural. Mas tivemos um programa com foco diferenciado para meninas, queríamos expressar a consciência de gênero e raça. Queríamos estar reforçando as questões de todas elas. Tem negros e mulheres no comando de algumas repartições. Mas, eu gostava muito de programas que levasse as meninas a se sentirem nesse lugar. Perguntavam muito: ela deveria ser ministra no cargo público, ou ser só ministra no gabinete? Mas o objetivo era criar momentos onde outras

mulheres pudessem ser incluídas, ou que trouxesse mais desenvolvimento para essa população de mulheres negras.” (Dra. Idelisa Bonnelly, colombiana, 2023).

Essa preocupação da doutora colombiana Idelisa Bonnelly é de fato muito importante. Criar condições para que meninas negras entendam que esses espaços acadêmicos e científicos são também seus lugares. Segundo Lerma (2009), é comum na Colômbia que as meninas abandonem a escola desde muito cedo por que precisam cuidar de seus irmãos mais novos. Essas meninas sem instrução, sem maiores oportunidades na vida, estarão designadas a serem mães adolescentes, conformando o estereotipo racista de que “as mulheres negras têm mais sexualidade, desde a mais tenra idade”.

Então podemos ver que existem várias iniciativas que buscam aumentar a visibilidade e o apoio a mulheres negras nas Ciências da Natureza. Isso pode incluir programas de mentoria, conferências, publicações e grupos de apoio. A educação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade. A inclusão de conteúdo que valorize a contribuição de cientistas negros e mulheres em currículos escolares pode ajudar a moldar uma nova geração mais consciente e inclusiva.

Para promover essa visibilidade, é crucial que as instituições de ensino, pesquisa e políticas públicas adotem práticas mais inclusivas e criem ambientes que favoreçam a diversidade. A promoção de eventos, a divulgação de trabalhos e conquistas de mulheres negras na ciência e a criação de espaços de fala e escuta podem contribuir significativamente para a mudança desse cenário.

“O Prêmio Nobel. Ter 20% de professoras negras nas universidades, dando aula em todos os níveis de ensino. Eu nunca tive uma professora negra na minha vida. Se a negada ver uma professora negra no ensino fundamental, no médio, se isso vai aumentando e vendo mais pessoas negras, a criança vai ver que também pode ser igual a ela.” (Dra Merit Ptah, brasileira, 2022).

Quanto mais naturalizada a presença feminina em áreas masculinizadas anteriormente, mais inclusão será vista nestes mesmos espaços que historicamente foram dominados por homens brancos. Esse fenômeno pode ser observado em diversos campos como como ciência, tecnologia, engenharia, matemática, esportes, política e outras profissões tradicionalmente masculinas. O acesso crescente das mulheres à

educação e formação em áreas que antes eram consideradas masculinas tem contribuído para sua maior presença e participação. A desconstrução de estereótipos de gênero e a promoção da igualdade de gênero têm incentivado mais mulheres a se envolverem em áreas diversas. Campanhas de conscientização e representatividade são essenciais para essa mudança. Mulheres que se destacam em áreas tradicionais contribuem para inspirar outras, criando um ciclo positivo de acolhimento e incentivo que ajuda a normalizar a presença feminina.

“Eu quero que as ações afirmativas permitam que mulheres negras ocupem cargos de educação e ensino e traga mais meninas negras para serem cientistas, astronautas, presidentes, vereadores, prefeitas. Porque, além de tudo, só a escola vai dar oportunidade de chegar nesses lugares. Precisa ser pela educação.” (Dra Merit Ptah, brasileira, 2022).

Esse processo ainda enfrenta desafios, como discriminação e vieses de gênero, mas é inegável que a presença feminina em áreas antes vistas como masculinas está se tornando cada vez mais comum e aceita. A continuidade desse movimento depende de esforços coletivos para garantir um ambiente igualitário e respeitoso. As ações afirmativas, assim como cita a doutora brasileira Merit Ptah é um desses caminhos possíveis para essa afirmação feminina negra.

5.6. Interação com os (as) colegas: “brincadeiras” racistas

Visivelmente, a intersecção entre racismo e sexismo afeta de maneira particular as mulheres negras, que frequentemente enfrentam não apenas discriminação racial, mas também preconceitos de gênero. As “brincadeiras” racistas e sexistas dirigidas a essas mulheres são uma forma de opressão que reforça estereótipos negativos e perpetua a violência física e psicológica. Como cita Djamila Ribeiro (2018), “essas situações não têm nada de neutras, ao contrário, há uma posição ideológica muito evidente de se continuar perpetuando as opressões.” Sendo a sociedade brasileira e colombiana racista, o humor será mais um espaço onde esses discursos serão reproduzidos. É basicamente uma forma de expressar comentários desnecessários para diminuir as vítimas.

Essas “brincadeiras” muitas vezes desumanizam as mulheres negras, reduzindo suas qualidades e conquistas a estereótipos raciais, como a hipersexualização ou a

apresentação delas como fortes de forma a deslegitimar suas vulnerabilidades. Isso pode se manifestar em piadas que objetificam seu corpo, menosprezam suas capacidades, ou reforçam a ideia de que elas são exóticas ou diferentes. Além disso, tais “brincadeiras” podem ocorrer em diversos contextos, incluindo ambientes de trabalho, escolas e redes sociais, contribuindo para um clima de hostilidade e exclusão. A normalização dessas atitudes pode ter consequências graves, como o aumento da violência contra mulheres negras e a perpetuação de desigualdades sociais. São vistas também como maneira de naturalizar fatos corriqueiros como algo desprezível, mas que não tem nada de neutro. A doutora brasileira Odília Teixeira faz um relato que se naturalizou como corriqueiro no decorrer dos tempos.

“O ano passado aconteceu algo engraçado. Eu gosto muito de falar sobre sustentabilidade. Fui convidada para fazer a abertura do ano letivo numa cidade aqui pertinho, próximo a Puxinanã. A coordenadora é branquinha, ela me chamou e aí eu fui. Conversando, conversando naturalmente nos corredores. Geralmente o povo que vai dar palestra é arrumado. Eu já ia para me diferenciar, aí estava de longe sentada com outros, lá só tinha mais uma negra que se irritou com o que aconteceu, eu não reclamo, isso não me afeta diretamente. Ai, estava eu mais umas cinco pessoas antes de começar a palestrar. Nisso chega um senhor: ô menina, a pessoa que vem dar essa palestra sobre sustentabilidade está demorando demais. E eu já tinha chegado, certo, fiquei quieta. A outra pessoa que me conhecia respondeu: não senhor, essa é a palestrante (apontando para mim). Ele olhou assim, como se dissesse: essa não. Essa não tem postura para dar palestra. Ai a menina, a outra que era bem empoderada mesmo, reclamou. Reclamou bastante. Disse que ele era mal educado. Mas não tem problemas, isso acontece com mais frequência do que a gente imagina, muito, muito, mesmo. Mas nesse momento eu não esperava, fui pega totalmente de surpresa.” (Dra. Odília Teixeira, brasileira, 2023).

Essa naturalização de atitudes racistas e sexistas são fruto do processo pelo qual comportamentos, ideias e práticas discriminatórias se tornam vistos como normais, ou aceitáveis dentro de uma sociedade. Isso ocorre quando preconceitos e estereótipos, enraizados na cultura, são perpetuados ao longo do tempo, sendo muitas vezes valorizados ou ignorados como parte do cotidiano. Como a situação vivida pela doutora brasileira Odília Teixeira, o fato de ser uma mulher negra, vestida de acordo com seus gostos e cultura, não poder ser a palestrante de um tema sobre o qual ela sempre pesquisou, simplesmente pela sua aparência e forma de se portar nesse espaço. A

famosa premissa que se fosse branca, ou homem teria uma percepção diferente da apontada neste momento. “As mulheres negras não existem”, ou falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de articulações de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento de condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos tempos. (WERNECK, 2020).

Por que se têm compreensão com quem está oprimindo e não com quem está sendo oprimido? A menina negra é que precisa entender que isso é só “brincadeira” ou quem faz a “brincadeira” que deve perceber que aquilo é racismo? Até quando utilizarão o humor como desculpa para comentários racistas? Quem olhará pela menina negra que odiará o seu cabelo por causa das piadas? Quem lucrará a gente já sabe. (Ribeiro, 2018).

Os questionamentos propostos por Djamila Ribeiro (2018), nos remete a entendermos que o racismo tem um papel preponderante naquilo que as pessoas julgarão engraçado e naquilo que não é divertido. Como acontece com os negros, julga-se engraçado as diversas maneiras de ridicularizar, de menosprezar, de humilhar e quando há a revolta e a não aceitação dessa situação se fala em racismo reverso, ou que as pessoas negras são barulhentas, briguentas e raivosas. Mas, essa percepção distorcida e negativa sobre os comportamentos e emoções das pessoas negras é alimentada por estereótipos raciais arraigados que permeiam a sociedade. Djamila Ribeiro nos convida a refletir sobre como o humor, muitas vezes, reproduz dinâmicas de poder estruturadas pelo racismo, onde as piadas e o riso se tornam ferramentas de opressão e desumanização.

Além disso, a ideia de racismo reverso desconsidera a estrutura de opressão e poder que historicamente marginaliza as pessoas negras. Este conceito, muitas vezes utilizado para silenciar a voz e a resistência desse grupo, ignora o fato de que o racismo é sistêmico e institucionalizado, afetando de maneira desproporcional a vida e as oportunidades de pessoas negras. Simplesmente não haveria possibilidade de haver o racismo reverso por que a estrutura de poder que sustenta as atitudes racistas vai além de atos preconceituosos. Racismo é um sistema de poder, de dominação, de hierarquização, não é simplesmente o preconceito destituído de intensão. (Ribeiro, 2018).

Essa dinâmica se reflete no cotidiano, onde a demonstração de indignação ou

resistência à opressão é vista como exagero ou histeria, enquanto a zombaria e a desumanização são normalizadas e aceitas como humor. Assim, é fundamental reconhecer e desconstruir essas narrativas, promovendo um espaço onde a diversidade de experiências e a luta contra o racismo possam ser valorizadas e respeitadas. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde o riso não seja fruto da dor alheia, mas um espaço de celebração e inclusão.

“Sabe, as pessoas têm um pouco de medo de mim, brincadeiras machistas também não são bem-vindas e as pessoas que estão ao meu redor sabem muito bem disso, então, eu diria que eles têm medo.” (Dra Merit Ptah, brasileira, 2022).

A imposição pessoal das mulheres negras nos seus ambientes de trabalho é muitas vezes parte do seu legado para poder se manter nesses espaços sem ser invisibilizada. A doutora brasileira Merit Ptah fala muito sobre esse processo de se firmar no seu lugar, de se colocar como personagem e principalmente não dar espaço para que “brincadeiras” machistas ou sexistas, ou mesmo racistas sejam colocadas como uma maneira de “humor”, ou mesmo de modo mais sério. Precisam respeitar o espaço e dar visibilidade em todas as ações efetivadas por ela.

O fato é que, desde a infância, as pessoas são expostas a normas e valores que podem reforçar estereótipos raciais e de gênero. Isso se dá através da família, da escola, da mídia e das interações sociais. A forma como as minorias raciais e as mulheres são representadas em filmes, séries, publicidade e redes sociais desempenha um papel crucial na formação de percepções. Muitas vezes, essas representações são simplificadas ou estereotipadas (Ribeiro, 2018). Sociedades com um histórico de colonialismo, escravidão e patriarcado tendem a ter estruturas sociais que mantêm desigualdades raciais e de gênero, facilitando a continuidade de atitudes discriminatórias. Sistemas de poder que privilegiam certos grupos em detrimento de outros mantêm a legitimidade de atitudes racistas e sexistas. Isso pode ser visto em ambientes de trabalho, na política e em instituições sociais. E muitas vezes, quando há tentativas de contestar ou mudar essas atitudes, pode haver uma reação defensiva que reforça ainda mais os preconceitos, levando à polarização.

“E o que as pessoas me diziam? “Deixa pra lá, é só uma brincadeira”. Toda a sociedade concordava com aqueles meninos: eu não me via na TV, nas revistas, nos livros didáticos, em minhas professoras.” (Ribeiro, 2018). Esse trecho de Djamila

Ribeiro, nos leva a uma profunda reflexão sobre a falta de representatividade na mídia, na educação, na arte, na ciência. A frase “deixa pra lá, é só uma brincadeira” pode subestimar o impacto que a exclusão e a invisibilidade têm sobre a identidade e a autoestima de indivíduos que não se veem refletidos nas narrativas predominantes. A busca por diversidade e representatividade é fundamental para que todos, especialmente crianças e jovens, possam reconhecer seu próprio valor e potencial. A ausência de modelos a serem seguidos pode levar a sentimentos de isolamento e desvalorização, como evidenciado pela experiência do narrador.

“Eu não sou machista, nem racista. Imagina. Eu tenho uma amiga mulher, eu tenho um amigo preto. Não entende, não admite que é por causa disso sim, quando vem a Merit, é a inimiga, eu sou a culpada. Culpada do racismo. Culpada por que aquela só vive chorando, não sou machista. Também ela só fala disso, só fala de racismo e do sexismo em sua vida. Mas, sobre o que eles queriam que eu falasse?” (Dra Merit Ptah, brasileira, 2022).

A gente tende a falar sobre o que nos incomoda. O fato de falar sobre o racismo a tanto impregnado nas sociedades brasileiras e colombianas é para que possa haver uma reflexão em torno das ações que proliferam essas atitudes e modos de combate para essas ações. A condição subalterna das mulheres negras será transformada se forem transformados os imaginários sociais que as tornam objetos de uso e direitos dos homens. Que definem os corpos apenas em termos de uma sexualidade retificada, corpos para a sexualidade ou para o trabalho doméstico, objetos desumanizados de observação para o turismo ou para a caridade. Se faz necessário uma organização social que não hierarquise os seres humanos sob nenhuma condição: social, econômica, étnica, sexual ou racial. A única condição deve ser humana. (Lerma, 2009).

“As condições de manifestação do racismo em nosso país é como um imperialismo cultural, vários aspectos da opressão, tornando invisível as perspectivas particulares de nosso próprio grupo, enquanto estereotipam nosso grupo e o apontam como o outro.” (Dra. Ángela Restrepo Moreno, colombiana, 2023).

As manifestações racistas na Colômbia são um reflexo de um problema mais amplo de desigualdade e discriminação racial que afeta a sociedade colombiana. O país possui uma população diversa, que inclui uma significativa comunidade afro-

colombiana, bem como indígenas e outros grupos étnicos (Wade, 2018). No entanto, esses grupos frequentemente enfrentam discriminação social, econômica e política. Afro-colombianos muitas vezes enfrentam barreiras no acesso a serviços, educação e oportunidades de emprego. Isso pode se manifestar em políticas públicas que favorecem certos grupos étnicos em detrimento de outros. Podem ser alvo de violência baseada em discriminação racial, tanto por parte de indivíduos como de grupos organizados. Em muitos casos, a mídia colombiana pode perpetuar estereótipos raciais que contribuem para a discriminação e marginalização de comunidades afro-colombianas (Curiel, Ochy, 2003). Entretanto, movimentos sociais têm se mobilizado para denunciar a discriminação racial e exigir igualdade de direitos. Esses protestos podem ser provocados por incidentes específicos de racismo ou por uma crescente conscientização sobre as injustiças enfrentadas por minorias étnicas.

Nota-se que, apesar de ser um país, assim como o Brasil, que enfrenta muitos problemas de ordem estrutural, a Colômbia também enfrenta situações exatamente por conta de que atitudes racistas e sexistas se naturalizaram de modo muito sistemático nas realidades brasileiras e colombianas (Curiel, Ochy, 2003). Nos últimos anos, a sociedade colombiana tem se tornado mais consciente da necessidade de abordar as questões de racismo e desigualdade. Movimentos afro-colombianos e aliados têm trabalhado para aumentar a visibilidade dos problemas enfrentados por suas comunidades e lutar por mudanças significativas nas políticas sociais e econômicas. (Arboleda, 2019). No Brasil, os movimentos negros, e as instituições públicas e privadas de intelectuais estão levando esse tema ao centro das discussões.

“Brincadeiras machistas, ou racistas nunca. Ninguém se meteu à besta. Ela sabe se comportar em situações de desavença, ela entende quando aquilo ali é uma brincadeira, e quando não é uma brincadeira e sabe se posicionar também.” (Dra Merit Ptah, brasileira, 2022).

É fundamental promover o empoderamento de meninas negras, como destaca a doutora brasileira Merit Ptah, para que possam confrontar e superar atitudes racistas, incluindo "brincadeiras" e comentários preconceituosos. Djamilia Ribeiro (2028) menciona que, durante muito tempo, teve receio de se aproximar de grupos de adolescentes, pois, na infância, enfrentou inúmeras situações de piadas e zombarias por ser negra. Ela frequentemente ouvia comentários como: “Olha a sua minha aí, não vai me apresentar?”, ao que o outro respondia, tentando se defender: “sai foraa!”. Para eles, ter

uma namorada negra era algo inaceitável e impensável. Ribeiro observa que a arrogância deles era tão grande que nunca cogitavam a possibilidade de que ela não estivesse interessada. Esse medo de ser ridicularizada permeou sua vida adulta. Essa é a realidade de muitas meninas negras tanto no Brasil quanto na Colômbia. Disfarçadas de “humor”, essas ofensas ferem a dignidade humana e impactam negativamente as vidas de pessoas negras, tudo em nome da "diversão".

O orgulho de ser uma mulher negra é uma celebração das ricas heranças, culturas e identidades que compõem essa experiência. Mulheres negras têm uma história valiosa e contribuições significativas em diversas áreas, como arte, ciência, política e ativismo. Embora enfrentar desafios e adversidades causados pelo racismo e sexismo seja parte dessa vivência, muitas mulheres transformam essas dificuldades em motivação para lutar por mudanças e justiça social.

VI. Pensares Conclusivos

Com base na análise proposta nesta pesquisa de doutorado, de buscar evidenciar as vozes de doutoras negras nas Ciências da Natureza brasileiras e colombianas apresentamos neste tópico alguns pensares conclusivos sobre a abordagem pretendida. Essas doutoras que realizaram importantes rupturas sociais, ao optarem por caminhos profissionais que fogem do que, de maneira geral, é esperado para mulheres negras. Suas trajetórias, embora em certos aspectos pareça singular, também possui elementos coletivos, contudo, não deve ser generalizada.

O ambiente acadêmico pode, muitas vezes, se tornar um espaço hostil e excludente para mulheres negras, com a falta de modelos a seguir contribuindo para sua invisibilidade nas Ciências da Natureza. A escassez de redes de apoio específicas pode limitar o desenvolvimento acadêmico e profissional de doutoras negras, além de dificuldades em publicar suas pesquisas e obter reconhecimento, que se transformam em obstáculos significativos. A interseccionalidade das identidades — que envolve raça, gênero e classe — pode impactar suas experiências, e a falta de financiamento e recursos adequados para pesquisa também desempenha um papel limitante. Por fim, os estereótipos raciais e de gênero prejudicam a percepção e o respeito que essas doutoras recebem.

É importante destacar que um dos aspectos mais relevantes que emergiram deste estudo foi a conexão, sem comparações diretas, entre as vozes de doutoras do Brasil e da Colômbia. Proposto pela excelente orientadora, doutora Joselina da Silva, essa troca de experiências pode ser extremamente enriquecedora. Refletimos sobre como articular os discursos dessas mulheres para buscar uma compreensão mais profunda de suas falas, trajetórias e caminhos acadêmicos em um campo predominantemente masculino como as Ciências Naturais. As vozes negras presentes nesta pesquisa, assim como aquelas de outras mulheres que não foram abordadas, frequentemente têm sido subestimadas e marginalizadas. Apesar de suas contribuições significativas para o conhecimento em diversas áreas.

Esta tese é uma resposta para todas nós que iniciamos nossos cursos sem entender a presença das mulheres negras nesses espaços. Para aquelas que, assim como eu, são as únicas de suas famílias a conquistarem um doutorado, enfrentando formas insidiosas de racismo. Para todas nós que desejamos um mundo mais justo, inclusivo e humano para todos. Em suma, esta pesquisa representa uma conquista não apenas minha, mas de todas

que buscam compreender essas diversidades e as maneiras cruéis pelas quais elas se manifestam.

É válido questionar por que são sempre as vítimas de racismo que precisam entender. Raramente a responsabilidade recai sobre os agressores, que costumam justificar suas ações alegando que não tinham a intenção de discriminar ou estereotipar. No entanto, as marcas do racismo são profundas e afetam a vida das pessoas negras como um marcador social significativo. As consequências do racismo são variadas e abrangem saúde, educação, habitação e oportunidades de emprego. Comunidades racialmente marginalizadas frequentemente enfrentam uma série de desvantagens que comprometem seu bem-estar e suas perspectivas de desenvolvimento. O racismo, portanto, não é um problema isolado; ele se entrelaça com outras formas de opressão, como classe social, gênero e orientação sexual, criando uma complexa rede de desigualdades sociais.

As relações raciais no Brasil são complexas e historicamente enraizadas, refletindo a mistura de culturas, etnias e desigualdades sociais que caracterizam o país. Ser branco no Brasil posiciona as pessoas numa determinada hierarquia social, devido ao significado que o pertencimento ao grupo racial dominante possui no contexto global. A similitude racial branca está associada a poder, superioridade cultural, estética, integridade moral, sucesso econômico e sexualidade saudável. Por outro lado, ser negro implica a percepção de uma condição de inferioridade e diferença, onde suas características morais e fenotípicas são frequentemente desvalorizadas.

As entrevistadas relataram enfrentar desafios relacionados ao preconceito racial, gênero e classe social, que impactaram suas trajetórias acadêmicas. Muitas delas enfrentaram barreiras institucionais, como a falta de políticas de apoio à permanência de estudantes negras na pós-graduação e a escassez de representatividade nas áreas científicas. Por isso, é fundamental reconhecer e valorizar essas vozes negras na ciência, tanto pelas suas realizações individuais quanto pelo impacto que têm na promoção da diversidade e da equidade no campo científico.

Apesar das dificuldades, as doutoras entrevistadas têm contribuído de maneira significativa e inovadora para suas áreas de atuação. Seus trabalhos incluem pesquisas que abordam questões relevantes em saúde pública, sustentabilidade e biotecnologia, sempre buscando conectar suas experiências pessoais com suas investigações científicas. Assim, as suas dificuldades em participar ativamente da ciência e ascender em suas carreiras não se justificam.

Com base na análise até o momento, observamos que Brasil e Colômbia

apresentam uma baixa representatividade de mulheres negras doutoras nas Ciências da Natureza. Isso resulta de uma série de fatores, incluindo a falta de acesso igualitário a uma educação de qualidade, discriminação racial e de gênero, e a escassez de apoio para mulheres negras que desejam seguir uma carreira acadêmica. O contato com essas poucas mulheres que atendem a nossas especificidades foi um desafio considerável.

É crucial destacar a importância da diversidade e da representatividade nas ciências, pois a falta delas pode limitar o desenvolvimento científico e a inovação. Políticas e iniciativas que promovam a igualdade de oportunidades e apoio a mulheres negras que buscam carreiras nas Ciências Naturais são essenciais. A presença de um maior número de doutoras negras nessa área é fundamental para promover diversidade de pensamento, inclusão e avanço científico em nossa sociedade. Devem ser criados espaços seguros e acolhedores para que essas mulheres possam se desenvolver e contribuir de maneira significativa para a ciência. Além disso, é necessário investir em uma educação inclusiva e em ações afirmativas que estimulem a participação de mulheres negras nas ciências, desde a educação básica até a pós-graduação e a carreira acadêmica.

As mulheres negras na ciência, que enfrentam uma interseção de discriminações, combatem tanto o sexismo quanto o racismo. Ao ocuparem posições de destaque, elas desafiam estereótipos e preconceitos, além de promoverem a igualdade de oportunidades para todas as mulheres, independentemente de sua cor de pele.

Em suma, assegurar a plena e igualitária participação de mulheres negras na ciência é essencial para a produção de conhecimento mais completo e diversificado. A inclusão de perspectivas e experiências variadas contribui para a identificação e resolução eficaz de problemas complexos. Ser mulher e negra no Brasil é, muitas vezes, ser alvo de tripla discriminação, dado que estereótipos gerados tanto pelo racismo quanto pelo sexismo a colocam no ápice da opressão.

O reconhecimento de que a opressão de gênero não ocorre isoladamente, mas entrelaçada a outras formas de discriminação, como o racismo, é essencial para compreender a complexidade das desigualdades enfrentadas por essas mulheres. Aqueles que vivem sob contextos de racismo frequentemente carregam uma carga dupla de opressão — a discriminação de gênero e a racial. Essa experiência se manifesta de diversas maneiras, como exclusão social, acesso limitado a serviços de saúde, educação e oportunidades de emprego, além de violência e exploração. Portanto, é necessário analisar essas vivências de forma holística, levando em consideração as especificidades culturais, sociais e econômicas que moldam a vida dessas mulheres.

O reconhecimento dessas intersecções é fundamental para o ativismo e a formulação de políticas públicas que atendam verdadeiramente às necessidades dessas mulheres, promovendo igualdade e justiça de forma abrangente e eficaz. A luta contra a opressão de gênero deve, portanto, estar intimamente ligada à luta contra o racismo, já que ambas as questões se retroalimentam e demandam uma abordagem integrada para serem efetivamente combatidas.

As relações de discriminação racial e de gênero se entrelaçam de maneiras complexas, criando barreiras adicionais que dificultam o acesso a oportunidades para mulheres negras. Essa interseccionalidade resulta em desafios únicos, pois elas não apenas enfrentam a opressão de gênero — comum a muitas mulheres — mas também o racismo, que permeia as estruturas sociais, econômicas e políticas. Essas formas de discriminação manifestam-se em diferentes esferas, como no mercado de trabalho, na educação e na saúde, refletindo desigualdades que limitam as chances de sucesso e ascensão social. No mercado de trabalho, por exemplo, as mulheres negras geralmente recebem salários mais baixos, encontram menos oportunidades de carreira e enfrentam maior dificuldade em receber promoções em comparação com colegas brancos e homens, o que perpetua um ciclo de exclusão difícil de romper.

Atualmente, contemplamos um cenário em que cada vez mais mulheres ocupam posições proeminentes em diversas áreas, demonstrando sua capacidade e competência em locais antes restritos a homens. Contudo, é essencial continuar questionando e desconstruindo visões limitadas e preconceituosas sobre o papel da mulher na sociedade, promovendo maior igualdade de gênero e oportunidades que permitam a todas as pessoas, independentemente do sexo, passar a contribuir com um bem comum.

Em relação à raça, observa-se que, mesmo hoje, a figura do cientista é frequentemente associada a homens brancos, heterossexuais e eurocêntricos. Entre as barreiras que as mulheres enfrentam para entrar no mundo científico, as relacionadas a gênero já se configuram como marcadores de exclusão.

Essa perspectiva nos leva a uma reflexão crítica sobre a necessidade de políticas e práticas que promovam a diversidade e inclusão efetiva. As instituições acadêmicas precisam se comprometer a criar um ambiente mais justo, que reconheça e valorize a multiplicidade de experiências e conhecimentos, além de trabalhar ativamente para combater as desigualdades raciais e de gênero. Essa discussão é necessária não apenas para a justiça social, mas também para o enriquecimento do conhecimento acadêmico, que se beneficia da pluralidade de perspectivas.

Esse olhar evidencia a necessidade de uma análise interseccional, que considere como diferentes formas de discriminação se sobrepõem e afetam a experiência de indivíduos em diferentes contextos. Ignorar as mulheres negras perpetua a desigualdade e resulta na perda de uma rica diversidade de experiências e conhecimentos que poderiam enriquecer diversas áreas do saber. Mudar essa realidade requer um esforço coletivo em inclusão e visibilidade para essas vozes, historicamente silenciadas. Isso envolve não apenas uma reavaliação das estruturas acadêmicas e profissionais, mas também um compromisso cultural mais amplo para desafiar e desconstruir normas patriarcais e racistas que ainda persistem em nossa sociedade. Para isso, é crucial promover ambientes que incentivem a participação e valorização de todos, garantindo que cada pessoa, independentemente de sua raça, gênero ou orientação sexual, tenha a oportunidade de contribuir e se destacar em suas áreas de atuação.

Diversas barreiras, como estereótipos de gênero e raça, preconceitos e discriminação, falta de modelos e mentores, e desigualdade de oportunidades e recursos, contribuem para a sub-representação de mulheres negras no campo das ciências. Essas questões impactam negativamente a diversidade e qualidade da produção científica, limitando criatividade, inovação e perspectivas na busca por soluções a desafios globais.

Atualmente, quando analisamos certos setores da sociedade sobre a atuação de gênero e raça no Brasil, notamos uma predominância masculina em detrimento do número de mulheres. Essa invisibilidade proposital remete a questões históricas de dominação e poder, relacionadas às formas que levam determinados grupos ou realidades a serem sistematicamente ignorados na sociedade. Essa invisibilidade resulta de estruturas de poder que, historicamente, silenciaram ou marginalizaram vozes e narrativas que não convirjam com a narrativa dominante. Essa dinâmica é visível em diversas esferas, como política, cultura e economia, onde grupos minoritários frequentemente enfrentam dificuldades para serem reconhecidos e valorizados.

É imprescindível que haja políticas públicas e iniciativas voltadas à inclusão e equidade de gênero e raça nessas áreas, garantindo acesso das mulheres negras a oportunidades de formação, capacitação e inserção em espaços de poder e influência. Além disso, é fundamental superar o racismo estrutural e o sexismo presentes na sociedade, que replicam essas desigualdades e impedem que as mulheres negras alcancem seu potencial pleno em diversas áreas.

Esses estereótipos podem influenciar as oportunidades e tratamentos à disposição de indivíduos na sociedade colombiana, perpetuando injustiças e desigualdades. Portanto,

é crucial desafiar esses estereótipos para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. As instituições educacionais, que deveriam ser espaços de inclusão e oportunidades, muitas vezes reforçam padrões patriarcais e raciais que marginalizam esses grupos.

Prosseguir com a discussão sobre a presença feminina e as especificidades da experiência das mulheres negras na educação é vital para construir um sistema mais justo, que reconheça e valorize a diversidade e a equidade. É fundamental que as políticas públicas e práticas educacionais priorizem essas questões, promovendo um ambiente mais inclusivo e propício para todas as pessoas, independentemente de gênero ou raça. Uma educação de qualidade, acessível e inclusiva, aliada a iniciativas que promovam a igualdade racial e de gênero, são passos cruciais para que essa realidade comece a mudar. O dismantelamento de condicionamentos psicológicos e socioeconômicos prejudiciais é necessário para construir uma sociedade mais equitativa, onde todas as mulheres, independentemente de cor ou classe, tenham as mesmas oportunidades de prosperar.

O caminho para a equidade na educação para mulheres negras é repleto de desafios, mas também de conquistas significativas. É vital continuar lutando por um sistema educacional que seja verdadeiramente inclusivo e valorize a diversidade, assegurando que todas as mulheres, independentemente de raça, tenham acesso às mesmas oportunidades. A educação é uma ferramenta de transformação, e promover a presença e a voz de mulheres negras nesse espaço é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ademais, a educação pode ser utilizada como uma ferramenta de opressão e controle, como na disseminação de narrativas racistas e sexistas nos currículos escolares. No entanto, também pode ser um poderoso instrumento de resistência e transformação social. Por meio de práticas educacionais críticas e inclusivas, é possível desafiar e dismantelar estruturas de poder que perpetuam desigualdade racial e de gênero. Promover igualdade de oportunidades e respeito à diversidade pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária a todos.

Os educadores e todos os envolvidos no processo educativo têm um papel crucial em criar uma cultura que não perpetue condições ou situações que difamem o direito de cada cidadão a ser tratado com dignidade e respeito.

Assim, é fundamental implementar políticas públicas e programas de inclusão que garantam acesso mais igualitário e justo à educação superior. Em resumo, o acesso à universidade representa não apenas a possibilidade de ascender socialmente e conquistar melhores oportunidades de trabalho, mas também a chance de adquirir conhecimento e

se desenvolver pessoal e profissionalmente.

É preciso, portanto, fazer um esforço contínuo para dismantelar esses estereótipos e promover uma educação inclusiva que leve em consideração as diversas capacidades e potencialidades de todos os indivíduos, independentemente de gênero ou cor da pele. Portanto, o desafio não se limita a garantir acesso ao ensino superior, mas também à promoção de um ambiente equitativo que valorize igualmente todas as áreas do conhecimento.

As políticas públicas e ações afirmativas precisam ser implementadas com o objetivo de combater discriminação racial e garantir igualdade de oportunidades para mulheres negras na educação. A valorização da diversidade e representatividade é essencial para criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todas as estudantes, independentemente de sua raça ou origem étnica.

Apesar dos desafios significativos, a luta pelas mulheres negras por uma educação equitativa e de qualidade continua sendo uma parte vital da busca por justiça social no Brasil. Iniciativas que promovam inclusão e representatividade são essenciais para garantir que todas tenham a oportunidade de atingir seu pleno potencial profissional e social.

A educação de qualidade é um vetor poderoso de mudanças sociais, pois promove o pensamento crítico, ajuda a romper ciclos de desigualdade e favorece a mobilidade social. Assegura às comunidades e indivíduos as ferramentas necessárias para questionar realidades, buscar soluções para problemas sociais e se engajar ativamente na sociedade.

A análise das experiências dessas mulheres negras é fundamental para entender como e onde elas estão situadas. É crucial revisitar a formação social de gênero e raça, especialmente no que diz respeito ao poder nos países da América Latina. Para as mulheres negras, as formas de dominação atuavam sob duas vertentes: a raça como um marcador de inferioridade intelectual e moral, e o gênero, que, além de ser interpretado como inferior, as tornava responsáveis pelo mesmo trabalho que o homem negro, mas em condições desiguais durante a escravidão.

Refletir sobre como nossas ideologias e comportamentos podem desafiar ou sustentar sistemas de opressão é um passo importante na construção de um mundo mais justo e igualitário. Essa autoconsciência é vital para que possamos agir de maneira intencional e responsável, buscando não apenas nossos próprios direitos e reconhecimentos, mas também defendendo aqueles que se encontram em situações vulneráveis.

Desconstruir esses padrões exige um esforço contínuo e um compromisso genuíno com a empatia e a solidariedade. A equidade na educação deve ser vista não apenas como uma questão de acesso, mas também como um compromisso com a qualidade e relevância do que é ensinado. Isso implica considerar as histórias, vozes e necessidades de diversas comunidades, garantindo que todos os estudantes sejam capazes de reconhecer suas identidades no processo educativo.

Promover uma maior equidade de gênero nas instituições de pesquisa é essencial, implementando estratégias que não apenas apoiem a entrada de mulheres nas carreiras científicas, mas também garantam oportunidades de ascensão a cargos mais altos. Esses dados devem servir como um apelo à ação para que universidades, centros de pesquisa e agências de fomento reconsiderem suas políticas e práticas, visando a criação de um ambiente científico mais inclusivo e representativo.

A atual conjuntura, marcada pelo medo de perda de direitos sociais, trabalhistas, sexuais e reprodutivos, torna a visibilidade de mulheres negras na ciência um tema de emergência nas academias, conectando-se ao cotidiano e às estruturas de poder que afetam diretamente a vida dos indivíduos e a sociedade como um todo. É necessário promover a diversidade e a inclusão na ciência, garantindo oportunidades igualitárias para todos, independentemente de raça, gênero ou origem étnica.

Assim, é imperativo assegurar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e combatam o racismo estrutural, garantindo acesso das mulheres negras à educação, saúde, trabalho digno e segurança. A valorização da cultura e da história das mulheres negras, reconhecendo suas contribuições à sociedade brasileira, é igualmente crucial.

Destacar as contribuições das mulheres negras na ciência é fundamental. Mostrar exemplos de sucesso inspira e motiva jovens a seguir carreiras científicas. A partir dessas representatividades, meninas negras podem se enxergar em espaços antes negados pelo racismo, sexismo e estruturas patriarcais de dominação. Não menos importante, reescrever as narrativas sobre a ciência e a diversidade ajudará a construir um futuro mais inclusivo e representativo.

Por fim, promover equidade nas áreas de ciência e tecnologia requer políticas que incentivem a participação de grupos sub-representados. A sociedade precisa se unir para enfrentar a opressão e garantir igualdade de direitos e oportunidades para todas as mulheres, especialmente as negras, que historicamente foram marginalizadas e tornadas invisíveis. A luta contra o racismo e o sexismo é uma responsabilidade coletiva; somente

juntos conseguiremos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

A valorização das contribuições dessas cientistas é essencial para contribuir para que futuras gerações tenham as oportunidades e o apoio necessários para prosperar. A promoção da diversidade na ciência não enriquece apenas o campo do conhecimento, mas é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Por fim, é fundamental desconstruir esses paradigmas, promovendo uma cultura de igualdade de gênero que reconheça e valorize as contribuições das mulheres em todos os aspectos da vida social, econômica e política. Isso requer um esforço coletivo para desafiar atitudes e práticas discriminatórias, promovendo oportunidades equitativas para todos, independentemente de gênero.

É importante combater ativamente a contínua subestimação das mulheres, promovendo a igualdade de gênero em todos os aspectos da sociedade e garantindo que cada indivíduo seja tratado com respeito e seja reconhecido por seu potencial e talento. Encorajar a participação feminina em áreas historicamente dominadas por homens não apenas promove a igualdade de gênero, mas enriquece o campo científico com uma diversidade de ideias e soluções. É imperativo continuar lutando por um ambiente mais inclusivo e acessível, onde todos, independentemente de gênero, possam contribuir para o progresso da ciência e da tecnologia.

As sociedades devem reconhecer e enfrentar o padrão de exclusão e inferiorização das mulheres negras, promovendo igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. A inclusão e valorização das vozes de mulheres negras em níveis de poder não são simplesmente questões de justiça social, mas uma demanda urgente para enriquecer o conhecimento acadêmico, desafiar estereótipos e promover políticas mais equitativas e representativas.

A mudança nesse cenário exige um esforço coletivo, incluindo reavaliação de estruturas institucionais e compromisso ativo com inclusão e diversidade. Combater esses estereótipos requer um esforço coletivo, com educação e visibilidade, para que meninas negras possam tomar decisões livres e informadas, sem a influência de preconceitos raciais. É fundamental criar ambientes que promovam aceitação e valorização da diversidade em todas as suas formas.

A diversidade das experiências femininas deve ser reconhecida e celebrada, e é essencial trabalhar para dismantelar estereótipos prejudiciais em todas as suas manifestações. Portanto, assegurar a aceitação e valorização das mulheres negras em ambientes predominantemente masculinos não é apenas uma questão de justiça social,

mas uma estratégia inteligente para o crescimento e sucesso das organizações. Essas mudanças devem ser apoiadas por políticas efetivas de inclusão e diversidade, além de um compromisso verdadeiro com a equidade em todas as esferas.

A carência de apoio e mentoria é um obstáculo significativo para o avanço na carreira dessas mulheres. A falta de programas de mentoria e redes de apoio direcionadas especificamente para mulheres negras dificulta o desenvolvimento de suas trajetórias. Isso se agrava com as dificuldades financeiras que permeiam os espaços sociais. A desigualdade econômica pode limitar o acesso a uma educação de qualidade e a recursos essenciais para pesquisa e formação.

É importante ensinar sobre a história e a cultura afro-brasileira, incluindo figuras históricas e contribuições artísticas do povo negro. Isso ajuda a criar uma identidade forte e positiva. Conversar abertamente sobre racismo, suas manifestações e impactos auxilia meninas a reconhecer atitudes preconceituosas e a entender seus direitos. Incentivar a valorização da estética negra, como o cabelo e traços faciais, é necessário, incluindo o uso de produtos que enfatizem a beleza negra. Trazer à tona exemplos de mulheres negras que são referências em diversas áreas (ciência, arte, ativismo) serve para inspirá-las e mostrar que elas também podem conquistar grandes realizações.

O empoderamento das meninas negras é um processo contínuo que vai além da resistência contra atitudes racistas. Trata-se de uma afirmação de identidade e valor que deve ser apoiada por toda a sociedade. Juntas, essas meninas podem construir um futuro onde respeito e igualdade sejam a norma. Promover atividades que desenvolvam habilidades de comunicação, assertividade e autodefesa é crucial para que possam se posicionar diante de situações de racismo. Encorajar práticas de empoderamento, como a expressão artística (música, dança, teatro), permite a autoafirmação e a libertação emocional.

O empoderamento, a sororidade e a busca por igualdade são aspectos centrais desse orgulho. É igualmente importante valorizar a diversidade das experiências e vozes na comunidade de mulheres negras, reconhecendo que cada uma possui sua narrativa e perspectiva única. O amor-próprio, a autoestima e a valorização da cultura afro-brasileira são ferramentas poderosas para construir um futuro mais justo e igualitário.

Conclusivamente, esta pesquisa destaca a importância de valorizar e reconhecer as vozes de doutoras negras nas Ciências da Natureza no Brasil e na Colômbia, evidenciando as rupturas sociais que essas mulheres promovem ao desafiar as expectativas tradicionais de gênero e raça. As trajetórias dessas doutoras, embora únicas, refletem experiências

coletivas de luta e resistência em um ambiente acadêmico que frequentemente se mostra hostil e excludente.

Por fim, a pesquisa conclui que a transformação dessa realidade requer um esforço coletivo, envolvendo toda a sociedade em um compromisso com a inclusão, a diversidade e a equidade, visando não apenas a justiça social, mas também o enriquecimento do conhecimento acadêmico e científico. Promover a visibilidade e o reconhecimento das contribuições das mulheres negras na ciência é uma responsabilidade coletiva que pode levar a um avanço significativo na luta contra o racismo e o sexismo, beneficiando toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- Edu_____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Brasília: MEC, 2008.2007b
A participação do negro na formação das sociedades latino-americanas.
- AGOSTINI, Camilla. **Resistencia Cultural e Reconstrução de Identidades: Um Olhar sobre a Cultura Material de Escravos do Século XIX**. Revista de História Regional. Janeiro. 2007.
- AGUIAR, M. F. **Tecendo Memórias e Histórias**. São Paulo, 2003
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ANDRADE, C. Y. Ensino superior: expansão e desafios. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 54, maio 2002.
- ANDRÉ, F. PEREIRA, M. E. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estudos de Psicologia**, 16(3), setembro-dezembro/2011, 271-278
- ANDREWS, G. R. (1998) **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: Edusc.
- ARENDT. **As Origens do Totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1989
- ARROYO, M. G. Assumir nossa diversidade cultural. In: **Revista de Educação da AEC**, nº 98, ano 25, Brasília, jan/mar de 1996, p.42-50.
- ARRUDA, Dyego de Oliveira. ANGELO, Cristina Aparecida Pimenta dos Santos. As marcas do racismo institucional na trajetória de trabalhadoras negras em uma universidade federal. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 146(1), p. 97-117, 2023.
- ARTES, Amelia Cristina Abreu. O ensino médio como filtro para o acesso de negros no ensino superior brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, Uberlândia, v. 8, n. 19, p. 34-51, 2016.
- AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.
- ÁVILA, R. La observación, una palabra para desbaratar y re-significar. *Cinta moebio*, n. 21, 2004. Disponível em: www.moebio.uchile.cl/21/avila.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.
- BALEY. OSCHNER, R. A Methodological review of the diary studies : Windmill tilting or social science? In: BAILEY, K. M.; LONG, M. H.; PECK, S. (eds.), *Second Language Acquisition Studies*, Rowley, MA: Newbury House, 1983, p. 188-198.

BARBOSA, M. I. S. *Racismo: doença na saúde*. Brasília: UNIFEM, 2006. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00001665.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

BENITE, C. R. M.; BENITE, A. M. C.; ECHEVERRÍA, A. R. A pesquisa na formação de formadores de professores: em foco, a educação química. *Química Nova na Escola*, v. 32, n. 4, p. 257-266, 2010. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/edicao.php?idEdicao=12>. Acesso em 13 dez 2023.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I; BENTO, M.A.S. (Org.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, p. 25-57, 2002.

BILGE, Sirma. (2009), "Théorisations féministes de l'intersectionnalité". *Diogenes*, 1 (225): 70-88.

BLAY, Eva Alterman. CONCEICAO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cad. Pesqui.* [online]. 1991, n.76, pp.50-56. ISSN 0100-1574.

BORDA, O. *Una sociología sentipensante para América Latina*. México: Siglo XXI. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (2002) *Bolsas para afro-descendentes (Chamada nº 01/2002)*. Brasília: CNPq. Disponível em www.CNPq.br/noticias/informes/inform_160502.htm

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, MEC, 1997.

BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir. **Negras Inconfidências: Bullying Não, Isto É Racismo**. Maza Edições. 2012.

CARACHINSKI, Mariana. Katherine Johnson. 2019. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/petfisica/2019/09/30/katherine-johnson-2/>. Acesso em 18 de julho de 2023

Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *estudos Avançados*, 17(49), 117-132.

CARNEIRO, S. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Maria Eulina P. de. *Relações de gênero em cursos masculinos: engenharias mecânica e civil, física, matemática e ciência da computação*. Relatório de Pesquisa, Projeto 471892/2014-9, Chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES nº 22/2014 - Ciências Humanas e Sociais. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e política educacional em tempos de incerteza. Em HYPÓLITO, Álvaro Moreira e GANDIN, Luís Armando (orgs.) Educação em tempos de incertezas. BH : Autêntica, 2000.

CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CEV. Hay futuro si hay verdad. Mi cuerpo es la verdad, Bogotá, 28 jun. 2022. Acessado em 10 set. 2023. Online. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/mi-cuerpo-es-la-verdad>

CHASSOT .A Ciência é masculino? Sim senhora. 3ªed.São Leopoldo: Editora UNISINOS.

CHASSOT, Attico. Alfabetização Científica: questões e desafios para educação. Ijuí: Unijuí, 2003.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Revista Parágrafo, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. Compilado por: A. Cifuentes Bogotá Colcultura. 1986

COOPER, Joanne et alii. Improving gender equity in post secondary education. In: COSTA PINTO, Luis A. (1953), O negro no Rio de Janeiro, relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

CRENSHAW, K.W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, K.W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, 171, 1/2002.

CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist

CURIEL, Ochy 2003 "La lucha política desde las mujeres" en Red de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas (comp.) Aproximación al análisis de estrategias frente al racismo.

CURY, M. Z. F. A pesquisa em acervos e o remanejamento da crítica. Manuscrita, São Paulo, [s.n.], p.78-93, 1993.

DA SILVA, Joselina. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais - doi: 10.5007/2175-795X. 2010 v28n1p19. Perspectiva, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, jun. 2011. ISSN 2175-795X.

DANE. Pobreza multidimensional región pacífica (sin incluir Valle del Cauca). Bogotá: Departamento de Énfasis, 2019.

- DAVIS, A. Mulheres, Cultura e Política. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo, Boitempo, 2016 (1981).
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, n. 23, 2007.
- DONOSO, V. Processo coletivo de desenvolvimento e avaliação de um programa de prevenção da violência de gênero: efeitos no empoderamento das mulheres. Asparkia; Feminist Research, ISSN 1132-8231, nº 24. 2023. P 69-86
- DORLIN, Elsa (org.). (2008), *Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000* Paris, l'Harmattan.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, n. 24, p. 213-225, 2004.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro. 2002. Encontros Culturais. Compilado por R. Cecil e DJP Wade. Londres:
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25
- FALQUET, Jules 2006 “Mujeres, feminismo y desarrollo: un análisis crítico de las políticas de las instituciones internacionales” en Red de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas (comp.) Aproximación al análisis de estrategias frente al racismo.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIAS, R. M. da S. O legado científico de Marie Curie: Desafios e perspectivas da mulher na ciência. 2018. 88f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática - PPGECEM) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.
- FARIAS, Rejane Maria da Silva. Ciências exatas e da natureza - coisa de mulher? Uma reflexão sobre gênero, ciências exatas e docência na Escola Municipal Anchieta Torres - Tuparetama/PE. 2014. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Técnico, Médio e Educação a Distância, 2016. [Monografia]
- FERNANDES, D. C. *Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor*. (Concurso de Monografia, Prêmio Ipea 40 anos, IPEA-CAIXA, 2004)
- FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- FERREIRA, L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. Gênero e Número, Mulheres na Ciência, Edição 10, jun, 2018.

Disponível em <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutras-negras-desafiamracismo-na-academia/>. Acesso em 15 set. 2020.

FONSECA, M. N. S. Poemas da recordação e outros movimentos. Nandyala, 2022.

FOUCAULT, M. Vigilar y Castigar. Buenos Aires: Editorial siglo XXI. 1996.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "População da Colômbia"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/colombia2.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2024.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de Conteúdo. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
GOMES, Geovanna. Os enigmas de Merit Ptah, aquela que seria a primeira médica da história.

GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Trajetória Escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial: um estudo de caso em uma escola municipal de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, UFMG, 1994.

GONÇALVES, R. A Invisibilidade das Mulheres Negras no Ensino Superior. Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Catarina, v. 12, n. 22, p. 350-367, jun/dez, 2018. Disponível em: . Acesso em: 16 set. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). São Paulo, Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1982].

GONZALEZ. Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 49-64. São Paulo, Zahar, 2020 [1979c]

GONZALEZ. Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano afro-latino-americano, p. 158-170. São Paulo, Zahar, 2020 [1995]

GONZALEZ. Lélia. A propósito de Lacan. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano, "Apêndice", p. 337-350. São Paulo, Zahar 2020 [1975].

GONZALEZ. Lélia. A questão negra no Brasil. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 183-190. São Paulo, Zahar, 2020 [1981a].

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisas*, n. 118, p. 247-268,

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil* São Paulo: 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2021), Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970). São Paulo, Editora 34.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. 2.Ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Editora UFMG, 1991.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

HILL, Catherine, CORBETT, Christianne; ST. ROSE, Andresse. Why so few? Women in Science, Technology, Engineering, and Mathematics. AAUW, Washington DC, 2010 [<https://ww3.aauw.org/research/why-so-few/> - acesso em: Jul.17 2022].
hooks, bell. Ain't I a woman: black women and feminism. London, Pluto Press, 1982.

HOOKS, bell. Escrever além da raça: teoria e prática. São Paulo, Editora Elefante, 2022.

HOOKS, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo, Perspectiva, 2019b

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo, Editora Elefante, 2021.

IANNE. A racialização do mundo (Tempo Social, 1996)

IANNE. A sociologia de Florestan Fernandes (Estudos Avançados, 1996)

IANNE. Nacionalismo, regionalismo e globalização. Novos Rumos, Marília, ano 11, n.25, p.5-8, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico Brasileiro.2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico Brasileiro.1997

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IPEA. Dossiê de mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília. 2013

JESUS, G.; MAIA, G. Z. A. Indisciplina escolar: reflexões. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 10, n. 1, 2010.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEIN, S. S. (gen. ed.). Handbook for Achieving Gender Equity through Education, 2. ed., New York and London, Routledge, 2010, pp.631-653.

KUHN, T. La estructura de las revoluciones científicas (Fondo de Cultura Económica: México). 1971.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2005.

LERMA, B. R. L.. **Orden racial y teoría crítica contemporánea. Un acercamiento teórico-crítico al proceso de lucha contra el racismo en Colombia.** Cali, Colombia: Universidad del Valle. P. 109, 2013

LERMA. B. R. L. "O pensamento crítico de Manuel Zapata Olivella em ¡Levántate mulato!, su autobiografía." Inovação ¿Desafio Para El Desarrollo En El Siglo Xxi . En: Colômbia ISBN: 978-958-8897-14-1 ed: Editorial Universidad Nacional De Colombia , v. , p.1 - 2 ,2014

LERMA. R. R. L, "Mulheres conversando com mulheres: um encontro no seminário Rutas Críticas 8" . En: Argentina SALUD COLECTIVA ISSN: 1669-2381 ed: Universidad Nacional de Lanus v. N/A p.1 - 10 ,2019

LEWONTIN, R. (1972). The Apportionment of Human Diversity. *Evolutionary Biology*, **672**: 381–398

LORDE, Audre. Irmã Outsider: Ensaios e Conferências. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pósestruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2004. p.11-25.

MARTINS, Roberto de Andrade. August Weismann, Charles Brown-Séquard e a controvérsia sobre herança de caracteres adquiridos no final do século XIX. [August Weismann, Charles Brown-Séquard and the controversy on the inheritance of acquired characters in the late 19th century.] *Filosofia e História da Biologia* **5** (1): 141-176, 2010. (ISSN 1983-053X)

MARTINS, Roberto de Andrade. Ciência versus historiografia: os diferentes níveis discursivos nas obras sobre história da ciência. [Science versus historiography: the several levels of discourse in history of science writings]. Pp. 115-145, in: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria & BELTRAN, Maria Helena Roxo (eds.). *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC / Livraria de Física, 2005. (ISBN 85-2830-310-1)

MBEMBE, Achille. A crítica da Razão Negra. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed, 2018.

MELO, C. C. Ação afirmativa. Monografia apresentada ao Departamento de Direito da PUC-Rio, dezembro, 1998.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. MORAES, R. A Análise de Conteúdo: possibilidades e limites. In: ENGERS, M. E. A. (Org.). Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Ação: notas para reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p.103-111.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 757-776, 2004.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: _____. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2019

MOURA, Dione Oliveira; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Ancestralidade, interseccionalidade, feminismo afrolatino-americano e outras memórias sobre Lélia Gonzalez. Arquivos do CMD, v. 8, n. 2, p. 27-45, Jul.-Dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/cmd.v8i2.31148>>.

MUNANGA, K. Educação e Cotas. In: Audiência Pública do Supremo Tribunal Federal, Brasília, 2013.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: PROGRAMA de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola* Brasília: MEC-SECAD, 2004.

MUNANGA, Kabengele. (1999), Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Vozes. Museu do Ouro.(Próximo a aparecer). 1993

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2000, vol.08, n.02, pp.09-41. ISSN 1806-9584.

NIETZSCHE, F. Genealogía de la moral. Barcelona: Tusquets. 1989.

OCORÓ, L. A. Entre la emancipación y la descolonización: tensiones luchas y aprendizajes de los/as investigadores/as negros/as en la educación superior. *Revista Praxis Educacional*, v. 15, n. 32, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5043>. Acesso em: 01 fev. 2020.

OCORÓ, L. Ciência e ancestralidade na Colômbia: Racismo epistêmico sob o disfarce de cientificismo. Em pauta, Rio de Janeiro. 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 162 – 179

OMI, M., & Winant, H. (1994). Formação racial nos Estados Unidos: da década de 1960

à década de 1990. Routledge.

PINHEIRO, B. C. S. Descolonizando Saberes: mulheres negras na ciência. São Paulo. Ed. Livraria da Física. 2020

PINTO, Sandra Regina Marcelino. A representatividade da mulher negra na poesia de Mary Grueso Romero: Afro-colombianidad e memória. In: DOMÍNGUEZ, Tereza Suárez; et al. Artes en femenino investigaciones situadas y performaces colaborativos. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2016. p. 45-87
politics". *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. Em SIMSON, Olga de Moraes Von (org.) Experimentos com histórias de vida: Itália - Brasil. SP : Vértice, Editora Revistas dos Tribunais.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Colección Sur Su

QUINONEZ, Santiago Arboleda . **Novas estrelas floresceram no céu: suficiências íntimas e clandestinidade do pensamento afro-colombiano.** 2019

QUINONEZ, Santiago Arboleda; Etnoeducación, etnización afrocolombiana y forcejeos decoloniales. In **Revista Transversos**. "Dossiê: LGBTTTQI. HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS". N° 14, SET-DEZ, 2018, pp. 187-203 Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2018.38667.

RAGO. M. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas. Editora Unicamp. 2007

RENGIFO, J.; PINILLO, M.; DÍAZ, H. La paradoja del espacio académico: disciplinar sin disciplina. *Revista Colombiana de Educación*, v. 70, p. 341-360, 2016a.

RESTREPO, Eduardo. Poblaciones Negras en Colombia (Compilación bibliográfica). En publicación: Documento de Trabajo no. 43. CIDSE, Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica, Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, Universidad del Valle, Valle del Cauca, Cali, Colombia: Colombia. junio. 1999 0122-5944

Ribeiro, M. (1995). Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. *Revista estudos feministas*, 2, 446-457.

RIBEIRO, René. (1956), Religião e relações raciais. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. 2018

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. *Ex Aequo*, Lisboa, n. 33, p. 149-161, 2016.

ROSA, Katemary. Mulher e Ciência. Entrevista cedida a

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001.

ROTTA, J. C. AMARAL. D. S. Mulheres Cientistas e o Ensino de Ciências Naturais: um panorama das publicações do ENEQ e ENPEC. Revista Insignare Scientia. RIS. Junho de 2022. DOI:[10.36661/2595-4520.2022v5n2.12996](https://doi.org/10.36661/2595-4520.2022v5n2.12996)

SANDLER, Bernice R. The Chilly Climate. National Association for Women in Education, 2005 [<https://sun.iwu.edu/~mgardner/Articles/chillyclimate.pdf> – acesso em: Nov.21 2015].]

SANTOS FILHO, J. C. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. Pesquisa Educacional: Quantidade-Qualidade. São Paulo: Cortez, 2000. p. 07-12.

SANTOS, J. R. d. (1984). *O que é racismo*. Abril Cultural.

SANTOS, Tereza (2006) Professores universitários negros: uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada. In: Oliveira, Iolanda de (Org.). Cor e magistério. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF.

SCHIEBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru, EDUSC, 2001

SCHUCMAN, Lia Vainer e GONCALVES, Monica Mendes. **Raça e subjetividade: do campo social ao clínico.** *Arq. bras. psicol.* [online]. 2020, vol.72, n.spe, pp.109-123. ISSN 1809-5267. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.109-123>.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOOT. J. – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SILVA Jr., J. C. *Não queríamos ser racistas*: uma reação aos que insistem em dizer que não somos uma nação com problemas de cor. Afroamazonas, Manaus, 2008. Disponível em: http://amazonida.orgfree.com/movimentoafro/nao_queríamos_ser_racistas.PDF

SILVA, J. da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. Perspectiva, v. 28, n. 1, 2010.

SILVA, Joselina da. Mulheres negras: histórias de algumas brasileiras. 1º ed. Rio de Janeiro: SEAP. 2009

SILVA, M. A. Ações afirmativas para o povo negro no Brasil. In: SEYFERTH, G. et al. Racismo no Brasil. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002.

SILVA, Maria do Rosario de Fátima Viera. Mulher afrodescendente na docência superior em Parnaíba: memórias da trajetória de vida e ascensão social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Piauí: Teresina, 2012 Disponível

em:<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/DISSERTA%20M%C2%AA%20R%20de%20F%C3%A1tima%202012.PDF> Acesso em: 20 de fev. de 2023

SILVA, Marina Doreto. A solidão da mulher negra. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. 2021.

SILVÉRIO, V. R. Sons negros com ruídos brancos. In: SEYFERTH, G. et al. Racismo no Brasil. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002.

SILVÉRIO, V. R., TRINIDAD, C. T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? Educação e Sociedade, v. 33, n. 120, p. 891- 914, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TODOROV, T. A conquista da América, a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1993.

TRIVIÑOS. A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987 UNIFEI. Personalidades do Muro, Enedina Alves. Disponível em: <https://unifei.edu.br/personalidades-do-muro/extensao/enedina-alves/>. Acesso em: 18 de julho de 2023

WADE, P. El Chocó: una región negra. Boletín Museo del Oro 29: 121– 149, 1990.

WADE, P. Mestiçagem, multiculturalismo, liberalismo e violência: Atos de Mestiçagem. Dezembro de 2018. DOI: [10.4324/9781315122441-7](https://doi.org/10.4324/9781315122441-7). No livro: A política e a performance da mestiçagem na América Latina (pp.111-132)

WADE, PETER. Cultura Negra e Desigualdade Social na Colômbia. Em

WADE, PETER. El Chocó: uma Região Negra. PtBoletim Cultural do

WADE, PETER. Negra e mistura racial: a dinâmica da miscigenação racial

WADE, PETER. Relações étnicas e identidade no Urabá chocoano. Pt

WERNECK, J. Mulheres negras brasileiras e os resultados de Durban. 2009

WERNECK, J. O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias. 2004

WERNECK, J. Racismo institucional: uma abordagem conceitual. São Paulo: Instituto da Mulher Negra; Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2013.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**PROJETO DE PESQUISA: MULHERES DOUTORAS NEGRAS NAS CIÊNCIAS
DA NATUREZA BRASILEIRAS E COLOMBIANAS: VOZES, TEMPOS,
LUGARES E TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS**

Objetivos da pesquisa: analisar vozes, tempos e trajetórias de doutoras negras pesquisadoras das Ciências da Natureza no Brasil e na Colômbia.

**Informações gerais sobre a pesquisa (gravações, transcrições e análises das
narrativas produzidas)**

Você está sendo convidada para participar deste Projeto de Pesquisa de Doutorado que tem como metodologia a Investigação Narrativa, e como ferramenta a produção de entrevistas narrativas semiestruturadas. Para melhor compreensão e registro das narrativas, as nossas conversas serão gravadas e transcritas. Você poderá ter acesso a todo material de pesquisa. Você terá livre consentimento para modificar as informações e afirmações citadas. As entrevistas serão analisadas durante a pesquisa, gerando a produção de dados e publicação da tese.

Sua participação

Caso você deseje obter alguma informação relacionada à pesquisa, contate a pesquisadora Rejane Maria da Silva Farias e/ou a Professora Orientadora Dra. Joselina da Silva, através do telefone (87) 99914 0150. Sua participação é voluntária, podendo recusar-se inclusive a responder qualquer pergunta, bem como deixar de participar da pesquisa a qualquer momento.

VERIFICAÇÃO DO CONSENTIMENTO

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informada e esclarecida dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos, e aceito participar da pesquisa.

Assinatura da participante _____

Assinatura da pesquisadora _____

Data: _____

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

Roteiro de Perguntas para as Entrevistas

- 1) Qual sua idade?
- 2) Você tem filhos? Quantos? Qual idade?
- 3) Considera que o fato de ter filhos (ou não), influência na carreira de mulheres negras cientistas? De que maneira?
- 4) Já teve que conciliar a família/vida pessoal e o trabalho? Como?
- 5) Fale um pouco sobre a sua trajetória profissional.
- 6) Por que a escolha desta profissão?
- 7) Houve incentivos: pais, professores (as)
- 8) Fale um pouco sobre a sua trajetória profissional.
- 9) Você encontrou alguma dificuldade em sua formação? Qual?
- 10) Em algum momento teve sua capacidade avaliada unicamente por ser mulher negra?
- 11) Considera que haja diferença entre a participação de mulheres na ciência e a participação de mulheres negras, na mesma área?
- 12) Você atua em que área de formação?
- 13) Algum fator influenciou diretamente sua formação acadêmica? Qual (is)?
- 14) Atua na pós-graduação?
- 15) Você orienta? Quantos alunos (as)?
- 16) Atualmente desenvolve quais atividades profissionais?
- 17) Você faz parte ou lidera algum grupo de pesquisa?
- 18) Possui bolsa de pesquisa (CNPq, CAPES...ou outra)?
- 19) Já exerceu algum cargo de liderança ou chefia (chefe de departamento, líder...)? Qual?
- 20) Fale um pouco do desempenho desta atividade.
- 21) Em caso contrário, por que não?
- 22) Quanto tempo levou entre o final da graduação e o início do mestrado? E entre o final do mestrado e o início do doutorado? E o pós-doutorado?

- 23) Como vê a inserção das mulheres negras no campo das Ciências da Natureza?
- 24) Há exclusão da mulher negra na ciência? Por que?
- 25) Faz alguma diferença a maioria dos cargos das pessoas que fazem a política de C&T serem ocupados por homens?
- 26) Quais as dificuldades encontradas no exercício da sua profissão?
- 27) Como se dá a sua produção científica? Considera-se uma profissional realizada?
- 28) Você tem alguma experiência acadêmica fora do seu país? Qual?
- 29) Em caso positivo, como foi o processo de saída para estudar/pesquisar no exterior?
- 30) Há um jeito feminino negro de fazer ciência?
- 31) Conte-nos sobre você, suas experiências e vivências no âmbito acadêmico
- 32) Já passou por situações nas quais a sua cor/gênero foram avaliadas colocado como parâmetro? Pode falar sobre isto?
- 33) Você percebe a existência de “brincadeiras” sexistas/racistas no ambiente de trabalho? Pode falar sobre isto?
- 34) Entre colegas ou entre alunos (as)? Pode falar sobre isto?
- 35) Como você vê a questão do racismo em seu país? E a questão do sexismo?
- 36) O que é ser uma mulher negra cientista em seu país?
- 37) Existe alguma maneira para se dar maior visibilidade feminina negra nas Ciências da Natureza?
- 38) Algo mais que você deseje complementar?

Para a entrevista:

Será combinado o dia e horário de sua disponibilidade para entrevista.

O roteiro de perguntas será encaminhado com antecedência.

Será encaminhado um link do google meet com antecedência.

Na hora agendada será realizada a chamada do google meet e com **sua autorização a chamada será gravada.**

Será uma conversa e você terá total liberdade antes, durante e depois da entrevista para argumentar e propor alterações.

ENTREVISTADAS

Traduzindo nossas entrevistadas para o real cenário em que aparecem teremos as doutoras atuantes nas Ciências da Natureza no Brasil e na Colômbia e que contribuem com os dados apontados neste trabalho. O escopo de dados desta pesquisa é embasado nas trajetórias acadêmicas de cinco cientistas da área de Ciências da Natureza, sendo três brasileiras e duas colombiana. São mulheres negras que contribuem cientificamente com produções acadêmicas assim como com suas trajetórias que serão representadas aqui por essas personalidades citadas no tópico anterior.

MERIT PTAH

A primeira cientista entrevista foi a doutora Merit Ptah, professora de Física no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), uma das instituições de ensino mais conceituadas e concorridas do país. Apesar dos percalços, conseguiu o primeiro título de doutorado em Física concedido a uma mulher negra brasileira. Com isso, a Merit sente enorme satisfação em relatar que nem se dava conta de que era a primeira doutora negra no Brasil, quando durante uma entrevista o reporte cita esta afirmação que posteriormente foi confirmada por outros meios de pesquisa.

Nascida em Brotas no interior de São Paulo, Merit Ptah de uma família negra que não rejeita a negritude, apesar de citar que dentre as primas é a que tem a pele mais clara. Mas que trazinos seus relatos e entrevista a marca de muitas mulheres negras marcado pelo racismo e sexismo.

Assim Merit dedica a vida ao seu trabalho no ITA, assim como a compartilhar conselhos com as futuras gerações, principalmente no que se refere a quebra de paradigmas e lutas sociais. Grande parte do seu tempo profissional é dedicado a palestras e mentorias para aumentar a inclusão de meninas nas Ciências. Não somente no que concerne a inserção destas meninas, mas sobretudo, para a permanência nestas carreiras. “A gente incentiva as meninas para virem para as exatas, elas conseguem passar no vestibular e no primeiro semestre do primeiro ano fazem Cálculo 1 e bombam. Muitas desistem e vão embora da Física, da Matemática, da Química, enfim, por causa de Cálculo”, diz a cientista.

O desestímulo e a afirmação direta de que este não é o lugar de meninas levam

muitas a desistirem logo no início dos cursos desta área. Sendo assim, as palestras de mentorias de Merit aliadas à sua própria trajetória e formação acadêmica passam a ser um legado fundamental para que as mulheres negras sejam visibilizadas nesta área.

A minha vida inteira eu ouvi, você nunca vai aprender Física, você nunca vai usar física para nada. Mas, nós entramos aqui. Na minha turma da ordem de 50 estudantes no curso de licenciatura em Física lá em São Carlos quando eu entrei e ficaram somente seis pessoas depois de 4 anos regulamentares, dos quatro anos de licenciatura dos 50 que entraram só seis se formaram, e entre estas duas meninas. Adivinha quem era a segunda menina (MERIT PTAH, 2022).

De acordo com Merit, fazer com que as meninas persistam frente a essas dificuldades envolve muito trabalho para desenvolver resiliência, já que “elas entram na classe e os meninos olham para elas do tipo “aqui não é o teu lugar”. Somado a comportamentos hostis de professores e da dificuldade já própria do curso, a professora ressalta que algumas conseguem encontrar motivação e persistir na carreira, chegando ao cargo de Ministra da Ciência e Tecnologia, mas que isso não é fácil.

Seu relato também traz consigo marcas dos desafios que teve que enfrentar durante sua trajetória acadêmica e profissional. “Sou discriminada por ser mulher ou por ser negra, na maioria das vezes pelos dois”. A professora cita que sempre encontram uma maneira de fazer com que sua voz seja calada. Com o passar dos anos essa atividade fica mais difícil de conseguirem, mas sempre fizeram com que o silêncio estivesse presente nas suas atividades. “Esteja aqui (ITA), contanto que esteja quieta e calada.”

ENEDINA ALVES

Possui graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2002), mestrado em Ciências e Ciência e Tecnologia de Polímeros pelo Instituto de Macromoléculas - Professora Eloisa Mano (2005) e doutorado em Ciências e Ciência e Tecnologia de Polímeros pelo Instituto de Macromoléculas - Professora Eloisa Mano (2009). Tem experiência na área de Química, com ênfase em síntese e caracterização de materiais poliméricos. Foi bolsista Capes no programa de Doutorado-sanduíche, visitando o Instituto per lo Studio dele Macromolecole (ISMAL, CNR) de Milão por 4 meses aperfeiçoando a técnica de interpretação de espectros de ressonância magnética. Pós-doutorado na UERJ (2011). Coordenadora do projeto Membranas

Poliméricas para Aplicação em Células a Combustível Edital Capes-Inmetro 2013. Professora adjunta do Centro Universitário da Zona Oeste-UEZO. Atua na área de Síntese de Membranas Poliméricas aplicáveis a Pilhas a Combustível do tipo PEM (PEMFC) e Síntese de Compósitos Poliméricos para Reciclagem de Materiais de Engenharia (Lattes, 2023).

Nascida em Rocha Miranda, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Família negra que assim como a entrevistada anterior carrega consigo as marcas do racismo e suas lutas não são menos organizadas para combater esse problema. Tem uma trajetória tanto acadêmica quanto profissional marcada por resistência e resiliência para que os objetivos finais pudessem ser alcançados com êxito.

Sou filha de uma família preta de ambos os lados. Meu pai, Alberto de Moraes e minha mãe, Efigênia Conceição Silva de Moraes. Meu pai, falecido em 2018, era um homem que eu admirava muito. Teve família, criado pelos avós maternos, porque sua mãe era portadora de esquizofrenia e com isso eu nunca estive em um lar com a minha vó, sempre a encontrei no manicômio. Atualmente minha irmã é assistente social com uma política antimanicomial. Meu avô paterno era ferroviário e era ele quem contribuía para o sustento. Já minha mãe era órfã desde os 2 anos de idade e meu avô era baiano, veio para o Rio de Janeiro trabalhar como alfaiate. Tenho dois irmãos, Eloá e Rodrigo, também oriundos da faculdade pública. Ele é estudante de Geografia e fez um caminho um pouco inverso do nosso, é petroleiro concursado (ENEDINA ALVES, 2023).

Com relação as marcas que carrega do racismo e o modo como este se expressa no meio educacional, cita que desde bem pequena, na escola, já sobre racismo, até colegas próximos praticava, por que como cita a professora Enedina, o racismo não está só em locais de alto poder aquisitivo. Está presente nos mais variados meios. “Eu sempre usei o cabelo black e isso na década de 1980. Com oito anos de idade e ouvia da colega: vem cá, você vai vir todo dia com esse cabelo? E aí eu falava: eu vou vir sim, esse cabelo é meu, ele é lindo e eu venho sim”. Esse empoderamento na hora de dar uma resposta se deve muito ao modo como a família trabalhava essas questões de raça e o modo como cada um contribuía para que esse tema fosse bem absorvido.

A doutora Enedina Alves estava com seus 43 anos de idade comandando uma Universidade no Rio de Janeiro como reitora. Essa é primeira vez que esta instituição, o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo), estava sendo comandada por uma mulher negra desde sua efetivação em 2005. Contudo, a partir de interesses da própria instituição que migrou para a UERJ a então reitora passa a ser a responsável pela comissão

de assuntos internacionais.

Percebe-se que a trajetória acadêmica e profissional desta cientista é marcada por conquistas e brilho próprio, nos estimulando os caminhos e passos a seguir.

É o resultado de muita luta. Eu vou lá atrás, a luta de todas as ancestrais e de todas as mulheres negras que fizeram quando os alunos negros vêm me agradecer pela representatividade, reforça a minha missão de seguir em frente e abriram caminhos para nós, mais jovens, estarmos alcançando esses passos, apesar de a sociedade racista, estruturada dessa forma, nos impedir, fechar portas a todo momento pra não conseguirmos. Tudo está sendo possível porque houve um trabalho anterior e eu fico feliz, sim, pelo avanço das mulheres na política (ENEDINA ALVES, 2023).

ODÍLIA TEIXEIRA

Possui graduação em Licenciatura Plena em Química pela Universidade Estadual da Paraíba (1994), graduação em Tecnologia Química Modalidade Couros E Tanantes pela Universidade Federal da Paraíba (1988), mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Campina Grande (2007) e doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Campina Grande (2012). Atualmente é professora da Secretaria de Educação do Governo da Paraíba e técnica de laboratório/química da Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente no seguinte tema: educação ambiental, resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem. É uma docente também comprometida (Lattes, 2023).

A professora Odília Teixeira além de um vasto trabalho que realiza junto aos centros que atua com relação ao combate ao racismo presente nos meios é também uma pessoa muito cativa que procura envolver a todos no processo de combate e disseminação de ideais.

Iniciei atuar na Universidade quando ainda era raro encontrarmos pessoas negras, muito mais raro o fato de termos mulheres negras. Isso não me desmotivava, usava como uma força oculta que lá deveria sim ser o meu lugar, e dia após dia, fazia questão de mostrar e me manter por lá. Essa área das engenharias não é muito convidativa e muito menos fácil. Então tem que persistir mesmo (ODÍLIA TEIXEIRA, 2023).

IDELISA BONNELLY

Militante nas ideias do Movimento Negro Colombiano Idelisa Bonnelly é uma bióloga e cientista graduada pela Universidade dell Valle que desenvolve diversas atividades com demarcadores de raça e gênero tanto no seu país, quanto em países vizinhos. Em 30 de dezembro de 2019, foi nomeada pelo presidente Iván Duque Márquez como a primeira Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia.

Nesta atuação do ministério criou alguns programas e atuou diretamente em outros que visavam amenizar as problemáticas sofridas pelas mulheres negras na Colômbia. Principalmente no que se refere a educação e renda.

Nasceu em 1972 em Bahia Solano, onde estudou até a quinta série. Para as escolarizações futuras, mudou-se para Quibdó lá concluiu o processo de educação formal. Em 1989, aos 17 anos ingressou na Universidad del valle de Cali para cursar biologia. Em 1996 concluiu o mestrado em Microbiologia na mesma universidade realizando pesquisa com relação ao Cancro Gástrico.

Atuou também como professora titular da Universidad Tecnologica do Chocó. Também fez parte do controle de qualidade nas Empresas Públicas de Quibdó. Logo após mudou-se para o Mexico onde concluiu o doutorado em Ciências Biológicas na Universidade de Guadalajara, recebendo o apoio de diversas instituições na sua proposta de pesquisa. Vindo inclusive ao Brasil para consolidação de dados através da Universidade de São Paulo (USP).

Percebe-se através da entrevista que essa cientista desde cedo intercalou sua vida profissional e política como uma militância na busca por melhores condições de vida e educação de pessoas, em especial de pessoas negras.

Katherine cita que nunca percebeu o racismo em seu percurso, como sempre esteve ligada ao movimento político e a família ser influente no meio, não percebe diretamente questões de racismo e sexismo ligados a suas ações e atividades. Contudo, reconhece que de fato o país enfrenta desde sempre as questões de raça com muita timidez que é necessário dar uma guinada nas conquistas de ascensão pessoal e profissional de mulheres negras colombianas.

Esse é um tema um pouco complexo (as questões de racismo). Mas também borbulha sempre. Na minha perspectiva, para mim, eu não escolho ações, discordo de missões que não acredito. Tudo que por algum motivo possa gerar mais conflito. Não digo que devo escolher os irmãos científicos, mas eu tenho que escolher entre ser

uma cientista ou ir dançar. Prefiro o primeiro. Quem não quer, corre. Por que eu sou assim, eu aposto, entro e tento encontrar solução. Mas é impossível não reviver conflitos internos que as vezes são muito complicados, isso é um sério conflito. Consigo ajudar mais, quando estou bem comigo mesma (IDELISA BONNELLY, 2023).

Essa cientista se difere das demais pela sua atuação direta nos ministérios e espaços governamentais onde pode atuar diretamente sobre tomadas de decisões que possam interferir nas questões de raça, racismo e demarcadores sociais. Alguns dos programas criados pelo governo enquanto ela estava no ministério refletem essa vertente de atuação.

ÂNGELA RESTREPO MORENO

Supervisora de Estágio de Doutorado sobre Las territorialidades emergentes em la ciudadela Tokio – Pereira na Colômbia. Atua nas relações com a política ambiental e territorial de reassentamento e redistribuição de terras no país. Atua no programa de Ciências Ambientais da Universidad Tecnológica de Pereira.

É uma cientista muito envolvida nas questões da diversidade étnica e territorialidades emergentes em territórios urbanos, assim como com os desafios que estes temas agregam a educação formal.

Segundo a cientista, existem povoados repletos de famílias desprezadas com problemas atuais com base na violência de séculos passados. Em todos os lugares colombianos é possível notar essa falta de caracterização e de trabalhos voltados a intensificação de ações em áreas de problemáticas sociais e estruturais, partindo de Chocó até o departamento de Risaralda.

A população colombiana é diversa culturalmente, é composta por população procedente de comunidades étnicas negras e indígenas e campesinas. Para entender a formação institucional na base primária, média e secundária da população educacional das famílias reassentadas é necessário implementar políticas de controle e estudo. É necessário investigar para compreender a relação entre a diversidade cultural da população, as territorialidades emergentes e o centro educativo no território urbano, como tudo se interconecta (NUBIA MUÑOZ, 2023).

Essa cientista uma pesquisadora das questões de raça e o quanto a territorialidade influenciou nas formações de comunidades, apontando pontos que nos despertou

anteriormente com relação ao modo como as populações foram sendo “empurradas” para morros e locais de difícil localização, e essa manifestação intencional fez com que o mito do branqueamento fosse propagado com mais intensidade. Uma vez que nestes locais populacionais menos privilegiados estavam sendo habitados por pessoas negras que não tinham o “direito” de seguirem para os grandes centros urbanos sem serem confundidos com bandidos ou pessoas suspeitas.

Percebe-se aqui que mesmo falando da Colômbia esses traços se interconectam com o Brasil, essa é uma clara realidade local. Os morros brasileiros assim como as localidades de difícil acesso colombianas estão com sua maioria populacional negra e que tem seus direitos básicos como Saúde, Educação, Moradia, termos garantidos por lei, negados e sonegados constantemente.

Apesar de pouca representatividade feminina negra nas Ciências da Natureza como podemos evidenciar através deste trabalho, as negras estão gradativamente conquistando mais espaço nesse campo. Ainda há muito a ser feito para aumentar a diversidade e inclusão na ciência, mas é importante reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres negras que já estão atuando nesse meio. É fundamental promover mais oportunidades e incentivos para que mais mulheres negras possam se envolver na ciência da natureza e trazer suas perspectivas e conhecimentos para enriquecer esse campo. A representatividade é essencial para inspirar futuras gerações e garantir uma ciência mais inclusiva e abrangente.